

## VU Research Portal

### **A adequação psicológica na gênese e no futuro da Gramática Discursivo-Funcional**

Mackenzie, J.L.

***published in***  
Guavira Letras  
2012

***document version***  
Publisher's PDF, also known as Version of record

[Link to publication in VU Research Portal](#)

***citation for published version (APA)***  
Mackenzie, J. L. (2012). A adequação psicológica na gênese e no futuro da Gramática Discursivo-Funcional. *Guavira Letras*, 12, 7-24.

#### **General rights**

Copyright and moral rights for the publications made accessible in the public portal are retained by the authors and/or other copyright owners and it is a condition of accessing publications that users recognise and abide by the legal requirements associated with these rights.

- Users may download and print one copy of any publication from the public portal for the purpose of private study or research.
- You may not further distribute the material or use it for any profit-making activity or commercial gain
- You may freely distribute the URL identifying the publication in the public portal ?

#### **Take down policy**

If you believe that this document breaches copyright please contact us providing details, and we will remove access to the work immediately and investigate your claim.

**E-mail address:**  
[vuresearchportal.ub@vu.nl](mailto:vuresearchportal.ub@vu.nl)

ISSN 1980-1858

# ***GUAVIRA LETRAS***

**Programa de Pós-Graduação em Letras**  
**UFMS/*Campus* de Três Lagoas**

Guavira Letras	Três Lagoas	v.12	n.1	p. 1-195	jan./jul. 2011
----------------	-------------	------	-----	----------	----------------

*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul*

**Reitora**

Célia Maria da Silva Oliveira

**Vice-Reitor**

João Ricardo Filgueiras Tognini

**Pró-Reitor de Pós-graduação**

Dercir Pedro de Oliveira

**Diretor do Campus de Três Lagoas**

José Antônio Menoni

**Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Letras**

Kelcilene Grácia Rodrigues

**Conselho Editorial**

Eneida Maria de Souza (UFMG)

João Luís Cardoso Tápias Ceccantini (UNESP/Assis)

José Luiz Fiorin (USP)

Paulo S. Nolasco dos Santos (UFGD)

Maria do Rosário Valencise Gregolin (UNESP/Araraquara)

Maria José Faria Coracini (UNICAMP)

Márcia Teixeira Nogueira (UFCE)

Maria Beatriz Nascimento Decat (UFMG)

Rita Maria Silva Marnoto (Universidade de Coimbra – Portugal)

Roberto Leiser Baronas (UNEMAT)

Sheila Dias Maciel (UFMT)

Silvia Inês Coneglian Carrilho de Vasconcelos (UEM)

Silvane Aparecida de Freitas Martins (UEMS)

Vera Lúcia de Oliveira (Lecce – Itália)

Vera Teixeira de Aguiar (PUC/Porto Alegre)

**Comissão Editorial**

Kelcilene Grácia Rodrigues

Rauer Ribeiro Rodrigues

Taísa Peres de Oliveira

Vitória Regina Spanghero

Claudionor Messias da Silva (Apoio Técnico)

**Assistente Editorial (bolsista)**

Luciano de Jesus Gonçalves

**Diagramação**

Edson Rosa Francisco de Souza

• Copyright 2011 – os autores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Biblioteca do Campus de Três Lagoas – UFMS, Três Lagoas, MS, Brasil)

G918      Guavira Letras: Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras  
/ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Programa de Graduação e  
Pós-Graduação em Letras. – v. 1, n. 1 (2005). - Três Lagoas, MS, 2005 -

Semestral.

Descrição baseada em: v. 12, n.1, (jan./jul. 2011).

ISSN 1980-1858

1. Letras - Periódicos. 2. Funcionalismo - princípios, metas e métodos  
I. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Programa de  
Graduação e Pós-Graduação em Letras. II. Título.

CDD (22) 805

---

**Organização deste volume:** Taísa Peres de Oliveira e Edson Rosa Francisco de Souza

**Pareceristas deste número:**

Anna Christina Bentes (UNICAMP/IEL)  
Edson Rosa Francisco de Souza (UFMS/Três Lagoas)  
Eduardo Penhavel de Souza (UFV)  
Fabio Fernando Lima (USP)  
Flávia Bezerra de Menezes Hirata Vale (UFSCAR)  
Juliano Desiderato Antonio (UEM)  
Liliane Santana (UNESP/São José do Rio Preto)  
Maria Angélica de Oliveira Penna (UNICAMP/IEL)  
Maria Angélica Furtado da Cunha (UFRN)  
Maria Beatriz do Nascimento Decat (UFMG)  
Maria Cecília de Magalhaes Mollica (UFRJ)  
Maria Maura Cezário (UFRJ)  
Mariângela Rios de Oliveira (UFF)  
Marize Mattos Dall’Aglio Hattnher (UNESP/São José do Rio Preto)  
Mônica Veloso Borges (UFG)  
Nilza Barrozo Dias (UFF)  
Rivia Silveira Fonseca (UFRRJ)  
Sebastião Carlos Leite Gonçalves (UNESP/São José do Rio Preto)  
Taísa Peres de Oliveira (UFMS/Três Lagoas)  
Talita Storti Garcia (UNESP/São José do Rio Preto)  
Valdirene Zorzo-Veloso (UEL)  
Vanessa Hagemeyer Burgo (UFMS/Três Lagoas)

Todos os direitos reservados

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Programa de Pós-Graduação em Letras  
Câmpus de Três Lagoas – Três Lagoas/MS  
CEP: 79610-011  
Fone: +55 (67) 3509-3425  
Portal: [www.pgletras.ufms.br/revistaguavira](http://www.pgletras.ufms.br/revistaguavira)  
[guavira.cptl@ufms.br](mailto:guavira.cptl@ufms.br)

## Sumário

### **FUNCIONALISMO: PRINCÍPIOS, METAS E MÉTODOS** **FUNCTIONALISM: TENETS, AIMS AND METHODS**

<b>APRESENTAÇÃO</b>	5
<b>ARTIGOS/ ARTICLES</b>	6
A adequação psicológica na gênese e no futuro da Gramática Discursivo-Funcional <i>J. Lachlan Mackenzie</i>	7
GDF: Uma Teoria Gramatical ou Uma Teoria do Uso <i>Erotilde Goreti Pezatti</i>	25
Funcionalismo e gramática: teoria gramatical ou teoria do uso <i>Mariangela Rios de Oliveira</i>	36
Tipologia e funcionalismo: sistemas de marcação de caso <i>Valéria Faria Cardoso</i>	46
Línguas indígenas do Brasil: abordagem tipológico-funcional de alguns aspectos morfossintáticos <i>Angel Corbera Mori</i>	59
<i>Como muitas vezes se diz, como digo, como estava falando</i> : um estudo da parentetização em variedades portuguesas faladas <i>Joceli Catarina Stassi-Sé</i>	73
Interrogativas de conteúdo em elocuições formais do português brasileiro <i>Michel Gustavo Fontes</i>	88
“Desgarramento” das comparativas introduzidas por <i>que nem</i> <i>Violeta Virginia Rodrigues</i>	104
Construções comparativas em perspectiva funcional: Argumentação, modalização e evidencialidade <i>Ana Beatriz Arena</i>	113
Uma proposta de análise fonológica para o Wauja (Arawak) <i>Adriana Viana Postigo</i>	130
A funcionalidade de <i>assim</i> em contextos de parêntese e paráfrase em cartas paulistas <i>Lúcia Regiane Lopes-Damásio</i>	148
A articulação de orações proverbiais à luz da teoria da estrutura retórica do texto <i>Ana Clara Gonçalves Alves Meira</i>	160
A morfologia sufixal no processo de formação dos topônimos indígenas e híbridos das regiões de Aquidauana, Corumbá e Miranda-MS <i>Lucimara Alves da C. Costa</i>	172
Análise do uso dos advérbios locativos em textos opinativos dos séculos XVIII e XIX: questões de ordenação e gramaticalização <i>Monique Petin Kale dos Santos</i>	184

## APRESENTAÇÃO

O Grupo de Pesquisa de Estudos Sociofuncionalistas (GPES), atualmente sediado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS- Câmpus de Três Lagoas), e o Programa de Mestrado em Letras têm a satisfação de apresentar aos seus leitores o volume 12 da *Revista Guavira*, intitulada *Funcionalismo: princípios, metas e métodos*, organizado pelos professores Taísa Peres de Oliveira e Edson Rosa Francisco da Souza.

O presente volume reúne trabalhos apresentados durante o I Simpósio de Internacional de Linguística Funcional (SILF 2011), realizado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus de Três Lagoas/MS, nos dias 25, 26 e 27 de maio de 2011, sob a coordenação de Taísa Peres de Oliveira, Edson Rosa Francisco de Souza, Sebastião Carlos Leite Gonçalves, Eduardo Penhavel e Alessandra Regina Guerra. O evento recebeu apoio financeiro da Capes.

O SILF 2011 reuniu pesquisadores do exterior e de diferentes universidades brasileiras que se dedicam aos estudos da linguagem a partir das várias vertentes teóricas funcionalistas, propiciando, assim, um espaço para a divulgação de pesquisas e, principalmente, para a reflexão e discussão conjunta sobre diferentes objetos de estudo, particularmente os problemas de análise, as perspectivas teóricas e as metodologias de trabalho.

A diversidade dos temas focalizada nos textos aqui apresentados reflete a pluralidade de enfoques de análise que marcam o paradigma funcionalista: os trabalhos contemplam as diferentes teorias funcionalistas bem como as interfaces possíveis. Nesse sentido, buscou-se construir uma rede de interações assentada no conhecimento diversificado sobre o tema central, entendendo que do esforço comum pode surgir um pensamento inovador.

A edição de número 12 da *Guavira Letras* inclui artigos de renomados pesquisadores do Brasil e do exterior, que são frutos de suas apresentações no SILF 2011 (em conferências, mesas-redondas, sessões coordenadas e comunicações individuais), e estão distribuídos entre as variadas temáticas que o Funcionalismo em Linguística permite abordar. Dentre os assuntos abordados pelos autores, estão as questões referentes aos constructos teóricos da Gramática Discursivo-Funcional, as discussões em torno da caracterização do funcionalismo como uma teoria gramatical ou uma teoria do uso, as relações entre o funcionalismo e tipologia linguística e suas contribuições para a descrição de línguas indígenas, os processos de construção do texto, os usos das interrogativas de conteúdo, junção e combinação de orações, gramaticalização de construções e itens linguísticos e o léxico indígena.

Participam deste volume J. Lachlam Mackenzie (Vrije Universiteit/ILTEC, Lisboa), Erolde Goreti Pezatti (UNESP, São José do Rio Preto), Mariangela Rios de Oliveira (UFF, Rio de Janeiro), Valéria Faria Cardoso (UNEMAT, Alto Araguaia), Angel Corbera Mori (UNICAMP, Campinas), Joceli Catarina Stassi-Sé (UNESP, São José do Rio Preto), Michel Gustavo Fontes (UNESP, São José do Rio Preto), Violeta Virginia Rodrigues (UFRJ, Rio de Janeiro), Ana Beatriz Arena (UFF, Rio de Janeiro), Adriana Viana Postigo (UNESP, Araraquara), Lúcia Regiane Lopes-Damásio (UFMT, Cuiabá), Ana Clara Gonçalves Alves Meira (UFMG, Belo Horizonte), Lucimara Alves da Conceição Costa (UFMS/UNESP, São José do Rio Preto) e Monique Petin Kale dos Santos (UFF, Rio de Janeiro).

Os textos aqui reunidos constituem apenas uma pequena amostra dos caminhos possíveis de pesquisa que podemos percorrer no campo de estudos funcionalistas. Esperamos que esses textos sirvam de convite para quem deseja conhecer o Funcionalismo linguístico mais de perto e investigar os componentes constitutivos da linguagem a partir da observação da língua em funcionamento. Antes de finalizar, gostaríamos de agradecer a todos os pareceristas deste volume, pelo excelente trabalho realizado, e por terem aceitado o nosso convite.

Uma boa leitura a todos.

*Os organizadores*

## **ARTIGOS**



# A adequação psicológica na gênese e no futuro da Gramática Discursivo-Funcional

J. Lachlan MACKENZIE<sup>1</sup>

**RESUMO:** Numa época em que os adeptos da Gramática Gerativa consideravam que as estruturas sintáticas teriam ‘realidade psicológica’, DIK (1978) formulou, em sua primeira apresentação da Gramática Funcional (GF), a noção de ‘adequação psicológica’, noção que não desempenharia um papel importante na prática desse modelo. Na Gramática Discursivo-Funcional (GDF; HENGEVELD e MACKENZIE 2008), porém, a relação entre linguística e psicologia volta ao primeiro plano, já que a arquitetura do modelo é motivada pela suposição de que uma gramática será mais eficaz quanto mais sua organização se assemelhar ao processamento da linguagem pelo indivíduo. Além disso, vários conceitos chave da GDF provêm diretamente da psicolinguística, embora os críticos da GDF considerem as ambições psicológicas da GDF tanto irrelevantes como insuficientes. Neste artigo, exemplifico vários fenômenos que têm sido importantes nas investigações psicolinguísticas dos últimos anos (incrementalidade, expectativas, *priming*, alinhamento dialógico). Surgem vários elementos para uma futura discussão sobre a relação de fecundação cruzada entre gramática e psicologia cognitiva.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gramática; Funcionalismo; Adequação; Psicologia.

## Introdução: a adequação psicológica

Em seu primeiro livro sobre a Gramática Funcional (GF),<sup>2</sup> Dik (1978, p. 7) escreveu que “descrever ... o sistema de regras que subjaz à construção de expressões linguísticas não é a mesma coisa que descrever as estruturas, princípios e estratégias psicológicas que determinam como as falantes percebem aquelas expressões linguísticas e como elas são interpretadas, processadas, armazenadas, produzidas e recuperadas. No entanto, uma gramática deveria ter adequação psicológica, no sentido de não ser incompatível com hipóteses sólidas sobre o processamento da linguagem.”<sup>3</sup> Assim nasceu a ideia um tanto equívoca de **adequação psicológica** – ‘equívoca’, porque há várias ambiguidades na citação que, tal como se verá neste artigo, nunca foram resolvidas na história da GF. Continuam insolúveis na teoria e prática da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), desenvolvida por Kees Hengeveld e outros (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008) depois do falecimento de Simon Dik em 1995 e da publicação do livro póstumo dele (DIK, 1997).

Na primeira frase de sua citação, Dik diferencia muito claramente o trabalho do linguista do trabalho do psicólogo da linguagem. A ambiguidade reside, no entanto, na palavra *construção*: esta nominalização, como a maioria delas, pode ter múltiplos significados: (a) o resultado de um ato de construir; (b) uma estrutura, um objeto com complexidade interna; (c) o próprio ato de construir. No trabalho do linguista, que descreve regras que subjazem a alguma coisa, é o primeiro ou segundo significado que domina. São as regras que definem que construções são gramaticais e que construções não o são. Entretanto, Dik escreveu em uma época em que muitos gramáticos tendiam à ideia de que as regras que

<sup>1</sup> Catedrático Honorário, Vrije University Amsterdã, Faculdade das Letras, 1081 HV Amsterdã, Países Baixos; Investigador, ILTEC, Avenida Elias Garcia 147 – 5.º, 1050-099 Lisboa, Portugal. E-mail: lachlan\_mackenzie@hotmail.com.

<sup>2</sup> A investigação para este artigo foi parcialmente financiada pelos projetos de pesquisa INCITE09 204 155 PR (Xunta de Galicia) e FFI2010-19380 (Ministério Espanhol de Ciências e Inovação).

<sup>3</sup> “Describing the language system, i.e. the system of rules underlying the construction of linguistic expressions, is not the same thing as describing the psychological structures, principles, and strategies which determine the way in which linguistic expressions are perceived, interpreted, processed, stored, retrieved, and produced. A grammar should nonetheless be psychologically adequate in that it should not be incompatible with strongly validated psychological hypotheses about language processing.”

descreviam os sistemas linguísticos poderiam ser idênticas aos processos mentais de uma falante<sup>4</sup> que, no terceiro sentido, constrói um enunciado. Dik formulou sua gramática no auge do mentalismo na linguística. Além disso, o autor escreveu em uma época em que – certamente na Holanda – os pressupostos da Gramática Gerativa dominavam a linguística. Apesar de se opor aos princípios chomskyanos, Dik não pôde ignorar a onipresença do modelo ao que se opunha e dedicou o primeiro capítulo do seu livro a destacar as diferenças entre as duas abordagens. Uma vez que Chomsky (1965, p. 18-27) distinguia a adequação observacional, descritiva e explicativa, Dik (1978, p. 6-9) sentiu-se compelido a também propor três adequações funcionais. Propôs, então, a adequação pragmática, que liga a descrição gramatical a uma descrição das regras que regem a interação verbal; a adequação tipológica, que requer que a teoria seja capaz de fornecer gramáticas para as línguas de todos os tipos; e a adequação psicológica sobre a qual focará este artigo. Chomsky definiu a adequação de modo bem técnico como maneira de comparar gramáticas alternativas. Para Dik, a adequação nunca foi um conceito tão rigoroso. Foi, pelo contrário, uma forma de situar a Gramática Funcional num campo alternativo, associando-a a outras disciplinas – à tipologia de Greenberg, à pragmática de Grice e à psicologia cognitiva ...mas de quem?

Volte-se à citação inicial em que se lê a definição da adequação psicológica: “não ser incompatível com hipóteses sólidas sobre o processamento da linguagem”. Dik nunca especificou a quais hipóteses sólidas se referia. Durante toda a evolução da GF, desde seu início, nunca aconteceu de diferentes versões da GF serem comparadas com base em resultados provenientes da psicolinguística. Outro problema é que na psicolinguística existem várias abordagens, inúmeras hipóteses e poucas conclusões com que concordem todos os investigadores dessa disciplina. Então, a adequação psicológica foi uma exigência irrealizável? Nas seguintes páginas ver-se-á que a relação entre linguística e psicologia nunca desapareceu do ecrã dos adeptos da GF e que foi um elemento inspirador na gênese da GDF. No entanto, os problemas inerentes à formulação original nunca desapareceram. Portanto, seria bom se finalmente houvesse uma discussão mais aprofundada da adequação psicológica na comunidade dos gramáticos funcionalistas e discursivo-funcionalistas.

## Realidade psicológica

De onde vem a noção de adequação psicológica? A expressão foi, tanto quanto se possa descobrir, inventada por Simon Dik naquela citação inicial, mas a expressão mais corrente na linguística em geral é a da **realidade psicológica**. Essa expressão parece ter aparecido pela primeira vez num artigo publicado, em francês, por Sapir (1933), num longo período que precedeu a do mentalismo na linguística. Neste artigo, Sapir fala da impossibilidade de um indígena (o termo é dele) ter consciência das diferenças fonéticas, enquanto pode ter intuições confiáveis sobre fonemas: os fonemas têm realidade psicológica e existem no conhecimento tácito da língua. A tese da realidade psicológica, no sentido mais moderno, afirma que a teoria linguística tem como objeto a descrição da realidade mental que subjaz ao comportamento da falante, também conhecida como “competência”. Dito de outro modo, o resultado do trabalho do linguista é uma descrição dos processos mentais que realmente têm lugar no cérebro da falante. O linguista não descreve línguas – uma atividade que foi rejeitada pelos gerativistas – mas sim conhecimento, o que necessariamente parece implicar a psicologia e noções psicológicas. Para Dik (1997, p. 1), tratava-se, também, de descrever o conhecimento do usuário de uma língua natural. Ele não rejeitou a ideia de

---

<sup>4</sup> Contribuo modestamente para a igualdade dos sexos usando a forma feminina para ‘a falante’ e a forma masculina para ‘o ouvinte’.

descrever a competência, mas ampliou o conceito ao invocar a “competência comunicativa” (1997, p. 5); no entanto, no fundo, era tão mentalista como aqueles a quem se opunha.

Na prática do trabalho, porém, quer no paradigma funcional quer no paradigma formal, a invocação da realidade psicológica não tinha muito impacto. Tal como Black e Chiat (1981, p. 42) observam, “A noção da realidade psicológica nunca desempenhou nenhum papel na motivação de conceitos linguísticos nem na argumentação linguística”.<sup>5</sup> A noção da realidade psicológica foi amplamente discutida nos anos setenta e oitenta, notavelmente no livro organizado por Bresnan, Halle e Miller (1981). No entanto, como Black e Chiat (1981, p. 44) afirmaram a respeito da contribuição de Bresnan nesse livro, “a realidade psicológica é não mais que um compromisso programático ou uma reflexão posterior metateórica”.<sup>6</sup>

A noção de realidade psicológica, contudo, implica que o valor empírico do trabalho linguístico reside na possibilidade de se verificarem as hipóteses linguísticas no laboratório psicológico. Em outras palavras, a linguística mentalista ficou dependente da psicologia. No início, as coisas não deram os resultados esperados. Desenvolveu-se a hipótese da complexidade derivacional (MILLER 1962), a ideia testável de que o processamento de uma frase com mais transformações demoraria mais tempo do que outra frase com menos. Numa época em que as transformações desempenhavam um papel decisivo na Gramática Gerativa, era muito sedutora a ideia de que havia uma relação direta entre a complexidade derivacional (o número de transformações) e o processamento. Havia transformações que complicavam as frases, por exemplo, aquelas que introduziam orações relativas, mas outras que as simplificavam, por exemplo, aquelas que eliminavam o agente de uma oração passiva. Ou seja, a frase (1) tinha menos transformações do que a frase (2), que exigia as transformações de passivização e de eliminação do agente, enquanto a frase (1) tinha só a passivização. Assim, é fácil demonstrar que o processamento de (2) demora menos tempo do que o processamento de (1).

- (1) Fui agredido na praia por um ladrão.
- (2) Fui agredido na praia.

A teoria da complexidade derivacional foi desaprovada, o que contribuiu à simplificação parcial e depois radical do componente transformacional da Gramática Gerativa. Entretanto, tinha-se instalado na psicolinguística a autopercepção como banco de provas para hipóteses linguísticas, especificamente as da Gramática Gerativa. Ainda hoje, os artigos da psicolinguística e neurolinguística tendem a formular as questões em termos chomskyanos. Os psicolinguistas ficaram, assim, dependentes da linguística, ou melhor, de certa linguística.

Nos anos oitenta, manteve-se a relação entre a linguística gerativa e a psicolinguística. A Gramática Gerativa foi, nessa altura, apresentada como teoria da aquisição de primeira língua (e até de segunda). Houve poucos linguistas, e sim alguns filósofos, que questionaram o pressuposto de uma relação estreita entre as representações linguísticas e a realidade mental, mas eles não tiveram muito impacto. Soames (1984, p. 155) defendeu que “as estruturas formais utilizadas pelas melhores teorias linguísticas provavelmente não são isomórficas às representações internas postuladas pelas teorias da psicologia cognitiva”.<sup>7</sup> Para Soames (1984, p. 172), a questão interessante é por que os sistemas psicologicamente reais diferem das

---

<sup>5</sup> “The notion of psychological reality has never played any role in the motivation of linguistic concepts or in linguistic argumentation.”

<sup>6</sup> “... psychological reality is no more than a programmatic commitment or a metatheoretical afterthought.”

<sup>7</sup> “... the formal structures utilized by optimal linguistic theories are not likely to be isomorphic to the internal representations posited by theories in cognitive psychology.”

gramáticas dos linguistas, caracterizadas por simplicidade e generalidade.<sup>8</sup> Artigos deste gênero (não houve muitos) foram ignorados, mas levantaram questões que nunca perderam atualidade. Antony (2003) desenterra e critica os argumentos de Soames (1984) no intuito de defender a realidade psicológica: na opinião dela, o objetivo da Gramática Gerativa é o de explicar a aquisição de línguas, o que justifica uma linguística que se vê como ramo da psicologia cognitiva. A questão continua a animar os debates até o dia de hoje. O filósofo Devitt, depois de décadas de espera segundo o seu prefácio, acabou por publicar, em 2006, um livro titulado *Ignorance of Language*, em que rejeita a ideia de que a gramática da nossa língua está representada na mente. Este livro suscitou reações muito críticas, por exemplo, em Slezak (2009). Acuña Fariña (2005) demonstra que o problema é, de fato, muito prático: a teoria sintática está longe de oferecer aos psicolinguistas análises unívocas (Acuña Fariña indica, por exemplo, que existe na sintaxe sete diferentes teorias da aposição, uma das estruturas mais simples na linguística), enquanto na psicolinguística também surgiram diferentes teorias do processamento da linguagem. Para ele, teríamos de unir as forças e formar uma única disciplina. Trabalhar isoladamente e esperar encontrar evidências empíricas não funcionou bem no passado e provavelmente nunca funcionará.

### **Adequação psicológica na GF dos anos oitenta e noventa**

Referiu-se, na seção anterior, à questão da realidade psicológica na Gramática Gerativa para contextualizar a preocupação principal deste artigo, a adequação psicológica na Gramática Funcional e Discursivo-Funcional. No segundo livro de Dik (1989; 1997), publicado em 1989 e republicado em 1997 como primeira parte de uma obra póstuma em dois volumes, encontra-se uma definição muito mais forte da adequação psicológica do que no primeiro (1997, p. 13): “uma gramática deve estar o mais intimamente relacionada possível com modelos psicológicos da competência linguística e do comportamento linguístico”.<sup>9</sup> Dik (1997, p. 14) explica que uma gramática funcional tem de ser conceituada como uma construção tripartite, que consiste num modelo de produção, num modelo de interpretação e num estoque, que contém elementos comuns a ambos modelos. O autor acrescenta, ainda, que o modelo apresentado no livro se assemelha mais a um modelo de produção. Na realidade, porém, Dik não menciona nenhum modelo psicológico específico, nem explora a diferença considerável entre modelos da competência e modelos do comportamento. Além disso, nos restantes trinta e cinco capítulos da obra não esclarece em que sentido há paralelos entre seu modelo gramatical e um modelo de produção.

No entanto, existem várias evidências indicando que Dik atribuiu uma forte realidade psicológica às representações da Gramática Funcional. Em três publicações, Dik (1987a; 1987b; 1989) defendeu a tese de as representações linguísticas da GF serem idênticas às representações do conhecimento e da lógica, reivindicando assim um papel central para a GF na psicologia e na lógica. Essa ideia ambiciosa foi imediatamente alvo de crítica de Hesp (1990) e do linguista flamengo Nuyts (1992) e não mais reapareceu no trabalho de Dik.

Foi Nuyts quem desenvolveu a ideia da adequação psicológica, nos anos oitenta e noventa, propondo uma variante da GF denominada Gramática Funcional de Procedimentos [Functional Procedural Grammar]. Nuyts (1992) apresenta um modelo da falante, que emprega uma série de procedimentos. Veja Figura 1 a seguir.

---

<sup>8</sup> “Points of divergence between linguists’ grammars and psychologically real systems may well provide the basis for posing precise and fruitful questions about the psychological and biological functions fulfilled by deviations from optimal linguistic simplicity and generality.”

<sup>9</sup> “... [a grammar] must relate as closely as possible to psychological models of linguistic competence and linguistic behavior.”

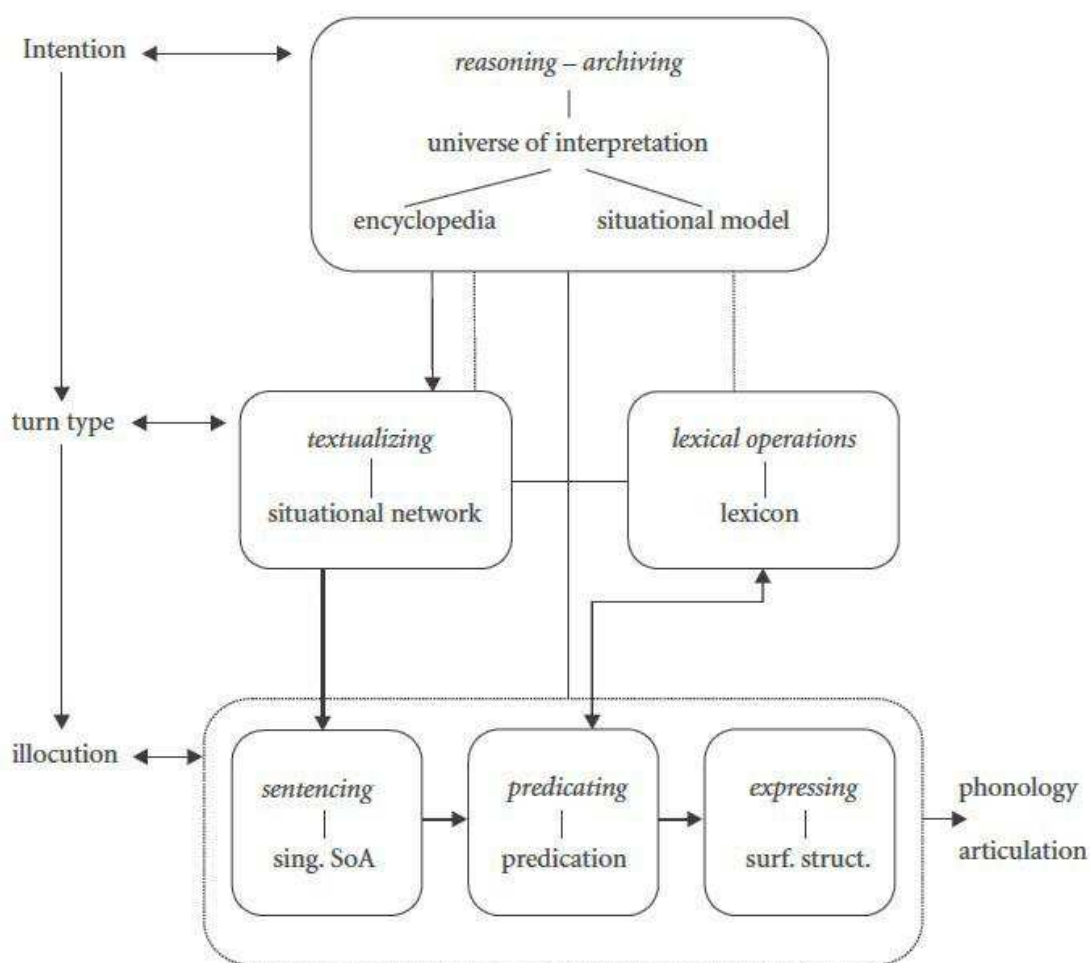


Figura 1: A Gramática Funcional de Procedimentos de NUYTS (1992)

Esses procedimentos ocorrem em tempo real na seguinte sequência: raciocínio, textualização, sentencialização, predicação, expressão e articulação. Para quem conhece a GDF (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008), a influência do modelo de Nuyts será bastante evidente. É importante sublinhar que Nuyts incorporou em sua teoria vários elementos da psicologia cognitiva e por isso deve ser reconhecido como o membro da comunidade de praticantes da GF que levou a noção da adequação psicológica mais a sério. Desde a perspectiva da GDF, Nuyts foi um pioneiro incontornável. Foi também ele que articulou pela primeira vez (NUYTS, 1982) as deficiências da GF que mais tarde levariam Kees Hengeveld e outros a desenvolverem a Gramática Discursivo-Funcional.

### Adequação psicológica e Gramática Discursivo-Funcional

Quem tentar encontrar com a expressão “adequação psicológica” em Hengeveld e Mackenzie (2008) ficará decepcionado. Uma diferença fundamental entre a GF e a GDF é que a segunda rejeita a ambição de ser um modelo da falante. No entanto, pretende ser uma teoria sobre a gramática que reflete as evidências psicolinguísticas na sua arquitetura básica. Por exemplo, uma característica distintiva da GDF é a sua rigorosa arquitetura descendente: a GDF começa com a intenção e desenvolve-se até à articulação, veja Figura 2.

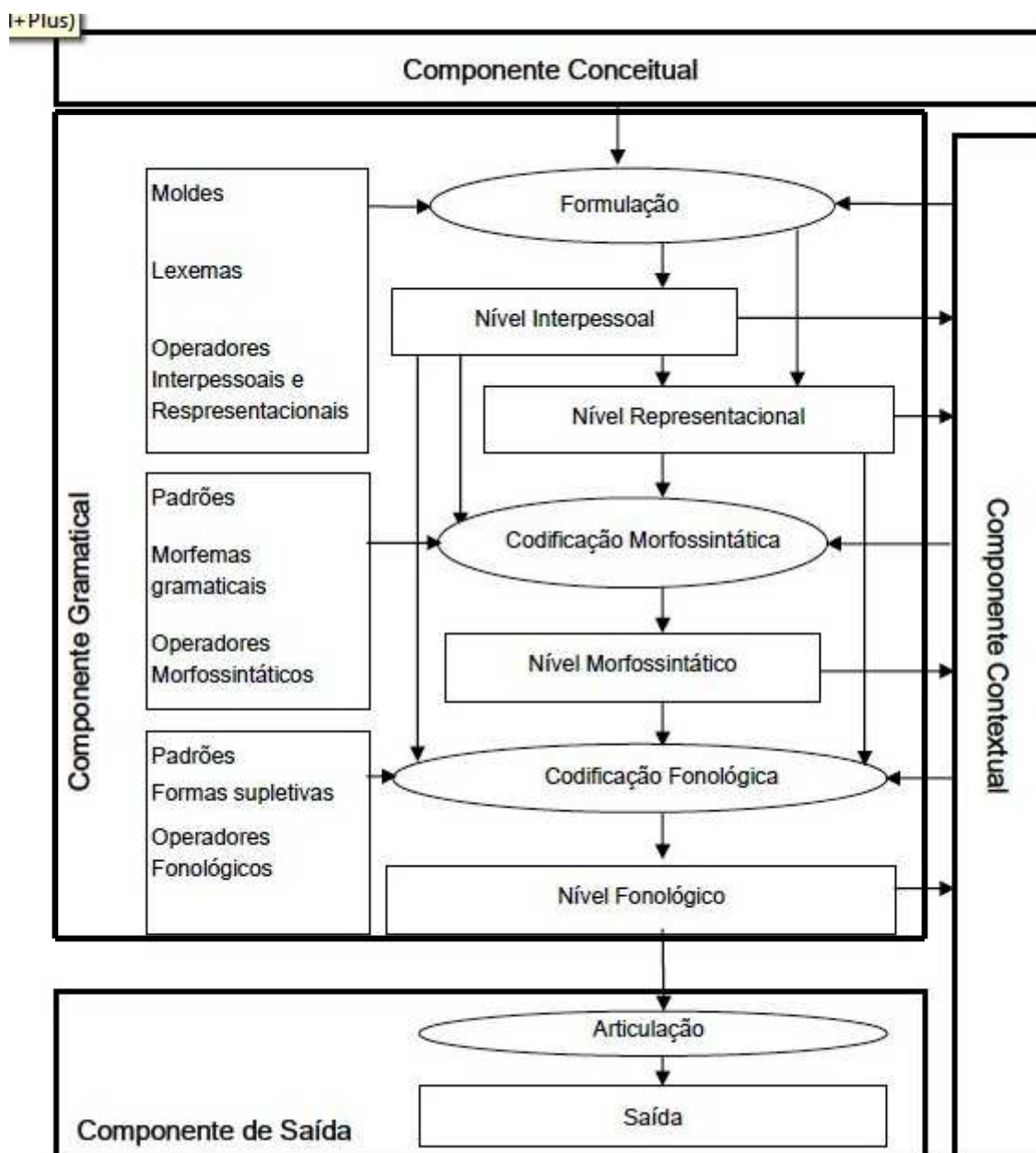


Figura 2. Arquitetura da Gramática Discursivo-Funcional

### A GDF e a implementação dinâmica

A direção de cima para baixo é motivada pela suposição de que um modelo de gramática será mais eficaz quanto mais sua organização se assemelhar ao processamento linguístico no indivíduo. Estudos psicolinguísticos mostram claramente que a produção da linguagem é, de fato, um processo descendente; vimo-lo também nas propostas de Nuyts. A implementação da GDF reflete esse processo e está organizada de acordo com ele. Isso não significa, no entanto, que a GDF seja um modelo da falante. Mais uma vez surge aquela ambiguidade: parece um modelo da falante, mas não é.

O conceito chave é implementação. A **implementação dinâmica** (termo introduzido por HENGVELD 2005) reflete o processo ‘descendente’ que começa com a intenção e leva até à articulação. Hengeveld cita como fonte dessa expressão o trabalho de Bakker (1999; 2001; 2005), que tinha desenvolvido um modelo da GF como modelo da falante, chamado de

Modelo de Expressão Dinâmica. Entretanto, Hengeveld dá uma interpretação diferente à palavra ‘dinâmico’. O que ele propõe é uma dinamização do modelo, representada como uma série de operações que esclarece as relações de dependência entre os vários componentes de uma teoria estática. Em outras palavras, as trajetórias definidas pelas flechas não indicam procedimentos que ocorrem em tempo real, mas (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 2) “a sequência de passos que o investigador tem de completar para compreender e expor a natureza de um fenômeno linguístico”.<sup>10</sup> Então, a adequação psicológica desapareceu do foco na GDF?

Lembre-se que vários conceitos essenciais da GDF provêm diretamente do vocabulário do psicolinguista, mais especificamente da magistral obra de Levelt (1989). Levelt fala em sua ‘planta da falante’ [blueprint for the speaker] de um conceitualizador (comparem ao Componente Conceitual da GDF), de um formulador (comparem à operação da formulação na GDF), de um codificador gramatical (comparem à Codificação Morfossintática na GDF), de um codificador fonológico (comparem à Codificação Fonológica na GDF) e de um articulador (comparem à Articulação com a operação do Componente de Saída na GDF). Há muitas diferenças nos detalhes (primeiramente no que diz ao fato de as operações de Levelt ocorrerem em tempo real), mas o papel inspirador do trabalho de Levelt é claro. Concluo que a GDF nega ser psicolinguística, mas apresenta uma arquitetura que possui fortes traços psicolinguísticos. Hengeveld (2004) escreve que a GDF tem “mais adequação psicológica”<sup>11</sup> do que a GF. Não é de se estranhar que tenha havido várias tentativas de esclarecer esta relação tão estreita e tão distante.

### A crítica de Anstey

Anstey (2004) traça a história da GDF desde as suas raízes na tese de doutoramento de Dik (1968), na proto-GF. Primeiro, ele nota que Dik (1978, p. 174-175) propôs o princípio da LIPOC (a ordem preferida de constituintes independente da língua) com base em dados linguísticos e depois formulou a suposição de que psicólogos pudessem explicá-la em termos de mecanismos que dissessem respeito à perceptibilidade dos constituintes e à capacidade humana de processar informações complexas. Dik supôs que houvesse evidência empírica no trabalho psicolinguístico, mas nunca identificou essa evidência. Anstey observa que essa objeção vale também para a P1 como posição inicial da oração (que supostamente é psicologicamente proeminente) e para a estrutura em camadas (que supostamente reflete a organização do pensamento). Em outras palavras, observa-se uma regularidade linguística, e a psicologia serve meramente para dar brilho à observação.

A segunda observação de Anstey (2004) é que, no sentido inverso, há resultados psicolinguísticos que os gramáticos funcionais querem incorporar à sua gramática, tais como a trilha que leva da intenção até à articulação. Uma diferença essencial entre a GDF e a GF é que a primeira incorpora essa observação psicológica na sua arquitetura, tal como se vê na Figura 2. No entanto, diz Anstey, há muitas outras observações psicológicas que a GDF prefere não incorporar, tais como a incrementalidade da produção da fala, que segundo Anstey é um *sine qua non* dos modelos psicolinguísticos dos processos gramaticais. A segunda conclusão de Anstey é, conseqüentemente, de que os praticantes da GF e da GDF têm utilizado a psicologia como interlocutora quando lhes é mais conveniente, mas não permitem que a psicologia exerça autoridade sobre si.

---

<sup>10</sup> “... the sequence of steps that the analyst must take in understanding and laying bare the nature of a particular phenomenon.”

<sup>11</sup> “a higher degree of psychological adequacy”

A terceira e última observação de Anstey (2004) é que a psicologia e a linguística são duas disciplinas independentes que parcialmente se debruçam sobre os mesmos fenômenos, partindo de perspectivas diferentes. Exigir que a linguística alcance adequação psicológica seria como se os psicólogos exigissem que a sua disciplina atingisse adequação linguística. Anstey rejeita toda tentativa de subalternar a linguística a outras ciências.

### **A crítica de Bakker e Siewierska**

Bakker e Siewierska (2004) avaliam a GF apresentada por Dik como uma Gramática Gerativa, comparável com a Teoria da Regência e da Ligação, a Gramática Generalizada da Estrutura da Frase e a Gramática Léxico-Funcional. No entanto, os autores observam que Dik estava norteado pelo objetivo de construir um modelo do usuário de línguas naturais (o ULN). Este modelo utópico poderia ser avaliado em termos de adequação psicológica. Bakker e Siewierska (2004) encarregam-se da tarefa de construir uma parte de um modelo do ULN, mais especificamente um modelo da falante, utilizando na medida do possível a GDF. Eles reconhecem que um modelo da falante deve (a) acompanhar o processo a partir da intenção pré-linguística até o ato de enunciar; (b) dar conta da incrementalidade da produção da fala sem ignorar as hesitações, as pausas e as repetições; (c) incluir o que a falante sabe sobre os ouvintes.

No quadro deste artigo não será possível fazer jus à análise muito pormenorizada de Bakker e Siewierska (2004). Eles analisam um pequeno extrato de uma conversa de jantar com hesitações, gaguejamentos, pausas preenchidas, pausas vazias:

- (3) A A-nd ..he would come into cláss  
B a-t ..uh- three or f  
C precísely one minute after the hóur,  
D or something like thát

Os autores utilizam o modelo da GDF como se se tratasse de um modelo psicológico que operasse em tempo real.<sup>12</sup> Isso significa que todos os detalhes das representações quer no Nível Interpessoal quer no Nível Representacional devem seguir uma ordem cronológica determinada. Por exemplo, Bakker e Siewierska determinam a ordem dos Subatos dentro do Conteúdo Comunicado com base em dois princípios cognitivos, elaborados por Givón (1983) – a Urgência da Tarefa e a Continuidade Tópica. A representação interpessoal que resulta destas operações vai para a memória de trabalho, enquanto as estruturas cognitivas são traduzidas numa representação semântica, que também irá para a memória de trabalho. Daí segue a expressão de ambas as representações, que está sujeita à lei da incrementalidade: em outras palavras, os elementos de cada enunciado aparecem na ordem em que foram pronunciados naquela conversa de jantar, cf. (3). Os autores também desejam dar conta das pausas, ao acrescentarem às representações interpessoal e representacional elementos vazios que só serão completados quando a cognição fornecer a informação relevante. Desta forma, querem refletir, no modelo, o fato de as falantes continuarem a desenvolver seus pensamentos depois de terem começado a falar, o que pode causar intermitências no fluxo discursivo.

O trabalho de Bakker e Siewierska (2004) deixou vários traços no modelo padrão da GDF. Eles confirmaram a ideia da unidirecionalidade descendente e introduziram a ideia da “primazia da profundidade” [“the depth-first principle”] (2004, p. 331). Para Bakker e

---

<sup>12</sup> Hengeveld (2004) caracterizou esse procedimento como “divergência radical da prática atual” [“a rather drastic departure from current ... practice”].



Siewierska, por este princípio entende-se que o algoritmo deve exprimir cada sintagma na sua totalidade antes de proceder para o próximo – é, portanto, uma consequência lógica da incrementalidade. Para Hengeveld, que rejeita a incrementalidade e trabalha com a implementação dinâmica, a primazia da profundidade quer dizer o seguinte: assim que um elemento da formulação puder ser expresso, a gramática o envia logo para a codificação, sem esperar (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 23-25). Por exemplo, em português, a distinção entre Declarativas e Interrogativas é assinalada apenas por uma oposição entre um operador de queda ou subida, respectivamente, sobre a Frase Entonacional no Nível Fonológico. Na implementação dinâmica, insere-se o operador apropriado logo que a Ilocução DECLarativa ou INTERrogativa aparecer no Nível Interpessoal.

### **Três opiniões**

Simplificando um pouco, acabamos de esboçar três opiniões sobre a Gramática Discursivo-Funcional e a adequação psicológica. Vimos a visão de Anstey, que se resume à rejeição à adequação psicológica – a linguística e a psicologia são disciplinas diferentes e não faz sentido subalternar uma à outra. Depois expomos a visão de Bakker e Siewierska, a ideia de que a gramática deveria ser uma descrição de processos mentais que ocorrem em tempo real – para eles, a linguística e a psicologia são essencialmente a mesma coisa. E começamos com a visão da GDF padrão, que tenta alcançar o melhor dos dois mundos: a linguística não é psicologia, mas quanto mais a linguística se assemelhar à psicologia, tanto melhor.

### **Psicólogos que querem mais “adequação linguística”**

Os psicolinguistas Jaeger e Norcliffe (2009) ressaltaram o fato de apenas 30 das 5000 ou mais línguas faladas no mundo já terem sido estudadas em investigações controladas da produção da fala.<sup>13</sup> Dominam, nestas pesquisas, três línguas germânicas, o inglês, o alemão e o holandês. Os autores criticam a base empírica tipologicamente restrita dos seus colegas e destacam que o trabalho de pesquisa precisa de mais adequação tipológica na investigação psicolinguística. Jaeger e Norcliffe avaliam o trabalho dedicado às restantes 27 línguas e acham várias evidências para o papel da incrementalidade total ou parcial dos processos de produção bem como para a relevância da animacidade e da informação dada nos processos de concordância. São esses temas que já foram investigados no quadro da GDF (incrementalidade: MACKENZIE, 2004; concordância: HENGEVELD, prelo). Assim, há razão para substituir a noção de adequação psicológica (como critério avaliador do nosso trabalho) por um processo de aproximação mútua e de fecundação cruzada. As demais seções deste artigo dedicar-se-ão a quatro áreas de investigação na psicologia cognitiva que já desempenharam um papel na gênese da GDF e que poderão desempenhar um papel no futuro da teoria: a incrementalidade, as expectativas, o *priming*, e o alinhamento dialógico.

### **Incrementalidade**

A ideia básica da incrementalidade é muito simples: cada unidade linguística (à exceção da primeira na sequência) é um acréscimo às unidades que a precedem. Numa oração há uma sequência de sintagmas; numa frase entonacional há uma série de frases fonológicas. Na produção da fala, muitas vezes ocorre (possivelmente na maioria dos enunciados) de a falante pronunciar a primeira unidade sem saber exatamente como vai continuar. Enquanto o módulo linguístico está operativo, o módulo conceitual funciona em paralelo, mas correndo

---

<sup>13</sup> Veja também Hawkins (2007), que tenta interessar os psicólogos na variação tipológica e nas causas dela.

na frente para decidir o que se dirá em seguida e de modo a se beneficiar da retroalimentação do módulo linguístico. Na psicolinguística isso não é controverso, por isso muitos linguistas, buscando as teorias linguísticas mais abertas às ideias da psicolinguística, vão pedindo novas teorias mais dinâmicas; não no sentido de uma implementação dinâmica de uma teoria estática, mas sim teorias em que a dinamicidade da produção da fala ocupe uma posição central. Num artigo que já contribuiu muito às discussões sobre a adequação psicológica (que ele chama de adequação cognitiva), Butler (2008, p. 6) escreve que “seria bom construirmos uma teoria dinâmica e incremental da linguagem”.<sup>14</sup> Já existem, fora do funcionalismo, várias sugestões para teorias incrementais da linguagem (MACKENZIE, 2010), por exemplo, a Gramática do Desempenho de Kempen e Harbusch (2002), a Sintaxe Linear de Kathol (2000), a Sintaxe Dinâmica de Cann, Kempson e Martin (2005), e a Sintaxe Emergente de O’Grady (2005). Houve também sugestões dentro do funcionalismo. Butler (2007) incorpora uma noção de “incrementalidade moderada” na Gramática de Papel e Referência de Van Valin Jr e Lapolla (1997). Baseando-se no trabalho em psicolinguística de Ferreira (2000), Butler (2007) sugere que não se passe nada à articulação antes de o verbo ser definido. Os elementos pré-verbais ficam num retentor até que o verbo venha determinar os macropapeis (o Ator e o Paciente), os argumentos sintáticos privilegiados (o sujeito e o objeto) e a estrutura geral da oração. Os elementos altamente ativados (o Tópico e o Foco) também ficam à espera do verbo. Butler esboça assim uma maneira de fazer uma gramática dinâmica de uma forma psicolinguisticamente justificada.

Em vários artigos publicados nos meados da última década (p. ex. MACKENZIE, 2004) tentei integrar a noção da incrementalidade na GDF, que naquela altura estava em pleno desenvolvimento. Sugeri que os vários elementos do Componente Conceitual, que correspondem aos vários subatos do ato discursivo, não são todos ativados simultaneamente, mas que alguns entram “em linha” antes de outros. Mais especificamente, todo ato discursivo tem um foco, que corresponde ao subato mais importante do ato discursivo. O foco justifica a enunciação do ato discursivo e, por isso, deve ser o primeiro elemento a ser ativado. Em muitos casos, se houver muita informação contextual, basta enunciar só o foco para alcançar um ato discursivo satisfatório. São esses atos que consistem num só subato, tais como as holofrases dos bebés, que também contêm um único subato focal. Os atos discursivos mais complexos contêm mais subatos com funções diferentes (tópico, contraste, etc.). Estes subatos entram em linha uns milésimos de segundos mais tarde. No caso mais simples, a ordem morfossintática reflete a sequência dos subatos, por exemplo Foco – Tópicos – Contraste – Outros, mas na minha abordagem os Níveis Representacional e Morfossintático interferem na relação biunívoca entre o Níveis Interpessoal e Fonológico, impondo regras de ordenação que refletem outras considerações semânticas ou formais. Na versão padrão da GDF, que exclui a cronologia da produção, não houve espaço para estas ideias, que eu tinha aplicado à análise de vários textos (MACKENZIE, 2005). Mas sobreviveram alguns traços, tais como, por exemplo, a ambição de dar conta de atos discursivos de todos os tipos, até os menores. Também o princípio da Primazia da Profundidade tem a ver com a incrementalidade: na implementação dinâmica, a informação interpessoal pode ter uma influência direta e imediata sobre a constituição dos níveis mais baixos, seguindo a ideia da Gramática Incremental de uma correlação padrão entre os Níveis Interpessoal e Fonológico.

## **Expectativas**

Volte-se agora para o segundo aspecto da psicolinguística, o estudo das expectativas da falante que inicia um enunciado e do ouvinte que o ouve. O objetivo da falante na

---

<sup>14</sup> “... we would do well to construct a dynamic theory of language which is incremental.”

produção é o de formular uma expressão completa. Claro, pode ser interrompida pelo ouvinte, logo que este alcançar um nível satisfatório de interpretação. Essa expectativa de completude é que levou os pesquisadores a caracterizarem a incrementalidade da produção do discurso como “dinâmica”, um adjetivo que aparece no título de várias teorias relevantes. Então, enquanto a falante está a trabalhar em tarefas paralelas de cognição e de expressão em vários níveis, ela também projeta o ponto final das respectivas unidades. Embora ainda não saiba exatamente o que vai preceder o ponto final (estando o trabalho cognitivo ainda por fazer), a falante está comprometida, dada a construção sintática que já está a empregar, a encarar certos tipos de continuação e de encerramento e a excluir outros. Este aspecto antecipatório da produção da fala foi analisado, inicialmente para o inglês, na Análise da Conversação (por exemplo, por SCHEGLOFF, 1987, p. 71). Nesta abordagem, a projetabilidade é vista como um aspecto chave da “gestão” da conversa para as falantes e também para os ouvintes que querem antecipar momentos em que possam assumir a palavra (os chamados lugares relevantes de transição).

Em certos estudos sobre a interação da gramática e da análise da conversação (TANAKA, 2000), surgiram diferenças de projetabilidade de acordo com a tipologia sintática da língua analisada. Em inglês o predicado ocorre relativamente cedo na oração, ao passo que ele ocorre no final da oração em japonês, eventualmente seguido de “pensamentos suplementares” de vários tipos. Tanaka demonstra que ouvintes japoneses que estão à espera de uma transição de turno esperam pelo predicado. Se houver sobreposição dos turnos em japonês, acontece exclusivamente durante a produção de unidades pós-predicado – em GDF, tratar-se-ia de um ato discursivo adicional. Assim, a falante será isenta de interrupções até se chegar ao predicado; o ouvinte adotará uma atitude de “esperar para ver”, mitigada por frequentes sinais de reconhecimento.

No nível morfossintático da GDF, as posições sintáticas e morfológicas fundamentais são a posição inicial e a posição final. Em muitas teorias já existe a ideia de uma posição inicial que define as posições seguintes: a segunda posição, a terceira, etc. Uma característica interessante da GDF é a de que a posição final define posições precedentes, uma posição penúltima, uma posição pré-penúltima, etc.:

$$(4) \quad P^I \dots P^{I+1} \dots P^{I+2} \dots P^{F-2} \dots P^{F-1} \dots P^F$$

Esta imagem em espelho, por assim dizer, permite um tipo de contagem regressiva que seja comparável com a atitude do ouvinte em japonês e possivelmente em todas as línguas com o verbo em posição final.

### ***Priming***

Passemos agora ao *priming*, um efeito psicológico relacionado com a memória implícita pelo qual a exposição a certos estímulos afeita a resposta a estímulos posteriores. Ver-se-á a relevância deste conceito para a relação entre gramática e psicologia. A arquitetura da GDF implica que cada enunciado é uma criação inteiramente nova, que emerge do componente conceitual como uma estrutura interligada de conceitos. O processo de formulação traduz esta estrutura conceitual em duas representações, uma semântica e uma pragmática. Do ponto de vista gramatical, tudo isso é irrepreensível. No entanto, esse procedimento cria dificuldades para quem tente compartilhar práticas de trabalho com psicólogos, que estão se tornando cada vez mais impressionados pelo fato de os enunciados envolverem um elevado grau de reutilização de elementos que já ocorreram na interação em que eles estão situados. Para qualquer enunciado, surge a questão de até que ponto é novo e

até que ponto se compõe de elementos já ativados. Mackenzie (no prelo) chama esta dificuldade de ‘problema de Bolinger’, referindo-se a uma citação do grande funcionalista que remonta ao ano 1961:

Neste momento [ou seja, há 50 anos, JLM] nós não temos nenhuma maneira de dizer até que ponto uma frase como *Eu fui para casa* resulta de inovação e até que ponto resulta de repetição. Na gramática, as falantes ‘produzem’ (‘criam’) construções? Ou servem-se delas, tirando-as de um inventário pré-estabelecido?<sup>15</sup> (BOLINGER, 1961, p. 381).

Muitos psicólogos acreditam que cada enunciado provém de uma combinação de criatividade e de reciclagem que explica a rapidez e a fluência dos diálogos. Para a falante, reutilizar equivale a menos esforço, e também para o ouvinte uma falante que reutiliza elementos conhecidos facilita a tarefa de interpretação. Os psicolinguistas Ferreira e Bock (2006, p. 1011), que contemplam os benefícios da repetitividade para a comunicação fluente, estão involuntariamente a ecoar o comentário de Bolinger, ao dizerem que “embora o desempenho linguístico seja essencialmente criativo, também pode ser surpreendentemente recapitulativo.”<sup>16</sup>

Os psicolinguistas, em geral, explicam esse aspecto da nossa comunicação na base do seu amplo estudo do *priming* na produção da fala. Foram eles que desvendaram a tendência subconsciente de formular e codificar expressões em formas que são semelhantes aos enunciados já produzidos. O enunciado anterior chama-se *prime*, que condiciona o enunciado atual. Na psicolinguística há uma venerável tradição de estudos sobre o chamado *priming estrutural*. Essa tradição foi descrita por Pickering e Ferreira (2008), que fornecem um panorama completo, desde os primeiros artigos de Bock até o dia de hoje. Os autores demonstram que a noção já se aplicou a todos os aspectos da produção linguística, desde a estrutura semântica e o léxico até a fonologia e a forma morfossintática.

Consideremos uma questão que muitas vezes foi estudada na GF e na GDF, a relação entre estruturas sintáticas alternantes (MACKENZIE, 2011). Uma constatação frequentemente repetida na literatura psicolinguística é a de que a escolha de uma variante pode ser afetada por efeitos de *priming* – no contexto da experimentação no laboratório, claro. Em inglês, notaram-se tais efeitos na alternância entre ativas e passivas, entre a presença e a ausência de *that* em orações subordinadas e entre dativos com e sem preposição *to*. Em outras palavras, um sujeito experimental exposto a uma oração em voz passiva tem mais probabilidade de também usar a voz passiva na descrição de uma imagem do que um sujeito que não foi exposto ao mesmo *prime*. Para uma abordagem funcionalista, tal como a GDF, uma das conclusões preocupantes que decorrem desta tradição de pesquisa é a de que o poder do *priming* pode ser suficiente para prevalecer sobre os determinantes funcionais da escolha de alternantes. Por exemplo, uma estrutura passiva pode ocorrer em circunstâncias de comunicação que, sem *priming*, privilegiariam uma forma ativa.

### Alinhamento dialógico

Viu-se, numa seção anterior, que o psicólogo que mais inspirou a arquitetura da GDF foi Willem Levelt, que desenvolveu (1989) um modelo pioneiro e autoritário da falante

---

<sup>15</sup>“... at present we have no way of telling the extent to which a sentence like *I went home* is a result of innovation, and the extent to which it is a result of repetition (...). Is grammar something where speakers ‘produce’ (i.e., originate) constructions, or where they ‘reach for’ them, from a pre-established inventory?”

<sup>16</sup>“... though linguistic performance is quintessentially creative, it can also be surprisingly recapitulative”.

individual. Do mesmo modo, a GDF pretende oferecer um modelo de gramática que é semelhante ao processamento linguístico no indivíduo. Porém, há muitos elementos na GDF que apontam para o fato de os indivíduos interagirem em diálogos: por exemplo, o nível gramatical que se trata da pragmática chama-se Nível Interpessoal; as Ilocuções desse nível envolvem a falante e o ouvinte; os movimentos em que os atos discursivos se encaixam definem-se como contribuições à interação e estão classificados como movimento iniciador ou de reação. Dito de outra forma, faz todo sentido examinar a adequação do modelo do ponto de vista de uma teoria psicológica de diálogos.

Uma teoria apropriada encontra-se no trabalho de Pickering e Garrod (2004), que elaboraram o conceito de alinhamento dialógico. Eles criaram, em laboratório, situações em que dois sujeitos dialogaram sobre a solução de um problema comum. Observaram que cada interlocutor tendia a reutilizar quer as formulações que ele já tinha usado no mesmo diálogo quer as que o seu parceiro já tinha usado. Foi a prova de que o *priming* acontece também nos diálogos. Há, portanto, um processo de acomodação linguística mútua em que os interlocutores vêm a sentir um tipo de intimidade comunicativa, que se reflete em repetições, paralelismos, formulações compartilhadas, coincidências nas escolhas lexicais, preferências morfosintáticas e realizações prosódicas ou fonológicas idênticas, assim como no fenômeno de um parceiro completar o enunciado do outro ou de uma falante não completar um enunciado porque o ouvinte obviamente já o percebeu. Veem-se muitos destes fenômenos em (5), tirado de Tannen (2006, p. 67):

(5) **Terry** (♀): That's not daydreaming! . . . darn it!  
[laughter]

**Frank** (♂): Well, daydreaming is something that comes natural! You don't don't plan daydreaming.

**Terry**: You don't even . . . You're not even hearing what I'm saying! What?

**Frank**: You can't PLAN daydreaming . . . "I'm going to go daydream for a couple hours guys, so"

**Terry**: Yes you CAN plan it! You can plan daydreaming.

Há tantos fenômenos na formulação e na codificação que os investigadores concluíram que cada interveniente tem acesso às operações gramaticais do outro.

Em Mackenzie (em prep.) sugiro que a influência mútua dos interlocutores passe pelo canal de um Componente Contextual compartilhado; veja a Figura 3.

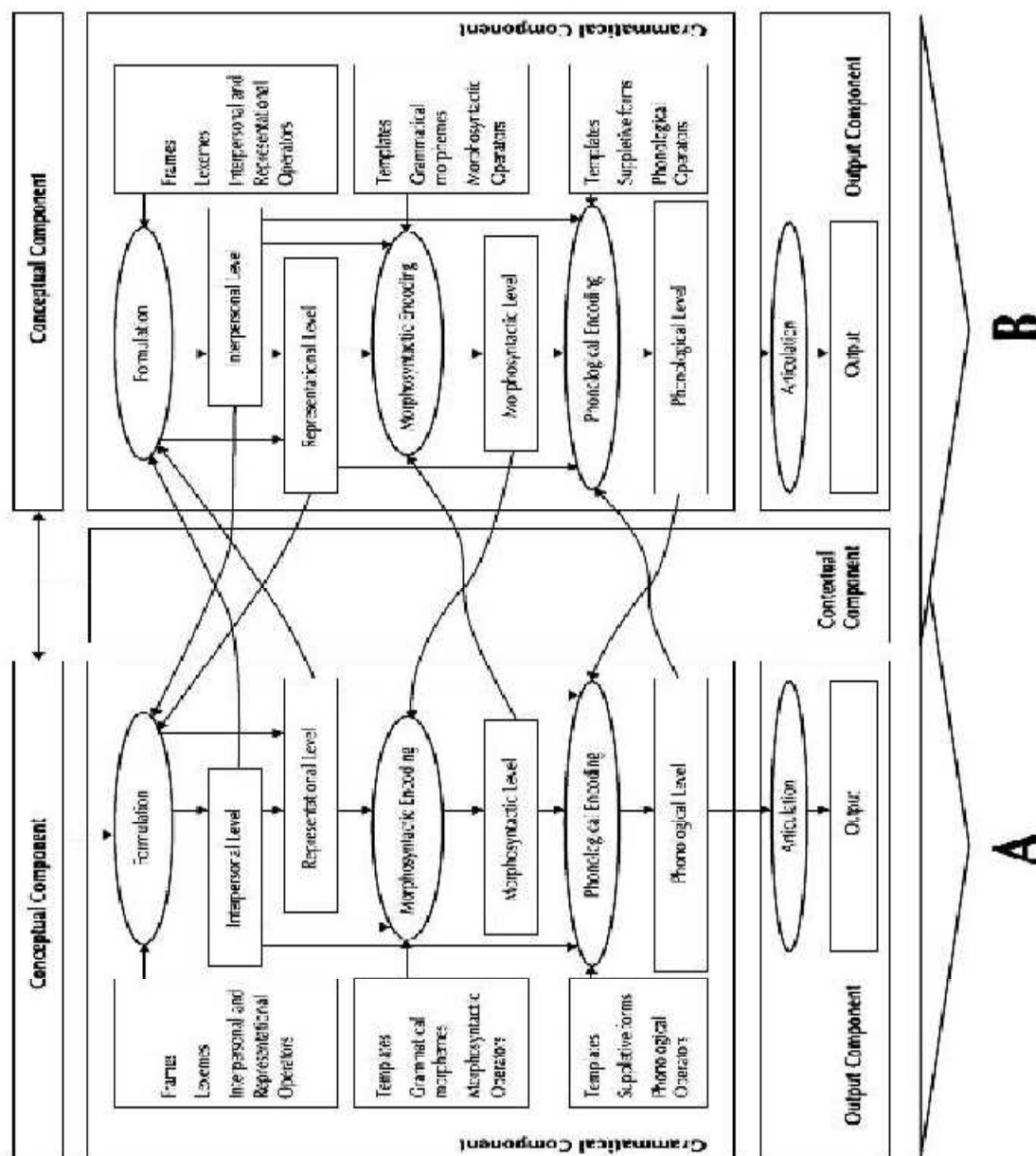


Figura 3. Gramática Discursivo-Funcional dos diálogos

A interação verbal já não deve ser encarada como a transferência de informação da falante para o ouvinte, como na GDF padrão, mas como um processo de alinhamento mútuo dos vários níveis da gramática dos ambos intervenientes. Afinal, a falante que está formulando e codificando uma mensagem acaba de descodificar outra e, por isso, inspira-se em todos os detalhes dessa mensagem anterior: a estrutura pragmática, semântica, morfossintática e fonológica e até fonética. É um tipo de ajuda da parte do outro interlocutor, que continua a ajudar com retroalimentação, reações, movimentos dos olhos, gestos manuais, etc. Claro, há um elemento criativo nas palavras humanas, que vem do Componente Conceitual irreduzivelmente individual. Mas também os interlocutores compartilham muito. A conclusão é a de que o ouvinte desempenha um papel na co-construção dos vários níveis da gramática da falante, enquanto a falante está a construir estruturas que o ouvinte está a antecipar.

## Considerações finais

Concluo que há três possibilidades para o futuro da adequação psicológica na GDF. Pode-se estar de acordo com Butler (2008), que analisou a adequação cognitiva na GDF, na RRG de Van Valin e na LSF de Halliday e concluiu que todas falharam. Butler descobre alguns sinais promissores em várias publicações da GDF, mas em termos gerais conclui que “a GDF ainda se concentra demasiadamente nos aspectos puramente gramaticais do modelo, já que não reconhece a importância de uma tentativa mais ambiciosa de atingir um maior grau de adequação cognitiva” (BUTLER 2008, p. 25).<sup>17</sup> Aqueles que concordam com ele terão de estar preparados para abandonar a arquitetura atual da GDF e para aceitar como ponto de partida uma série de conceitos psicológicos e como modo de trabalhar os métodos dos psicólogos, o que Butler acaba por propor. Uma conclusão alternativa seria a de afirmar que a noção da adequação psicológica nunca deveria ter sido desenvolvida. Na primeira seção ficou claro que o aparecimento dessa noção tinha muito a ver com a mentalidade dos anos em que Dik trabalhava. Observou-se que havia várias ambiguidades na interpretação da noção da adequação psicológica e que era mais uma nota promissória do que uma diretriz que norteasse a investigação. No entanto, quem simplesmente se debruçar na gramática sem se preocupar com as implicações psicológicas terá dificuldades com os princípios de uma gramática funcional, que deseja “revelar a instrumentalidade da linguagem no que diz respeito ao que as pessoas fazem e realizam ao usá-la na interação social” (DIK, 1997, p. 3).<sup>18</sup> Há tantos termos que se utilizam diariamente no trabalho funcionalista (tópico, foco, agente, paciente, ato, conteúdo comunicado, etc.) e que estão indissolivelmente associados a noções psicológicas tais como atenção, ativação, memória, interação, intenção, etc. que parece impossível revelar instrumentalidade sem fazer referência à psicologia. Não quero fazer um apelo para um regresso à obscuridade que prevaleceu na história da adequação psicológica na GF e na GDF. Em vez disso, proponho que enfrentemos as dificuldades, delimitemos o tipo de psicologia mais adequado e que reformulemos a adequação psicológica como parte integral da nossa metodologia. Espero ter mencionado alguns elementos para esse trabalho futuro.

### *THE PSYCHOLOGICAL ADEQUACY IN THE GENESIS AND FUTURE OF FUNCTIONAL DISCOURSE GRAMMAR*

*ABSTRACT: It was at a time when the supporters of Generative Grammar believed that syntactic structures had 'psychological reality' that DIK (1978), in his first presentation of Functional Grammar (FG), formulated the notion of 'psychological adequacy', a notion that after all was not to play an important part in the practical implementation of his model. In Functional Discourse Grammar (FDG; HENGEVELD and MACKENZIE 2008), however, the relationship between linguistics and psychology has been foregrounded again, with the model's architecture being motivated by the claim that a grammar will be more effective, the more its organization resembles language processing in the individual. Furthermore, several key concepts of FDG originate directly in psycholinguistics, although critics of FDG consider its psychological ambitions to be either irrelevant or insufficient. In this article, I exemplify various phenomena that have been prominent in the psycholinguistic research of recent years (incrementality, projection, priming, interactive alignment). What emerges may form the basis for future discussions on how grammar and cognitive psychology can enter into a relation of productive cross-fertilization.*

*KEYWORDS: Grammar; Functionalism; Adequacy; Psychology.*

---

<sup>17</sup>“... still remains too bound up with the purely grammatical aspects of the model to take on board the importance of a more ambitious attempt to achieve a greater degree of cognitive adequacy.”

<sup>18</sup> “... to reveal the instrumentality of language with respect to what people do and achieve with it in social interaction.”

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACUÑA FARIÑA, Juan Carlos. Aspects of the relationship between theories of grammar and theories of processing. *Atlantis*, ano 27, p. 11-27, 2005.
- ANSTEY, Matthew P. Functional Grammar from its inception. In: MACKENZIE, J. Lachlan; GÓMEZ-GONZÁLEZ, María de los Ángeles (org.). *A new architecture for Functional Grammar*. Berlim e Nova Iorque: Mouton de Gruyter, 2004. p. 23-72.
- ANTHONY, Louise M. Rabbit-pots and supernovas: on the relevance of psychological data to linguistic theory. In: BARBER, Alex (org.). *Epistemology of Language*. Oxford: Oxford University Press, 2003. p. 47-68.
- BAKKER, Dik. FG expression rules: from templates to constituent structure. *Working Papers in Functional Grammar*, no. 67. Amsterdã, 1999.
- \_\_\_\_\_. The FG expression rules: a dynamic model. *Revista Canaria de Estudios Ingleses*, ano 42, p. 15-54, 2001.
- \_\_\_\_\_. Agreement: more arguments for the dynamic expression model. In: GROOT, Casper de; HENGVELD, Kees (org.). *Morphosyntactic expression in Functional Grammar*. Berlim: Mouton de Gruyter, 2005. p. 1-40.
- \_\_\_\_\_; SIEWIERSKA, Anna. Towards a speaker model of Functional Grammar. In: MACKENZIE, J. Lachlan; GÓMEZ-GONZÁLEZ, María de los Ángeles (org.). *A new architecture for Functional Grammar*. Berlim e Nova Iorque: Mouton de Gruyter, 2004. p. 325-364.
- BLACK, Maria; CHIAT, Shulamuth. Psycholinguistics without 'psychological reality'. *Linguistics*, ano 19, p. 37-61, 1981
- BOLINGER, Dwight. Syntactic blends and other matters. *Language*, ano 37, p. 366-381, 1961.
- BUTLER, Christopher S. Notes towards an incremental implementation of the Role and Reference Grammar semantics-to-syntax linking algorithm for English. In: HANNAY, Mike; STEEN, Gerard J. (org.). *Structural-functional studies in English grammar*. Amsterdã: Benjamins, 2007. p. 275-307.
- \_\_\_\_\_. Cognitive adequacy in structural-functional theories of language. *Language Sciences*, ano 30, p. 1-30, 2008.
- CANN, Ronnie; KEMPSON, Ruth; MARTEN, Lutz. *The dynamics of language: an introduction*. Amsterdã etc.: Elsevier, 2005.
- CHOMSKY, Noam. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge, MA: MIT Press, 1965.
- DEVITT, Michael. *Ignorance of language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- DIK, Simon C. *Coordination: its implications for the theory of general linguistics*. Amsterdã: North-Holland, 1968.
- \_\_\_\_\_. *Functional Grammar*. Amsterdã: North-Holland, 1978.
- \_\_\_\_\_. Generating answers from a linguistically coded knowledge base. In: KEMPEN, Gerard. (org.). *Natural language generation*. Dordrecht: Nijhoff, 1987. p. 301-314.
- \_\_\_\_\_. Linguistically motivated knowledge representation. In: NAGAO, Makoto (org.). *Language and artificial intelligence*. Amsterdã: North-Holland, 1987. p. 145-170.
- \_\_\_\_\_. Towards a unified cognitive language. In: HEYVAERT, F.J.; STEURS, F. (org.). *World behind words*. Lovaina: Leuven University Press, 1989. p. 97-110.
- \_\_\_\_\_. *The Theory of Functional Grammar*. Part I: The Structure of the Clause. Dordrecht: Foris, 1989.
- \_\_\_\_\_. *The Theory of Functional Grammar*. Part I: The Structure of the Clause. Berlim e Nova Iorque: Mouton de Gruyter, 1997.



- FERREIRA, Fernanda. Syntax in language production: An approach using tree-adjoining grammars. In: WHEELDON, Linda (org.). *Aspects of language production*. Cambridge, MA: MIT Press, 2000. p. 291-330.
- FERREIRA, Victor S.; BOCK, J. Kathryn. The functions of structural priming. *Language and Cognitive Processes*, ano 21, p. 1011-1029, 2006.
- GIVÓN, Talmy (org.). *Topic continuity in discourse: quantitative cross-language studies*. Amsterdã e Filadélfia: Benjamins, 1983.
- HALLE, Morris; BRESNAN, Joan; MILLER, George (org.). *Linguistic theory and psychological reality*. Cambridge, MA: MIT Press, 1981.
- HAWKINS, John A. Processing typology and what psychologists need to know about it. *New Ideas in Psychology*, ano 25, p. 87-107, 2007.
- HENGVELD, Kees. The architecture of a Functional Discourse Grammar. In: MACKENZIE, J. Lachlan; GÓMEZ-GONZÁLEZ, María de los Ángeles (org.). *A new architecture for Functional Grammar*. Berlim e Nova Iorque: Mouton de Gruyter, 2004. p. 1-21.
- \_\_\_\_\_. Dynamic expression in Functional Discourse Grammar. In: GROOT, Casper de; HENGVELD, Kees (org.), *Morphosyntactic expression in Functional Grammar*. Berlim: Mouton de Gruyter, 2005. p. 53-86.
- \_\_\_\_\_. Referential markers and agreement markers in Functional Discourse Grammar. *Language Sciences*, no prelo.
- \_\_\_\_\_; MACKENZIE, J. Lachlan. *Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- HESP, Cees. A critique of FG-CNLU. *Working Papers in Functional Grammar*, no. 35. Amsterdã, 1990.
- JAEGER, T. Florian; NORCLIFFE, Elizabeth J. The cross-linguistic study of sentence production. *Language and Linguistics Compass*, ano 3, no. 4, p. 866-887, 2009.
- KATHOL, Andreas. *Linear syntax*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- KEMPEN, Gerard; HARBUSCH, Karin. Performance Grammar: A declarative definition. In: NIJHOLT, Anton; THEUNE, Mariët; HONDORP, Hendrik (org.), *Computational Linguistics in the Netherlands 2001*. Amsterdã: Rodopi, 2002. p. 148-162.
- LEVELT, Willem J.M. *Speaking*. Cambridge MA: MIT Press, 1989.
- MACKENZIE, J. Lachlan. Functional Discourse Grammar and language production. In: MACKENZIE, J. Lachlan; GÓMEZ-GONZÁLEZ, María de los Ángeles (org.). *A new architecture for Functional Grammar*. Berlim e Nova Iorque: Mouton de Gruyter, 2004. p. 179-195.
- \_\_\_\_\_. Incremental Functional Grammar and the language of football commentary. In: BUTLER, Christopher S.; GÓMEZ-GONZÁLEZ, María de los Ángeles; DOVAL-SUÁREZ, Susana (eds). *The dynamics of language use: functional and contrastive perspectives*. Amsterdam: Benjamins, 2005. p. 113-128.
- \_\_\_\_\_. More tiles on the roof: further thoughts on incremental language production. In: BOYE, Kasper; ENGBERG-PEDERSEN, Elisabeth (org.), *Language usage and language structure*. Berlim e Nova Iorque: Mouton de Gruyter, 2010. p. 263-293.
- \_\_\_\_\_. The study of semantic alternations in a dialogic Functional Discourse Grammar. In: MEDINA, Pilar Guerrero (org.), *Morphosyntactic alternations in English: functional and cognitive perspectives*. Londres: Equinox, 2011. p. 38-61.
- \_\_\_\_\_. Cognitive adequacy in a dialogic Functional Discourse Grammar. *Language Sciences*, no prelo.
- \_\_\_\_\_. The Contextual Component in a dialogic FDG, em prep.

- MILLER, George A. Some psychological studies of grammar. *American Psychologist*, ano 11, p. 748-762, 1962.
- NUYTS, Jan. *Aspects of a cognitive-pragmatic theory of language: on cognition, functionalism and grammar*. Amsterdã e Filadélfia: Benjamins, 1992.
- O'GRADY, William. *Syntactic carpentry: an emergentist approach to syntax*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 2005.
- PICKERING, Martin J.; FERREIRA, Victor S. Structural priming: a critical review. *Psychological Bulletin*, ano 134, no. 3, p. 427-459, 2008.
- \_\_\_\_\_; GARROD, Steven. Toward a mechanistic psychology of dialogue. *Behavioral and Brain Sciences*, ano 27, p. 169-226, 2004.
- SAPIR, Edward. La réalité psychologique des phonèmes. *Journal de Psychologie Normale et Pathologique*, ano 30, p. 247-265, 1933.
- SCHEGLOFF, Emanuel A. Recycled turn beginnings: a precise repair mechanism in conversation's turn-taking organisation. In: BUTTON, Graham; LEE, John R.E. (org.). *Talk and social organisation*. Clevedon: Multilingual Matters, 1987. p. 70-85.
- SLEZAK, Peter. Linguistic explanation and 'psychological reality'. *Croatian Journal of Philosophy* ano 9, no. 25, p. 1-39, 2009.
- SOAMES, Scott. Linguistics and psychology. *Linguistics and Philosophy*, ano 7, p. 155-179, 1984.
- TANAKA, Hiroko. Turn-projection in Japanese talk-in-interaction. *Research on Language and Social Interaction*, ano 33, p. 1-38, 2000.
- TANNEN, Deborah. *Talking voices: repetition, dialogue, and imagery in conversational discourse*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- VAN VALIN, Jr., Robert D; LAPOLLA, Randy. *Syntax: structure, meaning and function*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

## GDF: Uma Teoria Gramatical ou Uma Teoria do Uso?<sup>19</sup>

Erotilde Goreti PEZATTI<sup>20</sup>

**RESUMO:** A linguística funcional tem como princípio o de que toda a explicação linguística deve ser buscada na relação entre linguagem e uso, ou na linguagem em uso no contexto social, o que torna obrigatória a tarefa de explicar o fenômeno linguístico com base nas relações que, no contexto sociointeracional, contraem falante, ouvinte e a pressuposta informação pragmática de ambos. De acordo com os princípios estabelecidos na Gramática Funcional (Dik, 1997), a Gramática Discursivo-Funcional, que dela deriva e a expande, representa uma abordagem que leva em conta a natureza situada da comunicação linguística e, por isso, apresenta uma explicação da inter-relação entre linguagem e contexto. Esta apresentação propõe mostrar que a Gramática Discursivo-Funcional constitui uma teoria sobre a gramática que tenta refletir as evidências psicolinguísticas em sua arquitetura básica. Apresenta-se como uma teoria que permite aplicação em dados reais de língua, mostrando-se capaz de adequadamente explicá-los, psicológica, tipológica e pragmaticamente. Caracteriza-se, portanto, como um funcionalismo moderado, pois entende que a gramática é moldada pelo uso, mas, em termos sincrônicos, constitui um sistema que deve ser descrito e correlacionado com funções no discurso. Constitui, portanto, uma *teoria gramatical* que leva em consideração o uso, mas não se constitui como uma *teoria do uso*.

**PALAVRAS-CHAVE:** Funcionalismo; Gramática Funcional; Gramática Discursivo-Funcional.

### Funcionalismo

Não pretendo neste momento me deter na já tão discutida questão funcionalismo *versus* formalismo. Essa inevitável questão será abordada mais à frente. Vou começar trazendo alguns princípios da linguística funcional, voltando o olhar para o funcionalismo holandês, objeto deste artigo.

A linguística funcional encontra bases explanatórias na função que as unidades estruturais exercem e nos processos diacrônicos recorrentes que têm, em sua maioria, motivação funcional. A linguagem é vista como uma ferramenta cuja forma se adapta às funções que exerce e, desse modo, ela pode ser explicada somente com base nessas funções, que são em última análise comunicativas.

O princípio de que toda explicação linguística deve ser buscada na relação entre linguagem e uso, ou na linguagem em uso no contexto social, torna obrigatória a tarefa de explicar o fenômeno linguístico com base nas relações que, no contexto sociointeracional, contraem falante, ouvinte e a pressuposta informação pragmática de ambos.

O enfoque da linguagem como um instrumento de interação social tem por objetivo revelar a instrumentalidade da linguagem em termos de situações sociais. Segundo Dik (1989), a interação verbal é uma forma de atividade cooperativa estruturada, em torno de regras sociais, normas ou convenções. As regras propriamente linguísticas devem ser consideradas instrumentais em relação aos objetivos comunicativos da interação verbal. Desse modo, o compromisso principal do enfoque funcionalista é descrever a linguagem não como um fim em si mesmo, mas como um requisito pragmático da interação verbal (cf. DIK, 1989, p. 2). No enfoque funcionalista, a pragmática representa o componente mais abrangente, no interior do qual se deve estudar a semântica e a sintaxe: a semântica é dependente da pragmática, e a sintaxe, da semântica.

Isso significa que toda e qualquer abordagem funcionalista leva em consideração o uso que os falantes fazem de sua língua com o objetivo de interagir e se comunicar com seus

---

<sup>19</sup> Texto apresentado na mesa-redonda intitulada *Funcionalismo e Gramática: teoria gramatical ou teoria do uso?*, no I Simpósio Internacional de Linguística Funcional - SILF 2011.

<sup>20</sup> UNESP – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Departamento de Estudos Linguísticos e Literários - São José do Rio Preto/SP - CEP: 15054-000. Email: pezatti@ibilce.unesp.br

semelhantes. É claro, portanto, que com o funcionalismo aqui focado – o holandês – não poderia ser diferente. Começamos pelo princípio: a Gramática Funcional de Simon Dik.

## Gramática Funcional

Segundo Dik (1989), uma abordagem funcional de estudo das línguas naturais se propõe a construir um “modelo” do usuário de língua natural, observando como esses usuários de língua natural “trabalham”, ou seja, como falantes e ouvintes têm sucesso na comunicação uns com os outros por meio do uso de expressões linguísticas.

Para tanto, Dik desenvolve uma teoria de Gramática Funcional (GF) que pretende reconstruir parte das capacidades linguísticas do usuário de língua natural (ULN). A GF é, portanto, uma teoria geral concernente à organização gramatical das línguas naturais.

Dik entende (1981, 1989) que uma gramática funcional deve conformar-se a três princípios de adequação explanatória, especialmente de natureza descritiva: adequação pragmática, adequação psicológica e adequação tipológica.

A *adequação psicológica* define a compatibilidade entre a descrição gramatical e hipóteses psicológicas fortemente evidentes a respeito do processamento lingüístico, em termos de princípios e estratégias que determinam a maneira como as expressões linguísticas são percebidas, interpretadas, processadas, armazenadas, recuperadas e produzidas. Tais modelos psicológicos dizem respeito tanto ao modo como os falantes constroem e formulam expressões linguísticas (*modelos de produção*) quanto ao modo como o ouvinte processa e interpreta expressões linguísticas (*modelos de compreensão*).

Outro requisito metodológico para uma teoria funcional da linguagem – o da *adequação tipológica* – diz respeito ao fato de que, além de ser capaz de fornecer gramáticas para línguas tipologicamente diferentes, ela deve, ao mesmo tempo, explicar as similaridades e as diferenças entre os diferentes sistemas linguísticos.

Uma gramática funcional deve ser concebida como uma teoria integrada a um modelo de usuário de língua natural. Assim, constitui uma de suas tarefas revelar as propriedades das expressões linguísticas em relação à descrição das regras que regem a interação verbal. Dessa forma, o padrão de *adequação pragmática* é o que apresenta maior peso numa teoria que pretende ser funcionalista. A Gramática (Discursivo-)Funcional inclui-se por definição numa teoria pragmática de linguagem, tendo a interação verbal como objeto de análise.

Uma teoria relativa à organização das línguas naturais, que se fundamenta no paradigma funcional, tem como objetivo central a construção de um *modelo de usuário de língua natural* (M. ULN). Não significa isso, conforme ressalta Dik (1989), considerar o usuário de língua natural (ULN) uma 'tábua rasa' ou um 'animal linguístico'. No modelo da Gramática Funcional (GF), reconhece-se que o uso comunicativo da língua envolve funções humanas de níveis mais elevados do que a *função linguística*. Assim, na construção de um M. ULN são consideradas as seguintes capacidades humanas (livremente traduzidas de Dik, 1989:1).

- (i) *capacidade linguística*: o ULN é capaz de produzir e interpretar corretamente expressões linguísticas de grande complexidade e variedade estrutural em um grande número de situações comunicativas.
- (ii) *capacidade epistêmica*: o ULN é capaz de construir, manter e explorar uma base de conhecimento organizado; ele pode derivar conhecimento a partir de expressões linguísticas, armazenar esse conhecimento de forma apropriada, recuperá-lo e utilizá-lo na interpretação de expressões linguísticas posteriores.

- (iii) *capacidade lógica*: munido de certos conhecimentos, o ULN é capaz de derivar conhecimentos adicionais por meio de regras de raciocínio, controladas por princípios tanto de lógica dedutiva quanto probabilística.
- (iv) *capacidade perceptual*: o ULN é capaz de perceber seu ambiente, derivar conhecimento a partir de suas percepções e usar esse conhecimento não só na produção como também na interpretação de expressões linguísticas.
- (v) *capacidade social*: o ULN não somente sabe *o que* dizer a um determinado interlocutor mas também *como* dizê-lo, em uma situação comunicativa particular, a fim de atingir metas comunicativas particulares.

A interação social é vista, nesse modelo teórico, como uma atividade estruturada (e não aleatória), já que é governada por normas e convenções, e cooperativa, uma vez que necessita de pelo menos dois participantes para que seja realizada. Na interação verbal, os participantes servem-se de certos instrumentos que, no sentido geral do termo, são denominadas *expressões linguísticas*. Essas expressões são elas mesmas novamente entidades estruturadas, i.e, governadas por regras e princípios que determinam sua formação.

Sob o ponto de vista funcional, a análise linguística envolve dois tipos de sistemas de regras, ambos reforçados pela convenção social:

- (i) as regras que governam a constituição das expressões linguísticas (regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas);
- (ii) as regras que governam os padrões de interação verbal em que essas expressões linguísticas são usadas (regras pragmáticas).

O sistema de regra (i) é visto como instrumental com relação aos objetivos e propósitos do sistema de regra (ii): o requisito básico do paradigma funcional é que as expressões linguísticas devam ser descritas e explicadas em termos da organização geral estabelecida pelo sistema pragmático de interação verbal. E a própria interação verbal deve ser vista como integrada a funções cognitivas mais altas de ULN.

Considerando, então, que a língua é um instrumento de interação social entre seres humanos, cuja função principal é estabelecer comunicação entre seus usuários, as expressões linguísticas devem ser analisadas em circunstâncias efetivas de interação verbal e suas propriedades são codeterminadas pela informação contextual e situacional disponível aos interlocutores.

A expressão linguística é uma mediação entre a intenção do falante e a interpretação do ouvinte. Para Dik, a produção das expressões linguísticas, na interação social por meio da linguagem, depende de três fatores:

- (i) da intenção do falante;
- (ii) da informação pragmática do falante;
- (iii) da antecipação que ele faz da interpretação do ouvinte.

Já a interpretação do ouvinte depende:

- (vi) da própria expressão linguística;
- (v) da informação pragmática;
- (vi) da hipótese do ouvinte sobre a intenção comunicativa do falante.

O Falante organiza suas expressões linguísticas de acordo com a avaliação que elabora da informação pragmática do Ouvinte (Destinatário) no momento da enunciação. Seu objetivo é levar o Destinatário a efetuar alguma mudança em sua informação pragmática, isto é, o

conjunto completo de conhecimento, crenças, suposições, opiniões e sentimentos disponíveis aos interlocutores (Falante e Ouvinte) no momento da interação.

### A Gramática Discursivo-Funcional

De acordo com os princípios estabelecidos por Dik (1997, p. 6), em sua Gramática Funcional, a Gramática Discursivo-Funcional (GDF), que dela deriva e a expande, representa uma abordagem que leva em conta a natureza situada da comunicação linguística e, por isso, apresenta uma explicação da inter-relação entre linguagem e contexto.

Apesar do nome, a GDF não se propõe a ser uma ‘gramática do discurso’, mas sim um modelo de estrutura de língua que explica o fato de ser ela um instrumento usado pelo falante para engajar-se em uma interação verbal com o outro. Assim a concepção de contexto que emerge da GDF parte do pressuposto de que os vários aspectos dele servem sistematicamente para motivar determinadas formas de enunciados.

A GDF (HENGEVELD, 2004b, 2005) é entendida como uma arquitetura modular, com uma organização de cima para baixo, ou seja, do discurso para a forma das expressões linguísticas, pois considera que a construção de expressões linguísticas se inicia na codificação da intenção do falante e se desenvolve até a articulação. Essa direção é motivada pela suposição de que um modelo de gramática será mais eficaz quanto mais sua organização se assemelhar ao processamento linguístico no indivíduo, um processo descendente, conforme mostram estudos psicolinguísticos (por exemplo, LEVELT, 1989). A implementação da GDF reflete esse processo e é organizada de acordo com ele. Isso não significa, no entanto, que a GDF seja um modelo do Falante: a GDF é uma teoria sobre a gramática que tenta refletir as evidências psicolinguísticas em sua arquitetura básica. (Hengeveld e Mackenzie, p. 3, no prelo). Atende, portanto, à adequação psicológica (cf. Dik, 1997).

Dessa forma, a arquitetura geral da GDF é constituída de quatro componentes: o conceitual, o contextual, o gramatical e o de saída (cf. Fig. 1 abaixo).

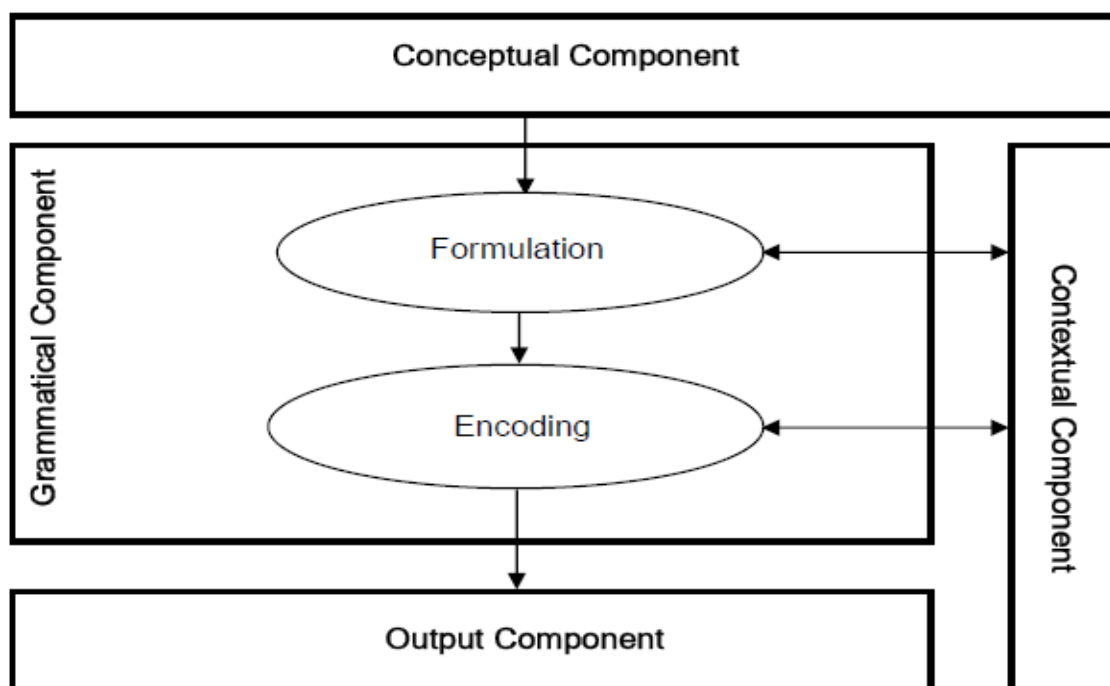


Figura. 1. GDF como parte de uma teoria de interação verbal mais ampla (HENGEVELD E MACKENZIE, 2008: 6)

O Componente Conceitual é pré-linguístico. Ele é responsável pelo desenvolvimento tanto da intenção comunicativa relevante para o evento de fala corrente, quanto das conceitualizações associadas relativas a eventos extralinguísticos relevantes, sendo, dessa forma, a força motriz do Componente Gramatical como um todo. Nele, a intenção comunicativa (por ex.: aviso de perigo) e a representação mental correspondente (por ex.: o evento causador de perigo) são relevantes.<sup>21</sup>

Esse modelo assume que a intenção do falante não surge em um *vacuum*, mas sim em um multifacetado contexto comunicativo. Uma dessas facetas constitui o Componente Contextual. Esse componente contém dois tipos de informação:<sup>22</sup>

- (i) a informação imediata (de curto prazo) recebida do Componente Gramatical relativa a um enunciado particular que é relevante para a forma que os enunciados subsequentes assumem;<sup>23</sup>
- (ii) informações de longo prazo sobre a interação corrente que é relevante para as distinções que são requeridas na língua em uso e que influenciam a formulação e a codificação nesta língua.<sup>24</sup>

Em termos gerais, esses dois tipos de informação podem ser equacionados com as dimensões ‘texto’ e ‘discurso’ respectivamente, como concebidos por Cornish (2009). O Componente Contextual contém a descrição do conteúdo e da forma do discurso precedente, do contexto real perceptível em que ocorre o evento de fala e das relações sociais entre os participantes. Esse tipo de informação é relevante para muitos processos gramaticais, tais como encadeamento narrativo, reflexividade e voz passiva. Assim fatores relativos a questões de gênero, registro, estilo etc. são aspectos do contexto de interação que podem ter impactos sobre as escolhas linguísticas do falante. Desse modo, somente quando o contexto tem um impacto sistemático sobre as escolhas gramaticais disponíveis para o falante na formulação é que esses aspectos merecem explicação.

Em português, informação vinda do contexto situacional, tal como a diferença de gênero (sexo) e a de relação social, é relevante para a codificação. Em (01), a escolha da forma ‘senhora’ em vez de ‘você’ reflete a formalidade da relação entre os interlocutores; já a escolha de *bonita* (e não *bonito*) e de *senhora* (e não de *senhor*) sinaliza o gênero (sexo) do Destinatário. A relação social e o gênero são especificações do Componente Contextual.

(01) Como a *senhora* está *bonita*!

Como mostra a Fig. 1, o *input* do Componente Contextual não só vem do resultado da Formulação como também do resultado da Codificação, ou seja, dos níveis Morfossintático e Fonológico. É por isso que a referência anafórica é possível não só a partir de constructos pragmáticos e semânticos, mas também de seções de estruturas oracionais morfossintáticas e de estruturas de enunciados fonológicos.

O Componente Contextual alimenta as operações de formulação e codificação, ao disponibilizar antecedentes, referentes visíveis e participantes do ato de fala que podem influenciar a composição do Ato Discursivo subsequente. Para criar uma especificação contextual, o Ouvinte tem de reconstruir todos os níveis de representação dentro da gramática com base no *output* real da gramática, i. e., o enunciado fonético. A GDF parte da perspectiva da produção linguística e concentra-se no Componente Gramatical.

<sup>21</sup> Confira Dik, 1997: capacidade epistêmica e capacidade perceptual.

<sup>22</sup> Simbolizado na Fig. 1 pelas flechas de mão dupla do Componente Contextual para o Gramatical.

<sup>23</sup> Confira Dik, 1997: capacidade social/perceptual.

<sup>24</sup> Confira Dik, 1997: capacidade epistêmica.

O Componente gramatical, como o próprio nome revela, constitui a gramática de uma língua natural. A operação de formulação converte a intenção comunicativa em representações pragmáticas e semânticas (Formulação), que, no próximo estágio, são convertidas em representações morfossintáticas e fonológicas (Codificação) por meio das operações de codificação; essas representações constituem o *output* da gramática e ao mesmo tempo o *input* para a operação final de articulação, cujo resultado é a expressão linguística.<sup>25</sup>

O Componente de saída gera as expressões acústicas ou escritas com base na informação fornecida pelo Componente Gramatical. Sua função pode ser entendida como a tradução da informação digital (isto é, categorial, baseada em oposição) na gramática para uma forma analógica (isto é, continuamente variável).

## Arquitetura da GDF

A arquitetura geral da própria GDF, em relação aos componentes que a ladeiam, agora pode ser representada como na Fig. 2, em que o Componente Gramatical é apresentado no centro, o Componente Conceitual no topo, o Componente de Saída na parte inferior e o Componente Contextual à direita.

Uma característica distintiva da GDF, mostrada na Fig. 2, é a sua rigorosa arquitetura descendente: a GDF começa com a intenção do Falante e se desenvolve até a articulação. Essa direção é motivada pela suposição de que um modelo de gramática será mais eficaz quanto mais sua organização se assemelhar ao processamento linguístico no indivíduo.

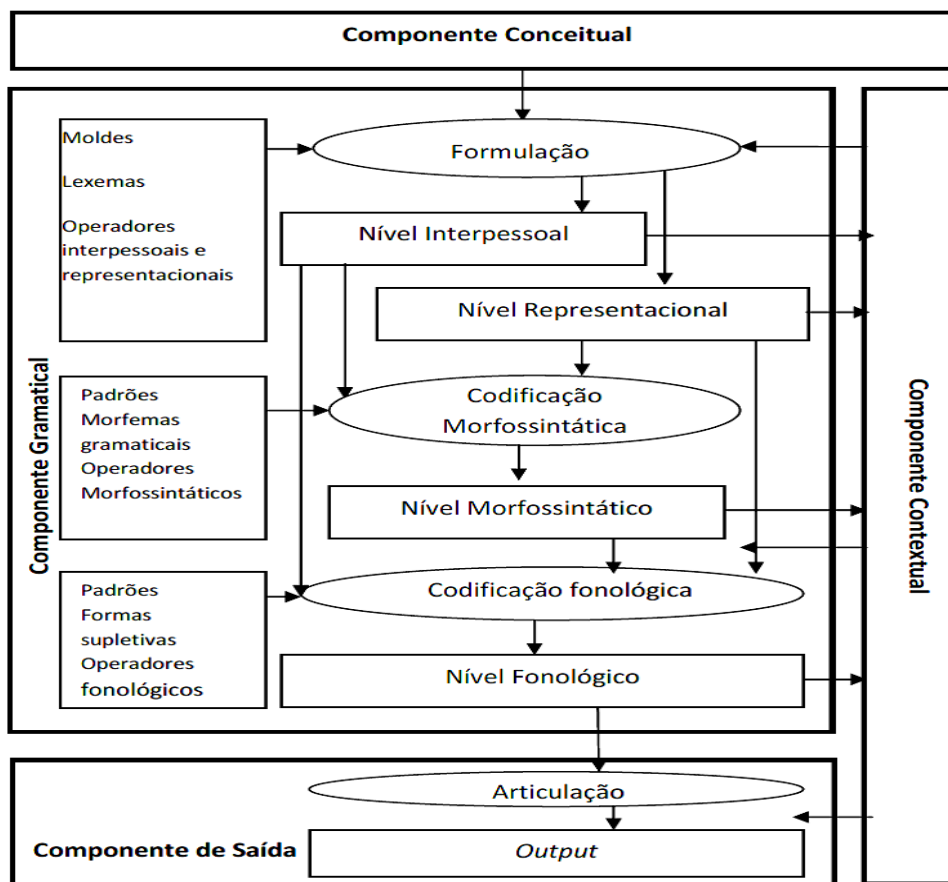


Figura 2. Arcabouço geral da GDF(HENGVELD e MACKENZIE, 2008, p. 13)

<sup>25</sup> ConfiraDik, 1997: adequação tipológica.



O Componente Gramatical abrange os aspectos pragmáticos, semânticos, morfossintáticos e fonológicos, que constituem quatro níveis: respectivamente Interpessoal, Representacional, Morfossintático e Fonológico; as regras de formulação e codificação bem como os primitivos necessários, representados, na Fig. 2, por meio de elipses, quadrados e retângulos: elipses são reservadas para operações; os quadrados, para primitivos, e retângulos, para níveis de representação produzidos pelas operações.

No componente Gramatical, a intenção comunicativa (por ex.: aviso de perigo) e a representação mental correspondente (por ex.: o evento causador de perigo) são relevantes. Por meio da operação de Formulação essas representações conceituais são traduzidas em representações pragmáticas, no Nível Interpessoal, e semânticas, no Nível Representacional. As regras usadas na Formulação são específicas de cada língua<sup>26</sup>. Como resultado, representações conceituais similares podem receber representações pragmáticas e semânticas diferentes em diferentes línguas. (Ex. neve, nome de cores).

As regras de formulação fazem uso de um conjunto de primitivos que contém Moldes, Lexemas e Operadores (interpessoais e representacionais). As configurações nos níveis Interpessoal e Representacional são traduzidas em estruturas morfossintáticas na Codificação Morfossintática. As regras de Codificação Morfossintática deságuam em um conjunto de primitivos que contém Padrões morfossintáticos, Morfemas gramaticais e Operadores morfossintáticos. Similarmente, as estruturas dos níveis Interpessoal, Representacional e Morfossintático são traduzidas em estrutura fonológica no Nível Fonológico. As regras de codificação fonológica deságuam em um conjunto de primitivos que contém Padrões fonológicos, Formas supletivas e Operadores fonológicos.

Ao organizar o Componente Gramatical desse modo, a GDF considera a abordagem funcional de língua em seu extremo lógico: dentro da organização *top-down* da gramática, a pragmática comanda a semântica; a pragmática e a semântica comandam a morfossintaxe, e a pragmática, a semântica e a morfossintaxe comandam a fonologia.

Os quatro níveis de representação dentro da gramática alimentam o Componente Contextual, capacitando subsequente referência a vários tipos de entidades relevantes para cada um desses níveis uma vez introduzidos no discurso.

Considerando que a produção começa com as intenções comunicativas, que são processadas de cima para baixo, a eficiência do modelo da GDF é proporcional ao modo como ela representa a produção linguística. Na Fig. 2 acima, os percursos são representados por flechas. As flechas horizontais referem-se ao conjunto de primitivos de várias operações. A implementação dinâmica, que é representada por flechas verticais, indica o Princípio de Profundidade em Primeiro Lugar e o Princípio de Profundidade Máxima, ambos destinados a acelerar a implementação da gramática. O Princípio de Profundidade em Primeiro Lugar afirma que a informação de certo nível é enviada para um nível mais baixo logo que o *input* informacional necessário para esse nível estiver completo, enquanto o Princípio de Profundidade Máxima assegura que somente os níveis de representação relevantes para a construção (de certo aspecto) do enunciado são usados na produção desse (aspecto do) enunciado (HENGEVELD, 2005, p.73).

Cada um dos níveis de representação dentro do Componente Gramatical é estruturado de modo próprio. O que todos eles têm em comum é uma organização hierarquicamente ordenada em camada, ou seja, são dispostos numa estrutura em camadas. Cada camada é composta de um Núcleo (obrigatório), que pode ser restringido por um Modificador (opcional), especificado por um Operador e ter uma Função. Núcleos e Modificadores ( $\Sigma$ ,  $\sigma$ ) representam estratégias lexicais, enquanto operadores ( $\pi$ ) e funções ( $\Phi$ ) representam

---

<sup>26</sup> A GDF não pressupõe noções semânticas e pragmáticas universais.

estratégias gramaticais. Função é sempre relacional e ocorre entre unidades da mesma camada, enquanto operador se aplica a uma unidade em si mesma.

**Respondendo à pergunta:***Gramática Discursivo-funcional: teoria gramatical ou teoria do uso?*

Como se pode ver, a GDF é um modelo gramatical que assume os princípios do funcionalismo linguístico. Isso significa que assume o pressuposto de que as propriedades de enunciados linguísticos são adaptáveis aos objetivos comunicativos que o usuário de língua, na interação com outros usuários, procura alcançar ao usar tais enunciados. Sua própria arquitetura, no entanto, deixa entrever o pressuposto de que há sistematicidade no uso da língua, e que essa sistematicidade pode ser formalizada.

Como os próprios autores afirmam (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 25), a GDF ocupa uma posição intermediária entre um funcionalismo radical e um formalismo radical. Vamos entender essa questão.

O *funcionalismo radical* nega a realidade cognitiva da estrutura linguística e vê a forma linguística como uma efêmera manifestação da tentativa do usuário de língua alcançar seus propósitos comunicativos. Assim baseia-se completamente no uso linguístico, o que envolve um exame detalhado de dados obtidos de *corpus* e extração de generalizações indutivas que tipicamente pertencem somente à língua sob consideração. Padrões obtidos dos dados são vistos como emergentes e não como reflexos de qualquer tipo de estrutura. O representante máximo dessa posição é Hopper (1987, p. 142), que considera a estrutura como um epifenômeno (produto acidental), sempre provisório e negociável.

O *formalismo*, por outro lado, é fortemente comprometido com a existência de estrutura mental, ou seja, a instituição do que é tipicamente considerado inato. As propriedades subjacentes aos fenômenos linguísticos não podem ser entendidos diretamente dos dados. Ou seja, os enunciados refletem um sistema subjacente que é regido por regras que prediz a forma assumida pela unidade linguística idealizada. O formalismo radical é uma manifestação extrema desse ponto de vista e limita o estudo linguístico à investigação desse sistema velado, totalmente independente do uso.

A GDF fica entre esses dois extremos. Como o modelo formalista, procura descrever de um modo explícito e altamente formalizado o conhecimento que subjaz a um potencial usuário de língua para se comunicar em sua língua. Considera que o usuário detém o conhecimento tanto das unidades (lexemas, auxiliares, fonemas, constituintes sintáticos) quanto do modo como essas unidades podem ser combinadas (em Atos Discursivos, Proposições, Orações e Sintagmas entonacionais). Esse conhecimento goza de um alto grau de estabilidade, de tal modo que permite a comparação entre as línguas, revelando tendências universais na estrutura linguística, como estudada na tipologia linguística. Por outro lado, a GDF assume que esse conhecimento das unidades e suas combinações é instrumental na comunicação interpessoal e surge como resultado de processos históricos: formas que servem aos falantes através dos tempos são sedimentadas em um repertório disponível para os usuários de língua e são adaptados aos seus propósitos. Essas formas disponíveis aos usuários são variáveis entre as línguas, mas dentro de um limite. Ou seja, os limites de variação são determinados por uma gama de propósitos comunicativos expostos a todos os usuários da língua e por restrições cognitivas a que estão sujeitos. Assim, a GDF não só oferece um inventário de formas, mas também procura esclarecer como essas formas são combinadas na interação verbal. Essa posição dualista da GDF indica sua orientação voltada tanto para a forma e como para a função. Nesse caso opõe-se ao funcionalismo radical.

A GDF reconhece que as formas assumidas pelos enunciados são variáveis mas limitadas pelas necessidades comunicativas do usuário, ou seja, a GDF consegue explicar a

variação de forma entre as línguas em termos de cognição e comunicação humanas. Ela admite que a convenção social pode exigir que os enunciados linguísticos disponham de certas propriedades, que devem ser consideradas na descrição linguística, mas as propriedades que não determinam o funcionamento da língua estão fora do escopo da GDF. Assim, o estilo de uma carta oficial e de um e-mail informal está fora da GDF, uma vez que se relaciona com normas de comunicação e não com propriedades do sistema linguístico. No entanto, uma norma de comunicação que afeta o sistema, por exemplo, introduzindo oposições sistemáticas que refletem relações interpessoais (como morfologia honorífica, pronomes de intimidade e distância), deve ser explicada pela GDF.

Na verdade a GDF constitui uma *gramática estrutural-funcional* (cf. BUTLER, 2003), termo que adequadamente descreve seu estatuto intermediário, uma vez que, ao mesmo tempo que aceita ser a gramática moldada pelo uso, a GDF sustenta que, em termos sincrônicos, a gramática de uma língua é de fato um sistema, que deve ser descrito e correlacionado com funções no discurso. (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p.29).

Por isso a GDF ocupa uma posição intermediária entre o funcionalismo radical, representado pela Gramática Sintêmico-Funcional (GSF) de Halliday e o formalismo radical, representado pela *Role Reference Grammar* (RRG) de Van Valin.

O que aproxima a GDF da GSF é a sua orientação para o uso da língua em contextos sociais, limitando-se, no entanto, aos reflexos sistemáticos dos significados sociais. A GSF toma o texto como objeto de descrição linguística, enquanto a GDF procura explicar as propriedades sistemáticas do Ato Discursivo (a unidade mínima de comunicação) dentro de um Movimento interativo do usuário de língua, não sendo, portanto, uma gramática do discurso. Além disso, a GDF se concentra na dimensão individual e psicológica do usuário de língua e não na dimensão social, apesar de os dois aspectos estarem muito conectados na interação social que é mediada pelos aspectos psicológicos do indivíduo. Enquanto a GDF tem uma forte orientação tipológica, procurando dar uma teoria geral para a pesquisa linguística, a GSF centra-se na descrição de línguas individuais. Para a GDF, as relações textuais gramaticalmente relevantes são explicadas dentro de cada nível: no Nível Representacional, Estados-de-coisas são agrupados em Episódios, e no Nível Interpessoal, Atos Discursivos são agrupados em Movimentos.

A RRG, por outro lado, toma a unidade sintática de oração como seu objeto de atenção, que recebe uma única forma de representação, tanto sintática quanto semântica. Como a GDF é orientada para o Ato Discursivo, a oração é apenas uma possível forma sintática, cuja representação convive pacificamente com outras duas, a semântica e a pragmática. A distinção central entre a RRG e a GDF é que o ponto de partida da primeira é o predicado como uma unidade sintático-semântica, enquanto a última procura dar uma análise do Ato Discursivo como uma unidade interacional, sendo o predicado introduzido na estrutura emergente onde for necessário.

NaGDF, o ponto de partida é o Ato Discursivo como uma unidade de interação real. Dessa forma, a GDF naturalmente abre caminho para a análise de língua com base em dados.

Sinclair (1992) observa (i) que é importante estar aberto a padrões quantitativamente observáveis na língua e (ii) que a língua reserva uma riqueza de padrões significativos. Sendo assim, não há incompatibilidade entre procurar padrões significativos que emergem de um tratamento de *corpora* e ter, de antemão, hipóteses prévias que apontem caminhos possíveis de serem seguidos no tratamento de dados.

Segundo Santana (2010, p. 138), ao se lidar com *corpora*, há duas alternativas: (i) é possível olhar para um domínio funcional como se tudo nele fosse novo e observar, no *corpus*, como esse domínio funcional aparece codificado; (ii) ou, com base num arcabouço teórico, é possível levantar algumas categorias analíticas e, a partir do *corpus*, observar se as hipóteses que estão por trás da distribuição dessas categorias se confirmam ou não. Nesse

caso, as categorias de análise já estão previstas, e o *corpus* é o lugar em que elas devem manifestar-se, como uma forma de contornar os problemas de intuição.

É perfeitamente possível, sob o arcabouço da GDF, lidar com dados em situações reais de uso de língua, ou seja, com um *corpus*. Segundo Butler (2004, p. 153), há dois diferentes enfoques para uso de *corpus*: o enfoque *corpus-based* e o *corpus-driven*. No primeiro caso, a metodologia se beneficia do *corpus* para interpretar, testar ou exemplificar teorias e descrições que já foram formuladas antes de grandes *corpora* se tornarem disponíveis ao estudo linguístico. No segundo caso, o compromisso do linguista é com a integridade dos dados como um todo, e as descrições abrangem evidências do *corpus*. Desse modo, o *corpus* é mais do que um depósito de exemplos que apoia as teorias pré-existentes. As demonstrações teóricas são totalmente consistentes com o *corpus* e refletem diretamente as provas fornecidas por ele.

Os trabalhos que se têm desenvolvido no Brasil sob a perspectiva da GDF, de modo geral, assumem o enfoque *corpus-based* (baseado em *corpus*), uma vez que a análise da amostra tem o intuito de fornecer probabilidades para a ocorrência de determinados tipos de construções: parte-se da perspectiva teórica, e, com base no *corpus*, validam-se as hipóteses subjacentes à distribuição das categorias sob investigação (cf. SANTANA, 2010, p.139).

Quando se trabalha com dados reais de fala em situações reais de interação, depara-se, no entanto, com um problema natural que é a possibilidade de não ocorrerem todos os tipos de construções investigadas. Nesse caso, o procedimento metodológico mais eficaz para superar esse tipo de limitação é combinar o levantamento de dados com a construção de exemplos baseados na intuição.

Esse procedimento de combinar dados reais com exemplos construídos não fere os preceitos da GDF, pois, no primeiro caso atende ao pressuposto de que o ponto de partida é o Ato Discursivo como uma unidade de interação real; no segundo, como vimos, ela considera que a gramática de uma língua é de fato um sistema, que deve ser descrito e correlacionado com funções no discurso. Assim, ao mesmo tempo em que se concentra na dimensão individual e psicológica do usuário de língua, ela procura descrever de um modo explícito o conhecimento que subjaz ao usuário para se comunicar em sua língua, pois ele detém tanto o conhecimento das unidades (lexemas, auxiliares, fonemas, constituintes sintáticos) quanto do modo como essas unidades podem ser combinadas (em Atos Discursivos, Proposições, orações e sintagmas entonacionais).

Sendo assim, respondendo à pergunta, é perfeitamente possível afirmar que a GDF constitui um componente de uma teoria mais ampla de interação verbal, que tem como objetivo ser válida para todos os tipos de línguas. É, portanto, uma *teoria gramatical* que leva em consideração o uso, o discurso, mas não se constitui como uma *teoria do uso*. Diferentemente do que ocorre com outros modelos como a Análise da Conversação, a Organização Textual Interativa, a Gramaticalização e a Linguística Textual.

#### FDG: A GRAMMATICAL THEORY OR A THEORY OF USE?

**ABSTRACT:** *The Functional Linguistics takes into account all linguistics explanation must be found in the relationship between language and use, or in the language in use in the social context. This makes the task of explaining the linguistics phenomenon based on the relationship that involves the speaker, the addressee and the presupposed pragmatic information of both, in the social-interactive context. According to the principles established by Functional Grammar (Dik, 1997), the Functional Discourse Grammar, which derives from it and expands it, represents an approach that takes into account the situated nature of the linguistics communication, and because of this, it presents an explanation about the interrelation between language and context. This article proposes to show that the Functional Discourse Grammar constitutes a theory about the grammar which tries to reflect the psycholinguistics evidences in its basic architecture. It is represented as a theory that allows application on real data of language, showing to be able to explain those data psychologically, typologically and*

*pragmatically with adequacy. Therefore, it is characterized as a moderate functionalism, since it is understood that the grammar is made by the use, but, in synchronic terms, constitutes a system that must be described and correlated with functions in the discourse. Therefore, it constitutes a grammatical theory that takes into account the use, but it is not a theory of use.*

*Keywords: Functionalism; Functional Grammar; Functional Discourse Grammar.*

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BUTLER, Christopher S. Functionalist approach to language. In: *Structure and Function: a guide to three major structural-functional theories*. Part 1: Approaches to the simplex clause. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2003.
- BUTLER, Christopher S. Corpus studies and functional linguistic theories. In: Mackenzie, J. L. Simon-Vanderbergen, A. M., Thompson, G. (eds.). *Functions of language* (vol.11, no. 2). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2004, p. 147-186.
- HENGVELD, K. e MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar: A typologically-based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- SANTANA, L. *Motivações funcionais da gradação entre construções encaixadas nominais e verbais*. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2010.
- SINCLAIR, J. M. Trust the text. In: Davies, M e Ravelli, I (eds.). *Advances in Systemic Linguistics: recent Theory and Practice*. London: Pinter, 1992.

## Funcionalismo e gramática: teoria gramatical ou teoria do uso?

Mariangela Rios de OLIVEIRA<sup>27</sup>

**RESUMO:** Este artigo tem basicamente viés teórico, voltando-se para o tratamento da íntima relação entre o nível da gramática, sua regularidade e sistematicidade, e o nível do uso linguístico, na demonstração da indissolubilidade destas duas instâncias. Parte-se das concepções de *gramática* assumidas pelo funcionalismo em vários momentos, para, na sequência, destacar-se a dimensão do uso, com base no conceito da *gramática baseada no uso*, de acordo com Bybee (2010); nesse destaque, ganham relevo subsídios de outras vertentes teóricas dos quais o funcionalismo tem se apropriado mais recentemente, como o cognitivismo, a linguística textual e as Tradições Discursivas. Por fim, citam-se alguns resultados da pesquisa funcionalista atual, que tem investido justamente na interface com as vertentes referidas, na demonstração do campo promissor e fértil que se vislumbra nessa área de pesquisa. Procura-se, assim, demonstrar que a pergunta contida no título deste artigo não constitui, de fato, alternância, uma vez que teoria gramatical e teoria do uso são complementares.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Funcionalismo; Gramática; Discurso; Uso linguístico.*

### Introdução

Neste artigo, discutimos acerca da intrínseca relação entre regularização da estrutura linguística e seus aspectos funcionais, em termos de motivação e frequência de padrões de uso. Com base na vertente dos estudos funcionalistas na linha Traugott (2008), Traugott e Dasher (2005), Heine e Kuteva (2007), Bybee (2010), Bybee e Hopper (2001), Givón (2001), entre outros, voltamo-nos para a defesa da indissociabilidade entre aspectos gramaticais e discursivo-pragmáticos, configuradores dos distintos tipos e níveis das interações ocorrentes e recorrentes na comunidade linguística.

No destaque dessa inter-relação, consideramos ainda outras vertentes teóricas dos estudos linguísticos com as quais temos dialogado<sup>28</sup>. Nessa perspectiva, podemos citar a incorporação de contribuições do cognitivismo (GOLDBERG, 1995, 2006; CROFT, 2001), das Tradições Discursivas - TD (KABATEK, 2006) e dos estudos sobre gêneros textuais (ADAM, 2001), de modo a interpretar de forma mais holística e contingencial os padrões de uso pesquisados.

Para dar conta de nossa proposta, o artigo divide-se em três seções maiores. Na primeira, tratamos mais especificamente da vertente gramatical, de como o funcionalismo tem abordado e compreendido essa instância; nessa parte, destacam-se as acepções que o termo *gramática* tem recebido ao longo dos estudos funcionalistas, o que tem permanecido e o que tem sido redimensionado na trajetória dessas acepções. Na segunda seção, dedicamo-nos à questão dos padrões de uso linguístico e de sua relevância para a regularização da gramática, considerando-se aqui os resultados de pesquisa sobre gramaticalização de construções, TD e gêneros e sequências tipológicas (Marcuschi, 2002). Na seção seguinte, tratamos dessa questão como alternativa teórico-metodológica, na incorporação das duas perspectivas, conforme o entendimento de que se trata de faces da mesma moeda – a gramática e o uso linguístico; para tanto, trazemos os resultados de pesquisas funcionalistas recentes que estão lidando nessa linha de investigação.

---

<sup>27</sup> UFF/Instituto de Letras, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. CEP: 24210-201; mariangela.rios@terra.com.br

<sup>28</sup> O referido *diálogo* tem ocorrido sob a forma da incorporação de contribuições teóricas para a análise interpretativa de uma série de fenômenos no âmbito do conjunto de pesquisas atualmente desenvolvidas pelo Grupo de Estudos *Discurso e Gramática* – UFF.

## A dimensão gramatical

Na vertente dos estudos funcionalistas que desenvolvemos, cujo início data dos anos 70 do século XX nos Estados Unidos, a noção de *gramática* tem passado por refinamento. Desde sua concepção como estrutura *maleável* (BOLINGER, 1977) ou *emergente* (HOPPER, 1987), os pesquisadores funcionalistas continuam hoje a tarefa de (re)definição do que seja *gramática*.

Na fase inicial dos estudos, até mesmo para marcar posição face ao advento gerativista, altamente formalizado, era preciso radicalizar na consideração da maleabilidade da instância gramatical, conforme se encontra em Givón (1979), por exemplo. Já no estágio atual, mais maduro e reflexivo, é preciso reconsiderar essa instância, e como o mesmo Givón (1995) propõe, “levar a sério” a estruturação linguística.

De todo modo, a relação entre gramática e uso linguístico está presente e enfatizada em toda a abordagem funcionalista, em maior ou menor grau. Em Bolinger (1971), declara-se que inferências, no nível discursivo-pragmático, podem constituir referências, no nível gramatical. Na mesma linha, no Brasil, Martelotta, Votre e Cezario (1996, p. 11) afirmam que “a gramática é entendida como o sistema formado pelas regularidades decorrentes das pressões de uso”; frisam os autores que tais pressões são motivadas por um conjunto de fatores, no nível intra e extralinguístico, intervenientes nas situações de interlocução. Também em Furtado da Cunha (2001, p. 10) o verbete *gramática* encontra-se definido como o “modo compartilhado de expressão que resulta das regularidades da língua, decorrentes de pressões cognitivas e, sobretudo, de pressões do uso, em qualquer nível de codificação”. Como podemos observar, nas três definições de gramática apresentadas neste parágrafo, destaca-se a forte vinculação entre motivação discursivo-pragmática e regularização linguística.

Pesquisas funcionalistas mais recentes, ao reelaborarem a dimensão da esfera gramatical, têm destacado alguns aspectos particulares desta dimensão. Segundo Traugott e Dasher (2005), a forma da gramática é motivada complementarmente por fatores de ordem comunicativa e estrutural. Os fatores comunicativos dizem respeito, entre outros, àqueles atinentes à negociação de sentidos no jogo interacional, com destaque para o conceito de *inferência sugerida*, que concerne ao “convite” que o locutor faz a seu interlocutor para partilhar sentidos que resultam de combinações semânticas no contexto discursivo; também pertencem à esfera comunicativa da gramática os conceitos de *subjetificação* e de *intersubjetificação*, que dizem respeito, respectivamente, à expressão de atitudes e crenças do locutor e de sua ação sobre o interlocutor<sup>29</sup>. A vertente estrutural da gramática é ressaltada por Traugott e Dasher (2005, p. 80) por intermédio das estratégias de metonimização, relativas às relações associativas e hierárquicas dos elementos linguísticos na ordem linear de sua expressão; segundo os autores, é a metonímia mais fundamental para a regularização e estabilização da gramática do que a metáfora, que passa a ser vista como consequente das relações metonímicas. O destaque conferido pelos autores às relações de associação, contiguidade e indexicalidade destacam a dimensão estrutural da gramática, numa vertente de concepção que passa a marcar os estudos funcionalistas do século XXI.

Em Heine e Kuteva (2006, p. 332), não se encontra uma definição de *gramática*, mas sim de um “padrão de uso gramatical”, que é concebido como “uma porção de discurso, que pode se referir a uma oração, uma frase ou uma só forma, associada a um mesmo sentido gramatical”.<sup>30</sup> Como podemos observar, esse conceito destaca, como visto em Traugott e Dasher (2005), os aspectos associativos e sistemáticos que levam à regularização do uso

<sup>29</sup> Esses fatores serão abordados mais especificamente na seção seguinte, “A relevância dos padrões de uso”.

<sup>30</sup> Tradução nossa do original: “GRAMMATICAL USE PATTERN: a recurrent piece of discourse, which may consist of a clause, a phrase or a single form which is associated with the same grammatical meaning”.

linguístico. Nesse caso, os autores já nem falam em *gramática*, optando pela referência a um *padrão de uso* acompanhado do atributo *gramatical*. Portanto, podemos inferir que, para Heine e Kuteva (2006), as manifestações linguísticas ocorrem por intermédio de formas de dizer específicas, que, uma vez ritualizadas, por convenção e aceitação geral, tornam-se gramaticais. Trata-se de regularidades de uso tidas como modos prototípicos de mudança replicados através do tempo e das línguas. Tais formas de dizer têm variada dimensão, portanto, relativiza-se inclusive o conceito de categoria gramatical, suas propriedades e extensão.

Outra recente e relevante concepção que nos interessa é a de Bybee (2010, p. 8), segundo a qual a gramática deve ser vista como a “organização cognitiva de experiências com a língua”.<sup>31</sup> Nessa proposta, destacam-se duas vertentes: a dimensão cognitivo-experiencial e a estrutural. De acordo com a primeira, a língua, em termos de sistematização gramatical, é moldada por cinco processos de domínio geral: categorização, encadeamento, memória enriquecida, analogia e associação transmodal. Em relação à segunda vertente, a estrutural, ganham relevo os mecanismos de categorização de instâncias similares de uso em representações mais gerais, correspondentes aos chamados padrões construcionais, nos termos de Goldberg (1995; 2006) e Croft (2001). Assim, Bybee (2010), de forma explícita, defende a forte vinculação entre gramática, uso linguístico e processos cognitivos, destacando os traços de gradiência e variação como constitutivos da esfera gramatical. De acordo com sua proposta de “gramática baseada no uso”, regularidade e irregularidade são traços característicos e indelévels dos usos linguísticos e precisam ser considerados no tratamento da estruturação gramatical.

Os processos convencionais e cognitivos da dimensão gramatical também são considerados por Noël (2007). Segundo o autor, o contexto morfossintático tem papel fundamental na convencionalização de usos linguísticos, conforme também defendem Traugott e Dasher (2005). De acordo com esse ponto de vista, ganham relevo as relações analógicas, que passam a ser consideradas como instâncias motivadoras de usos mais gerais, sistemáticos e propulsores de mudança linguística, com também defende Traugott (2008). Segundo Noël (2007), a gramática é formada de um conjunto de construções, que precisam ser definidas, classificadas e hierarquizadas com vistas à sua descrição e análise. Para o autor, do conjunto dessas construções, interessam aos estudos funcionalistas, mais voltados para fenômenos morfossintáticos na perspectiva da polissemia e da gramaticalização, aqueles arranjos de maior convencionalização. Ainda segundo o autor, estudos funcionalistas ganham rigor e precisão com o viés da gramaticalização de construções, na interface com o cognitivismo<sup>32</sup>. Trata-se do foco no pareamento *forma x significado*, com base no “elo de correspondência simbólica” entre expressão e sentido (Croft, 2001).

Como podemos observar, pela síntese apresentada nesta seção, o conceito de *gramática*, ao longo das últimas décadas, manteve sua relação intrínseca com a questão do uso linguístico e, de outra parte, foi acrescido por outras contribuições teóricas. Entre os acréscimos na definição da instância gramatical, destacam-se as relações em nível estrutural, na perspectiva da metonimização e da abordagem construcional, conforme Traugott (2008). No bojo dessas relações, cresce em importância a analogia, uma vez que a relevância da estruturação gramatical destaca o viés da regularização e da sistematização dos usos linguísticos e que analogizar é também renovar e mudar, e não mera repetição formal. Trata-

---

<sup>31</sup> Tradução nossa do original: “I proposed tha grammar be thought of as the cognitive organization of one’s experience with language.”

<sup>32</sup> No Brasil, destaca-se o Grupo “Gramaticalização de construções”, cadastrado no CNPq e liderado por Angélica Rodrigues, da UNESP/Araraquara. Esse grupo, que reúne pesquisadores funcionalistas e cognitivistas de distintas instituições brasileiras, vem se reunindo em eventos acadêmicos da área em nível nacional e publicado suas pesquisas em periódicos.



se de perspectiva distinta da clássica concepção de Meillet (1958 [1912]), para quem a analogia não passava de mera reprodução de determinado padrão estrutural já em uso na comunidade linguística. O maior rigor na descrição interpretativa da estrutura gramatical, a partir da análise dos constituintes internos das construções e de sua inter-relação, é um dos ganhos entre os recentes acréscimos referidos.

### **A relevância dos padrões de uso**

A pesquisa da gramática, notadamente dos fenômenos de gramaticalização, foi, na fase inicial do funcionalismo que praticamos, tanto no exterior quanto no Brasil, mais voltada para a investigação de itens específicos<sup>33</sup>. A análise, via de regra, se fazia a partir da seleção de um elemento, que, tomado como objeto de estudo, era de certa forma “isolado”, descrito e analisado. Longe de constituir limitação teórico-metodológica, o conjunto dessas pesquisas representou um marco de delimitação da nova vertente teórica, face ao viés formalista que dominava a pesquisa linguística dos anos 70. Embora houvesse referência a aspectos no nível pragmático-discursivo, como *informatividade*, *relevância*, *fluxo informacional*, por exemplo, a maioria das pesquisas focava um ou outro elemento, isolando-o do contexto efetivo em que era empregado.

Nas décadas seguintes, pesquisadores funcionalistas passam a olhar mais atentamente para além do item investigado, levando em conta seu entorno. Começa a ganhar relevância a questão do contexto, intra e extralinguístico, em que ocorrem os usos. A esse respeito, ratificamos a declaração de Bybee (2003), para quem a definição clássica de gramaticalização, que se consubstancia na passagem do nível lexical para o gramatical ou do menos para o mais gramatical, não é suficiente para dar conta dos fenômenos de mudança linguística de modo mais efetivo. De acordo com a autora, é mais razoável a proposição de que é uma determinada construção, formada por itens lexicais específicos, que se gramaticaliza do que considerar que a gramaticalização se processa item por item, de forma isolada.

Na verdade, o rótulo “padrão de uso” pode ser tratado a partir de duas perspectivas distintas: uma interna, relativa aos constituintes que integram a expressão linguística, em termos do modo de organização morfossintática, dos fatores estruturais em jogo; e outra externa, atinente aos aspectos pragmático-discursivos que também concorrem para e motivam a configuração gramatical, como a organização da sequência tipológica, o gênero discursivo articulado e a TD em elaboração, além dos aspectos pragmáticos envolvidos na interlocução.

Na investigação dos padrões de uso em perspectiva interna, o funcionalismo linguístico tem recorrido a subsídios da abordagem cognitivista, o que tende a conferir maior rigor metodológico ao tratamento da estruturação dos referidos padrões. Com base em Goldberg (1995, 2006), assumimos também que uma determinada expressão, uma vez amalgamada, no cumprimento de determinada função comunicativa, é um todo de forma e sentido, de modo que não se chega à aludida função pela soma dos sentidos de seus constituintes internos. Por outro lado, é preciso considerar, tal como propõe Croft (2001), que os traços gramaticais desses constituintes, em termos fonológicos, morfológicos e sintáticos, fornecem relevantes pistas acerca das propriedades funcionais que a expressão, uma vez amalgamada, pode assumir. Essas expressões gramaticais são instâncias de construções, de modelos virtuais que se atualizam no uso linguístico, e são associadas, do ponto de vista cognitivo, a cenas e experiências básicas da vida cotidiana.

---

<sup>33</sup> Tanto as obras de referência maior da área, representadas pelos trabalhos de Givón e Hopper, por exemplo, quanto as primeiras teses e dissertações defendidas no Brasil pelo Grupo de Estudos *Discurso e Gramática* tinham essa característica de tratar isoladamente os objetos em análise.

Em Erman e Warren (2000), também encontramos a defesa dessa abordagem mais holística ou metonímica dos padrões de uso, por intermédio da proposição de dois princípios complementares: o idiomático e o da livre escolha. Interessa-nos justamente o primeiro, segundo o qual recorremos a *unidades pré-fabricadas* (UPFs) na formulação de nossas expressões. De acordo com as autoras, grande parte do que produzimos verbalmente (mais de 55%) já se encontra pronto, à nossa disposição, e o que fazemos é selecionar e organizar essas UPFs. Dos quatro tipos de UPFs identificados por Erman e Warren (2000) – lexicais (como *all the time, run off*), gramaticais (como *the same, be going to*), pragmáticas (como *I mean, sort of*) e reduzidas (como *can't, you've*) – as três últimas interessam mais especificamente aos estudos funcionalistas, uma vez que podem ser relacionados aos fenômenos de polissemia e mudança linguística.

Na pesquisa funcionalista contemporânea, os estudos sobre gramaticalização de construção levam em conta justamente esse olhar mais holístico, que destaca o viés metonímico e a perspectiva construcional para a análise de padrões de uso cumpridores de funções no nível gramatical ou pragmático-discursivo. No Brasil, são exemplos de investigação nesse nível os trabalhos desenvolvidos por Rodrigues (2006), sobre a construção do tipo *foi fez* em português, por Torrent (2008), acerca da gramaticalização das construções com *para + infinitivo*, de Oliveira e Teixeira (2010), em torno dos graus de gramaticalidade das expressões *vá lá* e *vamos lá*, bem como o de Rocha (2011), sobre os níveis de integração das expressões *daqui vem* e *daí vem*, entre demais pesquisas.

Em outra perspectiva, o olhar mais amplo para os padrões de uso tem levado à consideração de extensões maiores de texto em que tais padrões ocorrem. Assim, o tipo de sequência tipológica (ADAM, 2001; MARCUSCHI, 2002) que uma dada expressão linguística articula tem sido relevante na interpretação da configuração e da funcionalidade tanto da referida expressão quanto da sequência. Esse tipo de abordagem se encontra em Oliveira e Arena (2010) e Siqueira (2009), que, respectivamente, estudam o elemento *então* e o *onde* com base no tipo sequência que esses elementos compõem. Se considerarmos, de acordo com Marcuschi (2002, p. 23), que tais sequências, classificadas em narrativas, descritivas, argumentativas, injuntivas e expositivas, são “constructos teóricos definidos por propriedades linguísticas intrínsecas”, então se trata de ambientes favorecedores de determinados usos, em detrimento de outros. Segundo o autor, os tipos de sequência não têm relação direta nem são motivados pelos textos em que se inserem; antes, têm características morfossintáticas e modos de produção próprios, que acabam por selecionar os padrões de uso mais pertinentes e adequados a esses modelos.

Para além das sequências tipológicas, os gêneros discursivos (BAKHTIN, 1992 [1953]) também são considerados na pesquisa dos padrões de uso. Embora, como ressaltamos no parágrafo anterior, sejam as sequências tomadas como as portadoras efetivas das marcas linguísticas, o gênero discursivo, por conta de suas propriedades intrínsecas, ao se organizar, elege e organiza determinadas sequências, fazendo com que o uso linguístico seja visto como fenômeno contingencial, altamente afetado pelas condições de produção envolvidas na interação. Desse modo, na pesquisa funcionalista de determinado uso, é preciso considerar os textos em que tais usos ocorrem, uma vez que frequência está diretamente relacionada ao gênero, e, mais especificamente, à sequência em elaboração. Portanto, tratar da gramática é tratar também do uso, no sentido de que a regularização não se dá de modo equânime em todos os usos, de que nem sempre o que se sistematiza é recorrente nos gêneros discursivos de modo geral. Pelo contrário, cada vez mais consideramos que os contextos mais amplos precisam e devem ser explorados pelo analista, que nas relações textuais encontram-se fatores relevantes que motivam, ou, de outra parte, inibem a ocorrência de um ou outro padrão.

Na consideração de motivações para o uso linguístico, chegamos a outra vertente teórica com a qual o funcionalismo começa a dialogar e que tem se mostrado promissora – as

Tradições Discursivas (TD), na acepção de Kabatek (2006). Segundo o autor, TDs caracterizam-se pela repetição de certo modo de expressão numa determinada época, assumindo sentido próprio, passando a evocar cenas e representações específicas. A TD constitui-se, assim, como o olhar para o padrão de uso numa vertente histórica, que leva em consideração também componentes extralinguísticos envolvidos na interação, como o perfil dos interlocutores, em termos do seu nível de habilidade linguística e grau de letramento, o papel e a representação desses interlocutores no meio social a que pertencem, seus propósitos comunicativos, entre outros.

Nesse sentido, assumir padrões de uso, e gramática, por conseguinte, como motivados por TDs significa considerar aspectos para além da própria dimensão das sequências tipológicas e dos gêneros discursivos referidos anteriormente nesta seção. Considerar as TDs em nossas pesquisas implica ampliar o foco de análise, assumindo, inclusive, que, se uma TD se encerra, por conta de mudanças das condições sócio-históricas, as formas linguísticas de sua representação podem deixar de ocorrer também. Essa constatação tem repercussões na interface com os estudos funcionalistas que desenvolvemos, principalmente no tocante à unidirecionalidade da gramaticalização. Ao incorporar a perspectiva das TDs em nossas pesquisas, na investigação de padrões de uso do ponto de vista histórico, podemos interpretar como consequente da atuação das TDs tanto fenômenos como a ocorrência de específicos usos em específicos contextos, sob determinadas condições, quanto a ausência ou extinção de certos usos, por conta das mudanças aludidas.

Assim, além de considerar questões estruturais, em nível micro (abordagem construcional) e macrolinguístico (tratamento de sequências tipológicas e gêneros discursivos), é preciso levar em conta o conjunto de fatores que, pragmaticamente, moldam e configuram os padrões de uso, na perspectiva das TDs. Se, por um lado, tal ampliação do foco analítico significa ganho, em termos da observação mais holística dos usos linguísticos, que passam a ser considerados como ocorrências contingenciadas pelas condições internas e externas ao especificamente linguístico, por outro lado, essa ampliação impõe ao analista a elaboração ou seleção de procedimentos metodológicos capazes de dar conta dessa multiplicidade de fatores intervenientes. Esse é, hoje, um dos desafios do tratamento da teoria da gramática como teoria do uso. Como lidar, com critério e rigor, de dados cuja motivação perpassa distintos níveis e resulta da combinação de vários fatores? É o que procuramos responder, ao menos preliminarmente, na seção seguinte, com a menção a algumas recentes pesquisas em desenvolvimento no Brasil.

## **A teoria gramatical como teoria do uso**

Atualmente, nos centros de pesquisa linguística do Brasil, os estudos funcionalistas têm se apropriado de determinados subsídios teóricos cognitivistas e, de outra parte, de estudos do texto, da interação e das TDs, no sentido de contemplar, de forma mais ampla, a investigação de fenômenos no âmbito da *gramática baseada no uso* (BYBEE, 2010). Nesta seção, apresentamos, de forma sumariada, alguns desses recentes empreendimentos acadêmicos, com destaque para a relevância dos resultados atingidos.

No âmbito do Grupo de Estudos *Discurso e Gramática*<sup>34</sup>, Allonso (2010) trata de quatro expressões binominais do português contemporâneo do Brasil, do tipo, respectivamente: *um quilo de farinha*, *um grupo de pessoas*, *um pouco de comida* e *um monte de crianças*. Com base em dados de língua em uso, extraídos do *Corpus “DeG”*<sup>35</sup> da cidade

---

<sup>34</sup> Para informações sobre o DeG, sua composição e produtos acadêmicos, indica-se o site do grupo: [www.discursoegramatica.letas.ufrj.br](http://www.discursoegramatica.letas.ufrj.br)

<sup>35</sup> O *corpus DeG* está disponível no site informado acima (em 8).

do Rio de Janeiro e de seis inquéritos do Projeto NURC, a autora lança mão de subsídios funcionalistas e cognitivistas para propor que os dois primeiros tipos, quantitativos, são mais básicos, enquanto os dois últimos decorrem de derivações metafóricas e polissêmicas do modelo quantitativo, na articulação de modificação de grau.

Assim, conforme Allonso (2010), considerando-se a dimensão gramatical e a discursiva, é possível postular que os quatro padrões aludidos compõem uma rede organizada por semelhança de familiaridade, no viés cognitivista. De outra parte, na vertente funcionalista, é possível a defesa de que os tipos funcionais de modificação de grau derivam dos referentes à quantificação, motivados por estratégias de subjetificação (Traugott; Dasher, 2005), por intermédio das quais os emissores utilizam recursos convencionais para a expressão de sentidos pragmáticos, como os de volição, modalidade, crença, entre outros. Nessa derivação semântico-sintática, altera-se o estatuto categorial dos elementos internos, de modo que o primeiro termo (*um/uma*) deixa de atuar como numeral, migrando para a classe dos artigos indefinidos, enquanto os termos subsequentes também cumprem trajetória polissêmica: do sentido mais pleno e referencial (*quilo de farinha, grupo de pessoas*) ao de maior indefinição e generalização (*pouco de comida, monte de crianças*). Esses resultados ensejam a continuidade no investimento da interface funcionalismo x cognitivismo.

Ainda no DeG, Oliveira e Teixeira (2010), Teixeira (2010), bem como Rocha (2010), na pesquisa de expressões integradas por pronomes locativos, do tipo *vá lá / vamos lá* e *daqui vem / daqui vem*, respectivamente, lançam mão de subsídios cognitivistas para estabelecer um gradiente de integração semântico-sintático destas expressões. O propósito é, com base em fontes do português escrito, detectar graus de gramaticalidade desses padrões, de modo a identificar desde os arranjos mais lexicalizados (*vá lá* buscar o que pedi) até os mais convencionalizados, ou esquematizados (NÖEL, 2007), do tipo *Seja qual for o nome, vamos lá*. Por hipótese, os padrões de uso mais lexicalizados derivam os mais convencionalizados, ou discursivo-pragmáticos.

Além da testagem do pressuposto aludido, as autoras também controlam os ambientes textuais, em termos de gênero discursivo e sequência tipológica em que ocorrem tais usos, na demonstração do forte vínculo entre condições pragmático-discursivas e padrões de uso gramatical; enquanto *vá lá* e *vamos lá* articulam sequências injuntivas, de apelo ao interlocutor, as expressões *daqui vem* e *daí vem* concorrem para a organização de trechos expositivos ou argumentativos. Na pesquisa específica de Teixeira (2010, p. 74), a autora, com base em Traugott (2008), propõe que tais expressões sejam consideradas como “micro-construções”, ou seja, como modos de associação “entre o nível de análise da gramaticalização [em que seriam mudanças *types* específicas] e o nível da gramática de construções [em que seriam construções *types* individuais]”.

Também no diálogo entre a vertente funcionalista e a cognitivista, Torrent (2008) trata das construções do tipo *para + infinitivo*, como em *pra mim morar* ou *pra nós botar*, numa perspectiva histórica. Apoiando-se em Tomasello (2003, p. 5) para a proposição da “linguística baseada no uso”, o autor defende que há dupla origem, desde o latim, de seu objeto de pesquisa. Entre os resultados mais importantes da investigação, Torrent (2008) aponta uma certa autonomia sintática da construção *para + infinitivo* e identifica três padrões de uso altamente gramaticalizados neste conjunto, quais sejam: *dar para + infinitivo*, *ser para + infinitivo* e *estar para + infinitivo*.

Em Rodrigues (2006), encontramos ainda outra investigação promissora acerca da relação funcionalismo x cognitivismo. Estudando as chamadas CFFs, ou “construções do tipo *foi fez*”, a autora identifica tal padrão construcional como marcado pelas seguintes características, do ponto de vista de sua configuração interna: trata-se de dois verbos altamente vinculados em sentido e forma (V1 e V2), conectados ou não pela partícula *e*, que partilham flexão de tempo e pessoa e têm sujeito correferencial. Via de regra, atuam como V1

os constituintes *ir*, *chegar* e *pegar*, sendo V2 elemento com menor restrição lexical. Em termos pragmático-discursivos, tem-se um padrão de uso em que o primeiro constituinte (V1) enfatiza ou “dramatiza” os eventos descritos no segundo (V2), numa estratégia exemplar do mecanismo de subjetificação, nos termos de Traugott e Dasher (2005). Nas CFFs, V1 atua ainda como mecanismo de tomada de decisão (como em *aí eu fu atravessi*).

Com base em estudos funcionalistas e na interface com a linguística textual e as TDs, Lopes-Damasio ((2011) desenvolve relevante pesquisa acerca do elemento *assim* e suas formas correlatas *assim como*, *mesmo assim* e *assim que*. Partindo de perspectiva histórica, com base em fontes documentais do português paulista do século XVIII ao XXI, no controle dos gêneros carta, editorial, e-mail e textos do português contemporâneo, a autora investiga as trajetórias de polissemia e gramaticalização cumpridas por *assim* e correlatas. Sem entrar no tratamento construcional dessas expressões, a pesquisa de Lopes-Damasio (2011) comprova que tanto TDs quanto processos específicos de junção textual, como repetição, correção, paráfrase e parênteses, motivam a seleção e a frequência com que elementos gramaticais, tais como os estudados pela autora, são usados, tornando-se padrão. Seus resultados apontam a intrínseca relação entre organização textual-discursiva e gramaticalização, redimensionando, dessa forma, o modo pelo qual tem sido tratada classicamente a mudança categorial no nível da gramática.

Conforme se evidencia em Lopes-Damasio (2011), fatores atinentes aos modos de dizer, enquanto tradição, atividade e representação, e aqueles relativos à organização interna dos textos devem ser considerados na pesquisa da gramaticalização, sob pena de serem desprezados aspectos relevantes e intervenientes na seleção, frequência e fixação de padrões de uso. De outra parte, a autora consegue comprovar também tendências mais generalizantes, usos que são recorrentes em todos os gêneros e modos de expressão das formas de *assim*. Por fim, ao invés de uma só rota unidirecional, os achados de Lopes-Damasio (2011) permitem, numa perspectiva histórica, a proposição de padrões de uso, não necessariamente lineares, mas de certa forma sobrepostos e concorrentes, uma vez que estão a serviço de função discursivo-pragmática distinta. Esses resultados abrem novas e promissoras perspectivas de investigação na área, principalmente nas recorrentes situações em que a pesquisa histórica não permite a detecção de evidências em relação à mudança linguística linear.

## Considerações finais

Neste momento final, retomamos a indagação que dá título ao artigo: *Teoria gramatical ou teoria do uso?* A resposta não pode contemplar, como visto até aqui, a seleção de um dos dois eixos, uma vez que não se pode falar, do ponto de vista funcionalista, de gramática apartada das considerações envolvidas no uso linguístico. Reafirmamos as considerações de Oliveira e Votre (2009, p. 105), para quem “fatores de natureza pragmático-comunicativa não só podem ser responsáveis pela regularização gramatical, como também atuam na seleção e na organização daquilo que a própria gramática atualiza”.

Nesse sentido, a instância gramatical é fonte e alvo dos usos linguísticos, enquanto representação relativamente estável e parcialmente emergente. Pressões de ordem cognitiva e comunicativa atuam na configuração gramatical e, de outra parte, lançam mão de estruturas da gramática em sua expressão. Trata-se, portanto, de via de mão-dupla: o uso molda a gramática e esta, por sua vez, fornece modelos para a manifestação do uso, que somente pode ocorrer por intermédio de estruturas mais ou menos convencionalizadas.

É justamente essa simbiose, esse vínculo intrínseco entre gramática e uso que desafia a pesquisa funcionalista, no sentido de dar conta de tal vinculação na descrição e análise interpretativa de seus objetos de investigação. Ao considerar a estreita relação entre as duas dimensões, cria-se também a necessidade de atuar de modo coerente e coeso, em termos

teórico-metodológicos, nessa orientação, lidando com subsídios oriundos de outras vertentes teóricas, elaborando procedimentos capazes de testar hipóteses e atingir novas e desafiantes metas de pesquisa. Trata-se, de fato, de um agenda acadêmica ampla, aberta a uma série de incursões.

#### FUNCTIONALISM AND GRAMMAR: GRAMMATICAL THEORY OR THEORY OF USE?

**ABSTRACT:** *This paper has primarily a theoretical approach, turning to the treatment of close relationship between the level of grammar, considering your regularity and systematicity, and the level of language use in demonstration of the inseparability these two instances. We begin from the assumed concepts of grammar by functionalism in several times, for, after that, we highlight the dimension of use, in accordance with the concept of usage-based grammar, according to Bybee (2010); in these view, some contributions gain distinction from other theoretical approaches in which the functionalism most recently has assumed as cognitivism, textual linguistics and discursive traditions. Finally, we mention some results of the current functionalist research, that has just invested in the interface with the referred approaches in the demonstration of the abundant and promising field that can be seen in that research area. Therefore, we search to demonstrate that the question contained in the title does not represent, in fact, alternation, since grammatical theory and theory of use are complementary.*

**KEYWORDS:** *Functionalism; Grammar; Discourse; Language use.*

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAM, J. M. *Les textes: types et prototypes*. Paris: Nathan, 2001.
- ALONSO, K. S. B. *Construções binominais quantitativas e construções de modificação de grau: uma abordagem baseada no uso*. 151 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- BAKTHIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992 [1953]
- BOLINGER, D. *Meaning and form*. London: Longman, 1977.
- \_\_\_\_\_. Semantic overloading: a restudy of the verb “remind”. *Language*, 47, p. 522-547, 1971.
- BYBEE, J. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- \_\_\_\_\_. Mechanisms of change in grammaticization: the role of frequency. In: JOSEPH, B; JANDA, R. (eds). *A handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackweel, 2003, p. 336-357.
- BYBEE, J; HOPPER, P. *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam: John Benjamins, 2001.
- CROFT, W. *Radical Construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- ERMAN, B; WARREN, B. The idiom principle and the open choice principle. In: *Linguistic – an interdisciplinary journal of the language sciences*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, no. 2, p. 29-62, 2000.
- FURTADO DA CUNHA, M. A. *Dicionário básico de linguística funcional*. Natal: UFRN, 2001.
- GIVÓN, T. *Syntax: an introduction*. Vol. I. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Functionality and grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.
- \_\_\_\_\_. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.
- GOLDBERG, A. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Constructions: a construction approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

- HEINE, B; KUTEVA, T. *The genesis of grammar – a reconstruction*. Oxford: OxfordUniversity Press, 2007.
- \_\_\_\_\_. *The changing languages of Europe*. Oxford: OxfordUniversity Press, 2006.
- HOPPER, P. Emergent grammar. *Berkeley Linguistics Society*, v. 13, p. 139-157, 1987.
- KABATEK, J. Tradições discursivas e mudança linguística. In: LOBO, T. et al (orgs). *Para a História do Português Brasileiro*. Salvador, BA EDUFBA, vol. VII, 2006, p.505-527.
- LOPES-DAMASIO. *Diacronia dos processos constitutivos do texto relativos a “assim”: um novo enfoque da gramaticalização*. 284 p. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, São Paulo, 2011.
- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. et al (org). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p. 19-36.
- MARTELOTTA, M; VOTRE, S. J; CEZARIO, M. M (org). *Gramaticalização no português do Brasil – uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- MEILLET, A. L'évolution des formes grammaticales. *Linguistique historique et linguistique générale*, 1958 [1912], p. 130-148.
- NOËL, D. Diachronic construction grammar and grammaticalization theory. *Functions of language*, 14:2, p. 177-202, 2007.
- OLIVEIRA, M. R; ARENA, A. B. Padrões funcionais do elemento “então” em sequências tipológicas do português – uma abordagem pancrônica. *Veredas on line*, vol. 1, p.36-52, 2010.
- OLIVEIRA, M. R; TEIXEIRA, A. C. M. Gramaticalização das construções “vá lá” e “vamos lá”. *Todas as Letras*, v. 16, 70-79, 2010.
- OLIVEIRA, M. R; VOTRE, S. J. A trajetória das concepções de “discurso” e de “gramática” na perspectiva funcionalista. *Matraga*, v. 16, no. 24, p. 97-114, 2009.
- ROCHA, R. A. *As construções “daqui vem” e “daí vem” no português contemporâneo*. 98 p. Dissertação (Mestrado em Letras). Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- RODRIGUES, A. T. C. CFFs: As construções do tipo *foi fez* no português do Brasil. *Alfa*, 50 (1), p. 39-58, 2006.
- SIQUEIRA, S. R. *O elemento “onde” – polissemia e gramaticalização*. 104 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- TEIXEIRA, A. C. M. *Padrões de uso de “vá lá” e “vamos lá” na norma brasileira do português: micro-construções e gramaticalização*. 243 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- TORRENT, T. T. A hipótese da dupla origem para a construção de dativo com infinitivo: primeiras incursões pelo português medieval. *Revista da Abralin*, v. 7, no. 2, p. 65-92, 2008.
- TRAUGOTT, E. Grammaticalization, constructions and the incremental development of language: Suggestions from the development of degree modifiers in English. In: ECKARD, R. et al (eds) *Variation, Selection, Development-- Probing the Evolutionary Model of Language Change*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2008, 219-250.
- TRAUGOTT, E; DASHER, R. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

## Tipologia e funcionalismo: sistemas de marcação de caso

Valéria Faria CARDOSO<sup>36</sup>

**RESUMO.** O presente texto resulta da união de trabalhos teóricos e de análises explanatórias sobre ergatividade, acusatividade e sistemas cindidos de caso. A perspectiva teórica utilizada na discussão sobre sistemas de marcação de caso é funcionalista e a abordagem adotada é funcional-tipológica. Os estudos concernentes a essa abordagem funcional, além de tratar de características tipológicas de diferentes línguas do mundo, levam em conta diferentes critérios de codificação de caso, como: os paradigmas verbais (transitivo/intransitivo); o sistema de concordância verbal (marcadores de pessoa); as funções gramaticais dos sintagmas nominais; a ordem de constituintes e o tratamento do padrão de alinhamento (ergativo, acusativo, cindido etc).

**PALAVRAS-CHAVE:** Ergatividade; Acusatividade; Cisão.

### Introdução

Tratar do assunto relativo aos sistemas de marcação de caso é um tanto quanto difícil, tendo em vista que em geral este não é um assunto discutido separadamente em uma sequência lógica. Segundo Zúñiga (2006), um dos conceitos fundamentais que deve ser introduzido desde o início de uma discussão a respeito de sistema de marcação de caso é o de **papel gramatical ou função gramatical**. Os rótulos S, A e O anunciam as funções, os papéis dos argumentos predicativos.

Dixon (1994) propõe que as funções gramaticais S, A e O sejam entendidas como funções primitivas e universais. O autor usa O, em vez de P, sendo aquele derivado de *Object*, objeto transitivo. Segundo o **modelo SAO**, a **função gramatical S** é aquela ocupada pelo único argumento de uma sentença intransitiva. Quanto aos argumentos de uma sentença transitiva, tem-se que o SN em *função de A* é aquele que denota prototipicamente ser o controlador ou iniciador de um estado de coisas e o outro SN em *função de O* é aquele que denota prototipicamente ser o participante afetado pelo estado de coisas. Por fim, se o predicado da sentença transitiva for de três argumentos (ou mais), dois serão marcados com as funções A e O, com o restante sendo marcado em outro caminho, com preposições ou posposições (com sintagmas preposicionais ou posposicionais (SP)). Num quadro reconhecidamente simples, o **argumento principal distingue-se do argumento periférico (ou adjunto)** de modo que o primeiro aparece expresso na estrutura argumental de um predicado verbal, enquanto o segundo se diz ser “menos dependente da natureza do verbo” e, normalmente, corresponde às especificações opcionais de tempo, local, espaço, causa, efeito etc.

No que se referem às **noções menos familiares**, tais como: *ergativo*, *absolutivo*, *acusativo*, *nominativo* etc, cultivamos aqui os conceitos dados por Dixon (1994). Segundo o autor, o termo *ergatividade*, normalmente, é usado para descrever um *padrão gramatical* (relação gramatical) em que o único argumento da sentença intransitiva (de função S) é tratado da mesma forma que o argumento em função de O e, diferentemente, do argumento em função A da oração transitiva, resultando num alinhamento (S/O e A). Ainda para o autor, *ergativo* é a marcação de caso do argumento em função de A no predicado transitivo, contrastando com outro caso originalmente chamado de *nominativo*. Já o termo *absolutivo* é usado para a marcação de caso para o argumento em função S intransitivo que é gramaticalmente codificado no mesmo caminho que o argumento em função de O do

---

<sup>36</sup> Professora Adjunta da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT - Departamento de Letras. Campus Universitário de Alto Araguaia, MT- Brasil. Email: valeriacardoso@yahoo.com.br.



transitivo. Assim, *ergatividade* é um padrão gramatical complementar ao padrão de *acusatividade*, em que um caso (nominativo) marca tanto o sujeito intransitivo como o transitivo, e outro caso (acusativo) é empregado para o objeto transitivo. Dixon trata este tipo de descrição como ***ergatividade/acusatividade morfológica ou intra-clausal***;

**Sintaticamente**, o termo ergativo tem sido usado para aplicar restrições de referência cruzada na formação de sentenças complexas por coordenação e subordinação. Se essas restrições tratarem o “sujeito intransitivo” (S) e o objeto transitivo (O) no mesmo caminho, diz-se que a língua tem uma *sintaxe ergativa*, e se tratar o “sujeito intransitivo” (S) e o “sujeito transitivo” (A) no mesmo caminho, diz-se que a língua tem uma *sintaxe acusativa*. Este tipo de descrição de nível sintático é denominado ***inter-clausal***.

Para além de se buscar meios para distinguir as funções de A e O transitivas, faz-se necessário observar que a marcação de S, de uma sentença intransitiva, pode ser a mesma de A, num alinhamento acusativo, ou a mesma de O, num alinhamento ergativo, ou ainda, diferente de ambas as funções, num **alinhamento Tripartido**, nos termos de Dixon, no qual  $S \neq A \neq O$ . Tem-se que as línguas de alinhamento tripartido são extremamente raras.

Buscamos aqui ilustrar cada tipo de alinhamento por meio de descrições de caráter funcional providas de diversos outros estudos linguísticos tipológicos. Desde já, ressaltamos que não pretendemos uma discussão teórica, mas uma explanação teórica do tema desenvolvida a partir da abordagem funcional-tipológica baseada nos trabalhos de Comrie (1991), Palmer (1994), Blake (1994); e, principalmente, nos trabalhos de Dixon (1979 e 1994). Deste modo, o presente texto torna-se o fruto de um agrupamento de trabalhos teóricos e de análises outras sobre o tema.

## Tipos de padrões de alinhamento

Comrie (1981) tomando como base os **tipos de agrupamentos possíveis de serem estabelecidos entre S, A e P** (por meio do modelo SAP) chega a **cinco tipos logicamente possíveis de padrões de alinhamento**. São eles:

- a) **Neutro**: mesma marca morfológica - que pode ser nula - é atribuída a S, A e P.
- b) **Nominativo-acusativo**: mesma marca morfológica - caso nominativo - para S e A, e uma marca diferente - caso acusativo - para P.
- c) **Ergativo-absolutivo**: mesma marca morfológica para S e P – caso absolutivo - e uma marca morfológica diferente para A – caso ergativo.
- d) **Tripartido**: marcas morfológicas distintas para S, A e P.
- e) **Tipo ainda não atestado** como um sistema consistentemente atuante na marcação de caso. Tem-se a mesma marca morfológica para A e P, e uma marca morfológica distinta para S.

Comrie adverte sobre a existência de línguas que **“misturam” dos dois principais padrões de alinhamentos** (o ergativo e o acusativo). Dixon (1994) descreve essa “mistura” de termos de ***Sistemas de Cisões***.

Abaixo, rerepresentamos os dois sistemas de alinhamento apontados anteriormente, agora a partir de figuras desenvolvidas por Dixon (cf. fig. 1 e 2) e, na sequência, apresentamos figuras que representam os **dois tipos de sistemas de cindidos** descritos por esse autor, o sistema de **Cisão-S** (*Split-S*) e o sistema de **Fluido-S** (*Fluid-S*) (cf. fig. 3 e 4).

Figura 1: Sistema Acusativo

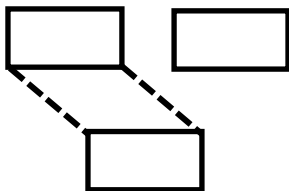


Figura 2: Sistema Ergativo

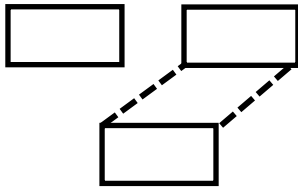


Figura 3: Sistema Cisão-S (*Split-S*)

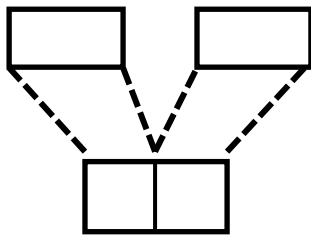
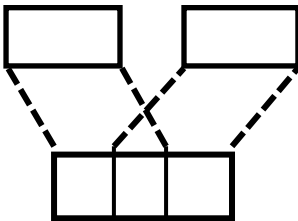


Figura 4: Sistema Fluido-S (*Fluid-S*)



### Mecanismos gramaticais de codificação dos sistemas de caso

Nos estudos de abordagem funcional-tipológica, os termos ergativo/absolutivo e nominativo/acusativo têm sido usados como padrão de alinhamento para distinguir as funções A e O transitivas, e também a função de S por meio de:

- a) **marcação morfológica de caso** (com afixos flexionais nos núcleos de SNs, ou por partículas ou adposições);
- b) **concordância** (referência cruzada);
- c) **ordem de constituinte**, ou ainda, pela combinação desses mecanismos.

#### A) Marcação morfológica de caso

A marcação morfológica de caso é usada como um dos mecanismos de codificação das funções SAO. A forma de se marcar caso morfológico nas línguas naturais varia, em algumas línguas, este se dá por meio de flexões, já em outras línguas, o caso pode ser marcado por partículas e adposições (preposições ou posposições).

O basco é uma língua de sistema ergativo (ou melhor, de sistema morfológico ergativo). Os exemplos do basco (em (1)) podem ilustrar este tipo de marcação flexional de caso:

(1) **Basco** (por Zúñiga, 2006 p.8)

- a. [*Seme-a-k*]A [*emakume-a-Ø*]O *ikusi du*  
filho-DET-**ERG** mulher-DET-**ABS**ver.3sgERG.3sgABS  
'O filho viu a mulher'
- b. [*Seme-a-Ø*]S *etxe-ra joan da.*  
filho-DET-**ABS**casa-sgAlat. foi.3sgABS  
'O filho foi para casa'

O SN em função de S e O marcam com o mesmo sufixo {-Ø} o absolutivo (não-marcado), enquanto que o SN em função de A ergativo é marcado pelo sufixo {-k} (marcado).

Quanto as línguas de sistema nominativo-acusativo, o nominativo é aquele caso morfologicamente **não-marcado** e o acusativo aquele **caso marcado**, ou seja, nessas línguas, o nominativo é fonológica e morfologicamente não-marcado, quando o acusativo envolve um afixo não-zero. Assim, o acusativo pode ser pensado em termos de uma marcação especial de objeto que pode ser omitido sempre que sua identidade pode ser inferida em algum outro caminho.

O latim é uma língua de sistema nominativo-acusativo que também codifica as funções SAO por meio da flexão de caso, exemplos em (2):

(2) **Latim** (por Zúñiga 2006, p.8)

- a. [*Domin-us*]A [*serv-os*]O *lauda-t.*  
senhor-sg**NOM**servo-pl**AC**Uelogiar-3sgS/A  
'O senhor elogia os servos'
- b. [*Domin-us*]S *curri-t.*  
senhor-sg**NOM**executar-3sgS/A  
'O senhor é executado'

Os dados acima mostram que o latim, mesmo sendo uma língua de sistema nominativo-acusativo, marca morfologicamente os SNs em função de A e S, por meio do sufixo nominativo {-us}, bem como, marca o caso acusativo por meio do sufixo de 3ª.p.pl {-os}. Isso porque, segundo Dixon, o que não deve ocorrer em uma língua de sistema nominativo-acusativo (codificada por flexão de caso) é a realização zero (ou o alomorfe zero {Ø}) marcar o caso acusativo.

## B) Concordância

A padronização por afixos pronominais em palavras verbais ocorre como mecanismo de referência cruzada, quando um verbo principal ou um auxiliar contem afixos que indicam informações sobre pessoa e/ou número, ou gênero que estão vinculadas a um determinado SN. Em geral, se um conjunto de afixos correferem-se a um SN de função de S ou A, com outro conjunto de afixos diferente para correferir-se ao SN em função de O, esta língua pode ser caracterizada como nominativa-acusativa no nível intra-clausal. A característica de língua ergativa dá-se quando um conjunto de afixos correferem-se a S ou a O, e outro conjunto de afixo refere-se a A.

A língua tzotzil (maia, México) marca a ergatividade em sua morfologia verbal, por meio de afixos indicadores de pessoa e número.

(3) **Tzotzil** (por Foley and Van Valin, 1985 *apud* Palmer, 1994 p.54)

- a. *bat-em-Ø*  
ir-PERF-3sg+**ABS**  
'Ele foi'

- b. *s-max-ox-Ø*  
 3sg+ERG-bater-PAST-3sg+ABS  
 ‘Ele bateu-lhe’

É interessante notar que, em tzotzil, o afixo indicador de caso ergativo (A) é prefixado à estrutura verbal, enquanto que o afixo indicador de caso absolutivo, ocorre sufixado à morfologia verbal e se refere às funções de S e O.

O swahili é uma língua do grupo bantu do Níger-Congo que possui um padrão de alinhamento nominativo-acusativo no que respeita o mecanismo de concordância. Consideramos algumas sentenças do swahili em (4):

- (4) **Swahili** (por Dixon, 1994, p.42-3)
- |                        |                   |
|------------------------|-------------------|
| a. <i>tu-li-anguka</i> | ‘nós caímos’      |
| b. <i>m-li-anguka</i>  | ‘vocês caíram’    |
| c. <i>m-li-tu-ona</i>  | ‘vocês nos viram’ |
| d. <i>tu-li-wa-ona</i> | ‘nós vimos vocês’ |

As sentenças em (4) revelam um paradigma de prefixos pronominais, apresentado por Dixon (op. Cit), e aqui transcrito em (5).

(5)	S/A	O
nós	<i>tu-</i>	<i>tu-</i>
vocês	<i>m-</i>	<i>wa-</i>

Como demonstra o autor, a mesma forma {tu-}, de primeira pessoa do plural, é usada como referência cruzada entre S, A e O, em swahili. No entanto, quando se marca a segunda pessoa do plural nesta língua, apenas uma mesma forma marca S/A e outra forma marca O, estabelecendo um padrão acusativo.

Como já mencionamos, quando ocorre realização zero (ou alomorfe zero) num sistema ergativo, esta forma zero é sempre absolutiva (S e O) e nunca ergativa (A). Já num sistema acusativo, a realização zero é sempre nominativa e nunca acusativa. Todavia, vale ressaltar que, segundo Dixon, um caminho em que se pode adotar a **marcação em sistemas de referência cruzada** mostra-se em termos de “o que” é correferente entre A, S e O e os núcleos dos SNs. Em línguas com referência apenas parcial, tem-se que se apenas A e S são correferenciados, isto pode ser tomado como evidência para um sistema nominativo (*não-marcado*)/acusativo (*marcado*). Essa é uma interpretação da ideia de marcação, em que o autor toma o termo *não-marcado*, aqui, como sendo aquele que tem alguma *realização positiva* (há correferência), ao *contrário da situação com flexão de caso*, em que o termo *não-marcado* é o candidato mais provável para *realização zero*.

Entende-se que em algumas línguas acusativas, há correferência de S e A no verbo (**não-marcado/nominativo**), mas não O (**marcado/acusativo**). Similarmente, algumas línguas ergativas correferem-se a S e O (**não-marcado/absolutivo**), mas não A (**marcado/ergativo**).

As diferenças entre os dois tipos de mecanismos gramaticais de marcação intra-clausal - o sistema de flexão de caso e a referência cruzada - pode ser entendida pela **discrepância no reconhecimento dos constituintes de marcação**. Deste modo, ao descrevermos uma língua como “ergativa” em termo de flexão de caso, ou em termos de paradigmas de afixos de referência cruzada, estaremos descrevendo tipos distintos de fenômenos gramaticais.

Outras línguas distinguem afixos de correferência para A, para O e para S, são línguas de **sistema tripartido**. A língua nez perce (EUA), com nominais na terceira pessoa marca este tipo de alinhamento.

(6) **Nez perce** (Rude, 1988 *apud* Palmer, 1994, p.63)

a. *háana-nm péé-'wiye wewúkiye-ne*  
homem-ERG 3ERG-atirar alce-ACU  
'O homem atirou (em) um alce'

b. *háama hipáayna*  
homem 3 + NOM-vir  
'O homem veio'

Em (6), notamos que A é marcado com afixo ergativo, S com afixo nominativo e O com afixo acusativo, estabelecendo o sistema tripartido em nez perce.

Há línguas que manifestam referência cruzada com dois SNs, isto é, línguas que possuem dois mecanismos de referência cruzada, um para se referir a A e outro para se referir a O. Segundo Dixon (1994), um sistema de referência cruzada em que há referência a ambos a A e a O. S pode correferir-se no mesmo caminho que A (num padrão ergativo) ou no mesmo caminho que O (num padrão acusativo). Línguas deste tipo são encontradas na África, Austrália, América Central e do Norte e no Cáucaso. Para este autor, o que é muito menos comum, é a existência de línguas que possuem verbos com referência cruzada a um argumento nuclear apenas. Estas são encontradas entre línguas da família indo-europeia.

### C) Ordem de constituinte

Dixon alerta para a existência de dois grupos distintos de línguas: um grupo que a ordem de constituinte é um forte indicador das funções sintáticas- línguas do tipo (a), e outro grupo de línguas que tem outros meios para mostrar as diferenças entre as funções sintáticas – línguas do tipo (b).

Para línguas do tipo (a), nas quais as funções gramaticais são mostradas pela ordem de constituinte, Dixon sugere que a combinação SV/AVO ou VS/OVA deve indicar acusatividade e a combinação SV/OVA, VS/AVO ergatividade. Para as línguas de sistema tripartido, ambos A e O deveriam ordenar-se apenas de um lado e S de outro: SV/VAO, SV/VOA, VS/AOV, VS/OAV, o que segundo o autor, não tem sido observado nas línguas do mundo.

Para línguas do tipo (b), nas quais as funções gramaticais são mostradas por flexão de caso em SN (ou por partículas ou adposições), ou mostradas por referência cruzada no verbo, a ordem de constituinte pode ser mostrada como uma ordem preferencial de sistema ergativo ou de sistema acusativo, tendo em vista que a variação de ordem é possível. Assim sendo, em línguas do tipo (b), há uma ordem de constituinte mais frequente e há também a possibilidade de variar esta ordem.

A língua nadëb (família maku, Brasil) mostra características de língua de sistema ergativa. Weir (1984) toma o nadëd como uma língua de ordem de constituinte básica SV e OAV, mas VS e AVO também são possíveis. Em (7), temos dados da língua nadëb.

(7) **Nadëb** (por Weir, 1984 p. 24-5)

a. **S** **V**  
*kalapéé a-ĩh*  
criança form-dormir+I  
'A criança está dormindo'

b. **V** **S**  
*a-ĩh kalapéé*  
form-dormir+I criança  
'Está dormindo, a criança'

c. **O**                      **A**                      **V**  
*bung*                      *mayoyol*                      *i-weh*  
 mutuca                      mayoyol                      asp-come+I  
 ‘O *mayoyol* (espécie de inseto) mutuca come’

d. **A**                      **V**                      **O**  
*mayoyol*                      *i-weh*                      *bung*  
 mayoyol                      asp-come+I                      mutuca  
 ‘O *mayoyol* come mutuca’

Em (9), podemos observar que, nesta língua, A precede V, e O pode preceder ou seguir a sequência AV, tendo em vista que S pode preceder ou seguir V, no mesmo caminho que O. Em síntese, a ordem de constituinte básica em nadëb é **SV/OAV** podendo variar em **VS/AVO**, indicando ser uma de língua de características ergativa.

Mencionamos, por fim, que muitas línguas usam uma mistura de estratégias ergativas/acusativas para marcar suas funções gramaticais. Para Dixon, este tipo de mistura ou cisão, em geral, é condicionado por um ou mais fatores.

### Sistemas Cindidos

Sabe-se que há uma base semântica de atribuição de papéis (semânticos) para as funções A e O em uma sentença transitiva e, em uma sentença intransitiva, S, em contraste, marca o único papel do SN; e que, também, cada gramática deve incluir semanticamente uma marcação contrastiva entre A e O. Segundo Dixon, em algumas línguas, essa marcação contrastiva pode ser identificada também junto ao SN em função de S, do seguinte modo - aquele S semanticamente semelhante a A (que exerce controle sobre a atividade) é marcado como  $S_a$ , isto é, no mesmo caminho que A, e aquele S semanticamente semelhante a O (afetado pela atividade) é marcado como  $S_o$ , isto é, no mesmo caminho que O. Assim, se comportam as línguas de sistema intransitivo cindido.

O sistema de cisão intransitiva tem recebido várias designações. De acordo com Mithum (1991), entre as designações estão: *ativa* (ou de *Tipologia Ativa*); *ativo-neutro*; *ativo-inativo*; *ativo-estativo* ou *estativo-ativo*; *agentivo* ou *agente-paciente*; *cisão-S* e *cisão intransitiva*. Os termos utilizados aqui são os propostos por Dixon (1979 e 1994) – *cisão-S* (*split-S*) e *fluido-S* (*fluid-S*).

Klimov (1974), ao identificar aspectos de línguas de *Tipologia Ativa* (terminologia do autor), considera o “princípio de oposição léxica de verbos”, não de acordo com a *transitividade-intransitividade* de ação comunicada, mas de acordo com suas características de *atividade-inatividade*. O autor propõe que, ao invés de uma oposição entre verbos transitivos e intransitivos, as línguas de *Tipologia Ativa* apresente a oposição verbo *ativo* vs. *estativo*. Os *verbos ativos* conferem várias atividades, movimentos, eventos etc, em contraste com os *verbos estativos* que expressam um estado ou qualidade.

Palmer (1994), para além do sistema ergativo e o sistema acusativo, propõe um terceiro tipo de sistema, o *Agentivo*. Segundo o autor, os dois tipos de S representados por  $S_a$  e  $S_p$  (o mesmo que  $S_o$ ) podem ser caracterizados envolvendo  $S_a = A$ , e  $S_p = P$ , em comparação com o sistema acusativo, que envolve  $S = A$ , e o sistema ergativo, que envolve  $S = O$ . Deste modo, envolvimento de  $S_a = A$  e  $S_p = P$  resulta na representação máxima dos papéis gramaticais de Agente e Paciente que, segundo o autor, podem ser vistos como duas funções gramaticais relevantes.

Como já mencionamos no sistema de cisão-S (figura 3) e no de fluido-S (figura 4), os verbos intransitivos são divididos por dois conjuntos, um com  $S_a$  (S marcado como A) e outro

com S<sub>o</sub> (S marcado como O). Passemos, então, a expor as diferenças entre os sistemas cindidos a partir dos trabalhos de Dixon (1979 e 1994).

As línguas de sistema fluido-S marcam os verbos transitivos baseados sintaticamente, enquanto que os verbos intransitivos são marcados com base semântica, diferentes dos verbos intransitivos das línguas de sistema de cisão-S que, como os verbos transitivos, são marcados com base sintática.

No sistema fluido-S, cada verbo intransitivo tem a possibilidade de dois tipos de marcação, um (S<sub>a</sub>) - usado quando o referente do SN em função de S controla a atividade e outro (S<sub>o</sub>) – usado quando falta controle.

Em línguas de cisão-S, a marcação tipo-A e tipo-O são alocados sintaticamente para S; a divisão (S<sub>a</sub>) e (S<sub>o</sub>) tem uma base semântica (como ocorre na identificação semântica prototípica de A e de O em sentenças transitivas), mas não há escolha envolvida por um verbo individual. Em línguas de sistema fluido-S, a marcação tipo-A e tipo-O são alocados semanticamente para sentenças intransitivas; com cada verbo intransitivo tendo a possibilidade de qualquer escolha (com S<sub>a</sub> ou S<sub>o</sub>), dependendo da semântica envolvida no contexto de uso. Cada verbo intransitivo de línguas de fluido-S tem a possibilidade de tomar outra marcação. É certo que alguns verbos são mais prováveis do que outros para exercer esta escolha.

Dixon cita línguas de sistema de cisão-S que são encontradas em muitas partes do mundo, tais como línguas da família chibchan; da família arawak, da família tupi-guarani, muitas línguas malaio-polinésia, línguas do nordeste caucasiano, entre outras. Já como padrões de línguas de sistema fluido-S, o autor menciona línguas como o tibetano, o acehnese - uma língua austronésia, o baniwa do içana - língua da família arawak, entre outras.

## **Dos fatores que condicionam as cisões**

Neste subtópico, tratamos dos tipos de fatores que condicionam a cisão intransitiva, a partir de uma descrição pormenorizada de Dixon (1994), que apresenta quatro tipos de fatores: 1) a natureza semântica do verbo; 2) a natureza semântica dos SNs; 3) a categoria de tempo/aspecto ou modo e 4) a sentença principal versus subordinada.

### **1) Cisão condicionada pela natureza semântica do verbo**

Nas línguas em que a cisão intransitiva é condicionada pela natureza semântica do verbo pode se observar que a base semântica que contrasta a marcação de A e de O, aplica-se também à noção de S. Quando S for semanticamente similar a A (exercendo controle sobre a atividade), S será um S<sub>a</sub>, marcado como A, e quando S for semanticamente similar a O (sendo afetado pela atividade), S será um S<sub>o</sub>, marcado como O.

Sabemos que são de dois tipos as línguas que distinguem entre S<sub>a</sub> e S<sub>o</sub>, como subtipo de S. O primeiro tipo é como línguas ergativas e acusativas com marcação basicamente sintática dos constituintes do núcleo. A cada verbo é atribuído um conjunto de frames sintáticos, com marcação de caso ou com referência cruzada, sempre a ser realizado num mesmo caminho, independente da semântica envolvida no instante particular de uso. A esse primeiro tipo de sistema de cisão, Dixon denomina cisão-S. Ao segundo tipo, denominado fluido-S, emprega base sintática para marcar verbos transitivos e base semântica para marcar apenas verbos intransitivos. Um sujeito intransitivo pode ser marcado com S<sub>a</sub> (ligado a A) ou com S<sub>o</sub> (ligado a O), dependendo da semântica envolvida no instante particular de uso.

Ao observarmos dados do kaiowá (língua guarani, família tupi-guarani - Brasil) podemos identificar características de uma língua com sistema de cisão-S, condicionada

semanticamente pela natureza do verbo (independente da semântica envolvida no instante particular de uso).

(8) **Kaiowá** (Cardoso, 2008)

- a. verbo intransitivo de semântica ativa, marca por referência cruzada  $S_a=A$

*jose o- ripara voj*

josé **3<sup>a</sup>.S<sub>a</sub>**-correr sempre

‘José corre sempre’

- b. verbo transitivo marcando A (correferência entre A e  $S_a$  (de 8a.))

*mitã kwery o- h-ajhu eterej juse-pe*

criança pl **3<sup>a</sup>.A.**-dir-amar muito José-Acus

‘as crianças amam muito José’

- c. verbo intransitivo de semântica estativa, marca por referência cruzada  $S_o=O$

*nde nde- r-asẽ eterej*

você **2<sup>a</sup>.sgS<sub>o</sub>**-rel-chorar muito

‘você chora muito’

- d. verbo transitivo marcando O (correferência entre O e  $S_o$  (de 8c))

*jagwarete nde- r- e ʃa-mã*

onça **2<sup>a</sup>.sgO**-inv-ver-Pont

‘a onça já te viu’

Em (8), os verbos intransitivos ‘*ripara*’ (correr) e ‘*rasẽ*’ (chorar) possuem natureza semântica distintas, o primeiro é classificado com um verbo *ativo* e o segundo como um verbo *estativo* (ou *descritivo*, de acordo com Seki, 1990). Notamos, também, que os marcadores de pessoa e número indicados na morfologia verbal intransitiva ativa marca  $S_a$ , por referência cruzada, no mesmo caminho que A, bem como morfologia verbal intransitiva estativa marca  $S_o$  no mesmo caminho que O.

Quanto às línguas de sistema fluido-S, o condicionamento de natureza semântica do verbo intransitivo, além das classes de verbos de evento (ação) e de estado, institui uma terceira classe de verbos que se refere a eventos que podem ou não ser controlados de acordo com circunstâncias particulares.

## 2) Cisão condicionada pela natureza semântica dos SNs

O segundo tipo de condicionamento resultante em cisão intransitiva refere-se à natureza semântica dos núcleos dos SNs. O tipo de preenchimento do núcleo de um SN, se pronominal ou nominal, pode apresentar diferentes sistemas de marcação flexional de caso. Incidindo a distinção da marcação de caso dentre os pronominais e os nominais, tem-se, a princípio, que o sistema pronominal será acusativo e o sistema nominal será ergativo, nunca o contrário.

A partir da noção de que certos núcleos de SNs são mais propensos a ser o controlador do evento (ou da ação), enquanto outros menos propensos e outros não são nada propensos, Dixon propõe uma *Hierarquia Nominal* (cf. tabela (1)) dos constituintes dos SNs que indica as motivações das cisões intransitivas. Observemos abaixo a representação do diagrama proposto por Dixon (1994:85):



Tabela 1. **Hierarquia Nominal**

Pronomes de 1. <sup>a</sup> . pessoa	Pronomes de 2. <sup>a</sup> . pessoa	Pronomes demonstrativos e de 3. <sup>a</sup> . pessoa	Nomes próprios	Nomes comuns		
				humano	animado	inanimado
<p>← maior probabilidade de estar na função de (A) do que na função de (O)</p> <p>The diagram consists of a horizontal line with an arrow pointing left. Above the line, from left to right, are the categories: Pronomes de 1.ª pessoa, Pronomes de 2.ª pessoa, Pronomes demonstrativos e de 3.ª pessoa, Nomes próprios, and a bracketed group of Nomes comuns (humano, animado, inanimado). Below the line, centered, is the text: maior probabilidade de estar na função de (A) do que na função de (O).</p>						

A tabela acima mostra que os participantes, na extremidade esquerda da hierarquia, estão mais susceptíveis de serem agentes, marcados com a função A, e que, no final do lado direito, estão os participantes mais susceptíveis de serem pacientes, marcados com a função O. De acordo com Dixon, podemos esperar que o processo de marcação de caso de uma língua forneça marcação morfológica em um SN do lado direito da hierarquia quando se trata de uma função A, e em um SN do lado esquerdo da hierarquia quando se trata de uma função O (como alternativa de prover marcação ergativa para todos SNs em A, independentemente, de seu tipo semântico, ou ainda, marcação acusativa para todos SNs em O).

Na tabela (2), apresentamos a marcação de caso em Dyirbal (língua australiana):

Tabela 2. **Dyirbal** (por Dixon, 1994, p.86)

A	-Ø			
S	-Ø	-Ø	-Ø	-Ø
O		-Ø	-Ø	-Ø
	Pronomes de 1. <sup>a</sup> . e 2. <sup>a</sup> . pessoa	Pronome de 3. <sup>a</sup> . pessoa	Nome próprio	Nome comum

A tabela (2) mostra que os pronomes de 1.<sup>a</sup>. e 2.<sup>a</sup>. pessoa, em Dyirbal, marcam o acusativo com {-na} versus o caso nominativo não-marcado {-Ø}, e marcam o caso ergativo com {-ŋgu}, em oposição ao absolutivo não-marcado {-Ø}, ao preencherem o núcleo do SN em função de A como pronome de 3.<sup>a</sup>. pessoa, com nome próprio, ou ainda, com um nome comum. Observemos que esses tipos de núcleos estão mais a direita da hierarquia nominal (Tabela 1).

### 3) Cisão condicionada por tempo/aspecto/modo

A diferença entre eventos conhecidos e eventos por acontecer (em potencial) pode ser auxiliada por uma orientação sintática a partir de formas morfológicas cindidas condicionadas por tempo ou aspecto. Assim, tem-se o terceiro tipo de condicionamento de cisão intransitiva.

Se a marcação ergativo-absolutivo for encontrada em uma parte do sistema, esperamos que aquela esteja no tempo pretérito ou no aspecto perfectivo, onde uma série de eventos concluídos pode estar relacionada aos pivôs<sup>37</sup> O e S. Nos tempos não-pretérito ou no aspecto imperfeito, esperamos a marcação nominativo-acusativo, uma vez que, algo que ainda não

<sup>37</sup> O pivô é entendido como sendo uma relação que é correferencial com outra relação e que ambas estão envolvidas em regras sintáticas de coordenação, complementização, relativização etc. (PALMER, 1994 p. 242).

aconteceu (em potencial) é mais bem pensado como uma propensão do agente (em potencial), o que deve implicar nos SNs em função de A e S como pivôs.

Muitas línguas nominativo-acusativas marcam todos os aspectos e tempos verbais, entretanto, línguas ergativo-absolutivas tem marcação livre para aspecto e tempo. Mas se uma cisão é condicionada pelo tempo ou pelo aspecto, a marcação ergativa é sempre estabelecida pelo tempo pretérito ou pelo aspecto perfectivo.

Palmer (1994), ao apresentar dados da língua samoan, observa que o sistema ergativo está realmente associado ao ambiente em que ocorre o aspecto perfectivo (cf. 9a), e o sistema acusativo associado ao aspecto imperfectivo (cf. 9b).

(9) **Samoan** (dados extraídos de Milner 1973 apud, Palmer 1994 p.58)

- a. na      va'ai-**a**      e      le tama      le i'a  
      PAST ver-**PERFERG** o menino o peixe  
      'O menino viu o peixe'
- b. na      va'ai      le tama      i      le i'a  
      PAST ver+**IMPERF** o menino OBJ o peixe  
      'O menino via o peixe'

Quanto ao modo, tem-se que línguas de sistema nominativo-acusativo podem mostrar condicionamento em construções imperativas, por essas colocarem ênfase especial no controle de uma atividade realizada por A ou S. Em suma, construções imperativas podem mostrar marcação acusativa, enquanto a maioria ou todos os outros modos apontam para a ergatividade.

#### 4) Cisão entre sentença principal versus subordinada.

Dixon também considera a possibilidade da cisão intransitiva ser condicionada pela distinção da marcação morfológica entre sentenças principal e subordinada. O termo *subordinada* abrange uma variedade de fenômenos com diferentes tipos de implicações semânticas. Uma sentença subordinada tem, geralmente, um SN em função de A ou de S como agente (controlador da ação) que é correferente a algum SN da sentença principal.

Segundo Dixon (1994), todas as línguas com pivô S/O podem ser denominadas línguas sintaticamente ergativas. Estas línguas também podem mostrar alguma ergatividade no nível intra-clausal (ou morfológico), entretanto, muitas línguas que mostram ergatividade morfológica são sintaticamente acusativas, com um pivô totalmente S/A.

Algumas línguas apresentam restrições no nível inter-clausal, tratando S e O num mesmo caminho, com um pivô sintático S/O (ergativo); outras tratando S e A num mesmo caminho, com um pivô S/A (acusativo), enquanto outras línguas de sistema cindido empregam outros caminhos, com outros tipos de pivôs (mistos Sa/A e/ou So/O).

Dados do chamalal, língua de pivôs mistos, são usados por Dixon para mostrar que, num nível inter-clausal, esta língua funciona com pivôs S/O ou S/A.

(10) **Chamalal** (Kibrik 1990 apud Dixon, 1994 p.180)

- a. [wac                      w-i'a]                      [Ø jač                      č'in]  
      irmão+ABS<sub>S</sub> 1+vir+PAST      Airmã+ABS<sub>O</sub>      bater +PAST  
      'O irmão veio e bateu (na) irmã'
- b. [jac                      n-i'a]                      [wac-ud      Ø      č'in]  
      irmã+ABS<sub>S</sub> 2+vir+PAST      irmão+ERG<sub>A</sub>      O      bater +PAST  
      'A irmã veio e o irmão bateu (n)ela'

Em chamalal, se uma sentença intransitiva é coordenada por uma transitiva, a omissão correferencial é possível tanto para  $S_1 = O_2$  quanto para  $S_1 = A_2$ . Assim, em (10a), ‘o irmão-ABS veio e Ø bateu na irmã-ABS’, sendo  $S_1 = A_2$ , enquanto que em (10b), ‘a irmã-ABS veio e o irmão-ERG bater (n)ela’, com  $S_1 = O_2$ .

Ressaltamos que muitas línguas mostram um sistema de cisão intransitiva por não operar apenas com um fator de condicionamento, mas operando com dois ou mais fatores combinados. Novamente, os fatores de condicionamento das cisões: (1) cisão condicionada pela natureza semântica do verbo; (2) cisão condicionada pela natureza semântica dos SNs; (3) cisão condicionada pelo tempo/aspecto/modo, e (4) cisão entre sentença principal versus subordinada. Enfim, apresentamos algumas línguas que Dixon toma como sendo línguas que mostram cisões condicionadas por combinação de fatores: balochi (língua noroeste iraniano) combina os fatores (2) e (3); a língua mawayna (arawak do norte do Brasil) combina os fatores (1) e (3); o xokleng (língua jê do sul do Brasil) combina os fatores (3) e (4); o georgiano combina os fatores (1), (2) e (3); o cavineña (falado no nordeste da Bolívia) combina os fatores (2), (3) e (4), além de algumas línguas da família tupi-guarani que combinam os fatores (1), (2) e (4).

### Considerações Finais

No nível de estruturas simples, acusativo e ergativo diferem gramaticalmente por A e O desempenharem papéis opostos - em um sistema acusativo A é tratado como S, diferentemente de O; em um sistema ergativo O é tratado como S, diferentemente de A. Cada um destes sistemas tem bastantes propriedades gramaticais e semânticas individuais. Assim sendo, numa descrição, se deve considerar as relações pragmáticas, semânticas e sintáticas entre S e A, e as relações bastante diferentes entre S e O. Finalmente, de acordo com estudos de abordagem funcional-tipológica infere-se que, dentre as línguas do mundo, a relação S/A é mais forte e importante pelo fato de que há muitas línguas sem vestígio de ergatividade e que não há língua que não possua um grau de acusatividade. Entretanto, a relação S/O é significativa pelo fato de que algumas línguas de porte médio apresentam características ergativas em suas gramáticas.

#### *TYPOLGY AND FUNCTIONALISM: CASE MARKING SYSTEMS*

*ABSTRACT. This paper results from the union of theory and analysis explanatory of ergative, acusative case and split systems. The theoretical perspective used in the discussion of case marking systems and functionalist approach is adopted is functional-typological. Studies concerning the functional approach, and deal with different typological characteristics of languages in the world, take into account different criteria for coding case, as the verbal paradigms (transitive / intransitive), the system of verb agreement (person markers), and the grammatical functions of noun phrases and the order of constituents and treatment of alignment pattern (ergative, accusative, split, etc.).*

*KEYWORDS: Ergative; Acusative; Split.*

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLACK, B. J. *Case*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.  
CARDOSO, Valéria F. *Aspectos morfossintáticos da língua Kaiowá (Guarani)*. Campinas, Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, 2008.  
COMRIE, B. *Language universals e linguistic typology*. Chicago: Chicago University Press, 1989.

- DIXON, R. M. W. *Ergativity*. In: *Language*. 55. 1979, p. 37-138.
- \_\_\_\_\_. *Ergativity*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KLIMOV, G. A. (1974). On the character of language of active typology. *Linguistics*. 131, 1994, p.11-25.
- MITHUM, M. Active/agentive case marking and its motivation. *Language* 67, 1991,p.510-546.
- PALMER, F. R. *Grammatical roles and relations*. Cambridge University Press, 1994.
- SEKI, L. Kamaiurá (Tupi-Guaraní) as na active-stative language. In: Payne, D. *Amazonian Linguistics: Studies in Lowland South American Languages*. Austin: University of Texas Press, 1990, p. 367-92.
- WEIR, E. H. *A negação e outros tópicos da gramática Nadëb*. Campinas, Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas, 1984.
- ZÚÑIGA, F. *Deixis and alignment. Inverse systems in indigenous languages of the Americas*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 2006.

# **Línguas indígenas do Brasil: abordagem tipológico-funcional de alguns aspectos morfossintáticos**

Angel CORBERA MORI\*

**RESUMO:** O estudo da diversidade linguística, ou seja, da variação que se manifestam, entre as línguas precisa de uma abordagem teórico-metodológica de descrição linguística que se fundamente em princípios que considere a capacidade comunicativa da linguagem humana e da codificação linguística resultante disso. Assume-se que esses princípios sejam adequados para a descrição e explicação da diversidade de estruturas encontradas nas línguas naturais. Tendo como base essa fundamentação, o presente artigo aborda quatro processos morfossintáticos bastante recorrentes em línguas indígenas brasileiras, principalmente daquelas consideradas tradicionalmente como amazônicas. Esses processos relacionam-se com a incorporação nominal a serialização verbal, os sistemas de evidencialidade e a referência alternada. A análise e apresentação dos dados fundamentam-se nos aportes teórico-metodológicos da tipologia linguística funcional (Comrie 1989, Dixon 2010, Givón 2001, Song 2011), dando relevância aos traços e propriedades morfossintáticas presentes nas línguas selecionadas. Como conclusão, ressalta-se a contribuição dos estudos das línguas indígenas brasileiras no desenvolvimento tanto da teoria linguística quanto da tipologia linguística.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Línguas indígenas. Tipologia linguística. Funcionalismo. Morfossintaxe.*

## **Introdução**

No contexto dos países da América do Sul, é no Brasil onde se concentra a maior diversidade linguística e cultural. Isso, de fato, se reflete na ocorrência de diversos fenômenos que vêm merecendo a atenção dos estudiosos, tanto dos que abordam o estudo da linguagem como propriedade universal, como daqueles que se dedicam aos estudos das línguas naturais específicas. Diversos estudos das línguas ameríndias, dentre elas, as faladas no Brasil, têm colocado em evidência fenômenos que uns trinta anos atrás eram pouco conhecidos pelas teorias linguísticas vigentes, trazendo ao debate alguns pressupostos teóricos consagrados a partir de estudos de línguas do tronco indo-europeu. Por exemplo, descrições recentes das línguas indígenas brasileiras vêm apresentando dados inusuais para as teorias linguísticas modernas, nas áreas da fonética, fonologia, morfologia e sintaxe, contribuindo significativamente no desenvolvimento tanto da teoria quanto da tipologia linguística. Considerando o interesse, cada vez mais crescente, de conhecer algumas características gramaticais das línguas indígenas faladas no Brasil, apresento, neste trabalho, quatro amostras de processos morfossintáticos bastante recorrentes em línguas indígenas brasileiras: *incorporação nominal, serialização verbal, evidencialidade e referência alternada*.

## **Incorporação nominal**

Teoricamente, a incorporação é um “mecanismo pelo qual um nome que tem função de argumento interno – às vezes também de argumento externo – de um verbo converte-se em um modificador desse verbo, obtendo-se, como resultado, um verbo complexo com um argumento menos que o verbo original, daí o caráter estritamente intransitivizador desse processo” (MORENO CABRERA, 1991, p. 494). Em uma incorporação prototípica, o complexo nome-verbo resultante forma uma única palavra fonológica, de acordo com os padrões fonológicos das outras palavras da língua em questão. A incorporação nominal é um traço relevante de muitas línguas faladas na região amazônica (PAYNE, 1990; DIXON e

---

\* Departamento de Linguística. Centro de Estudos em Línguas e Culturas Ameríndias (CELCAM)/IEL-UNICAMP. C.P. 6045. CEP. 13083-970. Campinas, SP. (angel@unicamp.br).

AIKHENVALD, 1999). Ocorre em línguas da família tupi-guarani, como Tapirapé, Guajá, Tenetehára, Kamaiurá, Urubu Kaapor; em línguas da família makú como Nadëb, Hup, Yuhup e Dâw; em Karajá (Makro-Jê), Mundurukú (Mundurukú), Nambikwara (Nambikwara), em línguas karib como Waiwai, Makuxi e Apalai; em Sanuma (Yanomami); Paumari (Arawá), Kanoê (Isolada); Apurinã (Arawák); Pirahã (Mura); em Matsés, Matis e Shanenáwa (Pano).

Em Nadëb, uma das línguas da família makú, o núcleo de um sintagma nominal ou de um sintagma posposicional se incorpora ao predicado verbal para formar um novo complexo verbal. Segundo Weir (1990), o núcleo de um SN absolutivo se incorpora ao complexo verbal se o SN for uma construção genitiva, mas esse processo de incorporação não afeta a valência verbal: um verbo intransitivo permanece intransitivo e os transitivos mantêm, igualmente, sua transitividade. Contudo, a incorporação produz mudanças nas relações gramaticais, pois um SN possuidor, inicialmente um SN absolutivo, ascende à posição de novo SN absolutivo (subida do possuidor). Em (1) vemos um exemplo de incorporação com verbo intransitivo, em (2) com verbo transitivo. Em ambos os casos trata-se da incorporação de nomes inalienáveis ou obrigatoriamente possuídos, localizando-se em posição pré-verbal. Os nomes incorporados não se aglutinam à base verbal. Eles mantêm sua independência fonológica.

Nadëb (WEIR, 1990, p. 323-324)

- (1) a. tug ĩh da-tés  
dente 1SG.POSS<sup>38</sup> tema-doer  
'meu dente dói'
- b. ĩh tug da-tés  
1SG dente tema-doer  
'tenho dor de dente' (Lit. 'eu-dente-doer')
- (2) a. a mooh ĩh hi-jxiit  
2SG.POSS mão 1SG tema.ASP-lavar  
'eu lavo tuas mãos'
- b. òm ĩh mooh hi-jxiit  
2SG 1SG mão tema.ASP-lavar  
'eu lavo tuas mãos' (Lit. 'eu mão-lavar você')

Na incorporação de posposições, o núcleo do sintagma posposicional incorpora-se ao predicado verbal, e seu SN complemento ocupa a posição de objeto direto do novo complexo verbal. O objeto direto original é demovido para a posição de oblíquo, onde recebe caso dativo, mas a transitividade do verbo é mantida, como se vê, contrastando os exemplos de (3a) e (3b). Cf. Weir (1990, p. 327).

- (3) a. kalaak dab Subih a-wuh kaat sii  
frango carne Subih PREF-comer tia POSP  
'Subih está comendo carne de frango com a tia'
- b. kaat Subih sii wuh kalaak dab hã  
tia Subih POSP comer frango carne DAT  
'Subih está comendo carne de frango com a tia'

<sup>38</sup> As abreviaturas estão apresentadas no final do artigo.

Pelos os estudos de Praça (2004, 2007), sabe-se que em Tapirapé, uma língua tupi-guarani, a incorporação ocorre apenas com verbos transitivos, modificando ou não a valência do verbo. A mudança da valência verbal apresenta-se quando o objeto se incorpora ao verbo transitivo, e este muda para intransitivo, além de o argumento nominal interno perder, simultaneamente, sua referencialidade, como em (4).

Tapirapé (PRAÇA, 2007, p. 132)

- (4) agỹ-ø                      mĩ                      a-pira-paj                      pina-ø                      ø-pe  
 PL-REFER                      HAB                      3I-peixe-alimentar                      anzol-REFER                      R-POSP  
 ‘eles sempre pescam com anzol’

Nesse exemplo, {-*pira-paj*} ‘peixe-alimentar’ traduz-se como ‘*pescar com anzol*, {*pira*} ‘peixe’ é um item referencial, mas ao se incorporar ao verbo perde sua referencialidade. Entretanto, como afirma a autora, nem sempre a incorporação nominal afeta a valência do verbo. Por exemplo, em (5b) o verbo transitivo {*kotok*} ‘cutucar’ continua transitivo mesmo quando o núcleo do SN genitivo {*ãxoro-ø r-ẽã-ø*} ‘olho do papagaio’ ocorre incorporado ao verbo e o possuidor ocupa a posição de argumento interno do verbo (PRAÇA, 2007, p.134).

- (5) a. konomĩ-ø                      a-kotok                      ãxoro-ø                      r-ẽã-ø  
          menino-REFER                      3I-cutucar                      papagaio-REFER                      R-olho-REFER  
          ‘o menino cutucou o olho do papagaio’
- b. konomĩ-ø                      a-ẽã-kotok                      ãxoro-ø  
          menino-REFER                      3I-olho-cutucar                      papagaio-REFER  
          ‘o menino cutucou o olho do papagaio’

Ribeiro (1996, 2001) mostra que o processo de incorporação nominal em Karajá (Makro-Jê) relaciona-se com a promoção do possuidor em construções genitivas. A característica principal nessa língua é que somente nomes inalienáveis, principalmente partes do corpo, podem ser incorporados, além da valência do verbo permanecer inalterada. Como o Karajá é uma língua com alinhamento ergativo-absolutivo, apenas o sujeito de uma construção com verbo intransitivo e objeto direto de verbo transitivo são incorporados. Assim, nos dados de (6a) e (6b), vemos que o SN possuidor {*kəwəru*} ‘árvore’ foi promovido para a posição de sujeito em (6b).

Karajá (RIBEIRO, 1996, p. 45)

- (6) a. *kəwəru*                      *ruru*                      ø-r-a-kukã=r-eri  
          árvore                      galho                      3-DIR-INTR-balançar=DIR-PROGR  
          ‘os galhos da árvore estão balançando’
- b. *kəwəru*                      ø-r-a-ruru-                      kukã=r-eri  
          árvore                      3-DIR-INTR-galho-balançar=DIR-PROGR  
          ‘a árvore está balançando os galhos’

Da mesma forma, nas construções de (7a) e (7b) observa-se que o SN possuidor {*kuəehewe*} ‘ema’ é promovido para a posição de objeto e o núcleo {*dĩ*} ‘pernas’ do SN genitivo ocorre incorporado ao verbo {*dekə*} ‘amarrar’ em (7b).

Karajá (RIBEIRO, 2001)

- (7) a. *kədãfiwe kuøehewe dɨ ø-r-ɪ-dəka=r-e*  
 Kynyxiwè ema pernas 3-CTFG-TR-amarrar=CTFG-IMPF  
 ‘Kynyxiwè amarróu as pernas da ema’
- b. *kədãfiwe kuøehewe ø-r-ɪ dɨ-dəka=r-e*  
 Kynyxiwè ema 3-CTFG-TR-perna-amarrar=CTFG-IMPF  
 ‘Kynyxiwè amarróu as pernas da ema’

Em Apurinã, língua arawák, Facundes (2000) registra apenas a incorporação nominal com verbos transitivos. O processo de incorporação pode incluir tanto nomes regulares não classificatórios (alienáveis e inalienáveis) como nomes classificatórios. De acordo com o autor, a incorporação nessa língua não afeta a valência do verbo, e o nominal incorporado, ainda, mantém sua função sintática de objeto. Compare-se, por exemplo, os dados em (8a) e (8b) que mostram a incorporação de nomes regulares não classificatórios.

Apurinã (FACUNDES, 2001, p. 301)

- (8) a. *nota pu-suka-ta-ru pu-tou*  
 1SG 2SG-dar-VBLZ-3M.OBJ 2SG-coisas  
 ‘dá-me tuas coisas’
- b. *nota pu-suka-toi-txi-ta-ru*  
 1SG 2SG-dar-coisas-NPOSS-VBLZ-3M.OBJ  
 ‘dá-me as coisas’

Em (8a) o SN {*pu-tou*} argumento interno do verbo {-*suka-ta*-} ‘dar’ ocorre separadamente, mas em (8b) ele está incorporado ao verbo. Observa-se também que esse argumento leva o marcador {-*txi*} sufixo de nominal não possuído, além do morfema de fecho {-*ru*} ‘marcador de objeto, terceira pessoa masculino’. Esse comportamento, segundo Facundes (2000, p. 302) seria uma evidência de que o verbo continua sendo transitivo, e o nominal incorporado manteria, igualmente, sua função sintática de argumento interno do verbo.

Os dados seguintes mostram construções com incorporação de nomes classificatórios na língua apurinã. Nesse caso, os nomes com função de classificador ocorrem incorporados ao verbo (FACUNDES, 2000, p. 304).

- (9) a. *nu-taka-pe-ta-ru* ‘eu coloquei a polpa’  
 1SG-colocar-CL:massa-VBLZ-3M.O
- b. *u-pokĩka-ã-ta* ‘ele flutuava na água’  
 3M-flutuar-CL:líquido-VBLZ

Em línguas da família pano também ocorrem processos de incorporação; contudo ainda é um tema aberto à discussão. Inicialmente, em Matis, Matsés, Shanenawa, Kashinawa, Shipibo-Konibo e Kapanawa, formas monossilábicas, especificamente termos de partes do corpo, ocorrem presas à base verbal (FLECK, 2006, p. 59). De acordo com Loos (1999, p. 243), as línguas pano carecem de prefixos, daí que os termos de partes de corpo que ocorrem presos, imediatamente precedendo, à base verbal seriam interpretados como casos de incorporação. Em seu estudo sobre o Matsés, Fleck (2006) lista 28 formas monossilábicas de termos de partes do corpo que se aglutinam fonologicamente a nomes, adjetivos e verbos, que



em outras línguas pano são interpretadas como derivadas sincronicamente de suas correspondentes formas nominais plenas. Para Fleck, essas formas possuem algumas características morfossintáticas semelhantes ao processo de incorporação nominal de outras línguas não pano, mas que não se pode considerar no sentido estritamente morfológico como “incorporação nominal” (p. 91). É possível que “o processo tenha-se desenvolvido a partir da incorporação nominal, mas no estágio atual da língua matsés resulta mais coerente interpretá-lo como casos de prefixação” (p. 59). Alguns exemplos do respectivo processo são mostrados, a seguir.

Matsés (FLECK, 2006)

- (10) a. ta-kiad-o-bi (< taë ‘pé’) ‘aprendi jogar futebol’  
pé-aprender-PAS-1SG
- b. ëk-kiad-o-bi (< ëkbid ‘lábios’) ‘aprendi beijar’  
lábios-aprender-PAS-1SG
- c. debi-n                      ø                      më-pan-e-k (<mëdante ‘mãos’)  
Davi-ERG 3ABS mão-lavar-NPAS-INDIC  
‘Davi está lavando suas mãos (mãos de outra pessoa)’
- d. debi-ø                      më-pan-ad-e-k (< mëdante ‘mãos’)  
Davi-ABS mão-lavar-RFL-NPAS-INDIC  
‘Davi lavou suas mãos (suas próprias mãos)’

É importante observar que a prefixação de *mëdante* ‘mão’ em (10c) não modifica a transitividade dado que o argumento A do verbo ‘lavar’, continua em caso ergativo. Contrariamente, o mesmo verbo ‘lavar’ reduz sua valência motivada pela presença do sufixo reflexivo {-ad} em (10d).

## Verbos seriais

Uma construção com verbos seriais é uma cadeia de verbos ou de sintagmas verbais que ocorrem dentro de uma única sentença, sem marcadores visíveis de coordenação, subordinação ou dependência sintática de qualquer classe. Construções com verbos seriais conceituam um único evento; por isso mesmo, possuem as mesmas categorias funcionais de tempo, modo, aspecto e polaridade (AIKHENVALD, 2007).

Verbos seriais em língua indígenas brasileiras ocorrem principalmente em aquelas faladas na região do Alto Rio Negro, em línguas da família arawák como Tariana, Warekena, Bare, Baniwa; em Dâw (Maku) e em Tukano (Tukano). Está presente, igualmente, em outras línguas como em Nambikwara (Nambikwara); em línguas da família jê: Panará e Parakatêjê; também em Guaraní (Tupi-Guarani) e Emerillon (Tupi-Guarani). É possível que construções com ‘gerúndio’, típico de línguas tupi-guarani como em Tapirapé, Tupinambá, Kamaiurá, entre outras, sejam, igualmente, tratadas como construções contendo verbos seriais.

Jensen (1990) reconhece a existência de verbos seriais em línguas tupi-guarani, eles ocorrem em conjunção com um verbo independente para expressar ação simultânea, propósito, ou ação sequencial, quando o sujeito de ambos os verbos é o mesmo. Adicionalmente, o falante interpreta os dois verbos como a realização de uma única ação (op. cit. 1990, p.124). Como exemplos, Jensen cita dados do Tupinambá (11a) e do Asurini (11b).

Tupinambá (JENSEN, 1990, p.124)

- (11) a. o-úr kunumí kuáp-a  
3-vir rapaz encontrar-SER  
'ele veio encontrar o rapaz'

Asurini (JENSEN, 1990, p.125)

- b. sa-ropyta yhara sere-sahok-a ywyri  
'1INCL-ficar.com bote 1INCL-banhar-SER beira  
'nós ficamos com o bote, tomando banho à beira (do rio)'

Na construção (11a) o argumento A do verbo transitivo {*kuáp-a*} 'encontrar' é o mesmo participante do sujeito gramatical do verbo principal {*o-úr*} 'ele veio'. O marcador pronominal de pessoa não ocorre no verbo dependente por ele estar precedido de um argumento interno nominal pleno {*kunumí*} 'rapaz'. Em (11b) temos dois verbos intransitivos tanto na oração principal como na dependente, há correferência dos participantes e, em ambos os casos, estão marcadas pelos prefixos de pessoa, da Série I e da Série III, respectivamente.

Na língua dâw (Maku) o emprego de sequências de verbos é considerada como um único predicado codificando um evento unitário. O processo é muito produtivo nessa língua, de forma que, em textos, os predicados com verbos seriais são mais frequentes que seus correspondentes simples (MARTINS, 2004, p.621). Construções com até quatro verbos são freqüentes; mas, algumas vezes, encontram-se construções com cinco e seis verbos. Os dados em (12a), (12b) e (12c) são exemplos de verbos seriais em Dâw.

Dâw (MARTINS, 2004)

- (12) a. woh bej ʔox xɹd ʃák dóʔ pɔx beh-xɔm wɹʔ  
NP repetir correr passar subir MOV alto vegetal-raiz em cima  
'Woh subiu de novo, correndo lá para o alto, em cima da raiz do pau'
- b. ʔãh wýʔ kýt-éʔ hōt tũw kɛd  
1SG ouvir estar.de.pé-PAS longe caminho LOC  
'eu estive ouvindo de pé, longe, no caminho'
- c. ʔab-bug tih ʔùm kũm dýh táx-ũjʔ  
DET-LOC 3SG cacetar afogar PONT anta-AFET  
'daí, ele caceteou e afogou a anta'

Tanto em (12a) como em (12b) e (12c) vemos que a conjunção dos verbos indica ações subsequentes, correspondendo a um evento unitário, e a um mesmo argumento: sujeito nos dois primeiros e objeto em (12c).

Em Nambikwara (Nambikwara), Kroeker (2001) descreve os verbos seriais como a composição de dois temas verbais justapostos. O segundo verbo indica movimento de algumas formas como 'pegar', 'deixar', 'dar'. Em suma, dois verbos que desempenham uma função unitária. Dois desses exemplos são apresentados a seguir.

Nambikwara (KROEKER, 2001, p.67)

- (13) a. tĩh<sup>3</sup>na<sup>2</sup> i<sup>2</sup>l-ã<sup>3</sup>-ø-na<sup>2</sup>-hẽ<sup>3</sup>-la 'ele cortou a corda'  
corda cortar-levar-3SG-T/E.PAS-PERF

- b. mǎ<sup>2</sup>ka<sup>3</sup>-nxa<sup>3</sup>x-a<sup>2</sup>      i<sup>2</sup>l-ho<sup>1</sup>-sxã<sup>3</sup>      i<sup>3</sup>xi<sup>2</sup>-na<sup>1</sup>-hẽ<sup>3</sup>-la<sup>2</sup>  
 manga-CL.fruta-DEF      cortar-levar-SEQIM      ir.casa-1SG-T/E.PAS-IMPF  
 ‘peguei a manga e voltei para casa’

Aikhenvald (2000) afirma que a serialização verbal é produtiva em línguas arawák do Norte, como Baré, Warekena, Baniwa e Tariana. O processo teria surgido pelo contato com línguas tucano orientais. Segundo a autora, nessas línguas arawák os verbos de moção assumiram funções de aspectual e de auxiliares para marcar direção, como se observa nas línguas baré (14a) e tariana (14b).

Baré (AIKHENVALD, 2000, p.9)

- (14) a. hena [nihiwa-waka nu-ʃɛreka]      nu-yaka-u      abi  
 NEG 1SG.ir-NEG 1SG-falar      1SG-parente-F      POSP  
 ‘não vou falar com minha mãe’

Tariana (AIKHENVALD, 1999, p.485)

- b. dima      di-hpa di-emhani-pidanakuphe-nuku  
 3SGNF.dormir3SGNF-comer3SGNF-caminhar-P.REM.INFERpeixe-TOP  
 ‘ele foi pescar durante vários dias’

Em (14b), ocorrem os verbos ‘dormir’, ‘comer’ e ‘caminhar’, mas o significado deve ser interpretado como unitário, ele não reflete diretamente as sequências dessas ações. A leitura é ‘ir pescar por vários dias sem voltar para casa’ (AIKHENVALD, 1999, p.485).

## Evidencialidade

A evidencialidade é tratada como domínio semântico relacionado com a fonte ou origem da informação expressa no enunciado, reservando o termo de categoria evidencial para o elemento linguístico (afixo, clítico, partícula) que marca a fonte da informação. Sem dúvida, todas as línguas possuem meios para qualificar evidencialmente um enunciado. Algumas delas, como as línguas da família tucano e outras da região amazônica, empregam formas gramaticais específicas para este propósito. Ou seja, há morfemas verbais, obrigatórios ou opcionais, que sinalizam a fonte da informação.

Aikhenvald e Dixon (1998) apresentam um breve panorama tipológico da presença de evidenciais em línguas faladas na região amazônica. Para esses autores, a categoria dos evidenciais, tal como ocorre com o tom, os verbos seriais e a referência alternada, fazem parte de uma subárea inserida em uma área ainda maior. Para eles, as terras baixas da América do Sul abrigam duas sub-regiões distintas relacionadas com a ocorrência de evidenciais: a) a Amazônia Meridional caracterizada por incluir línguas com nível de evidencialidade ‘fraca’, b) a Amazônia Setentrional caracterizada por incluir línguas com nível de evidencialidade ‘forte’.

Os sistemas de evidencialidade que ocorrem em línguas da Amazônia Meridional são considerados, por Aikhenvald e Dixon, como simples, baseados, principalmente em oposições binárias [ $\pm$  evidência visual] e [ $\pm$  evidência reportada]. Três sistemas são citados: a) [ $\pm$  evidência relatada], b) [ $\pm$  evidência visual], com marcação de evidência relatada opcional, c) um sistema constituído por evidência ocular, inferida, relatada e de sentimento interno (‘gut feeling’). Algumas línguas da família arawák, como Terena, Waurá, Paresi; línguas da família arawá, como Jarawara, Jamamadi, Banawá, Madihá; o Kamaiurá (Tupi-Guarani); línguas da família pano e a língua nambikwara (Nambikwara) seriam classificadas nessa categoria.

Contudo, não há uma uniformidade no comportamento unitário nessas línguas. Algumas se orientam pelo sistema RELATADO/NÃO RELATADO, outras, ao contrário, fazem uso do sistema EVIDÊNCIA VISUAL/NÃO VISUAL. Como sistema mais complexo é caracterizado o Nambikwara, língua que usa marcadores no verbo para indicar se o enunciado é direto [evidência visual], inferida ou relatada; ou se o falante emite o enunciado instintivamente sobre algo que aconteceu (AIKHENVALD e DIXON, 1998, p.246).

Na região da Amazônia Setentrional, que compreende o entorno da bacia do rio Vaupés, entre a fronteira Brasil/Colômbia, encontram-se os sistemas mais complexos de evidencialidade, com quatro ou cinco categorias de evidencialidade (op. cit. 1998, p.246). Essa característica está presente, sobretudo, nas línguas tucano orientais Tuyuka, Barasano, Wanano, Tukano, Tatuyo, e em línguas da família yanomami. A língua tariana da família arawák está incluída no grupo desse tipo de línguas. Contudo, Aikhevald (2003) mostra que o sistema de evidencialidade do Tariana seria uma difusão a partir das línguas tucano orientais. Nessa categoria, poderia ser incluída também a língua hup da família maku (EPPS, 2005).

Stenzel (2006, 2008) afirma que nas dezesseis línguas tucano orientais a marcação da evidencialidade se dá obrigatoriamente em todas as orações de tipo indicativo, sendo os paradigmas de evidencialidade compostos por quatro ou cinco categorias. Os marcadores que indicam evidencialidade são sufixos verbais que, além de fazerem referência à fonte de informação, codificam simultaneamente as categorias funcionais de pessoa, gênero, número e tempo/aspecto (op. cit. 2006, p.8). Concretamente, na língua wanano (Tucano), estudada sistematicamente por Stenzel, ocorrem cinco categorias de evidencialidade: RELATADA (15a), VISUAL (15b), NÃO VISUAL (15c), INFERÊNCIA (15d) e SUPOSIÇÃO (15e), como se pode ver nas seguintes construções.

Wanano (STENZEL, 2006, 2008)

- (15) a. ti-ro              wu'u-pu              wa'a-yu'ka  
          ANAF-SG   casa-LOC       ir-REF.ESP  
          (alguém me contou que) 'ele foi para casa'
- b. ~bu'u                      chu -dua- re                      ~da-ta-i  
          2SG                      comer-DESID-OBJ                      carregar-vir-VIS.PERF.1  
          'trouxemos o que você queria comer'
- c. bora- ~su - ka                      wa'a-ro                      koa-ta-a  
          cair-COMPL-ENF   ir-NMLZ           NÃO.VIS-vir-SUP.PERF  
          '(ele) caiu' (ouvi a sua caída)
- d. yu                      ~ba-ku - re                      ~waha- roka-ri                      hi-re  
          1SG.POSS   filho-M-OBJ   matar-DIST-NMLZ.INFER   COP-VIS.PERF.2/3  
          'meu filho foi morto'
- e. yu                      phu - ko                      wache-ka                      ~bicha-re  
          1SG.POSS   parente-F       estar.feliz-SUP.IMPF                      hoje-TMP  
          'minha mãe está feliz hoje'

Segundo Aikhenvald (2003), o Tariana (Arawák) é uma língua que sincronicamente apresenta inovações na gramática, algumas delas ainda em progresso e outras já consolidadas. Uma dessas mudanças já inseridas no sistema é o emprego de morfemas para indicar evidencialidade, processo que teria sido induzido pelo contato com falantes de línguas tucano

orientais. Assim como ocorre em línguas tucano, também em Tariana todo enunciado deve incluir uma indicação de como o falante adquiriu a informação correspondente. Nesse sentido, toda oração na língua tariana deve levar marcadores evidenciais fusionados com a categoria de tempo (presente, passado recente e passado remoto). São reconhecidas quatro categorias de evidencialidade: (16a) VISUAL, (16b) NÃO VISUAL, (16c) INFERIDA (‘genérico’), (16d) RELATADA, como se pode observar nos seguintes dados.

Tariana (AIKHENVALD, 2003)

- (16) a. Ceci            ʈɪnu-nuku            du-kwisa-ka  
           Cecília       cachorro-TOP        3SGF-xingar-P.REC-VIS  
           ‘Cecília xingou o cachorro’ (eu vi isso)
- b. Ceci            ʈɪnu-nuku            du-kwisa-mahka  
           Cecília       cachorro-TOP        3SGF-xingar-P.REC.NVIS  
           ‘Cecília xingou o cachorro’ (eu ouvi fazê-lo)
- d. Ceci            ʈɪnu-nuku            du-kwisa-sika  
           Cecília       cachorro-TOP        3SGF-xingar-P.REC.INFER  
           ‘Cecília xingou o cachorro’ (eu infiro pela forma de comportamento do cachorro)
- e. Ceci            ʈɪnu-nuku            du-kwisa-pidaka  
           Cecília       cachorro-TOP        3SGF-xingar-P.REC.REL  
           ‘Cecília xingou o cachorro’ (alguém contou-me)

Fleck (2007) mostra que a língua matsés (Pano) possui um sistema de evidencialidade em que os falantes devem explicitar a fonte da informação toda vez que reportem um evento passado. O Matsés apresenta três categorias de evidencialidade: i) direta, ii) inferida, e iii) suposição, os mesmos que ocorrem fusionados como a categoria funcional do tempo passado (recente, distante e remoto). Essa associação íntima entre evidencialidade e tempo, Fleck a denomina ‘tempo duplo’, em que “the source of information is inferred from resulting evidence, two temporal distances must be specified on the verb: the length of time from the moment when the event itself took place to the moment when the evidence was detected; and the time from the detection of the evidence to the moment of the verbal report” (FLECK, 2007, p.589). Essa inter-relação mostra-se evidente em construções como as seguintes.

Matsés (FLECK, 2007, p.589-560)

- (17) a. mayu-n                    bëste-wa-ak-onda-şh  
           não.Matsés-ERG        cabana-fazer-P.REC.INFER-P.DIST.EXP-3  
           ‘os índios não Matsés fizeram uma cabana’  
           [uma cabana recentemente construída foi descoberta pelo falante faz tempo]
- b. mayu-n                    bëste-wa-nëdak-o-şh  
           não.Matsés-ERG        cabana-fazer-P.DIST.INFER-P.REC.EXP-3  
           ‘os índios não Matsés fizeram uma cabana’  
           [uma cabana velha foi descoberta pelo falante recentemente]

Como se vê nesses dados, o enunciado do falante matsés permite ao interlocutor decifrar o tempo transcorrido entre o evento descrito e a evidência desse evento, e a

associação entre o tempo transcorrido entre a evidência e o enunciado da oração. Este tipo de associação entre o sistema de evidencialidade e a categoria de tempo não foi atestada na literatura que trata de evidencialidade. Nesse sentido, o artigo do Fleck é uma excelente contribuição para o nosso entendimento da relação entre tempo e evidencialidade.

Nas diferentes abordagens da evidencialidade em línguas indígenas brasileiras, é relevante citar o trabalho de Gabas (2002). Esse autor, ao tratar dos evidenciais na língua Karo (família ramarana, tronco tupi), coloca em questionamento as afirmações de Aikhenvald e Dixon (1998) sobre o fato de as línguas tupi não possuírem sistemas de evidencialidade. Para esses autores, as línguas tupi que apresentam evidencialidade, como o Kamaiurá (SEKI 2000), seriam inovações recentes ou inovações produzidas pelo contato com falantes de outras línguas indígenas, sobretudo, daquelas falados por povos da Amazônia Setentrional. Ao contrário, para Gabas, a presença de evidenciais em Karo, Kamaiurá, Surui e em outras línguas da família tupi-guarani permitem assumir que a ocorrência de evidenciais seja uma característica gramatical antiga dessas línguas.

### Referência alternada

Referência Alternada, denominada comumente como “Switch-Reference”, é um mecanismo gramatical usado por determinadas línguas, para mostrar a continuidade ou descontinuidade referencial de um determinado participante numa construção morfossintática. Ela faz referência a se o sujeito da oração subordinada ou da coordenada é o mesmo (MS) daquele que ocorre na oração principal ou, ao contrário, é diferente (SD). Este sistema de referência encontra-se, sobretudo, em línguas da família pano, em línguas da família tucano, em algumas línguas do tronco makro-jê como Kipeá, Maxakali, Kanela-Krahô e em línguas como Mbyá e Parakanã da família tupi-guarani.

O Kaxinawa, como outras línguas pano, Kapanawa, Shipibo-Konibo, Amawaka, apresenta um sistema complexo de referencialidade para identificar os participantes de uma oração dependente em quaisquer enunciados complexos. Segundo Montag (2005, p.4), em Kaxinawa há dez sufixos que ocorrem com verbos dependentes para indicar os participantes, as relações internas de tempo, e a transitividade da oração subsequente à qual é referenciada. Os dados, a seguir, mostram alguns casos de referência alternada, com verbos transitivos e intransitivos, e o tipo de ação temporal, completo e incompleto, que ocorre no verbo dependente.

Kaxinawa (MONTAG, 2005)

(18)

Marcador {-xun} ‘ação completa, mesmo sujeito, verbo transitivo’<sup>39</sup>

- |    |  |     |                          |          |        |
|----|--|-----|--------------------------|----------|--------|
| a. | bai  | anu | ka-tan-xun               | nukun    | ainen  |
|    | roça   | ai  | ir-voltar-MS:COMPL       | 1PL:POSS | esposa |
|    | nuku   |     | bava-xun-mis-ki          |          |        |
|    | IPL:OBJ  |     | cozinhar-BEN-sempre-DECL |          |        |
|    | ‘depois de terem ido e voltado da roça, as nossas esposas sempre cozinham paranós’ |     |                          |          |        |

<sup>39</sup> O traço de transitividade refere-se à transitividade da oração principal que, geralmente, ocorre após a oração dependente.

Marcador {-a/-bu} ‘plural, ação completa, mesmo sujeito, intransitivo’

- b. ma badi ka-aya daya-tan-a  
 agora sol ir-INCOMPL trabalhar-volver-MS:COMPL  
 juni kuin-bu naxi-kan-ikiki  
 homem verdadeiro-PL banhar-PL-INCOMPL:3.DECL  
 ‘agora o sol está se pondo, os homens kaxinawa voltaram do trabalho e estão tomando banho (nadando)’

Marcador {-kin} ‘ação incompleta, mesmo sujeito, transitivo’

- c. ka-kin nun tsaka-mis-ki  
 ir-MS:INCOMPL 1PL caçar-sempre-DECL  
 ‘enquanto vamos, nós sempre caçamos’

Marcador {-aibu} ‘PL:coletivo, ação incompleta, sujeito diferente, transitivo’

- d. yava kuin be-baun-aibu ichapa  
 porco.do.mato vir-ao.redor-PL:SD:INCOMPL muitos  
 nukuna-bu-n tsaka-xina-ki  
 1PL:POSS-PL-ERG disparar-ontem-DECL  
 ‘enquanto os porcos do mato foram chegando ao redor deles, nossa gente matoumuitos deles ontem’

Em Mbyá, uma variedade da língua guarani (Tupi-Guarani), a referência alternada geralmente assinala a identidade ou diferença do sujeito gramatical (DOOLEY, 1989, 1992). Porém, em determinados casos pode assinalar a identidade ou diferença de outros tipos, envolvendo informações de tipo semântico ou pragmático diferentemente da referência do sujeito gramatical. (op. cit. 1989, p. 93-94). Essa descrição é feita em termos estritamente sintáticos (‘descrição interna’) e em termos discursivo-pragmático (‘descrição externa’).

Os marcadores de referência alternada em Mbyá são partículas que indicam conjunção subordinada, como se observa nos dois seguintes exemplos.

Mbyá-Guarani (DOOLEY, 1989, p. 97)

- (19) a. [ava o-o vy] mboi o-exa  
 homem 3-ir MS cobra 3-ver  
 ‘quando o homem<sub>i</sub> foi embora, ele<sub>i</sub> viu a cobra’  
 b. [ava o-o ramõ] mboi o-exa  
 homem 3-ir SD cobra 3-ver  
 ‘quando o homem<sub>i</sub> foi embora, a cobra viu ele<sub>i</sub>’

Nesses dois exemplos, em termos de Dooley, os marcadores correspondentes indicam a referencialidade do sujeito sintático, em oposição à categoria semântica de agente ou à categoria pragmática de tópico. Um exemplo de referência alternada que considera a relação sujeito gramatical versus tópico é visto a seguir.

- (20) [compadre Galdino    ma    a-exa            Roberto        r-o            py  
 compadre Galdino    TOP    1SG-ver        Roberto        EP-casa        LOC  
 ramõ] ma    gu-aʔy-ʔi                      o-nombeʔu  
 SD    TOP    3:RFL-filho-DIM    3-dizer  
 ‘Compadre Galdino<sub>i</sub>, quando eu o<sub>i</sub> vi na casa de Roberto [ø<sub>i</sub>] falou sobre seu filhinho’

Na construção (20) vemos que o SN [compadre Galdino] está na posição de tópico da sentença, deslocou-se de seu lugar habitual de argumento interno do verbo [SVO → OSV]<sup>40</sup> para a primeira posição onde recebe a partícula {ma} ‘tópico’. Contudo, sua referência é mantida como sujeito e como SN possuidor [ø<sub>i</sub> falou sobre seu filhinho] da oração subsequente. A presença da partícula {ramõ} ‘Sujeito Diferente’ identifica os sujeitos da primeira oração {a-exa Roberto r-o py} e da segunda {\_\_ gu-aʔy-ʔi o-nombeʔu}, mas não os tópicos correspondentes (DOOLEY, 1989, p. 101).

### Considerações finais

Os quatro tópicos aqui apresentados são apenas uma amostra da riqueza morfossintática que apresentam as línguas indígenas brasileiras. Focalizar o estudo sistemático e abrangente dessas línguas é contribuir tanto com o avanço da teoria geral e da tipologia linguística quanto com o desenvolvimento e consolidação da linguística indígena brasileira. Os diversos mecanismos morfossintáticos de incorporação nominal, o emprego de verbos seriais, a recorrência de sistemas complexos de evidencialidade e de referência alternada, são os temas principais que vêm atualmente merecendo a atenção dos linguistas envolvidos nos estudos das línguas ameríndias, dentro de uma óptica tipológico-funcional.

#### INDIGENOUS LANGUAGES OF BRAZIL: A TYPOLOGICAL-FUNCTIONAL APPROACH OF SOME MORPHOSYNTACTIC ASPECTS

**ABSTRACT:** *The study of linguistic diversity; that is, the variations that are manifested among languages, requires a theoretical and methodological approach of linguistic description based on principles which consider the communicative capacity of human language, and the resulting linguistic encoding of that capacity. It is assumed that these principles are appropriate for the description and explanation of the diversity of structures found in natural languages. Based on this reasoning, this paper discusses four morphosyntactic processes quite recurrent in Brazilian Indigenous Languages, especially those traditionally called Amazonian Languages. These processes are related to nominal incorporation, serial verbs, systems of evidentiality, and switch reference. The analysis and presentation of the data are based on theoretical and methodological contributions of the functional linguistic typology (Comrie, 1989; Dixon, 2010; Givón, 2001; Song, 2011), giving especial relevance to morphosyntactic features and properties of the selected languages. As a conclusion, it is emphasized the contribution of the Brazilian indigenous language studies in the development of both linguistic theory and linguistic typology.*

**KEYWORDS:** *Indigenous languages; Linguistic typology; Functionalism; Morphosyntax.*

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIKHENVALD, Alexandra Y. Classe nominal e gênero nas línguas aruák. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi* 10(2):137-259, 1994.
- \_\_\_\_\_. Serial constructions and verb compounding evidence from Tariana (North Arawak). *Studies in Language* 23(3): 469-498, 1999.

<sup>40</sup> A ordem básica em Mbyá é SVO.



- \_\_\_\_\_. Areal typology and grammaticalization: the emergence of new verbal morphology in an obsolescent language. In: GILDEA, Spike (ed.) *Reconstructing Grammar: comparative linguistics and grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2000. p. 1-37.
- \_\_\_\_\_. Evidentiality in typological perspective. In: AIKHENVALD, Alexandra Y; DIXON, R. M. W. (eds.). *Studies in evidentiality*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2003. p. 1-31.
- \_\_\_\_\_. Serial verb constructions in typological perspective. In: AIKHENVALD, Alexandra Y.; DIXON, R. M. W. (eds.). *Serial verb construction. A cross-linguistic typology*. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 1-68.
- \_\_\_\_\_; DIXON, R. M. W. Evidentials and areal typology: a case study from Amazonia. *Language Science* 20 (3): 241-257, 1998.
- \_\_\_\_\_; DIXON, R. M. W. 2003. *Studies in evidentiality*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2003.
- DIXON, R.M. W.; AIKHENVALD, Alexandra Y. (eds.). *The Amazonian Languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- DOOLEY, Robert A. Switch reference in Mbyá Guaraní: a fair-weather phenomenon. *Work Papers of the Summer Institute of Linguistics, University of North Dakota Session* 33: 93-119, 1989.
- DOOLEY, Robert A. When switch reference moves to discourse: developmental markers in Mbyá Guaraní. In: HWANG, Shin Ja J.; MERRIFIELD, William R. (eds.). *Language in Context: essays for Robert E. Longacre*. Texas: SIL/University of Texas at Arlington, 1992. p. 97-108.
- EPPS, Patience. Areal diffusion and the development of evidentiality. *Studies in Language* 29(3): 617-650, 2005.
- FACUNDES, Sidney da Silva. *The language of the apurinã people of Brazil (Maipure/Arawak)*. New York, 2000. Ph. D. Dissertation. University of New York at Buffalo.
- FLECK, David W. *A Grammar of Matsés*. Houston, Texas, 2003. Ph. D. Thesis. Rice University
- \_\_\_\_\_. Body-part prefixes in Matsés: derivation or noun incorporation? *International Journal of American Linguistics* 72(1): 59-96, 2006.
- \_\_\_\_\_. Evidentiality and double tense in Matsés. *Language* 83(3): 589-614, 2007
- GABAS Junior, Nilson. Evidenciais em Karó. In: CABRAL, Ana Suelly; RODRIGUES, Aryon (orgs.). *Línguas indígenas brasileiras: fonologia, gramática e história*. Belém: UFPA, 2002. t. 1. p. 254-268.
- GÓMEZ-GOODWIN, Gale. Noun classifiers in ethnobotanical terminology of a Yanomami language of Brazil. In: VOORT, Hein van der; KERKE, Simon van der (eds.). *Indigenous Languages of Lowland South America*. The Netherlands: Universiteit Leiden, 2000. p. 9-24.
- JENSEN, Cheryl. Cross-referencing changes in some Tupí-Guaraní languages. In: PAYNE, Doris (ed.). *Amazonian Linguistics. Studies in Lowland South American Languages*. Texas, Austin: University of Texas Press, 1990. p. 117-158
- KROEKER, Menno. A descriptive grammar of Nambikuara. *International Journal of American Linguistics* 67(1): 1-87, 2001
- LOOS, Eugene. Pano. In: DIXON, R.M. W.; AIKHENVALD, Alexandra Y. (eds.). *The Amazonian Languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 226-250.
- LOWE, Ivan. Nambikuara. In: R.M. W. DIXON; AIKHENVALD, Alexandra Y. (eds.). *The Amazonian Languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 269-291.
- MARTINS, Silvana Andrade. *Fonologia e Gramática Dâw*. The Netherlands, 2004. Tese de Doutorado em Linguística. LOT Publications.

- MONTAG, Richard. Participant referencing in cashinahua. *SIL Electronic Working Papers* 13: 1-9, 2005. Disponível em: <<http://www.sil.org/silewp/2005/silewp2005-013pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2011.
- MORENO CABRERA, J. C. *Curso universitario de lingüística general*. T. 1. Madrid: Editorial Síntesis, S. A., 1991.
- PAYNE, Doris 1990. *Amazonian Linguistics. Studies in Lowland South American Languages*. Texas, Austin: University of Texas Press, 1990.
- PRAÇA, Walkíria Neiva. Considerações sobre a incorporação nominal em Tapirapé. In: SILVA, Denize Elena Garcia da (org.). *Atas do II Encontro Nacional do Grupo de Estudos da Linguagem do Centro-Oeste: Integração Lingüística, Étnica e Social*. Brasília: UnB, 2004. p. 1464-1470.
- \_\_\_\_\_. *Morfossintaxe da língua Tapirapé (Família Tupi-Guaraní)*. Brasília, 2007. Tese de Doutorado em Linguística. Universidade de Brasília.
- RIBEIRO, Eduardo Rivail. *Morfologia do verbo Karajá*. Goiânia, 1996. Dissertação de Mestrado em Linguística. Universidade Federal de Goiás.
- \_\_\_\_\_. Valence, Voice and Noun Incorporation in Karajá. In: *The 27<sup>th</sup> Annual Meeting of the Berkeley Linguistic Society*. Proceedings from the 27<sup>th</sup> Annual Meeting of the Berkeley Linguistic Society (General session and parassession on Gesture and Language). Berkeley: University of California, 2001. p. 229-243.
- STENZEL, Kristine. As categorias de evidencialidade em Wanano. *LIAMES* 6:7-28, 2006.
- \_\_\_\_\_. Evidentials and clause modality in Wanano. *Studies in Language* 32(2): 405-445, 2008.
- WEIR, E. M. Helen. Incorporation in Nadëb. In: PAYNE, Doris L. *Amazonian Linguistics. Studies in Lowland South American Languages*, Texas, Austin: Texas University Press, 1990. p. 321-363.

## Abreviaturas

1 = Primeira pessoa; 2 = Segunda pessoa; 3 = Terceira pessoa; I = Prefixo série I; I2 = Indicativo2; II = Prefixo série II; III = Prefixo série III; A = Sujeito transitivo; ABS = Absolutivo; ADJ = Adjetivo; ADVLZ = Adverbializador; AFET = Afetado; AGT = Agente; AN = Animado; ANAF = Anafórico; ASP = Aspecto; AUM = Aumentativo; BEM = Benefativo; CAUS = Causativo; CL = Classificador; COL = Coletivo; COM = Comitativo; COMPL = Completivo; CONJ = Conjunção; COP = Cópula; CTFG = Centrífuga; DAT = Dativo; DECL = Declarativo; DEF = Definido; DEM = Demonstrativo; DESD = Desiderativo; DET = Determinante; DIM = Diminutivo; DIR = Direcional; DUR = Durativo; ENF = Enfático, ênfase; EP = Epêntese; ERG = Ergativo; EXCL = Exclusivo; EXP = Experiencial; F = Feminino; FIN = Finalidade; FRUST = Frustrativo; FUT = Futuro; GER = Gerúndio; HAB = Habitual; IMP = Imperativo; IMPF = Imperfeito; INAN = Inanimado; INCL = Inclusivo; INCOMPL = Incompletivo; INDIC = Indicativo; INFER = Inferencial; INTENS = Intensificador; INTERR = Interrogativo; INTR = Intransitivo; LIN = Lineal; LOC = Locativo; M = Masculino; MOV = Movimento; MS = Mesmo sujeito; N = Nome, Nominal; NARR = Narrativo; NEG = Negativo; NF = Não feminino; NMLZ = Nominalizador; NPOSS = Não possessivo; NVIS = Não visual; OBJ = Objeto; P. DIST = Passado distante; P.REC = Passado recente; P.REM = Passado remoto; PAS = Passado; PF = Perfeito; PL = Plural; PONT = Pontual; POSP = Posposição; POSS = Possessivo; PREF = Prefixo; PROG = Progressivo; R = Relacional; RECP = Recíproco; RED = Reduplicação; REF.ESP = Referencial específico; REFER = Referente; REL = Relatada; RELZR = Relativizador; RFL = Reflexivo; SD = Sujeito diferente; SEQIM = Sequência imediata; SER = Verbo serial; SG = Singular; SN = Sintagma Nominal; SUP = Suposição; T/E = Tempo/Evidencial; TMP = Temporal; TOP = Tópico; TR = Transitivo; VBLZ = Verbalizador.

## ***Como muitas vezes se diz, como digo, como estava falando: um estudo da parentetização em variedades portuguesas faladas***

Joceli Catarina STASSI-SÉ<sup>41</sup>

**RESUMO:** Este artigo investiga, sob a ótica textual-interativa, estruturas autônomas que se apresentam como inserções parentéticas no tópico discursivo em desenvolvimento em dado ponto do texto. Essas estruturas, iniciadas pelo marcador *como*, promovem momentaneamente uma descontinuidade na progressão tópica e indiciam o processo formulativo-interacional gerador do texto. Assumindo as propriedades de estabelecer significado e promover clarificações sobre o contexto em que ocorrem, elas evidenciam o processo comunicativo, e são aqui consideradas estruturas pertencentes ao texto. Para a análise das ocorrências foram utilizados critérios que particularizam as propriedades da parentetização tais como as classes funcionais parentéticas dessas estruturas, com base nos trabalhos de autores como Jubran e Koch (2006). O *corpus* da pesquisa é composto por ocorrências reais de uso extraídas do *corpus* oral organizado pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, em parceria com a Universidade de Toulouse-le-Mirail e a Universidade de Provença-Aix-Marselha. Objetiva-se (1) determinar as propriedades de inserção desses segmentos; (2) descrever suas funções textuais-interativas, considerando as classes de parênteses apontadas por Jubran (2006); e (3) investigar a ocorrência desses segmentos dentre as seguintes variedades portuguesas: Brasil, Portugal, São Tomé e Príncipe, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, e Timor Leste.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gramática Textual-Interativa; Parentetização; Como.

### **Introdução**

Neste artigo, sob a perspectiva textual-interativa (JUBRAN, 2006), investigam-se, em variedades lusófonas, estruturas do tipo “como se diz”, “como eu estava falando”, etc, entendidas aqui como estruturas autônomas iniciadas por “como”. Essas estruturas são analisadas neste estudo enquanto segmentos parentéticos, considerados por gramáticos como Kury (1999) “orações independentes (ou mesmo, a rigor, períodos), visto que nenhuma função sintática exercem na frase a que se justapõem” (KURY, 1999, p.70). O autor aponta ainda que essas estruturas, denominadas “interferentes” ou “intercaladas” pela literatura normativa vigente, “representam como um comentário subjetivo, uma ressalva, um desabafo do autor, de valor antes expressivo, estilístico, do que sintático, gramatical” (KURY, 1999, p.70)<sup>42</sup>.

Entretanto, essa definição, fundamentada em um critério sintático, se restringe ao nível da frase, diferentemente da proposta que tem este artigo, que objetiva extrapolar o limite frasal e contextualizar a abordagem de tais estruturas em que o “como” não tem função de conector, no âmbito do texto, tendo como propósito analisá-las não exclusivamente a partir de critérios sintáticos, mas sim à luz da categoria textual de tópico discursivo.

Essas estruturas serão aqui compreendidas como segmentos parentéticos desviantes do tópico discursivo dentro do qual se encaixam, atualizando elementos pertencentes ao espaço discursivo em que o texto é produzido, conforme perspectiva adotada por Jubran (2006). Ao promoverem a inserção de fatores enunciativos no texto, esses segmentos podem ter diferentes funções discursivas, a depender de quão desviantes são em relação ao tópico discursivo em que se enquadram.

---

<sup>41</sup> IBILCE/UNESP– Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas - Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. São José do Rio Preto – São Paulo – Brasil - CEP: 15054-000. Email: jocelistassise@hotmail.com

<sup>42</sup> Para este artigo também foram consultadas as gramáticas de Bechara, 2000; Cunha e Cintra, 2000; Garcia, 1982; e Luft, 2001.

Objetiva-se, assim, determinar as propriedades de inserção desses segmentos e investigar suas funções textual-interativas, considerando as classes de parênteses apontadas por Jubran (2006).

Com o intuito de averiguar a ocorrência e a funcionalidade de parênteses em variedades portuguesas faladas, foram utilizadas ocorrências reais de uso extraídas do *corpus* oral organizado pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, em parceria com a Universidade de Toulouse-le-Mirail e a Universidade de Provença-Aix-Marselha, abrangendo as seguintes variedades portuguesas que têm a língua portuguesa como língua oficial: Brasil, Portugal, São Tomé e Príncipe, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, e Timor Leste.

Importante mencionar que o *corpus*, intitulado *Português Falado - Documentos Autênticos: Gravações áudio com transcrição alinhada*, abrange textos autênticos recolhidos em situações de comunicação reais e em que participam falantes muito diversificados, constituindo exemplos de variedades e de usos atestados do português falado. A totalidade desse *corpus* se constitui por oitenta e seis gravações, quer de conversas informais entre pessoas conhecidas ou entre amigos e familiares, quer de intervenções mais formais como, por exemplo, as de programas radiofônicos, reunindo textos exemplificativos do português falado em Portugal (30), no Brasil (20), nos países africanos de língua oficial portuguesa: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe (5 de cada), em Macau (5), em Goa (3) e em Timor-Leste (3) e correspondem a 8h e 44m de gravação e a 91.966 palavras gráficas, abrangendo um período de tempo que vai de 1970 a 2001, com uma incidência de cerca de 70% na última década. Neste artigo, foram utilizadas setenta e cinco gravações das oitenta e seis disponíveis, compreendendo as variedades: brasileira, africana (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe) e de Timor-Leste.

Partindo disso, este artigo se propõe a expor, primeiramente, as noções de tópico discursivo e desvio tópico, ambas norteadoras da presente pesquisa (seção 1.), seguidas pela contextualização das ocorrências frente às classes de parênteses (seção 2.). Em 3.) serão investigadas e discutidas as propriedades parentéticas desses segmentos no intuito de apresentar uma análise dentre variedades do português. Por fim serão apresentadas algumas considerações acerca dos resultados desta investigação.

### **Tópico discursivo e parentetização**

Para a análise de seu objeto de estudo, este artigo parte dos princípios da perspectiva textual-interativa, o que implica apoiar-se na concepção de linguagem como forma de ação, ou seja, como “uma atividade verbal exercida entre pelo menos dois interlocutores, dentro de uma localização contextual, em que um se situa reciprocamente em relação ao outro, levando em conta circunstâncias de enunciação” (CASTILHO, 2006, p. 18).

A escolha desse enfoque teórico se deve à preocupação que tem essa teoria com o funcionamento da língua em uso, com a construção do texto falado, e com os próprios processos de elaboração textual, entre os quais se inserem as ocorrências aqui investigadas.

Por esse prisma, assume-se que o texto é uma unidade “sociocomunicativa globalizadora” (JUBRAN, 2006, p.31), que “apresenta propriedades de coesão e coerência fundadas numa ordem própria de relações constitutivas” (JUBRAN, 2006, p.31) que vão além do limite frasal, permitindo a localização de regularidades que se manifestam como princípios de processamento de estruturas, ancorando-se em fatores pragmáticos, interferentes em sua constituição.

Em virtude disso, este artigo compartilha as premissas dessa perspectiva teórica, balizada no princípio de que “os fatos formulativo-interacionais estão inscritos no texto falado, pelas contingências específicas em que é gerado” (JUBRAN, 2006, p.32), o que

significa que esta pesquisa abrange as peculiaridades do texto falado, especificamente as discontinuidades instauradas por *inserções parentéticas*.

Partindo da análise dessas variedades, procura-se descrever essas inserções como um fenômeno constitutivo do texto falado, que integra normalmente sua construção, objetivando estabelecer relações interacionais.

Sua percepção se dá por meio da observação dos tópicos discursivos que compõem uma interação, entendendo-se por tópico discursivo a unidade de análise da perspectiva textual-interativa, definido por Jubran (2006) como “uma categoria abstrata, primitiva, operacionalizável em uma análise com base em suas propriedades de *centração* e *organicidade*” (JUBRAN, 2006, p. 119).

A propriedade de *centração* se refere à integração entre os enunciados formulados a respeito de um conjunto referencial proeminente em dado ponto do texto, culminando na configuração de uma unidade coesa e coerente a respeito de determinado assunto. Segundo Jubran (2006, p. 92), essa propriedade abrange os traços de *concernência* (interdependência semântica entre os enunciados de um segmento textual), *relevância* (proeminência desse conjunto, estabelecendo uma posição focal) e *pontualização* (localização desse conjunto focal em determinado momento do texto falado).

Já a segunda propriedade do tópico discursivo, ou seja, a organicidade, é manifestada por relações de interdependência tópica e se estabelece simultaneamente em dois planos, como se observa em Jubran (2006, p. 94): *no plano hierárquico*, conforme dependências entre tópicos que se implicam pelo grau de abrangência do assunto que delimitam; e *no plano linear*, conforme articulações em termos de adjacência ou interposição de tópicos diferentes na linha do discurso.

Das duas propriedades acima descritas, a que funciona como parâmetro para a identificação de segmentos inseridos dentro de um tópico em curso é a *centração*. Essa propriedade pode ser aplicada na observação do tipo de modalidade de inserção à qual o desvio se refere. Jubran (2006) identifica duas modalidades de inserção:

1. a primeira, de maior extensão textual, tem estatuto tópico, porque instaura uma outra centração dentro do segmento tópico em que ocorre, provocando a divisão desse segmento em partes não contíguas na linearidade do texto;
2. a segunda, de menor extensão textual, não tem estatuto tópico, por não constituir uma nova centração e, portanto, por não projetar e desenvolver um outro tópico discursivo dentro do que estava em curso. (JUBRAN, 2006, p.302)

Cumprе salientar que a modalidade de inserção a ser descrita neste trabalho é a segunda, uma vez que é esse tipo de inserção que provoca a suspensão do tópico, causando apenas sua interrupção momentânea.

A esse tipo de desvio dá-se o nome de parênteses, uma modalidade de inserção que leva em consideração a propriedade de centração, que, neste caso, funciona como parâmetro para o seu reconhecimento dentro dos segmentos tópicos, uma vez que os elementos inseridos não são concernentes com a construção tópica. Em virtude disso, os parênteses constituem-se como breves desvios de um tópico discursivo, não afetando a coesão do segmento que os contextualiza.

Jubran (2006), ao descrever as propriedades parentéticas, identifica marcas formais prototípicas do *elemento inserido*, quais sejam:

1. ausência de conectores do tipo lógico que estabeleçam relações lógico-semânticas entre os parênteses e o segmento em que se encartam;
2. fatos prosódicos como pausas e alterações na pronúncia dos parênteses, relativamente ao seu contexto, como aceleração de velocidade de elocução e rebaixamento de tessitura. (JUBRAN, 2006, p.308)

Para detalhar as fronteiras dos parênteses, a autora também identifica marcas formais prototípicas do *segmento-contexto*, tais como:

1. marcas de interrupção do tópico discursivo – pausas não preenchidas, ou preenchidas por expressões hesitativas nas fronteiras inicial e final do parêntese, suspensão, sem corte sintático, de segmentos em processamento antes do parêntese, e interrupção de segmentos com corte sintático;
2. marcas de reintrodução do tópico discursivo – pausas não preenchidas ou ainda preenchidas por hesitações, continuidade sintática da frase interrompida antes do parêntese, uso de marcadores discursivos sequenciadores de tópico, repetição de itens lexicais ou de sintagmas do segmento-contexto que se encontravam próximos ao início do parêntese, parafraseamento de trechos precedentes ao parêntese e realização do segundo elemento de um par adjacente rompido pelo parêntese. (JUBRAN, 2006, p.310)

A autora também propõe a identificação de quatro classes parentéticas, dentre elas: (1) com foco na elaboração tópica do texto; (2) com foco no locutor; (3) com foco no interlocutor; e (4) com foco no ato comunicativo<sup>43</sup> (JUBRAN, 2006, p. 326). Nessa ordem, as quatro classes refletem graus sucessivos, em um *continuum* de menor explicitação verbal do interacional no texto e maior aproximação do tópico, passando por duas classes intermediárias em que é acrescida a presentificação do locutor e do interlocutor na materialidade textual, até chegar ao afastamento máximo do tópico e consequente aproximação maior do ato interacional.

### Identificando a parentetização no *corpus*

Partindo-se do princípio de que a definição de parênteses é relacional, isto é, de que “sua caracterização como elemento encaixado ou desviante só se ressalta por contraposição ao contexto (tópico discursivo) no qual ocorre” (JUBRAN, 2006, p. 305), a análise da parentetização pressupõe, primeiramente, a delimitação desse contexto, para que só depois se verifique a suspensão tópica ocasionada pela inserção parentética, que se constitui como pista sinalizadora do quadro sociocomunicativo advindo do contexto enunciativo.

Sendo assim, objetiva-se mostrar a natureza parentética de estruturas do tipo “como eu te falei, “como eu estava falando”, entre outras, uma vez que não se vinculam ao tópico discursivo que as ancoram, como pode ser observado no exemplo abaixo, do português do Brasil:

- (1) L1 - e você lembra alguma festa na escola?  
L2 - esse ano?  
L1 - que aconteceu assim de bom?  
L2 - lembro sim.  
L1 - ham.  
L2 - foi maravilhoso.  
L1 - ham.  
L2 - foi quando a gente combinou com o professor de matemática, a gente sempre brinca "ó, vamos num churrasco? vamos numa pizzaria?" e aquele dia realmente a gente combinou sério de ir. até ele falar "ah! mas é hoje que a gente vai?" a gente falar "se você não quiser ir hoje não tem problema." de repente todo mundo se animou. não foi a classe inteira, é lógico, que a gente não combinou com a classe inteira, mas foi o Tabajara, eu e alguns alunos. de repente a hora que a gente estava na pizzaria, eu não me, eu não me lembro, ali perto da, da,  
L1 - [...]  
L2 - da escola mesmo...

<sup>43</sup> Para cada classe parentética distinguida por Jubran, 2006, p. 326, existem focos e funções distintas, conforme Jubran, 2006, p. 327, as quais não serão todas mencionadas neste artigo por constituírem uma lista bastante extensa. Para mais informações sobre os tipos de foco e funções parentéticas, consultar Jubran, 2006, p. 327.

L1 - ah! sei qual que é [...]

L2 - Trattoria acho que é. aí nisso ia passando a Rosires, que é nossa directora, a Eliana, a Maria, não é, que é de inglês, aí a gente chamou todos ele lá dentro, foi maravilhoso. aquilo que era para ser só uma cervejinha que era o combinado acabou assim saindo em pizza, não é, acabou em pizza como fala o ditado realmente. e ficamos ali até meia noite e meia, quer dizer, cada um tinha seu compromisso, seu, a esposa esperando, eu não, é lógico, mas eles tinham e foi muito gostoso porque a partir dali nasceu uma amizade mais gostosa com o professor. além de ele ser o professor, ele foi o amigo da gente. então quer dizer muito mais evento desse deveria acontecer, não só com eles em si mas com a família deles, tudo. nós, **como eu te falei**, vira uma família, a escola. então foi gostoso... (Bra93:FestaEstudante)

O contexto em que se insere o segmento destacado em negrito tem como tópico discursivo “Festa na Pizzaria”, em que L2 explica uma experiência positiva de um encontro entre professores e alunos fora da escola.

A partir da identificação desse contexto, podemos partir para uma primeira localização de indícios de que a estrutura em negrito em (1) configura desvio tópico. Inicialmente, já observamos a alteração do tema do enunciado para a primeira pessoa (eu), sendo que antes da inserção do parêntese a centração era na não pessoa (*ele*) remetendo ao professor, e depois se torna centrado na escola (a escola). Também se observa nesse segmento o desaparecimento de termos que poderiam especificar o tema que estava sendo desenvolvido, ou seja, não há remas especificadores do assunto concernente ao tópico sendo abordado no segmento parentético. Novamente podem ser percebidas tanto a presença de marcas prosódicas delimitando essa inserção por meio de pausa e rebaixamento de tessitura, como a ausência de um conector lógico-semântico que estabeleça relação ente o parêntese e o que o circunda. Somado a isso, percebe-se que a inserção em (1) ocorre entre constituintes de frase, ou seja, interrompendo a estruturação sintática entre o SN (nós) e o SV (vira uma família), o que acaba garantindo coesão entre os trechos anterior e posterior à inserção e, em contrapartida, mostrando o estatuto parentético desse elemento inserido.

Além disso, observa-se a orientação desse segmento em focalizar a elaboração tópica do texto, compreendendo a estruturação tópica, com o intuito de sinalizar ao interlocutor que o locutor vai repetir algo já mencionado no discurso para o melhor desenvolvimento da interação.

Todas essas marcas formais apontadas, acrescidas das funções que o segmento parentético desempenha, acabam por constituir um padrão de regularidades que culminam nas propriedades identificadoras dos parênteses, descritas na seção anterior.

Como se observa na ocorrência (1), essas marcas estão associadas às fronteiras em que ocorrem os parênteses, assim como no exemplo abaixo, em que temos, inclusive, a presença de marcadores discursivos:

- (2) - *então, como eu estava falando, então*, no direito romano, a mulher não tinha direitos. ela, ah, o di[...], o, a ca[...], a pessoa que ti[...], os que tinham capacidade de, de facto, que era capacidade de ter direitos de, direitos, assim, fora os direitos normais que todos têm que é direito de escola, educação, saúde, isso todos têm independente de ser débil mental, de ser... qualquer coisa. agora, depois tem os direitos, por exemplo, direito de montar uma fábrica, direito de, ah, é, assim, sabe, direito que envolve mais responsabilidade, mais coisa. então, a mulher não tinha, ah, os loucos e... dependia da idade, não é, no direito romano. que mais? ah! e tem muita coisa assim curiosa, sabe, que você fala "puxa, mas isso não está certo." então, tanto é que eles adoptam muito, tem leis que eles, tem caso de lei que a gente teve que estudar a lei mas que não vale mais porque o costume não aceitava a lei, sabe, (...) (Bra80:MundoDireito)

Neste exemplo, o segmento-contexto sobre o tópico discursivo “Direitos da Mulher” traz, além do uso das pausas, o uso repetido do marcador discursivo “então” na fronteira com o parêntese, repetição essa que representa um indício de reintrodução do tópico discursivo após a inserção.

Ainda como marca do segmento parentético em (2), que também mostra um parêntese orientado para a elaboração tópica, compreendendo a estruturação tópica, dessa vez com função de marcar a retomada do tópico no intuito de acrescentar mais informações sobre ele no discurso, nota-se a presença de pausa e rebaixamento de tessitura, propriedades que aparecerão em todas as ocorrências levantadas, o que comprova o caráter regular desses segmentos.

Abaixo, os exemplos (3), de Angola, e (4), do Brasil, contribuem, também, para consolidar a análise desses segmentos como parênteses, trazendo igualmente as marcas formais já atribuídas aos parênteses representados em (1) e (2), mas, dessa vez, dentro da função parentética de orientação de elaboração tópica, focalizando a formulação linguística:

- (3) L1- nesta altura os polícias já não estavam?  
L2 - já não estavam os polícias, nessa altura. os polícias já não estavam, eh, fomo[...], levámos até à Quinta Avenida. a irmã Danuta, que é uma ma[...], uma, uma madre, que está também ligada dentro deste projecto, fez o, os primeiros socorros e, prontos, eh, passou aí a noite, no dia seguinte... levámos... para o hospital Josina Machel. houve apen[...], algumas pr[...], complicações, mas com a influência da irmã Danuta, como ela é, é médica, médica, prontos, não foi assim muito, pouco difícil rejeitarem a miúda.  
L1 e lembram-se de alguns abusos que estas crianças tenham tido e que vocês tenham sido os verdadeiros protectores, **como muitas vezes se diz**, *abusos sexuais*, sobretudo contra as tais... sobretudo meninas? (Ang97:Meninos de Rua)
- (4) L1 - ah, minha filha! minh[...], mulher de médico precisa... ser uma criatura assim, é, mui[...], muito - **como é que eu vou dizer?** - não ligar para certas coisas, entendeu, *não pode ser ciumenta*, não pode estar levando o negócio assim, você querer monopolizar teu marido porque não adianta, porque você tem que deixar de mão mesmo. você imaginou a mulher de médico ciumenta? que coisa horrível! é horrível! eu não tenho. nunca tive ciúmes do meu marido, nem um pouquinho. (Bra80:NadaCiumenta)

No exemplo (3), em que o tópico discursivo “Abusos Sexuais” se desenvolve a partir da narração de uma situação em que uma garota é assistida pelo informante, o segmento inserido “como muitas vezes se diz” sinaliza, pela presença do reportativo neutro, que o falante se utilizará de um termo de domínio comum em seu discurso “abusos sexuais”, e, de certa forma, mostra ao interlocutor que compartilha a responsabilidade do que é dito com outros enunciadores, o que serve ao contexto enunciativo como mediação da interação, em um percurso de busca de sentido para o que pretende enunciar.

Já o exemplo (4) traz a inserção “como é que eu vou dizer?”, projetando uma sinalização de busca de denominação no desenvolvimento sintagmático do texto “mulher de médico precisa... ser uma criatura assim, é mui[...], muito - **como é que eu vou dizer?** - não ligar para certas coisas, entendeu, *não pode ser ciumenta*”, na direção de um processo de designação, trazendo também as marcas formais pertinentes ao elemento inserido e ao segmento-contexto.

Em virtude dos indícios acima elencados, os segmentos aqui investigados ocorrem dentro da instância da suspensão tópica, e como tais, exercem atividade discursiva, projetando-se concretamente na materialidade linguística do texto como parênteses sinalizadores de funções textual-interativas, como melhor detalhado na próxima seção deste trabalho.



## Os parênteses na lusofonia: ampliando a descrição de funções discursivas

A análise do corpus abrangendo as variedades lusófonas pesquisadas trouxe a campo 18 ocorrências de estruturas parentéticas iniciadas por “como”. As ocorrências levantadas se distribuem da seguinte maneira dentre as variedades portuguesas verificadas, conforme a tabela (1) abaixo:

Variedades do Português	Nº de ocorrências
Brasil	6
Portugal	2
São tomé e Príncipe	1
Angola	5
Cabo Verde	2
Guiné Bissau	1
Timor Leste	1
<b>Total</b>	<b>18</b>

Tabela 1: distribuição das ocorrências dentre as variedades portuguesas

Como se observa acima, o fenômeno estudado ocorre em todas as variedades lusófonas, e, como esta pesquisa é de cunho qualitativo, a tabela (1) tem apenas a função de ilustrar que esse é um fenômeno próprio dessas variedades da língua portuguesa.

Para complementar o mapeamento dessas estruturas parentéticas verificou-se, também, a forma como se materializam no discurso, e, curiosamente, observa-se que cada ocorrência traz traços formais diferentes, o que configura certa variação quanto ao padrão formal exercido por esse tipo de construção. Vejamos abaixo na tabela (2) as ocorrências encontradas:

OCORRÊNCIAS DE ESTRUTURAS PARENTÉTICAS INICIADAS POR “COMO”		
OCORRÊNCIA	INQUÉRITO	VARIEDADE
<i>Como eu te disse</i>	(Bra80:JogoBicho)	BRASIL
<i>Como eu estava falando</i>	(Bra80:MundoDireito)	
<i>Como eu estou te dizendo</i>	(Bra80:ArteUrbana)	
<i>Como eu te falei</i>	(Bra93:FestaEstudante)	
<i>Como eu estava dizendo</i>	(Bra93:FestaEstudante)	
<i>Como é que eu vou dizer?</i>	(Bra80:NadaCiumenta)	
<i>Como digo</i>	(PT95:VidaEstudante)	PORTUGAL
<i>Como acabo de dizer</i>	(PT89:CartografiaPortuguesa)	
<i>Como sabemos</i>	(GB95:MulherAfricana)	GUINÉ- BISSAU
<i>Como afirmou</i>	(TL99:Regras)	TIMOR LESTE
<i>Como dizer</i>	(To-Pr96:Costureira)	SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
<i>Como o senhor sabe</i>	(CV95:Colecionismo)	CABO VERDE
<i>Como se diz</i>	(CV95:AsMornas)	
<i>Como disse</i>	(Ang97:Guerra e Ambiente)	ANGOLA
<i>Como muitas vezes se diz</i>	(Ang97:Meninos de Rua)	
<i>Como digo</i>	(Ang97:EnsinoAngola)	
<i>Como sabe</i>	(Ang97:EnsinoAngola)	
<i>Como eu já antes tivera dito</i>	(Ang97:JovemGaspar)	

Tabela 2: Ocorrências de estruturas parentéticas iniciadas por “como” nas variedades lusófonas faladas.

A tabela 2 mostra as variações que ocorreram na forma de representação dos parênteses iniciados por “como”, cada qual estabelecendo um uso específico em seu segmento-contexto, conforme explicitado nos exemplos anteriores de (1) a (4).

Contudo, é possível fazermos uma aproximação desses usos, partindo de um mapeamento de suas propriedades mais peculiares, para que cheguemos à função que podem desempenhar no discurso, como se observa na tabela (3) abaixo:

GRUPOS DE OCORRÊNCIA	FUNCIONAMENTO NO DISCURSO
(1) <i>Como eu te disse</i> <i>Como eu te falei</i> <i>Como disse</i> <i>Como eu já antes tivera dito</i> <i>Como acabo de dizer</i> <i>Como afirmou</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tem enfoque na elaboração tópica do texto;</li> <li>• Demonstra que a informação circundante já foi posta;</li> <li>• Representa o estatuto discursivo de informação dada;</li> <li>• Marca interacionalmente que há repetição de informação dada;</li> <li>• Apresenta verbos <i>dicendi</i>, tem uso reportativo;</li> </ul> Retomada tópica.
(2) <i>Como eu estava falando</i> <i>Como eu estava dizendo</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tem enfoque na elaboração tópica do texto;</li> <li>• Propõe retomada de assuntos já dados no discurso, para o desenvolvimento de outros aspectos do tópico;</li> <li>• Apresenta verbos <i>dicendi</i>, tem uso reportativo;</li> </ul> Retomada Tópica.
(3) <i>Como digo</i> <i>Como eu estou te dizendo</i> <i>Como muitas vezes se diz</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tem enfoque na elaboração tópica do texto;</li> <li>• Apresenta verbos <i>dicendi</i>, tem uso reportativo;</li> </ul> Sinaliza busca de sentido (perspectiva semasiológica: busca de significações).
(4) <i>Como é que eu vou dizer?</i> <i>Como se diz</i> <i>Como dizer</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tem enfoque na elaboração tópica do texto;</li> <li>• Materializa no texto o processo de formulação;</li> <li>• Propõe atenuação;</li> <li>• São interrogativas;</li> <li>• Estão em contexto de hesitação, podendo, inclusive, fazer parte da hesitação;</li> <li>• Apresenta verbos <i>dicendi</i>, tem uso reportativo;</li> <li>• Sinaliza busca de denominação (perspectiva onomasiológica: busca de designações).</li> </ul>
(5) <i>Como sabemos</i> <i>Como o senhor sabe</i> <i>Como sabe</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tem enfoque maior no interlocutor;</li> <li>• Avalia a informação pragmática do interlocutor como semelhante a do falante.</li> <li>• Evoca conhecimento partilhado.</li> </ul>
GRUPOS DE OCORRÊNCIA	FUNCIONAMENTO NO DISCURSO
(1) <i>Como eu te disse</i> <i>Como eu te falei</i> <i>Como disse</i> <i>Como eu já antes tivera dito</i> <i>Como acabo de dizer</i> <i>Como afirmou</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tem enfoque na elaboração tópica do texto;</li> <li>• Demonstra que a informação circundante já foi posta;</li> <li>• Representa o estatuto discursivo de informação dada;</li> <li>• Marca interacionalmente que há repetição de informação dada;</li> <li>• Apresenta verbos <i>dicendi</i>, tem uso reportativo;</li> </ul> Retomada tópica.
(2) <i>Como eu estava falando</i> <i>Como eu estava dizendo</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tem enfoque na elaboração tópica do texto;</li> <li>• Propõe retomada de assuntos já dados no discurso, para o desenvolvimento de outros aspectos do tópico;</li> <li>• Apresenta verbos <i>dicendi</i>, tem uso reportativo;</li> </ul> Retomada Tópica.
(3) <i>Como digo</i> <i>Como eu estou te dizendo</i> <i>Como muitas vezes se diz</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tem enfoque na elaboração tópica do texto;</li> <li>• Apresenta verbos <i>dicendi</i>, tem uso reportativo;</li> </ul> Sinaliza busca de sentido (perspectiva semasiológica: busca de significações).
(4) <i>Como é que eu vou dizer?</i> <i>Como se diz</i> <i>Como dizer</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tem enfoque na elaboração tópica do texto;</li> <li>• Materializa no texto o processo de formulação;</li> <li>• Propõe atenuação;</li> <li>• São interrogativas;</li> <li>• Estão em contexto de hesitação, podendo, inclusive,</li> </ul>

	<p>fazer parte da hesitação;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresenta verbos <i>dicendi</i>, tem uso reportativo; Sinaliza busca de denominação (perspectiva onomasiológica: busca de designações), cf. Baldinger (1966) e Jubran (2006, p. 327).</li> </ul>
<p>(5) <i>Como sabemos</i> <i>Como o senhor sabe</i> <i>Como sabe</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tem enfoque maior no interlocutor;</li> <li>• Avalia a informação pragmática do interlocutor como semelhante a do falante.</li> <li>• Evoca conhecimento partilhado. (Entenda-se a função parentética de <i>evocação de conhecimento partilhado sobre o tópico</i> conforme Jubran, 2006, p. 327 e 346).</li> </ul>
GRUPOS DE OCORRÊNCIA	FUNCIONAMENTO NO DISCURSO
<p>(1) <i>Como eu te disse</i> <i>Como eu te falei</i> <i>Como disse</i> <i>Como eu já antes tivera dito</i> <i>Como acabo de dizer</i> <i>Como afirmou</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tem enfoque na elaboração tópica do texto;</li> <li>• Demonstra que a informação circundante já foi posta;</li> <li>• Representa o estatuto discursivo de informação dada;</li> <li>• Marca interacionalmente que há repetição de informação dada;</li> <li>• Apresenta verbos <i>dicendi</i>, tem uso reportativo;</li> <li>• Retomada tópica.</li> </ul>
<p>(2) <i>Como eu estava falando</i> <i>Como eu estava dizendo</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tem enfoque na elaboração tópica do texto;</li> <li>• Propõe retomada de assuntos já dados no discurso, para o desenvolvimento de outros aspectos do tópico;</li> <li>• Apresenta verbos <i>dicendi</i>, tem uso reportativo;</li> <li>• Retomada Tópica.</li> </ul>
<p>(3) <i>Como digo</i> <i>Como eu estou te dizendo</i> <i>Como muitas vezes se diz</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tem enfoque na elaboração tópica do texto;</li> <li>• Apresenta verbos <i>dicendi</i>, tem uso reportativo;</li> <li>• Sinaliza busca de sentido (perspectiva semasiológica: busca de significações), segundo Baldinger (1966).</li> </ul>
<p>(4) <i>Como é que eu vou dizer?</i> <i>Como se diz</i> <i>Como dizer</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tem enfoque na elaboração tópica do texto;</li> <li>• Materializa no texto o processo de formulação;</li> <li>• Propõe atenuação;</li> <li>• São interrogativas;</li> <li>• Estão em contexto de hesitação, podendo, inclusive, fazer parte da hesitação;</li> <li>• Apresenta verbos <i>dicendi</i>, tem uso reportativo;</li> <li>• Sinaliza busca de denominação (perspectiva onomasiológica: busca de designações). Cf. Baldinger (1966) e Jubran (2006, p. 327).</li> </ul>
<p>(5) <i>Como sabemos</i> <i>Como o senhor sabe</i> <i>Como sabe</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tem enfoque maior no interlocutor;</li> <li>• Avalia a informação pragmática do interlocutor como semelhante a do falante.</li> <li>• Evoca conhecimento partilhado. (Entenda-se a função parentética de <i>evocação de conhecimento partilhado sobre o tópico</i> conforme Jubran, 2006, p. 327 e 346).</li> </ul>

Tabela 3: Ocorrências aproximadas pelo uso e função discursiva

Essa tabela ilustra um possível enquadramento das estruturas parentéticas levantadas pela pesquisa em cinco diferentes grupos, cujas propriedades compartilhadas sugerem um comportamento discursivo semelhante.

Os quatro primeiros grupos apresentam-se com verbos *dicendi*, os chamados “verbos de dizer”, que, por força de sua atuação no discurso, são enquadrados como verbos pragmaticamente motivados, tendo em vista que sua escolha por parte do falante pode sinalizar tanto parcialidade quanto imparcialidade em relação ao que se está reportando.

É possível depreender entre os quatro grupos parentéticos que apresentam verbos *dicendi* uma sutil diferença de uso, que se dá na medida em que o que se está reportando pertença a um domínio mais textual ou mais interativo. O grupo (1) sugere que a interação se

reporte a alguma informação que já foi dada no discurso anteriormente, sendo que essa informação representa, na materialidade do texto, uma porção textual que ultrapassa o nível frasal, como se vê pelo exemplo (5) abaixo de Angola:

- (5) L1- e aos treze anos lembra-se de algum drama, eh, como é que eram as noites, a sua sobrevivência e como é que conseguiu até hoje manter-se?  
L2 -> bem, eh, naquel[...], na[...], naquele tempo, portanto, **como eu já antes tivera dito**, não é, eu dormia hoje aqui, amanhã ali, às vezes, eh, portanto, dormia mesmo na rua assim ao ar livre. e mais tarde eu verifiquei que estava, estava, estava mesmo a caminhar muito mal, não é, estava que nem um menino de rua e no entanto eu tive de fazer o esforço, poder trabalhar um bocadinho para ver se conseguisse um tecto para mim (Ang97:JovemGaspar)

É facilmente perceptível que a porção textual à qual o falante se reporta ultrapassa o domínio de um termo, na realidade o falante quer atualizar na memória do interlocutor uma passagem inteira de seu discurso, quando fala acerca da experiência que teve ao sair de casa para procurar novas oportunidades de vida, e, por isso, se utiliza do reportativo.

Essa passagem está distante do trecho acima disposto, considerando a linearidade discursiva, o que faz o falante marcar textualmente a necessidade de se reportar para o que já tivera dito. No contexto anterior ao trecho acima, o tópico se desenvolvia sobre a especificação da experiência de se sair de casa, e é sugerida uma nova centração tópica, enfocando “algum drama que o rapaz tenha lembrança quando de sua saída de casa”, o que o fez buscar mecanismos para marcar na interação a necessidade de se retomar uma informação já marcada no discurso, para contextualizar as colocações que passaria a fazer sobre o novo assunto a partir daí.

Essa função se conforma à classificação apontada Jubran (2006) acerca da tipologia dos parênteses, enquadrando-se na classe dos parênteses com foco na elaboração tópica do texto, mais especificamente referindo-se à estruturação tópica, com função de marcação de retomada do tópico, já que o falante tem intenção de retomar na memória do seu interlocutor um conhecimento que já foi estabelecido e que o falante considera relevante para dar continuidade à progressão tópica.

Essa função também pode ser vista nos exemplos (6), (7) e (8) abaixo, que trazem as variedades de Angola, do Brasil, e de Portugal, respectivamente:

- (6) L2-> primeiro, fazer a ed[...], a campanha de educação ambiental, alertar as populações, para que a maioria tenha consciência do que está a fazer e do que deve ser feito, como pode ser feito. segundo, ao mesmo tempo fazer publicação de leis para que logo a seguir seja possível a aplicação de acções coercivas - obrigar as pessoas a - outr[...], há muitas maneiras de acção coerciva, **como disse**, e depois continuar com a investigação científica para, cada vez mais, aumentar o nosso grau de conhecimentos.  
L1- também de, sobre políticas a nível de... ambientalistas africanos, eh, parece que se pensa em... sensibilizar governos, em estudar estratégias de contrapor a tanta destruição do ambiente em si. é, é possível nesta região continental fazer-se políticas concertadas entre os vários países próximos? (Ang97:Guerra e Ambiente)
- (7) L2 -> não, não gosto de jogo de bicho não. é um jogo muito legal mas eu não me adapto muito, não. não dou, não é questão de sorte, entendeu, é porque eu não gosto. entendo muito, mas não gosto. gosto muito, **como eu te disse**, é... corrida de cavalo, não é, que eu faço meu joguinho, ligo o rádio, escuto, torço, tudo. isso é que eu gosto. agora, jogo do bicho, lotaria esportiva, isso é um roubo! (Bra80:JogoBicho)

- (8) L2 -> o Visconde de Santarém foi o primeiro fogacho, no sé[...], há mais de um século, **como acabo de dizer**, e no início desse século, ou melhor, no final da segunda década deste século, aparece Armando Cortesão. Armando Cortesão é o grande entusiasta, foi membro, desta academia, sócio desta academia, e até ao final da vida aqui veio com muita frequência, dar conta dos seus trabalhos... de investigação. Armando Cortesão publicou, interessou-se, pelo estudo da cartografia... e, portuguesa, do tempo dos descobrimentos, e começou por publicar uma monografia. era a ideia dele, primeiro há que classificar as coisas, juntá-las, saber onde é que estão os mapas, estudá-los, ver como são. ele começou por fazer um trabalho, eh, sobre... (PT89:CartografiaPortuguesa)

Percebe-se que esse tipo de função parentética propicia a conexão de segmentos tópicos distanciados na linearidade discursiva, estabelecendo coesivamente articulações na construção do texto como um todo, mas apresentando uma função específica para essa retomada, que é atualizar o interlocutor para que ele busque na memória o que já foi dito, o que amplia a função discursiva apontada por Jubran (2006) de marcação de retomada do tópico, proporcionando mais especificidade para o tratamento dessa função discursiva, cuja descrição até então não apontava para usos diferenciados da retomada tópica.

Como se observa, enquanto o grupo (1) apresenta enfoque na estruturação tópica, com função de retomada do tópico motivada pela necessidade de atualização do interlocutor, o grupo (2) caminha em direção à função de retomada do tópico, motivada pela necessidade de o falante continuar a desenvolver o tópico que havia sido suspenso no discurso, com o acréscimo de mais informações na interação, conforme o exemplo abaixo do Brasil (9):

- (9) L1- e assim como é que é o caso da Maria que você estava me contando? que é...?  
L2- foi logo no começo assim. ela chegou assim como um general. ela disse assim que a estrela da classe é o professor. não deixa de ter uma razão. só que ela chega com uma certa autoridade, logo no primeiro dia ela não cativou os alunos. ela já chegou assim meia rude e... ela pediu para escrever uma palavra na lousa, toda a gente escreveu logicamente, ninguém nasceu sabendo inglês, a gente sabendo inglês esse ano, tudo, não é, já vi na quinta série mas só na quinta série. e por falar, inglês é uma língua que eu quero aprender. eu adoro inglês, adoro. até meu irmão faz, minha cunhada faz, as criança dele faz, já estão falando super dez, canta as músicas, já dá para acompanhar. eu acompanho aquela, uma "Unchained Melody", não é, que você deu.  
L1- sei, sei.  
L2- aquela lá se estiver cantando, eu sei acompanhar. eu adoro. o que você deu assim bem explicadinho, adoro, dá para acompanhar aquela lá. é uma pena que o dia que você mostrou o filme, "Ghost", não é, eu estava hospitalizada mas foi uma pena porque todo mundo falava de você na classe. que realmente você incentivou para caramba, que além de você mostrar o filme, não foi assim só para a gente ver o filme. teve um fundamento, você fez aprender, ensinar para a gente também, vendo o filme... e a letra da música. pena que não deu, que o horário da aula foi muito pouco, não é, para gente assistir o filme inteiro, para o pessoal assistir que eu não assisti. então foi assim super legal. e ela, **como eu estava dizendo**  
L1- é.  
L2- me chamou a atenção. e eu por ser uma aluna quieta, não sou de mexer com ninguém, fiquei chocada com a atitude dela falei "poxa, tan[...], gosto tanto de inglês (Bra93:FestaEstudante)

Em (9) o tópico retomado por L2, localizado anteriormente à inserção, se desenvolve sobre uma professora que tem uma prática docente negativa pelo ponto de vista do informante, e o desvio desse tópico para “o filme que uma outra professora passou para a turma” gerou a necessidade de o falante marcar a retomada do tópico anterior, uma vez que ainda tinha informações acerca dele para acrescentar à informação pragmática do interlocutor.

Isso nos mostra que as propriedades apresentadas pelo grupo (2) também ampliam a classificação apontada por Jubran (2006) acerca das funções discursivas dos parênteses que

marcam a retomada tópica, expandindo essa classe com mais um subtipo, que retoma o tópico discursivo com a função de continuar a desenvolvê-lo na interação.

Enquanto os dois primeiros grupos focam a elaboração tópica concernindo sua estruturação, os grupos (3) e (4) focalizam a formulação lingüística, sinalizando ora a busca de sentido para a construção no discurso, no caso do grupo (3), ora a busca de denominações, no caso do grupo (4). Os exemplos (10) e (11) abaixo retratam esse uso:

- (10) L2 - e eu nunca fui. mas eu tenho uma vontade muito grande de conhecer. Olinda! ir a Maranhão, a São Luís, isso tudo. mas eu não sei, eu achei Minas uma maravilha. e depois, também por causa da diferença, sabe, eu acho que é muito diferente para quem viveu a vida inteira em termo de Rio de Janeiro, você sair daqui e pegar um lugar assim, assim, cinza, **como eu estou te dizendo**, com aquelas montanhas assim... (Bra80:ArteUrbana)
- (11) L2-> sim. eh, dizem que a palavra "morna" nasceu de, do vocábulo "mourni[...]", "mourning", eh, quer dizer que as pessoas que, que cantavam não cantavam, quer dizer, eh, sabe que às vezes quando no[...], eh, [...], **como se diz**, na, quando, eh, aconteceu que morreu alguma pessoa (CV95:AsMornas)

Como se observa no exemplo (10), a informante deseja construir o sentido de paisagem “cinza” que o interior de Minas apresenta, e um indício dessa intenção é o uso do parêntese “como eu estou te dizendo”, enquanto que em (11) o informante sinaliza sua busca por uma palavra que denomine a situação de “quando, eh, aconteceu que morreu alguma pessoa”.

A diferença entre os segmentos em (10) e em (11) recai sobre a função exercida por cada inserção no discurso, já que em (10) está sendo sinalizada a busca por *sentido*, ou seja, busca de significado para o que se entende por paisagem “cinza”, e em (11), a busca por *denominação*. A função de busca por *sentido* amplia as funções discursivas concernentes ao tipo parentético que enfoca a formulação lingüística, uma vez que em Jubran (2006, p. 327) se observa apenas a opção de “sinalização de busca de *denominações*”<sup>44</sup>. Partindo disso, o exemplo (11) explicita a busca por uma denominação, o que se comprova, inclusive, pelo fato de o falante ter verbalizado esse parêntese com contorno entoacional de interrogação.

Essa comparação também pode ser feita considerando-se os exemplos (12) e (13) abaixo:

- (12) L2 - bom, formada, depende do que você entende por formada, porque, escola secundária, **como digo**, abriu ess[...], abriu o liceu em mil novecentos e dezanove e os s[...], o seminário continua a ser uma escola secundária que serviu de formação para muita gente que, que evidentemente nunca chegou a ser padre, porque a maioria dos que frequentaram o seminário não foram padres, mas ficaram com a sua escolaridade de nível secundário. (Ang97:EnsinoAngola)
- (13) L2 -> bom, como pequena empresária que sou, eh, bom, é, eh, **como dizer**, em princípio, há dificuldades, mas também exige muita coragem. como mulher que sou, eh, ter essa decisão de, de formar essa pequena empresa e empregar pessoas e trabalhar ao público para pessoas e, mas se não eu, ah, o conselho que eu dou às senhoras como eu é que elas também possam fazer o mesmo, (To-Pr96:Costureira)

---

<sup>44</sup>Cabe lembrar que essa função não deve ser confundida com a função de *solicitação de colaboração do interlocutor na seleção lexical*, também apontada em Jubran, 2006, p. 327, pois apresenta funcionamento diferente do que se observa nos dados apresentados neste artigo. Como pode ser visto nos exemplos em Jubran, 2006, p. 336, as ocorrências aqui analisadas não apresentam essa natureza.

Em (12) vemos uma ocorrência de parêntese que compartilha com o grupo (3) a função de sinalizar a busca de sentido, uma vez que a intenção da falante é construir o significado do termo “formada”, ou seja, há a tentativa de se estabelecer no discurso o que se entende por “formada” no exato contexto que se está descrevendo. Já em (13) a ocorrência compartilha propriedades concernentes ao grupo (4), uma vez que há verbalização da atividade formulativa da falante buscando estabelecer a denominação do que corresponde às atividades de uma pequena empresária, ou seja, a intenção linguística da falante é denominar algo cujo sentido já se estabeleceu no discurso. Nesse caso a falante explicita, por meio do parêntese, um questionamento em relação à própria atividade de formulação que está realizando para construir o texto.

Como se observa nos exemplos de (5) a (13) acima, os quatro primeiros grupos parentéticos distinguidos neste artigo se concentram em diferentes funções da classe parentética de *focalização da elaboração tópica*, o que não acontece com o último grupo a ser tratado neste estudo, que prioriza a *focalização do interlocutor*.

O grupo (5), diferentemente dos quatro grupos apresentados acima, concentra as ocorrências que não utilizam verbos *dicendi*, o que o afasta dos usos parentéticos acima discutidos em termos de sua função. No caso dessas ocorrências verifica-se a presença do verbo “saber” que, nos contextos aqui investigados, *evoca conhecimento partilhado sobre o tópico*<sup>45</sup> em desenvolvimento na interação, como se vê no exemplo (14) abaixo:

- (14) L2 -> inclusivamente famílias alargadas em que temos, eh, portanto, desde sobrinhos, sogros, ele, dessa mulher, enfim, cunhados e familiares que, **como sabemos**, eh, as famílias africanas são bastante alargadas, essa responsabilidade cai sobre os ombros da mulher. (GB95:MulherAfricana)

Nessa ocorrência verifica-se que o conhecimento sobre o tópico em curso está sendo considerado como consensual por parte dos envolvidos no ato comunicativo. Sendo assim, o exemplo representa parêntese com foco no interlocutor, evocando conhecimento partilhado, conforme função parentética apontada em Jubran (2006, p. 327). Essa função pode ser percebida em (14), inclusive, pelo emprego da anáfora zero (nós).

Os exemplos (15) e (16) abaixo também configuram esse tipo de parêntese:

- (15) L2 - (...) mas de qualquer forma convém também recordar que há certos cursos que nunca tivemos aqui no período colonial. Direito nunca houve, Arquitectura nunca houve, todos os cursos chamados de Letras não tinham licenciatura, tinham apenas nível de bacharelato. Antropologia nunca houve, Sociologia nunca houve, eh, Filosofia, se não contarmos com a opção seminário, portanto, que tem, **como sabe**, Filosofia e Teologia na sua formação, eh, nunca houve. quer dizer que não só foi uma universidade tardia, como limitada, e com muitas reservas desde, desde o início, e que [...], e que nunca chegou a tomar desenvolvimento pleno antes da independência, não é, e que foi feita, criada, sobretudo na altura para satisfazer a grande corrente de emigração branca que tinha aumentado muito a população de origem europeia na colónia, (...) (Ang97:EnsinoAngola)
- (16) L2 -> exactamente, sim. mas é, hoje, por exemplo, eh, com a ciência avançada, **como o senhor sabe**, e, o animal pode ser filmado. e então é, é t[...], é toda essa maneira depois de reprodu[...], tentar reproduzir o animal. (CV95:Colecionismo)

---

<sup>45</sup> Salienta-se que essa é uma das funções atribuídas por Jubran, 2006, p.327, aos parênteses com foco no interlocutor, ou seja, a função exercida pelos dados levantados neste artigo de *evocar conhecimento partilhado sobre o tópico* deve ser compreendida nos termos de Jubran, 2006, p. 346.

Em (15) o segmento textual “como sabe” declara que o interlocutor compartilha com o falante da informação de que Filosofia e Teologia se enquadram nas disciplinas de quem escolhe cursar a opção seminário, enquanto que em (16) a inserção “como o senhor sabe” firma contato entre os interlocutores quanto ao domínio do assunto “ciência avançada”, a se desenvolver na interação. Em (16) temos ainda a explicitação da pessoa do interlocutor “o senhor”, que reforça a busca de consenso quanto à informação em questão.

Como se vê, as ocorrências do grupo (5) atestam a tentativa do falante de mostrar, na materialidade do texto, o domínio do interlocutor sobre o conhecimento em pauta na interação, configurando mais um tipo parentético entre as construções iniciadas por “como” aqui tratadas.

## Considerações finais

Com base na investigação das estruturas parentéticas do tipo “como se sabe”, “como se diz”, “como eu estava falando”, etc, em variedades lusófonas, este trabalho apresenta uma ampliação da descrição das funções discursivas dos parênteses, conformando seu uso mediante a classificação apontada por Jubran (2006), como exposto na tabela (4)<sup>46</sup> abaixo:

Grupos	CLASSE PARENTÉTICA	FOCO	OCORRÊNCIAS	FUNÇÃO DISCURSIVA
(1)	Elaboração tópica do texto	ESTRUTURAÇÃO TÓPICA	<i>Como eu te disse</i> <i>Como eu te falei</i> <i>Como disse</i> <i>Como eu já antes tivera dito</i> <i>Como acabo de dizer</i> <i>Como afirmou</i>	Retomada do tópico discursivo visando a atualizar o interlocutor
(2)		ESTRUTURAÇÃO TÓPICA	<i>Como eu estava falando</i> <i>Como eu estava dizendo</i>	Retomada do tópico discursivo visando à sua continuidade
(3)		FORMULAÇÃO LINGÜÍSTICA	<i>Como digo</i> <i>Como eu estou te dizendo</i> <i>Como muitas vezes se diz</i>	Sinalização de busca de sentido
(4)		FORMULAÇÃO LINGÜÍSTICA	<i>Como é que eu vou dizer?</i> <i>Como se diz</i> <i>Como dizer</i>	Sinalização de busca de denominação
(5)	Interlocutor	FORMULAÇÃO LINGÜÍSTICA	<i>Como sabemos</i> <i>Como o senhor sabe</i> <i>Como sabe</i>	Evocação de conhecimento partilhado sobre o tópico

Tabela 4: Proposta de organização dos parênteses iniciados por “como” na lusofonia.

Com isso procurou-se confirmar o estatuto de desvio tópico concernente a essas estruturas presentes em todas as variedades do português aqui investigadas, enquadrando-as na categoria de parênteses, constituindo-se como recurso pelo qual a atividade discursiva se projeta concretamente na materialidade lingüística do texto, servindo a propósitos comunicativos que justificam seu uso e o enquadram em classes específicas, conforme seu grau de desvio tópico.

<sup>46</sup> As funções (1), (2) e (3) são ampliações das funções dos parênteses apresentadas em Jubran, 2006, p. 327. As funções discursivas em (1) e em (2) representam subtipos da função de *marcação de retomada do tópico*, apontada em Jubran, 2006, p. 327. A função discursiva em (3) representa outro tipo de função pertencente à classe de *elaboração tópica* com foco na *formulação lingüística*. As funções (4) e (5) pertencem à classificação proposta em Jubran, 2006, p. 327.



AS IT IS SAID, AS I SAY, AS I WAS SAYING: A STUDY OF THE PARENTHESES IN ORAL PORTUGUESE VARIETIES

**ABSTRACT:** This article investigates, under an interactive-textual point of view, autonomous structures that seem to perform a thematic progression discontinuity inside the context they belong to. It is assumed that these types of structure are parenthetical and that they can appear as momentaneous diversion without a topical status. Assuming the properties of establishing meaning and promoting clarification about the communicative situation into which they occur, these structures are not considered out of context, on the contrary, they show the communicative process, and belong to the text. The apparatus used to analyze the occurrences come from the Interactive-Textual Grammar (JUBRAN e KOCH, 2006). The corpus is composed by real occurrences, extracted from the oral corpora organized by the *Centro de Lingüística da Universidade de Lisboa*, in partnership with the University of Toulouse-le-Mirail and the Provence-Aix-Marseille. The research aims at (1) determining the insertion properties of these segments; (2) describing their textual-interactive functions, considering the parenthetical classes presented by Jubran (2006); and (3) investigating the occurrence of these segments among the following Portuguese varieties: (1) Brazil; (2) Portugal; (3) Africa: São Tomé e Príncipe, Angola, Cape Verde, Guinea-Bissau; and (4) East Timor.

**KEYWORDS:** Interactive-Textual Grammar; Parenthesis; As.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALDINGER, K. Semasiologia e Onomasiologia. *Alfa*, Marília, v.9, p.7-36, 1966.
- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Lucerna, 2000.
- CUNHA, C., LINDLEY CINTRA, L. F. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- CASTILHO, A.T. Apresentação, para uma gramática do português brasileiro. In: Jubran e Koch (Orgs.) *Gramática do Português Culto Falado no Brasil: Construção do Texto Falado*. v. I, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006, p. 07-25.
- GARCIA, O. *Comunicação em Prosa Moderna*, Editora Fundação Getúlio Vargas, 10ª Ed., 1982.
- JUBRAN, C.C.A.S. A Perspectiva Textual-Interativa. In: Jubran e Koch (Orgs.) *Gramática do Português Culto Falado no Brasil: Construção do Texto Falado*. v. I, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006, p. 27-36.
- \_\_\_\_\_. Parentetização. In: Jubran e Koch (Orgs.) *Gramática do Português Culto Falado no Brasil: Construção do Texto Falado*. v. I, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006, p. 301-357.
- \_\_\_\_\_. Tópico Discursivo. In: Jubran e Koch (Orgs.) *Gramática do Português Culto Falado no Brasil: Construção do Texto Falado*. v. I, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006, p. 89-132.
- \_\_\_\_\_. e KOCH, I. G. V. *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*, v. I, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.
- KURY, A. G. *Novas lições de análise sintática*. 7ª. Ed. São Paulo: Ática, 1999.
- LUFT, Celso Pedro. *Novo Manual de Português*. São Paulo: Globo, 2001.

## Interrogativas de conteúdo em elocuições formais do português brasileiro

Michel Gustavo FONTES<sup>47</sup>

**RESUMO:** Partindo de uma visão funcionalista da linguagem, este artigo procura compreender o uso das Interrogativas de Conteúdo, ou Interrogativas-Qu, em elocuições formais do português brasileiro. Especificamente, investigam-se os diferentes propósitos a que se serve o uso dessas estruturas no gênero textual selecionado de forma a estabelecer uma tipologia, ou classificação, para elas. Com base nos princípios teórico-metodológicos da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVEL e MACKENZIE, 2008), e concentrando-se na configuração do operador de identificabilidade atribuído ao Subato Referencial interrogativo, no Nível Interpessoal, propõe-se uma tipologia tripartida para as Interrogativas de Conteúdo: perguntas típicas, perguntas retóricas e perguntas meditativas. Como material de análise, selecionaram-se as amostras de elocuições formais do *corpus* mínimo do Projeto *Gramática do Português Falado*, composto a partir de inquéritos do NURC/Brasil. As elocuições formais, por sua vez, consistem em aulas de nível superior gravadas nas seguintes capitais brasileiras: São Paulo, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e Salvador.

**PALAVRAS-CHAVE:** Interrogativas de Conteúdo; Elocuições formais; Gramática Discursivo-Funcional.

### Introdução

O objeto de estudo deste trabalho, as Interrogativas de Conteúdo, é definido, primeiramente, a partir de seu traço formal: sentenças que contêm um pronome ou advérbio interrogativo, conforme se exemplifica em (01) abaixo com dados extraídos do *corpus* mínimo do Projeto da Gramática do Português Brasileiro, composto a partir dos inquéritos do Projeto NURC.

- (1) a. **o que** a senhora gostaria de fazer? (SP-D2-360)  
b. **que** é que um professor faz...? (SA-DID-231)  
c. **qual** é o problema? (PA-EF-278)  
d. **quem** é que vai comprar? (RJ-EF-379)  
e. elas têm origem...**onde**? (SA-EF-049)  
f. **quando** é que o aluno evidencia conhecimento? (PA-EF-278)  
g. **quantos** o senhor deseja? (RE-EF-337)  
h. **como** que nós chegamos a ela? (SP-EF-405)  
i. nao poderia **por quê**? (RJ-EF-379)

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 71), com uma Ilocução Interrogativa, o Falante requer do Ouvinte uma resposta para o Conteúdo Proposicional evocado pelo Conteúdo Comunicado. Essa resposta pode ser uma confirmação ou não do Ouvinte em relação a um conteúdo cuja verdade não era muito clara para o Falante, o que define uma Interrogativa Polar (cf. (02)), ou pode conter uma informação nova trazida pelo Ouvinte que preencha uma lacuna de informação existente na informação pragmática do Falante, o que

---

<sup>47</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto. Bolsista FAPESP (Proc. 2009/11676-0).

define uma Interrogativa de Conteúdo (cf. (03)). Nossa atenção, neste estudo, volta-se para esse último tipo de Interrogativas.

- (2) então vocês ahn:: têm irmãos pequenos? (SP-EF-405)
- (3) como ela desenha? (SP-EF-405)

A definição acerca de Ilocução Interrogativa proposta por Hengeveld e Mackenzie (2008) corresponde a uma das funções discursivas desempenhadas por uma estrutura interrogativa, especificamente a função de *pedido de informação*, que, segundo Fávero *et al* (2006, p. 151), define-se como “algo que o interlocutor deseja saber por uma questão de necessidade”. Entretanto, autores como Lyons (1977) e Vidal (1999) defendem uma multifuncionalidade de uso para as estruturas interrogativas de forma que nem toda estrutura interrogativa corresponde a uma estratégia do Falante para solicitar ao Ouvinte uma informação que lhe carece; ao contrário, segundo Vidal (1999), as razões que levam um usuário da língua a formular uma estrutura interrogativa são variadas: manifestar desconhecimento, expressar dúvida, investir numa hipótese, insinuar algo, apresentar um conteúdo polêmico, etc.

Partindo dessas considerações, o objetivo central deste estudo é o de determinar os diferentes propósitos comunicativos a que se serve o uso de estruturas interrogativas, especificamente das Interrogativas de Conteúdo. Assume-se, portanto, que o Falante, ao formular uma estrutura interrogativa, apresenta diferentes propósitos comunicativos que não se limitam apenas à função de *pedido de informação*.

Ao levar em conta que uma determinada estrutura apresenta diferentes funções comunicativas, não se pode desconsiderar que, como afirma Bakhtin (2003), os enunciados da língua estão tão fortemente ligados aos campos da atividade humana que refletem suas condições específicas de produção e suas finalidades comunicativas. Dessa forma, na caracterização da multifuncionalidade das Interrogativas de Conteúdo, consideram-se as especificidades e a natureza do gênero em que essas estruturas são produzidas de forma que este estudo se concentra num único gênero textual do domínio oral/falado: o gênero aula. Para tanto, utilizam-se as Elocuções Formais do Projeto NURC/Brasil, especificamente as que integraram o *Corpus* mínimo do Projeto da Gramática do Português Falado, ou seja, as gravações representativas das seguintes capitais brasileiras: São Paulo (SP-405), Porto Alegre (POA-278), Recife (REC-337), Rio de Janeiro (RJ-379) e Salvador (SSA-049).

Olhando para os aspectos constitutivos do gênero aula e levando em conta o fator de identificabilidade do referente interrogado conforme veiculado pelo Falante na construção de uma Interrogativa de Conteúdo, procuramos observar a funcionalidade das Interrogativas de Conteúdo no gênero aula, ou seja, investigamos os diferentes propósitos a que se serve o uso das estruturas interrogativas nesse gênero de forma a estabelecer uma tipologia para as Interrogativas de Conteúdo.

### **Pressupostos teóricos**

Este trabalho se apóia teoricamente nos princípios do funcionalismo de linha holandesa, especificamente no modelo gramatical da Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF), conforme concebido por Hengeveld e Mackenzie (2008).

Dentro desse quadro teórico, para os objetivos aqui traçados, é importante a noção de referenciação que, na GDF, associa-se à aplicação do operador de identificabilidade ao Subato Referencial, no Nível Interpessoal. É a partir das diferentes configurações do operador de identificabilidade aplicados ao constituinte interrogativo, um Subato Referencial no Nível Interpessoal, que se definem os diferentes tipos de Interrogativas de Conteúdo.

Esta seção, primeiramente, traça uma visão geral a respeito da GDF para, então, caracterizar o operador de identificabilidade.

## A Gramática Discursivo-Funcional

Proposta por Hengeveld e Mackenzie (2008), a GDF constitui-se como o componente gramatical de uma teoria mais abrangente da interação verbal, que interage com componentes não-linguísticos do processo de comunicação, conforme se observa na Figura 01 abaixo.

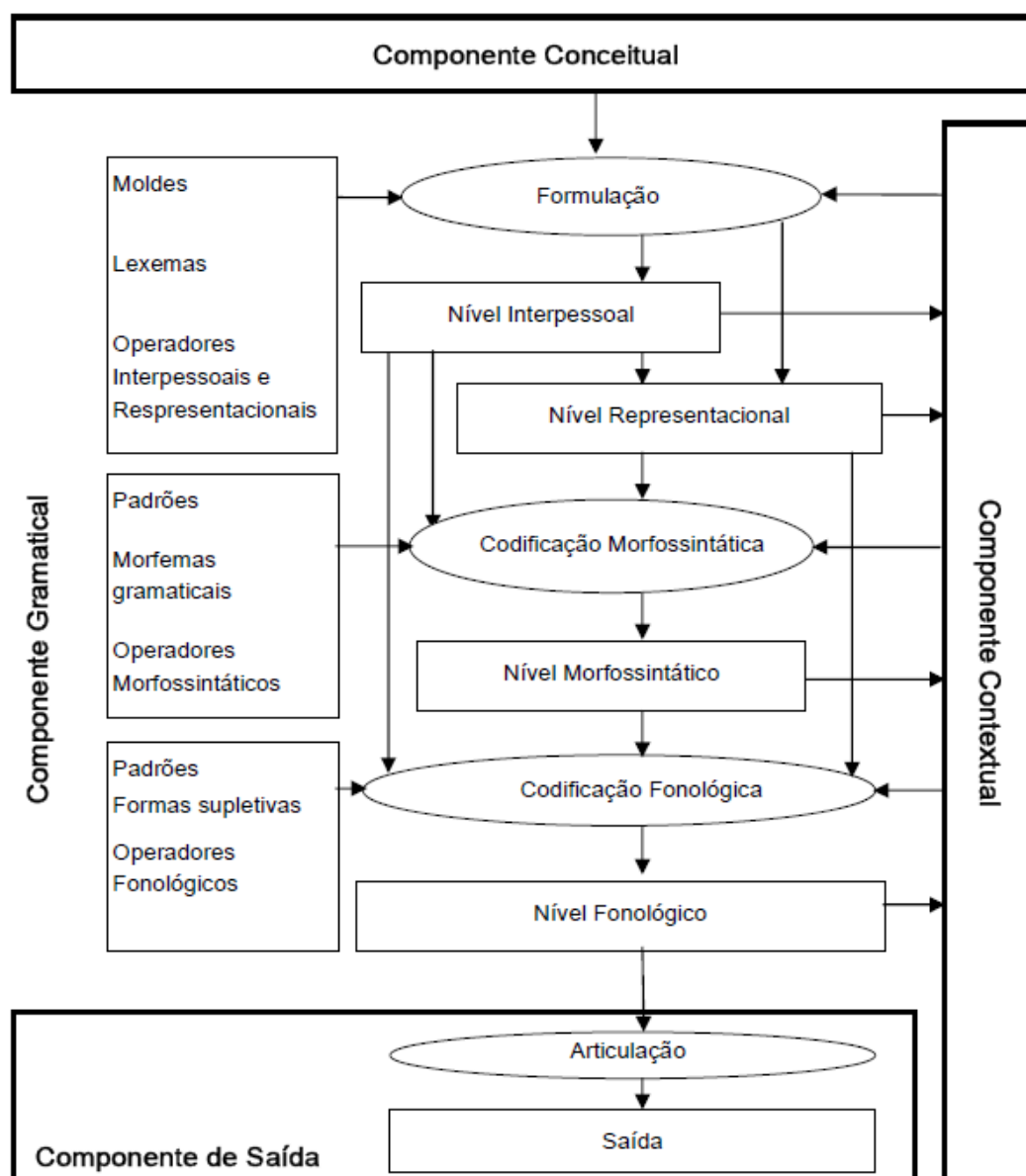


Figura 01: Layout geral da GDF(cf. HENGVELD; MACKENZIE, no prelo)

De forma geral, a GDF, concebida segundo os princípios de uma perspectiva funcional da linguagem, tem por objetivo a descrição e a explicação das línguas naturais de uma forma pragmática e psicologicamente adequada, isto é, pretende estudar o grau em que uma descrição linguística é relevante para explicar o uso da língua e o grau em que uma descrição linguística é compatível com o conhecimento sobre o processamento mental envolvido na

interpretação e na produção das expressões linguísticas. Em síntese, esse modelo gramatical captura as propriedades formais das unidades linguísticas e as descreve em termos da intenção comunicativa com que são produzidas.

Portanto, sem desconsiderar a Gramática Funcional proposta por Dik (1997a; 1997b), a GDF provoca mudanças significativas na determinação das unidades de análises linguísticas, já que propõe a expansão de uma gramática da sentença para uma gramática do discurso. Para tanto, tal modelo gramatical apresenta as seguintes propriedades:

- (a) opera de cima para baixo (organização *top-down*): as intenções comunicativas de um falante são processadas em direção descendente até chegar à articulação da expressão linguística;
- (b) tem como unidade básica de análise os atos discursivos;
- (c) liga-se a um componente conceitual, contextual e um de produção;
- (d) distingue dois processos fundamentais envolvidos na produção linguística: (i) *formulação*, que converte a intenção comunicativa e sua representação mental em representações interpessoais e representacionais, e (ii) *codificação*, que transporta as representações interpessoais e representacionais para os níveis morfossintático e fonológico de forma a dar a elas uma expressão linguística;
- (e) introduz quatro níveis de análise independentes e organizados hierarquicamente: Interpessoal, Representacional, Morfossintático e Fonológico. Tais níveis, nessa ordem hierárquica, são interatuantes na organização do modelo da GDF, conforme se observa na Figura 01 acima.

No processo de formulação, atuam os níveis Interpessoal e Representacional. No Nível Interpessoal, todas as unidades relevantes do comportamento comunicativo são formalizadas em termos de sua função comunicativa. Com base na formalização em (04)<sup>48</sup>, observa-se que a unidade de análise hierarquicamente mais alta nesse nível é o *Move* (M). Um *Move* pode conter um ou mais Atos Discursivos (A). Um Ato Discursivo consiste em uma *Ilocução* (F), um ou mais Participantes do ato de fala (P) e o Conteúdo Comunicado (C) apresentado pelo falante. O Conteúdo Comunicado, por sua vez, pode conter um número variável de Subatos Atributivos (T) e Subatos Referenciais (R).

$$(4) \quad (M_1: [(A_1: [(F_1) (P_1)_S (P_2)_A (C_1: [(T_1)_{\{ \Phi \}} \dots (T_{1+N})_{\{ \Phi \}} (R_1)_{\{ \Phi \}}] (C_1)_{\{ \Phi \}}]) (A_1) \dots (A_{1+N})_{\{ \Phi \}}] (M_1))$$

Já no Nível Representacional, descrevem-se as unidades linguísticas em termos de sua categoria semântica. Enquanto o Nível Interpessoal trata da evocação, o Representacional lida com a denotação. As camadas desse nível, disponíveis numa representação formalizada e hierarquicamente organizada em (05), são definidas em termos das categorias semânticas que elas designam: Conteúdos Proposicionais (p), as unidades mais altas do Nível Representacional, são construtos mentais, que podem conter um ou mais Episódios (Ep), que são conjuntos de estados-de-coisas tematicamente coerentes, no sentido de que apresentam unidade ou continuidade de Tempo (t), Localização (l) e Indivíduos (x); já Estados-de-coisas (e) incluem eventos e estados que são caracterizados pela possibilidade de serem localizados no tempo e avaliados em termos de seu estatuto factual. Um estado-de-coisas se caracteriza por uma Propriedade Configuracional (f), que tem natureza composicional e contém uma combinação de unidades semânticas que não estão em relação hierárquica entre si, como Indivíduo (x), Localização (l), Tempo (t), Modo (m), Razão (r) e Qualidade (q).

<sup>48</sup> Nas formalizações, optamos por manter as abreviações dos termos originais em inglês, como *Cl* para *Clause* (oração).

$$(5) \quad (p_1: [(ep_1: [(e_1: [(f_1): [(f_2)^n(x_1)_\Phi \dots (x_{1+n})_\Phi](f_1)) \dots (f_{1+n})(e_1)_\Phi]) \dots (e_{1+n})_{\{\Phi\}}](ep_1)) \dots (ep_{1+n})_{\{\Phi\}}](p_1))$$

Na operação de codificação, por outro lado, atuam os níveis Morfossintático e Fonológico. O Nível Morfossintático trata dos aspectos estruturais de uma unidade linguística. Juntamente com o Nível Fonológico, cuida da codificação das distinções interpessoais e representacionais. Em vista dessa função, muito do que ocorre no Nível Morfossintático é funcionalmente motivado: princípios de ordenação, por exemplo, são motivados por iconicidade, integridade de domínio e pela preservação de relações de escopo. Entretanto, deve-se levar em conta que esse nível tem seus próprios princípios de organização, que podem não ser funcionalmente motivados. Conforme a representação em (06), a camada mais alta do Nível Morfossintático é a Expressão Linguística (EL), ou seja, qualquer conjunto de pelo menos uma unidade morfossintática; se houver mais de uma unidade dentro da EL, elas terão as mesmas propriedades morfossintáticas. As unidades que se combinam para formar a EL são: Orações (Cl), Sintagmas (Xp) ou Palavras (Xw).

$$(6) \quad (El_1: [Cl_1: [(Xw) (Xp_1: [(Xw) (Xp_2) (Cl_2)] (Xp_1)) (Cl_3)] (Cl_1))] (El_1))$$

O Nível Fonológico, por fim, é responsável pelos aspectos de codificação que não ocorrem no Nível Morfossintático. Ele recebe o *input* – alguns já na forma fonêmica – dos outros três níveis e provê o *input* para o Componente de Saída. Enquanto este último lida com questões relacionadas a frequência, intensidade, duração, o Nível Fonológico – sendo gramatical – é ‘digital’, e contém representações de fonemas que são baseadas em oposições fonológicas binárias. Em outras palavras, o Nível Fonológico não mostra a “melodia” do Sintagma Entonacional, mas fornece um número de indicações de cada camada que o Componente de Saída converte em um uniforme e fluente resultado.

### Referenciação na Gramática Discursivo-Funcional

Numa perspectiva sociocognitivo-interacionista da linguagem (cf. MONDADA e DUBOIS, 2003), a referenciação não é vista a partir de uma correspondência biunívoca entre palavras e objetos do mundo, mas os referentes são considerados como objetos-de-discurso. Segundo Mondada e Dubois (2003), os sujeitos, usuários da língua, por meio de práticas discursivas e cognitivas social e culturalmente situadas, constroem versões públicas do mundo. Tal concepção dá base para os autores criarem uma concepção de referenciação que toma os referentes como objetos de discurso: segundo eles, as categorias e os objetos de discurso com os quais os sujeitos compreendem o mundo não são dados previamente, mas são construídos ao longo das atividades humanas, transformando-se em diferentes contextos. Por trás dessa visão, há a concepção de uma instabilidade constitutiva, já que a referenciação, uma operação cognitiva, está ancorada em práticas e em negociações de uma interação verbal. Resumindo, segundo Jubran (2005, p. 219):

Os objetos-de-discurso são elaborados pelos sujeitos, em um processo dinâmico e intersubjetivo, ancorado em práticas discursivas e cognitivas situadas social e culturalmente, bem como em negociações que se estabelecem no âmbito das relações interacionais.

Nessa linha, Marcuschi e Koch (2006, p. 382) afirmam que “a discursivização ou textualização do mundo por via da linguagem não se dá como um simples processo de elaboração informacional, mas de construção, estruturação e fundação do próprio real”. Essa visão de referenciação como um processo que se constrói com base em práticas sociais

encaixa-se bem com a noção de referenciação da GDF uma vez que a atividade referencial é vista como acional e situada no Nível Interpessoal, especificamente na camada dos Subatos.

O ato de referenciação, para Dik (1978, p. 55 *apud* HENGEVELD E MACKENZIE, 2008, p. 107) e para Hengeveld e Mackenzie (2008), consiste numa ação pragmática e cooperativa entre o Falante e seu parceiro na interação verbal. Por ação pragmática, Dik (1978) se refere à função primordial da interação, a de causar efeitos na informação pragmática do Ouvinte, e por cooperativa, ele se refere à disposição de ambos os participantes em contribuírem entre si para atingirem os seus objetivos comunicativos.

Na GDF, além de acional, a referenciação está envolvida numa ação mais global, a de evocação. Assim, “um Falante evoca um Conteúdo Comunicado executando um número de Subatos Atributivos ou Referenciais” (HENGEVELD E MACKENZIE, 2008, p. 107). Podemos perceber, então, um diálogo significativo entre as abordagens da GDF e da perspectiva sociocognitivista-interacional: enquanto esta assume que a referenciação se dá por meio de objetos-de-discurso que se constroem ao longo de práticas sociais, aquela atribui um caráter acional para tal processo, que se liga aos lances da interação, isto é, à prática interacional e aos objetivos comunicativos do Falante em relação ao que pressupõe acerca do estado mental do Ouvinte.

Na representação formal do Nível Interpessoal disposta em (04) acima, observou-se que a GDF distingue Subatos Atributivos de Referenciais. Enquanto os Subatos Atributivos envolvem a evocação de uma Propriedade, o Falante realiza um Subato Referencial para evocar uma Entidade. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 113), muitas línguas distinguem entre “construção do referente”, quando o Falante deseja que o Ouvinte introduza um referente em seu modelo mental, e “identificação do referente”, quando o Falante pede ao Ouvinte que identifique um referente disponível em sua (do Ouvinte) informação pragmática. Esta distinção reflete-se no operador de identificabilidade do Subato Referencial, conforme veiculada pelo Falante<sup>49</sup>. Tal ponto é bastante importante para nossa abordagem: a identificabilidade de um referente, na GDF, é tratada em termos da avaliação que o **Falante** faz de sua própria informação pragmática e de seu Ouvinte, quer dizer, é a perspectiva do Falante que se leva em conta na determinação da identificabilidade do referente.

A GDF distingue dois aspectos da identificabilidade: (i) o primeiro relaciona-se com a concepção do Falante a respeito da identificabilidade do Referente para o Ouvinte, o que gerará os operadores {+id, -id} para identificável e não-identificável; (ii) o segundo, por sua vez, relaciona-se à indicação dada pelo Falante a respeito da identificabilidade do referente para si próprio, o que se reflete nos operadores {+s, -s} para específico e não-específico. A partir desses operadores, podemos prever quatro combinações possíveis para um Subato Referencial: (i) {+id, +s}, (ii) {+id, -s}, (iii) {-id, +s} e (iv) {-id, -s}.

A primeira combinação, {+id, +s}, aplica-se aos casos em que o referente, na pressuposição do Falante, é identificável para ambos os participantes (cf. (07)). Já a segunda, {+id, -s}, é aplicada aos casos em que o Falante assume o referente como identificável para o Ouvinte, porém não específico para ele próprio, o que está naturalmente associado à Ilocução Interrogativa (cf. (08)). A terceira combinação, por sua vez, {-id, +s}, associa-se aos casos em que o Falante assume que ele conhece a identidade do referente, porém acredita que não ocorra o mesmo para seu Ouvinte (cf. (09)). E, por fim, a quarta combinação, {-id, -s}, corresponde aos casos em que o referente, para o Falante, não é identificável para nenhum dos participantes, nem para ele próprio, nem para seu Ouvinte (cf. (10)).

---

<sup>49</sup> A GDF, nos Níveis Interpessoal e Representacional, faz uma distinção entre operadores, funções e modificadores. Modificadores são estratégias lexicais de atualização de um Move, de um Ato, ou de outras camadas dos níveis Interpessoal e Representacional. Já funções e operadores são estratégias gramaticais, sendo que as funções são relacionais, e os operadores se aplicam a uma única unidade.

- (7) **O professor** perguntou a todos os alunos da sala.
- (8) **Quem** roubou minha bicicleta?
- (9) Eu tenho **alguns problemas** com este texto.
- (10) Eu estou procurando por **alguém que possa me ajuda**.

Os próprios autores da GDF, conforme se verifica acima, associam o operador {+id, -s} à Ilocução Interrogativa. Dessa forma, conclui-se que o item interrogado, correspondente a um Subato Referencial no Nível Interpessoal, é sempre marcado como {+id, -s}, ou seja, identificado para o Ouvinte, mas não especificado para o Falante. Assim, no Nível Interpessoal, o Subato Referencial (R) marcado {+id, -s} será expresso por meio de um constituinte interrogativo e entonação apropriada, sob a influência da Ilocução INTERROGATIVA, conforme se visualiza no exemplo (11) abaixo, retirado do NURC.

- (11) Doc. e quando vocês quiseram...escolher uma carreira...**o que as levou escolher a carreira?** (SP-D2-360)

Em (11), o Subato Referencial interrogado *o que* é marcado pelo operador {+id, -s} uma vez que o Falante, assumindo que desconhece determinada informação referencial, busca a identificação dessa informação junto ao Ouvinte, quem, na pressuposição do Falante, detém conhecimento acerca do referente posto sob a influência da interrogação. Entretanto, essa configuração {+id, -s} não é verificada para todos os exemplos de Interrogativas de Conteúdo encontradas e analisadas a partir dos dados oferecidos pelas gravações de elocuições formais do NURC. Com base em informações contextuais, pode-se visualizar a presença de diferentes configurações do operador de Identificabilidade sendo aplicadas ao Subato sob interrogação e é isso que se procura apresentar e defender na próxima seção.

### **Interrogativas de Conteúdo em elocuições formais: funcionalidade e tipologia**

Segundo Fávero (2005), as elocuições formais do NURC, compostas por gravações tanto de aulas como de conferências, caracterizam-se por uma linguagem tensa e por um diálogo assimétrico, uma vez que um dos participantes, que, no caso específico de aulas, é o professor, tem o direito de iniciar, orientar, conduzir e concluir a interação, exercendo pressão sobre os demais participantes, no caso específico de aulas, os alunos. Brait (1999), por sua vez, concebe a elocução formal como uma produção oral de interação face a face, assimétrica e hierárquica: (i) face a face, pois envolve dois participantes distintos providos de dois papéis bem institucionalizados socialmente, o do professor e o do(s) aluno(s); (ii) assimétrica e hierárquica por ser o professor quem conduz e orienta a interação, cabendo aos alunos pequenas interrupções e participações no desenrolar da interação. Por fim, para Marcuschi (2008), o gênero aula expositiva, que caracteriza os textos de elocuições formais selecionados para este trabalho, é típico da modalidade oral da língua e situam-se dentro do domínio discursivo instrucional: o professor se dirige a seus alunos de forma a, didaticamente, expor um determinado conteúdo e construir e compartilhar um conhecimento.

Dessa forma, pode-se concluir que, em aulas, (i) os papéis e a posse de turnos são fixados previamente, (ii) há poucas marcas de interação, havendo momentos em que o professor responde a perguntas e interrupções colocadas pelo(s) aluno(s), (iii) o início e o desfecho do texto são bem marcados e, por fim, (iv) a finalidade comunicativa desse texto oral está na exposição de um conteúdo. Para este trabalho, é essencial que se detenha numa característica do gênero aula: a exposição didática. Um professor não simplesmente expõe um



conteúdo de forma corrida, mas o faz levando em conta estratégias didáticas, argumentativas e interativas, de forma a atingir a atenção de seus alunos e fazer com que eles compreendam o que se expõe. Dessa forma, no gênero aula, as Interrogativas de Conteúdo servem a diferentes propósitos ou funções comunicativos a depender da intenção do Falante.

As Interrogativas de Conteúdo, no geral, independente da situação genérica em que são produzidas, podem ser usadas em três contextos interativos diferentes que se definem a partir da conjugação de três fatores pragmáticos envolvidos na interação verbal: (i) aquilo que o Falante assume fazer parte de sua própria informação pragmática, (ii) aquilo que o Falante pressupõe estar ou não na informação pragmática de seu(s) Ouvinte(s) e (iii) a intenção comunicativa do Falante, em relação a seu(s) Ouvinte(s), com o uso da estrutura interrogativa.

Em uma primeira situação interativa, o Falante pode assumir que uma determinada informação não está disponível para ele próprio, mas sim para seu Ouvinte, ou seja, pensando na configuração do operador de identificabilidade atribuído ao constituinte interrogativo, tem-se um Subato Referencial identificável (+id) e não específico (-s), o que gera o operador (+id, -s R). A interrogativa funciona, assim, como um pedido de informação do Falante para o Ouvinte, o que se denomina, neste trabalho, de **perguntas típicas**.

Já num segundo contexto de uso, o Falante assume que a informação sob interrogação faz parte de sua informação pragmática, ou seja, é específica (+s) para si mesmo, porém não está disponível para seu Ouvinte, ou seja, não é identificável (-id) para o Ouvinte, o que gera o operador (-id, +s R). Esse tipo de pergunta funciona como uma maneira de ativar ou acrescentar um determinado conhecimento na informação pragmática do Ouvinte, destacando uma informação para que o Falante aja argumentativamente junto ao Ouvinte, o que se denomina, aqui, de **perguntas retóricas**.

Por fim, a informação sob interrogação pode estar ausente para ambos, Falante e Ouvinte, ou seja, é não específica e não identificável, o que gera o operador (-id, -s R). Esse tipo de pergunta funciona como uma tentativa de o Falante expor suas dúvidas e/ou inquietações, colocando o Ouvinte no papel de testemunha, o que se denomina, aqui, de **perguntas meditativas**.

O que há por trás desses três contextos de uso da interrogação é que, para pelo menos um dos participantes, a informação lexical requerida está ausente, ou seja, não faz parte de sua informação pragmática, é nova. É assim que se define, neste trabalho, Interrogativas: a ausência de uma informação no estado mental de pelo menos um dos participantes da interação verbal que provoque uma expressão verbal indiciária dessa ausência.

A especificidade do gênero em que as Interrogativas de Conteúdo se situam atualiza a funcionalidade comunicativa de cada tipo de pergunta acima distinguida, ou seja, no gênero aula, cada tipo de pergunta desempenha uma função que está subordinada às intenções comunicativas do Falante em relação ao(s) seu(s) Ouvinte(s). Dessa forma, por exemplo, o uso de uma pergunta típica em sala de aula, cuja natureza é de pedido de informação, está associado a diferentes funções e intenções comunicativas a depender de quem a produz, se o professor ou se o aluno. Nas seções a seguir, busca-se especificar melhor a proposta de classificação tripartida oferecida neste trabalho e caracterizar a função comunicativa de cada tipo de pergunta dentro do gênero aula.

### **As perguntas típicas**

Conforme já se expôs acima, as perguntas típicas relacionam-se a momentos da interação em que o Falante, assumindo seu desconhecimento perante uma informação, assinala seu desejo de que o Ouvinte, quem, para ele, detém a informação ausente, forneça a informação nova adequada. Esse referente, identificável para o Ouvinte (+id) e não específico

para o Falante (-s), corresponde, no Nível Interpessoal, a um Subato marcado pelo operador (+id, -s R), que naturalmente se associa à Ilocução Interrogativa.

O Falante interage junto ao Ouvinte com o propósito de solicitar uma informação nova que satisfaça seu desejo de conhecer tal conteúdo interrogado. Tal característica dialoga com a definição de Fávero *et al* (2006, p. 151) a respeito dos pedidos de informação. A esse tipo de pergunta, este trabalho propõe a denominação de **perguntas típicas**.

As perguntas típicas, no contexto de sala de aula, podem partir dos alunos, que interrompem o desenrolar da aula e questionam o professor a respeito de um tópico que lhes suscitou dúvida ou que não lhes ficou muito claro, conforme se observa nos exemplos (12) e (13) abaixo. São, portanto, pedidos de informação, conforme definem Fávero *et al* (2006).

(12) Loc aí é que tá desse "in loco" daí é que vem minha pergunta **porque que: o experimento em laboratório... é mais válido do que experimento "in loco?"** (RE-EF-337)

(13) Loc [agora ( )] **qual é a proporção de jurídico que faz isso?**  
Infé mínima

Por outro lado, as perguntas típicas podem, também, partir do professor. Em (14) e (15) abaixo, o professor, durante a exposição do conteúdo sobre o qual versa a aula, abre um parêntese e desvia sua atenção do que está expondo em aula para perguntar a respeito de aspectos da vida pessoal dos alunos (cf. (14)) ou para questionar a respeito de acontecimentos da situação de interação (cf. (15)).

(14) entao vocês ahh:: têm irmaos pequenos? **quem tem irmao pequeno?...** Lúcia... você também Valdério?... como é quando você pede para desenhar uma mesa:: **como é que a criança desenha?...** (SP-EF-405)

(15) entao eu posso pedir que o grupo vá assistir à palestra e que faça um resumo entao, este resumo, nessa situação aqui, vocês nao podem dar a opiniao pessoal, neste resumo, vocês têm que dar, vocês têm que dizer aquilo que ele disse, mas vocês poderao, também, já entra ah, atuar sobre a comunicação do conferencista, mas dar o seu ponto de vista entao, nós estamos numa interpretação, está claro até aí? **essa gente (es)tá quieta por quê?** porque (es)tao sob tensao, é isso? (es)tá muito complexo isso aí, Francisco? **qual é o problema?** nao há pr...que bom!! entao, (es)tá entendido até aqui bom, agora, extrapolação vejam que quando nós estamos falando em compreensao, é a primeira ginástica mental que o indivíduo faz com a informação (POA-EF-278)

Partindo da noção de parentetização oferecida por Jubran (2006), que identifica os parênteses como “uma modalidade de inserção, definida como breves desvios de um tópico discursivo, que não afetam a coesão do segmento tópico dentro do qual ocorrem” (JUBRAN, 2006, p. 303), todo o segmento em (14) é um parêntese com que o professor, durante a aula, tenta instaurar convivência com seus alunos e, assim, chamar sua (dos alunos) atenção para o conteúdo da aula. O professor, nesse exemplo, deseja saber quem tem irmãos para associar o modo como as crianças desenhavam à arte do paleolítico, tema desenvolvido durante a aula. Tem-se, então, uma informação desconhecida pelo professor, o qual tenta sanar tal desconhecimento junto a seus Ouvintes, ou melhor, a seus alunos. Tal pergunta serve ao professor como uma estratégia de se aproximar a seus interlocutores e, assim, travar um diálogo que exponha de forma didática o conteúdo que está ensinando.

Já em (15), o segmento textual “*essa gente (es)tá quieta por quê? porque (es)tao sob tensao, é isso? (es)tá muito complexo isso aí, Francisco? qual é o problema? nao há pr...que bom!!*” corresponde a um parêntese bastante desviante do tópico discursivo em construção

pois focaliza as circunstâncias de enunciação. Trata-se, portanto, de um parêntese cujo foco está no ato comunicativo e que funciona como sinalização de interferências de dados externos ao ato comunicativo. O professor claramente interrompe sua aula, a exposição do conteúdo, e volta seu texto para questões da situação enunciativa, questionando sobre o silêncio que permeia seus alunos. A primeira pergunta típica (*essa gente (es)tá quieta por quê?*), na visão de Fávero *et al* (2006), combina dois tipos de função: pedido de informação e de confirmação. De certa forma, num pedido de confirmação, o Falante detém conhecimento acerca da informação sob interrogação, porém assume que tal conhecimento não é pleno, o que representa uma lacuna informacional que leva o Falante a buscar em seu Ouvinte uma confirmação. Na visão da GDF, por essa lacuna relacionar-se à não-especificidade do Subato interrogado (-s) para o Falante e à identificabilidade (+id), na visão do Falante, para o Ouvinte, o que gera o operador (+id, -s R), é adequado que incluamos os pedidos de confirmação juntos aos casos de *perguntas típicas*. Por sua vez, a segunda pergunta típica destacada dentro desse segmento parentético (*qual é o problema?*) mostra o desconhecimento do professor perante uma determinada informação e sua tentativa em sanar tal desconhecimento de forma a garantir que seus alunos estejam acompanhando seu raciocínio.

Além disso, há, em contexto de sala de aula, casos de perguntas típicas como (16) abaixo. Nesse exemplo, a pergunta típica em destaque não assinala, necessariamente, a busca do Falante por uma informação desconhecida: como o Falante ocupa a posição social de professor, pressupõe-se que ele já saiba a resposta para a pergunta que ele propõe em seu discurso; porém, lançando mão de uma estratégia didática que busca chamar a atenção dos alunos e colocá-los como agentes do seu desenvolvimento intelectual, finge desconhecer tal informação para dar espaço à participação de seus alunos na aula. Tem-se, assim, um Falante, que por determinações de ordem genérica, coloca-se no papel de alguém que desconhece uma determinada informação e deseja obtê-la, interpellando seu(s) Ouvinte(s).

- (16) aí parte... de estatuária que a gente vai reconhecer a figura humana mas é muito raro... neste período... por que o bisonte e nao o touro? **por que a gente está falando em bisonte especificamente e nao o touro?**... ((interferência de locutor acidental))... exatamente porque naquela época... o que existia eram os bisontes e os mamutes também... alguns mamutes... mamutes... vem a ser... o bisavô... do elefante... ((risos))... (SP-EF-405)

Nesse contexto, típico de sala de aulas, as perguntas típicas funcionam como estratégias didáticas dos professores para chamar a atenção de seus alunos e fazer com que estes participem da aula e atuem ativamente na construção do conhecimento e do conteúdo exposto durante a aula. Há um aspecto que define claramente esse tipo de pergunta em todos os dados coletados: o professor dá abertura para que seus alunos respondam, por meio de uma pausa prosódica prolongada, e, em todos os casos, os alunos respondem à pergunta colocada pelo professor. É interessante notar que as perguntas típicas similares a do exemplo (16) coletadas junto ao *corpus* correspondem, praticamente todas, a perguntas de identificação, como (17) abaixo, em que o professor busca identificar a referência de algum elemento: é muito pouco provável que um professor desconheça a noção ou a identidade de algum conceito e, então, quando o coloca sob interrogação, está, na verdade, fingindo desconhecer tal conceito para, assim, construir esse conceito junto a seus alunos.

- (17) entao, (es)tá entendido até aqui bom, agora, extrapolação vejam que quando nós estamos falando em compreensao, é a primeira ginástica mental que o indivíduo faz com a informação entao, ele pode simplesmente me dizer o que foi que o conferencista disse, já nao será a repetição pura e simples da, das palavras do conferencista, mas o conteúdo, a mensagem é a mesma, ele poderá interpretar, se eu pedir a interpretação, vai me dar o seu ponto de vista, vai

me dar o seu ponto de vista, a sua opiniao, mas ele nao está criando nada, ele está fiel à comunicacao e à extrapolacao, **o que é extrapolacao?** (...) é seguido, hein? (...) é uma transferencia a partir de quê? (POA-EF-278)

Por fim, também em contexto de sala de aula, é muito comum que o professor reproduza perguntas típicas, como alguma questão contida em algum material, como livro didático, por exemplo, como mostra o exemplo (18) abaixo.

- (18) a aula... entao versa sobre... aquele capítulo primeiro... já lido por vo por vocês fica facilimo... dessa maneira... vocês vao notar... a primeira pergunta foi **por que o direito é um fenômeno social?**... eu acredito que... a grande maioria... conseguiu... responder... e se nao individualmente pelo menos... o grupo ajudou... à resposta... a resposta... é muito fácil... o direito é um fenômeno social... ele nasce da sociedade... eu acho que a maioria conseguiu dizer isso... portanto o direito está inserido na própria realidade social... porque ele é fruto da interação social... (REC-EF-337)

Há outros casos de reprodução de perguntas típicas: em (19), o professor reproduz a pergunta colocada pelo aluno anteriormente, e, em (20), ao narrar um acontecimento que fundamentará sua exposição didática, o professor reproduz uma pergunta que poderia ser proferida por um dos participantes da narrativa fictícia.

- (19) Loc eu conversando com um advogado né? ... aí  
Inf [sim] ele diz que o direito bom senso aí você pergunta de onde vem esse bom senso ( ) de onde é que vem esse bom senso ( )  
Inf olha **de onde vem o bom senso?** nós falamos ainda há pouco em intuicao... nao foi? todos nós uma vez... que somos socializados... ou seja que nos tornamos gente essa possibilidade de: sentir como o outro... de ver como o outro... de falar como o outro... entao o que acontece?... nós criamos... expectativas de comportamento... nós sabemos como devemos nos reagir... nas situações em cada circunstância... (REC-EF-337)
- (20) imagine se alguém começa por favor quer me dar... um: pastel de na de nata uma torta... o garçon estranha um pouco mas tudo em ele só quer comer pastel de nata **quantos o senhor deseja?** quando ele termina aí diz assim bem agora por favor quer me trazer a sopa? ou entao começa pela conta... uma coisa tanto estranha né? como? como é possível isso? po:de acontecer quan:do... você tem um padrao... de menu né? (REC-EF-337)

### As perguntas retóricas

Num segundo contexto de uso das Interrogativas de Conteúdo, conforme já se afirmou acima, o Falante assume que conhece a informação (+s) sob interrogação, porém pressupõe que seu Ouvinte não a conheça. A configuração {-id,+s} mostra, então, que o Falante tem conhecimento de um conteúdo pressuposto como não-identificável para seu Ouvinte. O que faria, portanto, tal Falante elaborar uma pergunta?

Em textos diversos, é natural que o Falante lance mão de uma série de recursos argumentativos para atingir seus objetivos comunicativos. É cabível, nesta análise, uma abordagem acerca da argumentação uma vez que o gênero aula não consiste somente num meio de expressão de ideias de um Falante, no caso o professor, mas é também um mecanismo de convencimento de seus Ouvintes, no caso os alunos, sobre determinados conteúdos. Além disso, com base na perspectiva de linguagem aqui adotada, acredita-se que comunicar significa, *a priori*, agir sobre o outro, de forma a persuadi-lo, influenciá-lo.

Neste trabalho, entre os tantos recursos de argumentação que disponibiliza o sistema da língua, interessa focar somente o recurso que atribui certo grau de saliência a elementos no

texto, no desenvolvimento de tópicos discursivos. Trata-se, portanto, da marcação de relevo textual, conforme definido por Travaglia (2006). O relevo, segundo o autor, pode (i) manter todos os elementos do tópico discursivo em um mesmo plano, caso em que há marcação de relevo, (ii) colocar determinados elementos dos textos em um plano mais alto, dando destaque especial em relação aos outros, caso em que há marcação de *relevo positivo*, e, por fim, (iii) colocar determinados elementos em um plano inferior, rebaixando-os em relação aos outros elementos, caso em que há marcação de *relevo negativo*.

Defende-se, aqui, que as *perguntas retóricas* constituem mecanismos de marcação de relevo positivo, ou melhor, são recursos que contribuem com o desenvolvimento da argumentação ao destacar a informação nova trazida pelo professor para a situação de interação e direcionada a seus alunos. Ou seja, a estrutura interrogativa dá proeminência, saliência, à nova informação que o professor traz para a interação de forma a acrescentá-la na informação pragmática de seus alunos, marcando, assim, relevo positivo.

Em todas as ocorrências encontradas de pergunta retóricas no material analisado, a pergunta vem seguida de um ato declarativo que constitui uma resposta possível para o ato interrogativo colocado anteriormente. Esse ato declarativo está muito integrado ao ato anterior de forma que o Falante faz a pergunta e não abre espaço para que seus Ouvintes respondam ou interrompam-no. Ao contrário, percebe-se que a Interrogativa de Conteúdo ali disposta estrutura o discurso numa estratégia de argumentação, de marcação de relevo positivo, como se constata nos exemplos (21) e (22) abaixo dispostos.

- (21) vocês agora eu acredito que já tenham tido... seis aulas de introdução à ciência do direito... e também entre: cinco e oito aulas de teoria geral do estado... portanto... já devem estar... mais ou menos por dentro até do linguajar:... da técnica jurídica... então a perspectiva essa da dogmática jurídica **como é que ela funciona?** ela funciona dan:do uma interpretação... lógico-formal... da lei... e é isso que vocês vão aprender... essa técnica de interpretar... cada lei... num é? (REC-EF-337)
- (22) nós podemos dizer...as porções pré-ilaris...vocês sabem que na face interna dos pulmões...nós vamos encontrar...o hilo do pulmão...por onde passam os elementos chamados de::elementos do pedículo...pois bem...nesta parte interna em relação aos hilos do pulmão...nós temos uma porção denominada de pré hilar...que constitui...o limite la/ lateral...da re/ da::região mediastínica anterior...e a REtrohilar...constitui...o limite...lateral...da:: região mediastínica posterior...para baixo...**nós vamos ter o quê?**...nada mais do que diafragma... (SSA-EF-049)

Com as perguntas retóricas, o Falante demonstra ao Ouvinte o seu raciocínio durante a construção do texto de forma a agir argumentativamente sobre a informação pragmática dele, isto é, o Falante, na tentativa de acrescentar um conteúdo à informação pragmática de seu Ouvinte, traz uma interrogativa que colocará em destaque a informação nova a ser trazida. Observa-se, assim, como o canal interlocutivo existente entre Falante e Ouvinte se estabelece ao longo do desenrolar do texto, incrementando-se exatamente nesses pontos, em que o discurso do Falante se volta clara e diretamente para o Ouvinte.

Segundo Travaglia (2006), o relevo atua em três planos: (i) no emocional, em que o Falante se envolve com aspectos do tópico ou em que as idéias ou fatos do tópico causam certo impacto afetivo sobre o próprio Falante ou sobre o Ouvinte, quando o Falante o deseja provocar; (ii) no argumentativo, em que o Falante atribui importância a informações ou argumentos do tópico discursivo em desenvolvimento para, assim, chegar a alguma conclusão; e, por fim, (iii) no ideacional, ou cognitivo, em que o Falante atribui pertinência à configuração de certas idéias ou à perspectiva adotada na configuração de suas idéias. Outro ponto colocado pelo autor é que, além da função básica de dar proeminência a um elemento textual, o relevo apresenta algumas funções derivadas: enfatizar, intensificar, marcar valor

especial, estabelecer contraste, reforçar um argumento, marcar importância para a estrutura ideacional/informacional e marcar o foco informacional.

Tomando os exemplos (21) e (22), observa-se que, colocando em proeminência a informação nova trazida pelo Falante, as Interrogativas de Conteúdo agem num plano argumentativo de forma a indicar a importância de alguns argumentos na discussão trazida no texto e enfatiza essa informação, marcando o foco informacional sobre essa nova informação trazida. Em (21), ao orientar seus Ouvintes sobre o domínio referencial que tratará naquele tópico discursivo, por meio do Ato Discursivo de Orientação *então a perspectiva essa da dogmática jurídica*, o Falante não deseja somente trazer, como informação nova, o modo como ele trabalha, atua no campo jurídico, mas, por meio do uso da pergunta retórica, ele enfatiza esse novo conteúdo trazido, destaca e salienta a importância dessa informação naquele contexto de forma a chamar a atenção de seus Ouvintes para ela. Já em (22), ao desenvolver sua aula, o professor indaga a respeito dos componentes de uma região para, então, salientar essa nova informação que ele mesmo trará para a interação.

### As perguntas meditativas

Um último contexto de ocorrência de Interrogativas de Conteúdo se dá quando o Falante, desconhecedor da informação posta sob interrogação, direciona-se ao Ouvinte, quem, para o Falante, também desconhece a informação interrogada. Ou melhor, o Falante assume que a resposta para a pergunta é desconhecida tanto para ele próprio como para o seu Ouvinte. Esses casos de interrogativas não mostram uma busca do Falante por informação e nem uma estratégia do Falante de realçar um argumento ou uma informação que deseja incutir no conhecimento de mundo do Ouvinte; são, na verdade, momentos de reflexão, de devaneio, de elocubração, quase uma meditação, em que o Falante expõe uma dúvida, um pensamento. Assim, o Subato interrogado é marcado pelo operador (-id, -s R). A essas interrogativas, denomina-se de *perguntas meditativas*.

- (23) levando em consideração o que eu quero e o que os outros querem... quer dizer **o que é que nós queremos mais?** a riqueza é muito grande... (REC-EF-337)

É muito baixa a ocorrência de *perguntas meditativas* no gênero aula. Em (23), o Falante traz uma consideração, um pensamento, um devaneio, para a interação e o coloca a seu Ouvinte, de quem não se espera uma resposta. Pelo contexto criado linguisticamente, é um tanto óbvio que o Falante não espera que seu Ouvinte responda à pergunta, ele apenas exterioriza sua dúvida, deixando ao Ouvinte apenas o papel de testemunha de seus pensamentos, de suas reflexões. Outro exemplo que pode ilustrar tal funcionalidade das perguntas meditativas é (24):

- (24) é uma sutileza um pouco grande, feito um elefante (inaudível), quer dizer o Japão precisa de quem compre as suas coisas e **quem é que vai comprar?** a Alemanha também produz, tá?, Estados Unidos também produz, economia soviética não tá...desenvolvendo...a indústria de consumo agora, aí é que tá a luta pela...sabe? (RJ-EF-379)

Em (24), o professor, ao citar o problema do Japão, instaura a dúvida sobre quem comprará seus produtos e, para reforçar sua dúvida, elenca alguns países possíveis compradores, mas que certamente não o farão. Essa pergunta, para o professor, não necessita uma resposta uma vez que o referente interrogado não é específico para si próprio e nem identificável para seus Ouvintes, os alunos. Tem-se, assim, um caso de pergunta meditativa.

Lyons (1977), ao tratar das interrogativas como atos de fala, afirma que há uma diferença entre *fazer uma pergunta (asking a question)* e *expor uma pergunta (posing a*

*question*). Segundo o autor, quando se expõe uma pergunta, somente se exterioriza ou se expressa uma dúvida, para a qual, muitas vezes, não se sabe uma resposta ou não se espera que o Ouvinte a responda, ou melhor, geralmente, elas não são endereçadas a uma segunda pessoa. Por outro lado, quando se faz uma pergunta, expõe-se a questão e indica-se para o Ouvinte que essa questão deve ser respondida, isto é, há claramente um direcionamento do ato de fala interrogativo para a segunda pessoa da interlocução.

A pergunta meditativa caracteriza claramente o “expor uma pergunta” de Lyons (1977) ao ser notado o não-endereçamento dessa estrutura ao interlocutor, tomando esse interlocutor apenas como uma testemunha de uma dúvida, de hipótese, de uma reflexão. Portanto, as perguntas meditativas são estruturas interrogativas com os quais o Falante não espera uma resposta de seu Ouvinte e nem ele tem uma resposta. Trata-se, dessa forma, de expressão de pensamentos, dúvidas e atitudes subjetivas do Falante.

### **Considerações finais**

Na delimitação do objeto de estudo deste trabalho, parte-se da forma – sentenças que contêm um pronome ou advérbio interrogativo – para, então, após a análise dos dados, concluir que as estruturas interrogativas caracterizam-se por conter uma informação ausente para, pelo menos, um dos participantes da interação, ou para o Falante, ou para o Ouvinte, ou até mesmo para ambos.

Entretanto, esse critério não é suficiente já que, por trás dele, deve haver uma intenção comunicativa de um Falante, ou seja, diferentes propósitos comunicativos que, na materialidade linguística, evidenciarão essa ausência informacional. Assim, evidenciam-se três principais contextos de uso das Interrogativas de Conteúdo:

- (i) o Falante, desconhecendo uma determinada informação, imagina que seu Ouvinte a conheça e, assim, interpela-o por meio de uma Interrogativa de Conteúdo como uma forma de sanar tal ausência em sua informação pragmática;
- (ii) por outro lado, o Falante, de posse de uma informação que, para ele, não faz parte da informação pragmática de seu Ouvinte, deseja transmiti-la a esse segundo participante da interação e, por meio de uma estrutura interrogativa, especificamente de uma Interrogativa de Conteúdo, focaliza tal informação de forma a dar um relevo positivo a tal informação, agindo argumentativamente sobre o Ouvinte;
- (iii) e, por fim, o Falante, desconhecendo uma informação que supõe ser desconhecida também para o Ouvinte, apenas expõe uma dúvida, uma elocubração, um devaneio, deixando ao Ouvinte o papel de testemunha.

As diferentes intenções comunicativas do Falante ao usar as Interrogativas de Conteúdo associam-se, necessariamente, às diferentes configurações dos operadores de identificabilidade do Subato Referencial: (i) (+id, -s R) para perguntas prototípicas, (i) (-id, +s R) para perguntas retóricas e (iii) (-id, -s R) para perguntas meditativas. A seguir, dispõe-se um quadro que resume as principais características que levam a essa tipologia tripartida das Interrogativas de Conteúdo:

	<b>Identificabilidade do referente interrogado</b>	<b>Função comunicativa e interacional</b>
<b>PERGUNTAS TÍPICAS</b>	(+id, -s R) → o Falante assume seu desconhecimento em relação a uma determinada informação e pressupõe que seu Ouvinte tenha conhecimento de tal informação	Pedido de informação: tentativa do Falante em sanar, junto a seu Ouvinte, uma lacuna presente em sua informação pragmática
<b>PERGUNTAS RETÓRICAS</b>	(-id, +s R) → o Falante assume a especificidade para si mesmo da informação sob interrogação e pressupõe que o seu Ouvinte não a conheça	Marcação de relevo positivo: estratégia argumentativa de que se vale o Falante para adicionar uma determinada informação à consciência de seu Ouvinte, dando destaque e saliência a essa informação
<b>PERGUNTAS MEDITATIVAS</b>	(-id, -s R) → para o Falante, nem ele próprio e nem seu Ouvinte possuem conhecimento a respeito do que se está interrogando	Exposição de dúvidas e pensamentos: o Falante coloca o Ouvinte como testemunha de seus pensamentos e devaneios

Quadro 02: Tipologia tripartida das Interrogativas de Conteúdo nas EFs

#### CONTENT INTERROGATIVES IN BRAZILIAN PORTUGUESE FORMAL ELOCUTIONS

**ABSTRACT:** Following a functional perspective of language, this paper aims to understand the use of Content Interrogatives, or Wh-Interrogatives, in formal elocutions in Brazilian Portuguese. Specifically, we investigate the different purposes involved in the use of these structures in the selected textual genre in order to propose a classification for them. With the principles of Functional Discourse Grammar (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), and taking into account the configuration of the operator of identifiability applied to the interrogative Referential Subact, in the Interpersonal Level, we propose a tripartite typology to the Content Interrogatives: typical questions, rhetoric questions and meditative questions. To build the material of analyses, it's selected a sample of formal elocutions from the minimum corpus of *Gramática do Português Falado* Project, composed by interviews from NURC/Brazil. The formal elocutions are classes for high school or colleges recorded in the following Brazilian capitals: São Paulo, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e Salvador.

**KEYWORDS:** Content interrogatives; Formal Elocutions; Functional Discourse Grammar.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BRAIT, B. Elocução formal: o dinamismo da oralidade e as formalidades da escrita. In: PRETI, D. (org.). *Estudos de língua falada: variações e confrontos*. 2 ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. p.87-108.
- DIK, S. C. *The theory of functional grammar*. Part I: The structure of the clause. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997a.
- \_\_\_\_\_. *The theory of functional grammar*. Part II: Complex and derived constructions. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997b.



- FÁVERO, L. L. Processos de formulação do texto falado: a correção e a hesitação nas elocuções formais. In: PRETI, D. (org.). *O discurso oral culto*. 3 ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005. p. 141-160.
- FÁVERO, L. L.; ANDRADE, M. L. C. V. O.; AQUINO, Z. D. O. O par dialógico pergunta-resposta. In: JUBRAN, C. C. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. V. 1. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. p. 133-166.
- HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- \_\_\_\_\_. Gramática Discursivo-Funcional. Trad. de Marize Mattos Dall’Aglio Hattner, no prelo.
- JUBRAN, C. C. S. Especificidades da referência metadiscursiva. In: KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (orgs.). *Referência e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 219-241.
- \_\_\_\_\_. Parentetização. In: JUBRAN, C. C. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. V. 1. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. p. 301-357.
- LYONS, J. *Semantics*. v. 02. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Editora Parábola, 2008.
- MARCUSCHI, L. A.; KOCH, I. G. V. Referência. In: JUBRAN, C. C. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. V. 1. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.
- MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referência. In: CAVALCANTE, M. M. RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (orgs.). *Referência*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.
- TRAVAGLIA, L. C. O relevo no processamento da informação. In: JUBRAN, C. C. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. V. 1. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. p. 167-215.
- VIDAL, M. V. E. Los enunciados interrogativos: aspectos semánticos y pragmáticos. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. *Gramática descriptiva de la lengua española: entre la oración y el discurso – morfología*. vol. 03. España/Madrid: Espasa Calpe, 1999.

## “Desgarramento” das comparativas introduzidas por *que nem*

Violeta Virginia RODRIGUES

RESUMO: Com base no conceito de unidade informacional, tal como postulado por Chafe (1980), analisam-se, no *corpus* Roteiro de Cinema, disponível no *site* [www.roteirodecinema.com.br](http://www.roteirodecinema.com.br), ocorrências de orações comparativas introduzidas por QUE NEM que constituem, por si mesmas, unidades de informação à parte, visto que aparecem isoladas como enunciado independente ou de “maneira solta”, sem vínculo com a oração matriz, fenômeno que Decat (1999) denominou de “desgarramento”. A escolha desse *corpus* foi motivada principalmente pela premissa de que esses usos refletem contextos interacionais de fala muito mais do que de escrita e, ainda, de que, por isso, caracterizam um maior grau de informalidade. Utilizando uma abordagem funcional-discursiva, calcada no aporte teórico funcionalista, defende-se, neste estudo, a hipótese de que QUE NEM funciona como conector comparativo e de que pode promover o “desgarramento” da estrutura comparativa, principalmente, no gênero discursivo roteiro de cinema. A análise empreendida é de caráter eminentemente qualitativo e objetiva 1) contrastar o comportamento do introdutor QUE NEM com o de outros conectores comparativos; 2) descrever os contextos que favorecem ao “desgarramento” das comparativas; 3) verificar a relação do “desgarramento” com o gênero textual em que as estruturas ocorrem.

PALAVRAS-CHAVE: Orações comparativas; “Desgarramento”; Unidade informacional; Funcionalismo; Gênero textual.

### Introdução

No âmbito do Projeto *Usos de conjunções e combinação hipotática de cláusulas* ([www.combinacaodeclausulas.webnode.com.br](http://www.combinacaodeclausulas.webnode.com.br)), estão sendo desenvolvidos alguns trabalhos sobre a expressão da comparação de igualdade em Português, que abrange dois grandes grupos de orações: as prototípicas e as não-prototípicas. Para melhor entendimento da noção de protótipo, vale resgatar uma afirmativa de Taylor (1992).

Segundo ele,

as categorias tipicamente têm limites difusos e podem até mesmo se fundir uma na outra; alguns atributos podem ser compartilhados por apenas alguns membros de uma categoria; pode haver categorias até mesmo sem atributos compartilhados por todos seus membros. Para manter nossas categorias maximamente distintas e, consequentemente maximamente informativas, nós precisamos focalizar no nível básico de categorização, mais especificamente, nos membros mais centrais das categorias de nível básico. (TAYLOR, 1992, p. 51)

Com base em Taylor (1992), consideram-se orações comparativas prototípicas aquelas iniciadas pelos conectores chamados conjunções pela maioria das gramáticas tradicionais, cujo uso canônico é o de **como**, conforme ilustra o exemplo abaixo:

*Agora, tudo vai ser [COMO era antes.]* (RODRIGUES, 2001)

Orações comparativas não-prototípicas são aquelas iniciadas por itens que primariamente não funcionam como conectores, mas que, tendo em vista o contexto e cotexto pragmático-discursivo, adquirem todas as propriedades de um conector. Nesse caso os itens **tipo**, **feito**, **igual**, cujos usos são exemplificados a seguir:

- (1) a. Eles acham que vai ser uma coisa [TIPO 64] outra vez além de analisarem tudo em termos de escala: custos, indenizações, dívida interna, títulos da dívida agrária, enfim não vêm a dimensão política e social. (*Corpus Adufrj*)
- b. Dunga: Seu Bianor, tá procurando o que?  
 Aurora começa a se retirar da sala. O diálogo entre Dunga e Seu Bianor, assim como sua consequência, continuam na sequência posterior.  
 Seu Bianor: As chaves dos quartos, Dinguinha.  
 Dunga: E não tá pendurada aí no prego, não Seu Bianor.  
 Seu Bianor: E num tá? Já procurei essa chave [FEITO o cão.]  
 Dunga volta a varrer o chão. (*Corpus Roteiro de Cinema - Amarelo Manga*, 2002)
- c. #I - a barragem não tem escada não é igual a do Pará lá de  
 #D ah sei  
 #I - Sete Quedas não é [IGUAL a de Tucuruí] você entendeu? (*Corpus Varport*)

Os usos dos conectores comparativos antes ilustrados podem ser esquematicamente representados pela figura que se segue:

### Representação dos usos de conectores comparativos

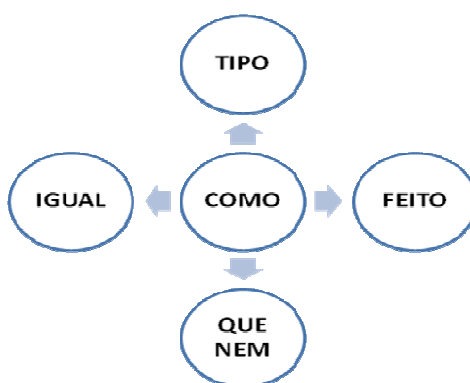


Figura 1

A partir da constatação destes usos, o presente trabalho visa a contribuir para uma descrição mais detalhada de orações em Português que podem estabelecer relações comparativas de igualdade, centrada mais especificamente no conector que a introduz, contribuindo muito, nesse sentido, a adoção do conceito de prototipicidade de algumas estruturas em cotejo com outras, conforme postulado por Taylor (1992). Portanto, em termos de usos, a existência de orações mais prototípicas do que outras não impede que, em determinadas situações interativas, sejam usadas as não-prototípicas. Nesse caso, conforme explicitado antes consideram-se prototípicas as comparativas iniciadas por *como* e não-prototípicas as encabeçadas por *tipo*, *feito*, *igual* e, ainda, *que nem*, foco deste trabalho. Nas denominadas não-prototípicas, encontram-se casos do que se podem considerar inovações de uso e *quemem* destaca-se por favorecer o *desgarramento*.

A motivação para um estudo, enfocando a descrição do(s) uso(s) de *QUE NEM* que podem funcionar como conjunção subordinativa comparativa e, portanto, ligando a oração subordinada adverbial comparativa à oração principal advém das contribuições dos trabalhos de Barreto (1999), Rodrigues (2001), Mateus et alii (2003) e Casseb-Galvão e Lima-Hernades (2007).

Na vertente funcionalista, Barreto (1999, p. 488), ao tratar da gramaticalização das conjunções do Latim ao Português, menciona o emprego dos itens *feito* e *tipo* como conjunção subordinativa comparativa. Embora não tenha encontrado casos de *feito* e *tipo* em seu *corpus*, sobre estes dois itens afirma que “a esses processos formadores, pode-se ainda acrescentar o emprego de uma forma verbal ou de um substantivo isolados como conjunção: *feito*, *tipo* (conjunções comparativas).”

Em sua descrição das construções comparativas, Rodrigues (2001) destaca o fato de não haver consenso na classificação das conjunções subordinativas comparativas, nem entre gramáticos tradicionais, nem entre os linguistas. Durante sua pesquisa, a autora encontrou outros itens conjuncionais diferentes daqueles normalmente prescritos pelas gramáticas normativas, dentre eles *feito*.

Com base em pressupostos gerativistas, Mateus et alii (2003, p. 732), em nota de pé-de-página, constata que *há expressões linguísticas que estabelecem comparação, mas não são incluíveis nas construções comparativas canônicas*, citando como exemplo desse caso a estrutura *Ele é [IGUAL ao pai.]* que, para elas, têm comportamento similar ao que considera como construção canônica *Ele é [COMO o pai]*.

No âmbito do Funcionalismo, Casseb-Galvão e Lima-Hernandes (2007, p. 166), ao relacionarem gramaticalização ao ensino, defendem a tese de que os itens *tipo*, *igual* e *feito*, em Língua Portuguesa, têm sido usados, principalmente na fala, como conjunção subordinativa comparativa, isto é, com a mesma acepção de *como*.

Associados a esses, o estudo de Decat (1999) contribui para a análise do comportamento das orações subordinadas adverbiais comparativas que ocorrem isoladas como enunciado independente ou de “maneira solta”, sem vínculo com a oração matriz, fenômeno a que a autora denominou de “desgarramento”.

Visto que, na teoria funcionalista, a estrutura linguística tem seus usos sempre atrelados ao evento comunicativo, opta-se, no Projeto *Usos de conjunções e combinação hipotática de cláusulas*, pela análise de diferentes *corpora*. Sendo assim, são utilizados o *corpus* VARPORT, disponível no *site* [www.letras.ufrj.br/varport](http://www.letras.ufrj.br/varport); o *corpus* DeG/RJ, disponível no *site* <http://www.discursioagramatica.letras.ufrj.br/>; o *corpus* ADUFRJ e o *corpus* do Programa Faixa Livre. Para este trabalho, os dados foram retirados apenas do *corpus* Roteiro de Cinema.

A escolha do *Corpus* Roteiro de Cinema foi motivada principalmente pela hipótese de que esses usos refletem contextos interacionais de fala muito mais do que de escrita e, ainda, de que, por isso, caracterizam um maior grau de informalidade nesses usos linguísticos. Tal constatação determinou a investigação sobre o(s) uso(s) de *QUENEM* funcionando como conector, à luz da vertente funcionalista, principalmente, levando em conta o conceito de “desgarramento”.

A análise empreendida é de caráter eminentemente qualitativo, com vistas a uma descrição mais sistemática das comparativas de igualdade, visando a alcançar os seguintes objetivos: 1) descrever os contextos que favorecem ao “desgarramento” das comparativas de igualdade; 2) verificar a relação do “desgarramento” com o gênero textual em que as estruturas são usadas.

Segundo Marcuschi (2004), a noção de gênero serve para designar os textos materializados, usados em nossa vida diária, e apresenta características sócio-comunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica.

Assim, utilizando uma abordagem funcional-discursiva, calcada no aporte teórico funcionalista, defende-se a premissa de que *QUENEM* funciona como conector comparativo e de que pode promover o “desgarramento” da estrutura comparativa, principalmente, no gênero discursivo roteiro de cinema.

**Quenem** apresenta propriedades que o caracterizam como conector comparativo assim como a conjunção subordinativa comparativa **COMO**, considerada o conector prototípico para a maioria dos estudiosos:

- (i) ocupa a posição inicial na oração subordinada comparativa;
- (ii) não admite flexão;
- (iii) não pode deslocar-se dentro do membro subordinado;
- (iv) instaura a relação semântica de comparação entre dois constituintes;
- (v) só é compatível com orações na forma desenvolvida;
- (vi) a oração por ele iniciada admite a elipse do SV.

A aplicação destas 6 (seis) propriedades aos exemplos seguintes permite confirmar o *status* de conector de **quenem**, objeto de análise neste estudo.

- (2) PENHA  
sincera): Eu não ligo, dona... Eu gosto dele...  
Mesmo com aquele jeito bruto... Ele sabe ser carinhoso... Foi muito bom pra mim... Me tirou de lá... Eu ia ficar [**QUENEM** a minha irmã...]  
(*Corpus Roteiro de Cinema - Bensconfiscados*, 2004)
- (3) A Coluna Prestes abandonou os cavalos pela picada e eles foram morrendo mato a dentro em busca de água. Com sede, os cavalos foram em direção ao Rio das Antas, onde morriam e contaminavam com o tifo o rio abaixo até Mondaí.  
Zeca mais em off com imagens:  
Daí começou a morrer gente com a água contaminada do rio, [**QUENEM** os cavalos.] Morreu 90 por cento da população de Mondaí.  
Vocês nem imaginam a mortandade que foi essa peste!  
(*Corpus Roteiro de Cinema - A Cartomante*, 2006)

Nos exemplos (2) e (3), verifica-se que **quenem** ocupa a posição inicial da oração. Observa-se, ainda, que não admite nenhum tipo de flexão, como as rescrituras a seguir ilustram.

- (2') \*Eu ia ficar [**QUENENS** a minha irmã...]
- (3') Daí começou a morrer gente com a água contaminada do rio, [**QUENENS** os cavalos.]

Como se vê, as rescrituras mostradas tornam as estruturas agramaticais, assim como também o deslocamento dos itens dentro das mesmas. É o que se exemplifica com as seguintes paráfrases.

- (2'') \*Eu ia ficar [a **QUENEM** minha irmã...]
- (3'') Daí começou a morrer gente com a água contaminada do rio, [os **QUENEM** cavalos.]

A mudança de posição do item no interior da oração que integra a torna incompatível com a gramática do Português. Tal aspecto relaciona-se não só com a estrutura como ainda com a relação semântica que instaura, nesse caso, a de comparação. Por isso, é possível rescrevê-las empregando a conjunção prototípica *como*.

- (2''') Eu ia ficar [**COMO** a minha irmã...]
- (3''') Daí começou a morrer gente com a água contaminada do rio, [**COMO** os cavalos.]

Observando os 3 exemplos extraídos do *Corpus Roteiro de Cinema*, pode-se constatar que tais estruturas não ocorrem na forma reduzida, ou seja, as estruturas comparativas, iniciadas ou não por conectores prototípicos, empregam-se, principalmente, na forma desenvolvida. A flexão dos verbos nas orações consideradas subordinadas adverbiais comparativas iniciadas por conectores com função similar a *COMO* ocorre tanto com o verbo expreso na oração por eles introduzidas quanto com o verbo elíptico. A elipse do SV é mais uma das propriedades comuns a essas estruturas. As paráfrases a seguir, cuja elipse do verbo foi indicada pelo uso dos parênteses, evidenciam esse aspecto característico das estruturas comparativas.

(2''') Eu ia ficar [**QUE NEM** a minha irmã... (ficou)]

(3''') Daí começou a morrer gente com a água contaminada do rio, [**QUENEM** os cavalos (morreram).]

Pelas rescrições antes apresentadas, reforça-se não só a elipse como também a flexão do verbo na oração comparativa.

As premissas antes elucidadas possibilitam que se contrastem os usos de (4) e (5) a seguir, em que **QUE NEM** introduz a noção de comparação:

(4) ZECA Ô, meu amor, que que você manda?

NINA (OFF) Pelo amor de Deus, me diz uma coisa, ontem quando você vieram me trazer em casa, vocês levaram o meu cachorro? Já procurei [**QUENEM** doida,] e o meu porteiro disse que viu dois homens de porre, saindo com ele... (*Corpus Roteiro de Cinema – BarEsperança, o último quefecha*, 1983)

(5) *BARBANTINHO*

O Busca-Pé faz colegial. Eu tô me preparando pra ser salva-vida. **QUE NEM** meu pai.

(*Corpus Roteiro de Cinema - Cidade de Deus*, 2002)

Com base na análise qualitativa de dados reais de Língua Portuguesa, pode-se identificar ocorrências de orações comparativas que se materializam linguisticamente na modalidade escrita do Português do Brasil como estruturas de “desgarramento”, constituindo, por si mesmas, unidades de informação à parte. Nesse sentido, essas orações se diferenciam das estruturas “encaixadas” — aquelas que estão em constituição com um item lexical, funcionando como um argumento desse e, portanto, integradas estruturalmente em outra, a oração matriz, fazendo, com essa, parte de uma mesma unidade de informação.

Assim, os dados que integram o *corpus* deste estudo permitem apontar para um novo uso das estruturas iniciadas por *QUENEM*, isto é, como estruturas “desgarradas” (cf. Decat, 1999), como se viu em (5). A figura a seguir representa os usos de *QUENEM* encontrados no *corpus* utilizado.

### Usos de *que nem*

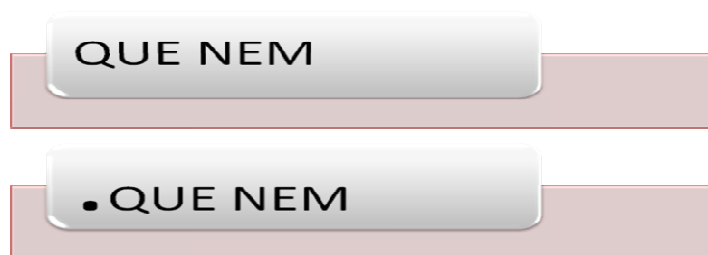


Figura 2

Para a realização deste estudo, conforme antes explicitado, foram analisados textos retirados do *corpus* Roteiro de Cinema, disponível no *site* [www.roteirodecinema.com.br](http://www.roteirodecinema.com.br), que disponibiliza, desde 2003, mais de 380 roteiros de inúmeros filmes nacionais na íntegra, já produzidos ou inéditos.

Segundo o dicionário *Houaiss eletrônico*, roteiro de cinema é um “texto que resulta do desenvolvimento do argumento de filme, vídeo, novela, programa de rádio ou televisão, peça teatral etc. dividido em planos, sequências e cenas, com as rubricas técnicas, cenários e todos os diálogos”.

Doc Comparato (1995), o define como sendo a forma escrita de qualquer audiovisual. É uma forma literária efêmera, pois só existe durante o tempo que leva para ser convertido em um produto audiovisual. No entanto, sem material escrito não se pode dizer nada, por isso um bom roteiro não é garantia de um bom filme, mas sem um roteiro não existe um bom filme.

Segundo Machado (s.d), no roteiro faz-se uma descrição objetiva das cenas, sequências, diálogos e indicações técnicas do filme.

Não há um padrão para a escrita de roteiros, estes são escritos em diversos formatos, dependendo da época, da região e do estilo do autor. Em Hollywood, os produtores convencionaram um padrão de roteiro, que ficou conhecido como padrão americano, *master scenes* (cenas mestres), *standard format* (formato padrão), *spec script* (roteiro de especulação), ou padrão WGA (em alusão ao Sindicato dos Roteiristas Americanos). Em geral, respeitadas as margens e tabulações, cada página equivale a um minuto de filme.

O roteiro também é chamado de argumento e, às vezes, ainda, de guião e é considerado a forma escrita de qualquer espetáculo audiovisual, podendo ser escrito por um ou vários profissionais. Tais profissionais são chamados de roteiristas ou, ainda, de argumentistas ou guionistas.

O *corpus* aqui utilizado constitui-se de roteiro ou guião, um documento narrativo utilizado como diretriz para espetáculos de cinema ou programas televisivos.

Assim, os roteiros de ficção contêm a íntegra de um filme ou de um capítulo de novela ou seriado, sendo divididos em cenas numeradas que descrevem os personagens e os cenários. No roteiro, incluem-se todos os diálogos, com indicações para os atores quanto à entonação da voz e à atitude corporal, por exemplo. Além disso, nele se informa o horário em que cada cena deve ser filmada ("dia", "noite", "pôr-do-sol", "amanhecer" etc.) e, ainda, se a cena é "externa" (filmada ao ar livre) ou "interna" (gravada em estúdio). Nota-se, portanto, que há uma linguagem própria para cada tipo de roteiro.

O roteirista pode indicar, nos diálogos, a entonação do personagem com marcações como "ríspido", "alegre", "surpreso", etc. Modernamente, no entanto, reduz-se ao mínimo necessário a interferência do roteirista no trabalho do ator, que é conduzido pelo diretor. A falta absoluta dessas indicações, no entanto, pode levar a erros de interpretação quanto às intenções de uma fala.

Para se exemplificar uma destas indicações, veja-se um trecho do filme *O céu de Suely*:

(6) (...) *SUELY* A casa da dona Neuma... Pintaram de verde, de novo.

*IVONETE* E você queria o quê?

*SUELY* Não sei, tia. Tanta cor.

*IVONETE* (CARINHOSA) *Que nemesse* teu cabelo de tomate(...)

(*Corpus* Roteiro de Cinema – *O céu de Suely*, 2008)

Emoções 'invisíveis' dos personagens não são indicadas pelos roteiros, porque precisam ser mostradas ao espectador por meio da vivência das ações dos atores em frente à

câmera. Por isso, uma das noções essenciais para os escritores de roteiro é a de que "escrever é igual a descrever".

As emoções que o espectador sente a partir do estímulo da cena que ele assiste em um filme resultam da interpretação dos diferentes eventos descritos no roteiro que acontecem em frente à câmera, como ações e movimentos.

Em termos de linguagem semiótica, pode-se afirmar que a cena contém indicações ao espectador que precisa decodificar e interpretar o que lhe é mostrado. Um roteiro em que as ações descritas se sucedem e fazem perceber um significado a partir do conjunto das ações é um bom roteiro.

Embora haja semelhanças entre peças de teatro e roteiro, não se chamam de 'roteiro' as peças de dramaturgia destinadas ao teatro, nem o esquema a ser seguido em um noticiário. As primeiras são denominadas simplesmente de "peça" e o segundo recebe, no jargão técnico, o nome de espelho.

A análise de um *corpus* como esse serve para demonstrar a importância, cada vez maior, dos estudos dos gêneros textuais vinculados aos pressupostos teóricos funcionalistas, tendo em vista que também aplicam a noção de *continuum* para dar conta das possíveis diferenças entre fala e escrita.

Marcuschi (2004) propõe uma distinção entre *meio de produção* e *concepção discursiva*, partindo do princípio de que a fala é prototipicamente de concepção oral e meio sonoro e de que a escrita é prototipicamente de concepção escrita e meio gráfico.

Os gêneros textuais vinculados à modalidade (ou concepção discursiva) oral ou escrita e ao meio de produção sonoro ou gráfico reforçam a proposta teórica de Marcuschi (2004, p. 43) de que:

[...] as diferenças entre fala e escrita podem ser frutiferamente vistas e analisadas na perspectiva do *uso* e não do *sistema*. E, neste caso, a determinação da relação fala-escrita torna-se mais congruente levando-se em consideração não o código, mas os usos do código. Central, nesse caso, é a eliminação da dicotomia estrita e a sugestão de uma diferenciação gradual e escalar.

Como se vê, as propriedades antes explicitadas servem para demonstrar o comportamento de conector de *quenem*. Juntem-se a tais propriedades, algumas características que conferem o estatuto de constituinte extra-oracional às estruturas iniciadas por *quenem*, como propõe Dik (1997, p. 381). Segundo o autor, estes constituintes são "fragmentos de frase" e são frequentes na linguagem oral (cf. Dik, p. 379). Para ele, normalmente, o constituinte extra-oracional (ECC), separa-se da oração por uma ruptura no contorno prosódico ou ocorre em posição absoluta; não pertence à estrutura interna da predicação a que se liga, ou seja, não é um constituinte nuclear; podendo, portanto, separar-se da oração. Nesse sentido, pode-se pensar que existem sintagmas adverbiais que estão dentro do sintagma verbal e sintagmas adverbiais que estão fora do sintagma verbal. Assim, o "desgarramento" da estrutura, muitas vezes, serve para dar ênfase a alguma ideia pretendida pelo locutor.

Assim, o "desgarramento" de *QUENEM* parece confirmar a hipótese de que, tendo em vista que a estrutura linguística tem seus usos sempre atrelados ao evento comunicativo, seu uso reflete contextos interacionais de fala muito mais do que de escrita e, por isso, caracterizam um maior grau de informalidade. Nos roteiros analisados parecem caracterizar mais as falas dos personagens do que os comentários do roteirista.

Usando o aporte teórico funcionalista foram encontradas, até o momento, 80 cláusulas comparativas introduzidas por *QUENEM*. No entanto, destas 80 ocorrências, apenas 5 cláusulas comparativas favoreceram o "desgarramento".



Conforme já mencionado, algumas características conferem o estatuto de constituinte extra-oracional às estruturas iniciadas por *quenem* (DIK, 1997, p. 381). Estes constituintes são “fragmentos de frase” e são frequentes na linguagem oral (DIK, 1997, p. 379).

Normalmente, o constituinte extra-oracional (ECC), separa-se da oração por uma ruptura no contorno prosódico ou ocorre em posição absoluta; não pertence à estrutura interna da predicação a que se liga, ou seja, não é um constituinte nuclear; podendo, portanto, separar-se da oração. Observando-se os exemplos 5 e 6 evidencia-se a ocorrência das orações introduzidas por *QUENEM* em posição absoluta. O “desgarramento” da estrutura, nesses casos, parece servir para dar ênfase a alguma ideia pretendida pelo locutor.

Com base na análise qualitativa de dados reais de Língua Portuguesa, pode-se identificar ocorrências de orações comparativas que se materializam linguisticamente na modalidade escrita do português do Brasil como estruturas de “desgarramento”, constituindo, por si mesmas, unidades de informação à parte. Nesse sentido, essas orações se diferenciam das estruturas “encaixadas” — aquelas que estão em constituição com um item lexical, funcionando como um argumento desse e, portanto, integradas estruturalmente em outra, a oração matriz, fazendo, com essa, parte de uma mesma unidade de informação.

#### *DISPLACEMENT COMPARATIVES INTRODUCED BY THE QUE NEM STRUCTURES*

**ABSTRACT:** Based on the idea unit concept as it is postulated by Chafe (1980), we analyse in Roteiro de Cinema (screenplay) *corpus*, available at [www.roteirodecinema.com.br](http://www.roteirodecinema.com.br), examples of comparative clauses introduced by QUE NEM that are by themselves idea units, since they appear isolated as independent sentences or in a “loose way”, without entail with the matrix clause. Decat (1999) nominated this *phenomenon* as “*desgarramento*” (“displacement”). We’ve chosen to work with this *corpus* mainly because of the premise that these usages reflect more speech interactional contexts than written ones and, due to this, they characterize a higher informality degree. Using a functional discourse approach, based on the functionalist theory, we have as hypothesis that QUE NEM works as a comparative connector and also that it can promote the “*desgarramento*” of the comparative structure, mainly, in this discursive genre – screenplay. The adopted analysis is eminently qualitative and objective 1) to contrast the behaviour of the connector QUE NEM with the other comparative connectors; 2) to describe the contexts that favour the comparative clauses “*desgarramento*”; 3) to verify the relation between the “*desgarramento*” and textual genre in which the structures appear.

**KEY-WORDS:** Comparative clauses; Displacement; Idea unit; Functionalism; Textual genre.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BARRETO, Therezinha Maria Mello. *Gramaticalização das conjunções na história do português*. Salvador: UFBa, 1999. Tese de Doutorado. 2 Vol.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.
- CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina e LIMA-HERNANDES, Maria Célia. Gramaticalização e ensino. In: GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite et alii (org.). *Introdução à gramaticalização*. São Paulo: Parábola, 2007. p. 157-195.
- CHAFE, Wallace L. (1980) The deployment of consciousness in the production of a narrative. In: CHAFE, W.L. (Ed.) *The Pear Stories: cognitive, cultural, and linguistic aspects of narrative production*. Norwood: Ablex.
- COMPARATO, Doc. *Da criação ao roteiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
- CUNHA, Celso Ferreira da e CINTRA, Lindley. *A Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3. ed., Rio de Janeiro: Lexicon, 2007.

- DECAT, M. B. N. (1993). *Leite com manga morre: da hipotaxe adverbial no português em uso*. São Paulo, LAEL/PUC. Tese de Doutorado em Linguística Aplicada ao Ensino de Língua. 287 f.
- DECAT, M. B. N. Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da noção de “unidade informacional”(1999). In: *Scripta* (Linguística e Filologia), v. 2 n. 4, Belo Horizonte: PUC Minas, 2.º sem, p. 23-38.
- \_\_\_\_\_. Estrutura retórica e articulação de orações em gêneros textuais diversos: uma abordagem funcionalista. In: MARINHO, Janice Chaves et alii (org.). *Estudos da língua em uso: da gramática ao texto*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2010, p. 231-262.
- \_\_\_\_\_. et alii (orgs.). *Aspectos da gramática do português: uma abordagem funcionalista* Campinas/SP, Mercado de Letras, 2001.
- DIK, S. *The Theory of Functional Grammar*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997.
- DIK, S. *The Theory of Functional Grammar*. Doorderecht-Holland/Providence RI – USA: Fortis Publications, 1989.
- KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. 3. ed., São Paulo: Ática, 1987.
- LUFT, Celso Pedro. *Moderna gramática brasileira*. São Paulo: Globo, 2002.
- MACHADO, Jorge (org.). *Vocabulário do roteirista*. Manuais online.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita*. São Paulo: Cortez, 2004.
- MATEUS, Maria Helena Mira et alii. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 45. ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.
- RODRIGUES, Violeta Virginia. *Construções comparativas: estruturas oracionais?* Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. Tese de Doutorado. 1 Vol.
- TAYLOR, John R. *Linguistic Categorization: Prototypes in Linguistic Theory*. Oxford: Oxford University Press, 1992.
- THOMPSON, Heloise Vasconcellos Gomes. *Tipo: um conectivo comparativo?* Rio de Janeiro, UFRJ: Faculdade de Letras, 2009.
- \_\_\_\_\_. e BIJANI, Marcella Pimentel. *Uso(s) de feito e tipo como conjunção*. Rio de Janeiro, UFRJ/Faculdade de Letras, 2009/2. Trabalho apresentado na XXXII Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica Artística e Cultural.
- TOTA, Felipe de Oliveira. *Uso(s) de igual como conjunção*. Rio de Janeiro, UFRJ/Faculdade de Letras, 2009/2. Trabalho apresentado na XXXII Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica Artística e Cultural.

## Construções comparativas em perspectiva funcional: Argumentação, modalização e evidencialidade

Ana Beatriz ARENA<sup>50</sup>

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo apresentar um estudo sobre as construções comparativas de igualdade em perspectiva Funcionalista (BYBEE, 2003; TRAUGOTT e DASHER, 2005; HEINE e KUTEVA, 2007), em interface com o Cognitivismo Linguístico, no que se refere à Gramática de Construções (CROFT, 2001) e à noção de *frame* (FILLMORE, 1982). São investigadas motivações sintático-semânticas e pragmático-discursivas, como argumentação, modalização e evidencialidade, que concorrem para a fixação de alguns padrões de uso dessas construções. O trabalho é um recorte de uma pesquisa maior, em andamento, e enfoca apenas construções cujos operadores sejam “como” e “como se”. O *corpus* para análise compõe-se de textos da modalidade escrita do século XX. Verifica-se que a construção apresenta a seguinte virtualidade: elemento comparado + atributo comum + operador de comparação + elemento comparante, podendo ser instanciada por meio de diferentes sintagmas nominais, verbais, entre outros. Trata-se, portanto, de uma macroconstrução (TRAUGOTT, 2008). Há fixação de alguns padrões no interior dessas macroconstruções, como maior integração entre o operador de comparação e o termo comparante nas orações comparativas encabeçadas por “como”. Também se observa que “como se” constitui, por si só, uma construção convencionalizada, selecionando, obrigatoriamente, verbo no pretérito mais-que-perfeito ou no imperfeito do subjuntivo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Funcionalismo linguístico; Construções comparativas; Argumentação; Modalização.

### Introdução

Em estudos funcionalistas recentes (TRAUGOTT e DASHER, 2005; CROFT, 2009), uma tendência vem se firmando: a análise de estruturas, mais do que a de itens lexicais, mostra-se de grande contribuição para a pesquisa de variação e mudança linguística. Entendem-se construções como expressões formadas por duas ou mais palavras, constituindo estruturas relativamente fixas.

Segundo Votre *et alii* (2009), as construções operam como ferramentas para apresentar fatos, comentar, citar fontes, ilustrar ideias, incluir pareceres pessoais, reforçar argumentos e cumprir as demais funções que a interação supõe. Nesse contexto, a investigação do caráter argumentativo das construções comparativas coaduna-se com a tendência dos estudos funcionalistas atuais, segundo a qual “a concepção de ‘uso linguístico’ ganha contornos mais contingenciais e situados” (OLIVEIRA e VOTRE, 2009:106).

Supõe-se que, em construções do tipo “eu penso como um **filósofo inglês**” (NEVES e HATTNER, 2002:140), o segundo elemento da comparação seja empregado a fim de persuadir o interlocutor: “um filósofo inglês” evidencia o conhecimento de mundo do usuário, que ele partilha com o interlocutor, a fim de que este seja persuadido a aderir à ideia daquele. Além disso, o primeiro elemento da comparação é o próprio enunciador (“**eu** penso”), podendo-se perceber um “comprometimento do sujeito-enunciador com o valor de verdade da proposição” (LUCENA, 2008:93), na medida em que se compara a um referencial com bastante credibilidade: um filósofo inglês.

Diante disso, nossa hipótese é a de que, desde o português arcaico, as construções comparativas vêm se regularizando na língua com padrões de uso relacionados à argumentação, modalização epistêmica e evidencialidade. Atreladas a esse processo estão motivações diversas, como pressões de uso, inferências sugeridas, relações metonímicas

---

<sup>50</sup> UFF – Universidade Federal Fluminense. Instituto de Letras – Pós-graduação em Estudos de Linguagem. Rio de Janeiro – RJ – Brasil. 20715-310 – bia.arena@gmail.com

(TRAUGOTT e DASHER, 2005:9), exercidas pelo contexto linguístico em que tais estruturas ocorrem.

Portanto, neste trabalho, objetivamos, primordialmente, investigar as motivações sintático-semânticas e pragmático-discursivas para o uso das construções comparativas de igualdade em português, na modalidade escrita do século XX. Em face do potencial argumentativo da comparação, não só apresentamos as construções em estudo como recursos linguísticos recorrentes na defesa de uma tese, mas também investigamos de que forma o *frame* de comparação incide sobre as escolhas lexicais que, por sua vez, são participantes na configuração estrutural dessas construções. Ainda intrinsecamente ligado ao teor argumentativo das comparativas de igualdade, investigamos até que ponto elas se forjam sob a pressão das marcas linguísticas de modalização epistêmica e evidencialidade possivelmente presentes no contexto linguístico em que as construções comparativas de igualdade se inserem.

Neste artigo, recortamos parte de uma pesquisa maior, em andamento, portanto os dados para análise contemplam apenas as construções comparativas de igualdade cujos operadores de comparação sejam “como” ou “como se”. Para isso, apresentamos uma amostra de sete casos para análise, sem tratamento quantitativo. Este trabalho segue os pressupostos teórico-metodológicos da Linguística Funcional de orientação norte-americana, em interface com o Cognitivismo Linguístico, assumindo um tratamento qualitativo.

Cabe destacar que, por se tratar de um estudo em curso, as análises e resultados aqui apresentados são parciais e não cabais, podendo ainda haver recortes ou ênfases no universo da pesquisa, bem como a assunção de um tratamento quantitativo ao lado do qualitativo.

## **Objeto de estudo**

Neste trabalho, voltamos nosso olhar para as construções comparativas de igualdade não correlativas, em português escrito do século XX. Elas são compostas de uma oração nuclear e uma oração comparativa, que constitui um segundo termo de comparação em relação à nuclear. Para a caracterização dessas construções, recorreremos à proposta por Neves e Hattnher (2002:126):

Características centrais das construções comparativas são, do ponto de vista sintático, a interdependência de dois elementos e, do ponto de vista semântico, o estabelecimento de um cotejo entre esses elementos.

### Construções comparativas não correlativas

- a) Não têm nenhum elemento da oração nuclear marcado por quantificação ou intensificação.
- b) Têm a oração comparativa iniciada por um operador (conjunção ou locução conjuntiva) indicador de comparação de igualdade: como (se), igual a, tal qual, tal como, tanto quanto, do mesmo modo que etc. Neste artigo, consideramos apenas o “como” e o “como se”.

Ainda quanto à estrutura semântica da construção comparativa, GIVÓN (1992 *apud* NEVES e HATTNHER, 2002:131) aponta que os dois membros comparados diferem entre si apenas em dois constituintes: um sintagma comparado, que ocupa um dos principais papéis sintáticos e a extensão em que esse sintagma possui alguma qualidade.

A existência de um elemento comum na base da construção comparativa de igualdade propicia a omissão desse elemento na segunda parte da comparação, isto é, na oração comparativa propriamente. No seguinte exemplo, retirado do *corpus* formado para este

trabalho, é possível observar que o elemento comum “obedecia” não se repete na oração comparativa.

- (1) *Não podia suspeitar que obedecia, **como** um cão impelido pelo faro, ao rastro que o destino pusera à sua frente e que poderia levá-lo a inimagináveis caminhos.* (Osman Lins, *O fiel e a pedra*, 1961)  
Oração nuclear: *obedecia*  
Oração comparativa: **como** um cão impelido pelo faro

NEVES e HATTNHER (2002:136-137) destacam, ainda, a variação relativa aos modos pelos quais o processo de comparação pode instituir-se. Destacamos aquelas que são pertinentes às construções objetos deste estudo:

a) comparação entre predicados em relação a um indivíduo – dois verbos com o mesmo sujeito;

b) comparação entre predicções – um verbo para sujeitos diferentes.

O exemplo 1 ilustra uma comparação entre predicções.

### Revisão bibliográfica

No que diz respeito às construções comparativas, a literatura brasileira conta com alguns trabalhos funcionalistas, como o de Neves (2000), Neves e Hattnher (2002) e o de Rodrigues (2009). Em seu estudo de 2002, Neves e Hattnher destacam dois aspectos centrais dessas construções: a interdependência de dois elementos, do ponto de vista sintático, e o estabelecimento de um cotejo entre esses elementos, do ponto de vista semântico. Para a investigação que ora propomos, o entrelaçamento sintático-semântico conforme abordado pelas autoras se mostra excelente fonte de pesquisa, mas apenas no âmbito da caracterização da estrutura comparativa. Porém, pela natureza dessas investigações, ficam de fora questões mais diretamente envolvidas nos contextos de interação entre os interlocutores, comuns aos textos argumentativos.

Ainda que estudos de base funcionalista como os supracitados sejam extensos e ricos em detalhes, o objetivo do presente trabalho requer, também, fundamentos teóricos de outras áreas, que atuem complementarmente ao Funcionalismo, para o tratamento das motivações, entre elas a intencionalidade do usuário ao tentar persuadir o interlocutor, em um contexto argumentativo. Sendo assim, para abarcarmos de forma ampla não só os aspectos sintático-semânticos, como também os pragmático-discursivos, apresenta-se como bastante produtiva a conjugação de outras abordagens que viabilizem o tratamento que ensejamos dar às construções comparativas de igualdade.

Trabalhos cognitivistas como o de Croft (2009), nos Estados Unidos, e funcionalistas, como o de Casseb-Galvão (2004), no Brasil, voltam seu foco para a gramaticalização de construções. Embora cada autor dê tratamento diferenciado à questão, o que fica claro é que “motivações de ordem comunicativa, cognitiva e expressivo-estética concorrem para a configuração dos usos lingüísticos” (OLIVEIRA e VOTRE, 2009:106). Enquanto o estudo de Croft investiga os *frames* semânticos de “comer” e “beber” e como suas estruturas gramaticais são organizadas na mente, Casseb-Galvão enfoca a gramaticalização da estrutura “diz que” e do estatuto categorial da evidencialidade. Outro estudo brasileiro que considera motivações pragmático-discursivas no processo de gramaticalização de construções é o de Lucena (2008: 93-102). A autora trata da expressão da evidencialidade em discursos políticos, associando

informações a respeito da fonte de conhecimento do falante ao grau de comprometimento deste com o valor de verdade da proposição.

Assim como Pauliukonis (1996), entendemos que as construções comparativas em geral apresentam potencial argumentativo. Porém, neste estudo, procuramos aprofundar essa questão e defendemos que o segundo elemento da comparação evidencia o conhecimento de mundo do usuário, que este utiliza como recurso persuasivo.

A fim de discutirmos essas relações no que se refere às comparativas de igualdade, será necessário recorrer não só a estudos da área da Linguística Funcional e Cognitiva, como também a trabalhos da Semântica Argumentativa (KOCH, 2009) e a pesquisas que tragam subsídios para as questões em pauta sobre argumentação, evidencialidade e modalidade epistêmica (NEVES, 2010).

### **Linguística Funcional em interface com o Cognitivismo Linguístico**

O século XXI encontra a ciência da linguagem expandindo seu escopo a fim de entender a língua de forma contextualizada. De acordo com Croft (2007), os estudos linguísticos da nova era devem dar conta de uma concepção de estrutura de língua que não pode ser totalmente compreendida se não se levar em conta o seu papel essencial na interação social, naquilo que o autor denomina “joint actions”, ou ações conjuntas. Cada indivíduo envolvido nas ações conjuntas deve considerar as crenças, intenções e ações do outro, de forma cooperativa. Assim, o estudo da estrutura da língua deve estar relacionado a correntes teóricas atuais de outros domínios científicos, como, por exemplo, o sociocognitivismo, e a pesquisas desenvolvidas nas áreas de transmissão cultural e evolução, conhecimento compartilhado, entre outras.

Diante disso, entendemos que o Funcionalismo Linguístico apresenta arcabouço teórico ideal para a investigação que propomos neste trabalho, uma vez que, metodologicamente, propicia a pesquisa não só de um item lexical, mas também de estruturas mais extensas do discurso, como é o caso das construções comparativas de igualdade. Seguiremos, portanto, a orientação norte-americana, que “firma também a intrínseca relação de domínios discursivos e gramatical, na proposição da origem discursiva dos padrões gramaticais” (OLIVEIRA e VOTRE, 2009:65).

De acordo com Martelotta e Areas (2003:20), o Funcionalismo Linguístico concebe a língua como “um instrumento de comunicação que, como tal, não pode ser analisada como um objeto autônomo, mas como uma estrutura maleável, sujeita a pressões oriundas das diferentes situações comunicativas, que ajudam a determinar sua estrutura gramatical”.

Recentemente, a literatura de base funcionalista vem demonstrando grande interesse na pesquisa de construções mais extensas, entendendo que a mudança linguística não incide sobre um determinado item isoladamente (HEINE e KUTEVA, 2007). Dessa forma, tem voltado o olhar para os padrões estruturais, e a metonímia assume papel importante nesse realinhamento, passando a ser reconhecida como mecanismo mais básico do que a metáfora na gramaticalização de estruturas, já que aquela se fundamenta na “conceptualização da mudança semântica no contexto de uso, nos contextos sintagmáticos do uso linguístico, envolvendo associação, contiguidade e indexicalidade” (TRAUGOTT e DASHER, 2005:80).

Ainda segundo estes dois últimos autores, por tratar a mudança linguística em uma perspectiva discursiva, os dados da pesquisa funcionalista são exemplos de língua em uso, e não “construídos”. Dessa forma, concorrem como motivações pragmático-discursivas para a mudança linguística os processos *on-line* que o falante/escritor e o ouvinte/leitor trazem para o ato do uso da língua. Ainda que esses interlocutores retirem os itens lexicais de conjuntos de construções paradigmaticamente organizados, os processamentos *on-line* se dão, essencialmente, nas relações e associações sintagmáticas. Enquadra-se, também, nessas

motivações a atitude do falante/escritor em relação ao ouvinte/leitor: as relações de negociação interacional entre ambos são caracterizadas por aquilo que Traugott e Dasher (2005:19) chamam de estratégias de subjetivação e de intersubjetivação:

- a) subjetivação: os emissores se utilizam de termos referenciais para a expressão de sentidos relativos a seu estado interno, crenças, valores;
- b) intersubjetivação: esses recursos são utilizados para atuar sobre o interlocutor, a fim de obter sua anuência ou adesão ao que é declarado.

Levando-se em conta que a linguagem é fundamentalmente um sistema simbólico que parecia forma e sentido, Traugott (2008) apresenta um estudo em que explora a relação entre construções linguísticas e gramaticalização. Para a autora, as construções, conforme concebidas nas tradições recentes da Gramática de Construção (GOLDBERG 1995; KAY e FILLMORE 1999, *apud* TRAUGOTT, 2008) e da Gramática de Construção Radical (CROFT, 2001), formam parte de, possivelmente, todos os blocos constitutivos de gramática.

Segundo Croft (2001), a necessidade de lidar com estruturas complexas, não atômicas, levou ao surgimento da Gramática de Construções; o pareamento de forma e significado de uma construção representa uma unidade de sentido. Assim, as unidades primitivas da representação sintática são as construções, e não as categorias.

Nessa perspectiva, não é apenas o item que passa por processo de gramaticalização; blocos ou porções maiores de texto em que um determinado elemento está inserido precisam ser considerados na análise dos processos de variação e mudança linguística. Muitas vezes, no caso das expressões idiomáticas, somente a construção inteira é passível de análise. Portanto, é extremamente relevante associar o Funcionalismo Linguístico ao Cognitivismo, no que se refere à teoria da Gramática de Construções.

Conforme Bybee (2003), as construções, ao assumirem novas funções discursivas, que surgem a partir dos contextos em que são comumente usadas, tornam-se mais autônomas, convencionalizadas e, por consequência, mais disponíveis. Contudo, no que se refere às construções comparativas de igualdade, não se pode dizer que se trate de estruturas totalmente autônomas, já que alguns de seus elementos linguísticos não são pré-determinados. Em uma construção virtual como a representada na Fig. 1:

Oração nuclear		Oração comparativa	
elemento 1 (sintagma comparado)	atributo comum	operador de comparação	elemento 2 (sintagma comparante)

o sintagma comparado, o sintagma comparante e o atributo comum admitem núcleos de diferentes categorias gramaticais e até mesmo predicados participando do evento comparativo. No entanto, embora em sua maioria as construções comparativas de igualdade não sejam idiomatizadas, fixas, elas são convencionalizadas nessa virtualidade, mesmo que o elemento 1 ou o 2 possa ser omitido ou inferido. Em alguns contextos, esse padrão pode sofrer alterações, conforme as especificidades do ambiente linguístico, podendo o elemento 1, por exemplo, vir posposto ao operador ou ao elemento 2. Essa mobilidade das posições, provavelmente decorrente da relação hipotática entre a oração nuclear e a oração comparativa, só vem confirmar que as construções comparativas de igualdade são menos idiomatizadas, isto é, são o que Traugott (2008) chama de macroconstruções. O fragmento a seguir apresenta a posposição do elemento comparado em uma comparação entre predicados:

- (2) O sol batia em cheio nos paralelepípedos. E,comosea chapa ardente queimasse os pés dos foliões, punham-se eles a sapatear em doidas evoluções ...

Elemento comparado – *punham-se eles a sapatear em doidas evoluções*

Uma vez que o papel do contexto é de fundamental importância para a análise das comparativas, vale destacar o estudo de Fillmore (1982). Segundo o autor, o significado se forma com base em experiências humanas, cuja esquematização é realizada em *frames* pelos usuários da língua; assim, a representação de imagens e crenças de uma dada cultura seria evocada por elementos (palavras) do frame. Ainda para Fillmore (1975, *apud* VILELA, 1994:67-68), os *frames* são definidos como qualquer sistema de escolhas linguísticas – sendo as colocações de palavras os casos mais simples, mas também incluindo-se escolhas de regras gramaticais ou categorias – que pode ser associado com instâncias prototípicas de cenas. Por seu lado, as cenas são partes e séries interconectadas de elementos que incluem não só cenas visuais, mas também tipos familiares de transações interpessoais, cenários-padrão definidos pela cultura, estruturas institucionalizadas, imagem corporal e, em geral, qualquer tipo de segmento coerente de crenças, ações e experiências humanas.

Em face disso, entendemos que o frame de comparação, ao ser acionado pelo operador de comparação, habilita a instanciação de construções comparativas em geral, e, no caso do presente trabalho, das de igualdade, já que esse frame faz parte da experiência humana. Além disso, os *frames* são representações do saber em forma de totalidades (macroestruturas) estruturadas, o que alguém naturalmente espera que aconteça numa situação típica, o saber que temos armazenado na nossa memória decorrente da nossa experiência, os modelos estereotípicos das nossas recordações. Assim, ao usar uma construção comparativa de igualdade como recurso argumentativo, o usuário realiza linguisticamente suas crenças, ações e experiências humanas.

### **Princípios de Semântica Argumentativa: argumentação, modalização e evidencialidade**

O tripé argumentação, modalização e evidencialidade constitui o que chamamos de motivações pragmático-discursivas para o uso e fixação das construções comparativas de igualdade na língua. O tratamento aqui proposto para essas construções requer que se lance mão de princípios da Semântica Argumentativa, conforme, principalmente, Koch (2009) expõe em seu livro, no qual a autora segue basicamente a linha ducroniana.

Assim como Croft (2007), Traugott e Dasher (2005), Neves (2010), Koch (2009), entre outros, muitos linguistas vêm dando especial relevo à função social da linguagem. A língua é usada a fim de que o homem possa interagir socialmente por meio do seu discurso. “Desta forma, a linguagem passa a ser encarada como forma de ação, **ação sobre o mundo dotada de intencionalidade**, veiculadora de ideologia, caracterizando-se, portanto, pela argumentatividade.” (KOCH, 2009:15).

O ato de argumentar é fundamental para praticamente todas as ações verbais humanas, já que, por ser dotado de razão e vontade, o homem constantemente avalia, julga, critica, formando juízos de valor. Por meio do discurso, tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe algumas de suas opiniões, tendo como efeito o convencimento ou a persuasão. Desde Aristóteles, constitui princípio geral da Retórica a diferença entre convencer e persuadir. O primeiro ato dirige-se a um auditório universal, a fim de provocar a certeza, através da evidência dos fatos (provas objetivas) ou da evidência pela razão (relações demonstrativas). O segundo, por sua vez, destina-se a um auditório particular, utilizando argumentos que podem levar a inferências, mas não a verdades absolutas. Portanto, prova difere de argumento.

Diante do exposto, entendemos que, nas construções comparativas de igualdade, predominam marcas, linguísticas ou não, de persuasão, pois é necessário levar em consideração as necessidades do outro. Logo, tal enquadramento teórico é capaz de amparar a função argumentativa das construções em estudo, naquilo que elas têm de intrínseco: os pressupostos, que entrelaçam subjetividade e intersubjetividade. Neste ponto, verifica-se uma



correlação com as noções de subjetivação e intersubjetivação, conforme Traugott e Dasher (2005), corroborando o que vimos defendendo: a Linguística Funcional é arcabouço teórico propício para estabelecer interface com outras correntes linguísticas.

Consideram-se “pressupostos” os conhecimentos que se devem presumir no ouvinte/leitor para que o enunciado possa cumprir sua função informativa (STRAWSON, 1964 *apud* KOCH, 2009:47-48). Assim, em uma expressão comparativa de igualdade do tipo:

- (3) E ho meestre estendeo a ma~a~o e o escolar lhe lançou hu~a gota da sua suor e~na ma~a~o, e logo aquella goteyra da suor traspassou a ma~a~o do meestre, **como se fosse seeta**, e~ tal guisa que el sintio marauilhosame~te a door e ho torme~to do escollar.(Orto do Esposo - século XIV)

somente haverá compreensão da mensagem se, além dos fatos concernentes à estrutura gramatical da frase, o leitor partilhar com o escritor o conhecimento de mundo ao qual o conceito e a função de “seta” pertencem. Além disso, o escritor busca a cooperação do leitor, despertando sua simpatia, incitando seu gosto estético, por meio de uma estratégia discursiva que, ao comparar, aproxima elementos não afins no mundo real: gota de suor e seta. Essa estratégia constrói efeitos no leitor, confirmando o que Ferreira (2010:143) também defende: “é na intersubjetividade que se processam os sentidos discursivos”.

Duas outras possíveis marcas da argumentação nas construções comparativas de igualdade são a modalização e a evidencialidade.

No que se refere à modalização na linguagem, de acordo com Neves (2010), o tratamento dado à categoria é controverso. De um lado, “se a modalidade é, essencialmente, um conjunto de relações entre o locutor, o enunciado e a realidade objetiva, é cabível propor que não existam enunciados não modalizados” (NEVES, 2010:152). Com efeito, para KIEFER (1987:77 *apud* NEVES, 2010:154), cada tipo frasal tradicionalmente reconhecido (frase declarativa, interrogativa, optativa, exclamativa e imperativa.) denota um tipo diferente de opinião por parte do falante. Julia (1989 *apud* NEVES, 2010:154), seguindo a mesma linha, entende que a consideração da modalidade, no uso linguístico, começa pelo reconhecimento da existência dos, para ele três, diferentes modos de interação social: declaração, interrogação e exortação. Além destes, Halliday (1985:68), Lyons (1977:747) e Benveniste (1970), todos citados por Neves (2010:154), defendem que os modalizadores e o tipo frasal são usados na interação verbal, em princípio, para exprimir o ponto de vista do enunciator.

Por outro lado, Ducrot (1993, *apud* NEVES, 2010:152) defende que “o conceito de modalidade, como todo conceito, é opositivo, e que, portanto, se há modal, há não modal”. Nessa perspectiva ducroniana, o aspecto não modal dos enunciados, ou modalidade zero, residiria na descrição das coisas, nas informações sobre elas, nas informações objetivas, enquanto os aspectos modais seriam os relativos às tomadas de posição, às atitudes morais, intelectuais e afetivas expressas ao longo do discurso.

São vários os tipos de modalidade, entre eles, destacam-se as aléticas, que se referem a verdade; as epistêmicas, que se refere a conhecimento e a crença; e as deônticas, que se referem a obrigação e a permissão. Neste artigo, em virtude das peculiaridades do objeto de estudo, tratamos basicamente da modalidade epistêmica. Investigamos o conjunto de proposições que representam o conhecimento do falante sobre o mundo, assim como a força com que acredita na veracidade de uma proposição.

Não obstante as divergências quanto ao tratamento teórico-conceitual da modalização na linguagem, é possível reconhecer nas construções comparativas de igualdade marcas linguísticas de modalização, seja pelo emprego de tempos verbais, seja pelo uso do operador de comparação “como”, canonicamente um advérbio modal. A esse respeito, Azeredo

(2010:338) defende que o “como” introduz uma oração comparativa modal de igualdade: “Ele nadava **como** um peixe.”

Em se tratando da evidencialidade, para Neves (2010:164), a modalização epistêmica “necessariamente se relaciona com a fonte do conhecimento, com a qual o falante pode não estar comprometido”. Nesse caso, “conhecer a base epistêmica da informação que a linguagem veicula é tão importante quanto conhecer a própria informação” (FITNEVA, 1994 apud NEVES, 2010:164). O exemplo a seguir, retirado de Neves (2010:165), ilustra essa possibilidade:

- (4) *Práticas dessa ordem, em que o Pentágono e a CIA estariam envolvidos, não seriam, **segundo a revista Time (30 de agosto de 1993, PP. 28-29), grandes novidades.*** (REA)

O trecho em negrito constitui o que a literatura sobre o assunto chama de “evidencial”. Conforme Bybee (1985:18 apud NEVES, 2010:164), evidenciais são “os marcadores que indicam algo sobre a fonte da informação da proposição”.

Ainda que nas construções comparativas essa marcação evidencial prototípica não esteja presente, é possível reconhecermos, em alguns casos, a fonte de conhecimento explícita na primeira parte da construção, isto é, na oração nuclear:

- (5) ***eu** penso como um filósofo inglês* (D2-REC-5:884) (NEVES e HATTNER, 2002:140)

Em (5), verifica-se uma evidência inferencial do tipo raciocínio: “inferencial” porque expressa uma atitude mental do próprio sujeito-produtor do discurso (eu) e “raciocínio” porque se caracteriza como sendo um conhecimento derivado por meio da intuição, da lógica, ou até mesmo de experiências prévias desse sujeito-produtor (LUCENA, 2008:96).

Por outro lado, ainda de acordo com Neves (2010:165), “entende-se, por princípio, que a falta de marca indicativa da fonte (a falta de marca evidencial) implica que essa fonte seja o próprio falante, filtro natural das proposições por ele expressa”. Confirme-se essa possibilidade na construção comparativa de igualdade a seguir, retirada do *corpus* formado para este trabalho:

- (6) Era impossível **vagar pela cidade, como um cão sem dono**, até a hora do enterro. (Osman Lins, *O fiel e a pedra*, século XX)

Portanto, no que tange à evidencialidade, também se trata de conceito que suscita divergências entre os diferentes linguistas dedicados a estudar a categoria. Na verdade, na língua portuguesa, evidencialidade sequer constitui uma categoria gramatical, tornando-se mais difícil ainda o tratamento teórico-conceitual do que se reconhece como “evidenciais” no português. Diante disso, neste estudo, tratamos evidencialidade de uma forma não estrita, diferentemente da que vem se consagrando, segundo a qual só há evidencialidade se houver marca explícita de um evidencial, como no exemplo (4). Na análise do *corpus* deste artigo, consideramos evidencialidade não só a marca explícita da origem do conhecimento, como também os casos em que a fonte seja o próprio falante, sem que se marque essa origem por meio de um evidencial prototípico.

## Procedimentos metodológicos e análise de dados

O *corpus* deste trabalho foi recortado de uma pesquisa em curso sobre as construções comparativas de igualdade não correlativas, presentes em textos escritos do século XV ao XX. O material foi coletado de diferentes *corpora* disponibilizados eletronicamente: CIPM,

Tycho-Brahe, Varport, Corpus do Português. A organização se deu conforme a) período da língua portuguesa, englobando-se o português europeu; b) construções comparativas de igualdade não correlativas, conforme conectivo (como, como se, igual a, tanto quanto). Mantivemos a grafia e a pontuação dos fragmentos tais como estão registradas nos *corpora*.

Quanto à nomenclatura, empregamos o termo “construções” toda vez que nos referimos à virtualidade, como apresentado na Fig. 1, e “expressão” sempre que a referência for a uma codificação linguística dessa virtualidade materializada em um texto.

Para os fins deste artigo, tratamos apenas das construções comparativas de igualdade cujas orações comparativas sejam encabeçadas pelo operador “como” ou “como se”, em dados do século XX. De um total de 40 ocorrências, selecionamos sete para efetiva análise. À exceção do primeiro, todos os exemplos constituem-se de sequências narrativas, o que será investigado em trabalho futuro, de modo que questões pertinentes a frequência não estão sob análise aqui.

Cabe também destacar que, devido à fase em que se encontra a pesquisa maior e o escopo deste trabalho, a análise de dados que se segue é preliminar e trata, principalmente, dos aspectos sintático-semânticos e pragmático-discursivos, sem que se considere o grau de gramaticalização das construções em estudo.

#### Construções comparativas de igualdade encabeçadas por “como” e “como se”

Nos exemplos de 7 a 12, os elementos constituintes das expressões comparativas de igualdade em análise podem ser enquadrados nos espaços a eles destinados na construção virtual, conforme ilustrado na Fig. 1, porém não de forma rigorosa. Além disso, contribui para a não fixação de padrões o fato de haver grande variação categorial no núcleo não só dos sintagmas comparados, como também no dos comparantes e no dos elementos comuns aos dois.

Veja-se o que ocorre nas expressões comparativas de igualdade a seguir:

##### I) como + sintagma nominal (SN) modificado

- (7) Quase 40 anos depois, descontando o ineditismo do tema, o entusiasmo se justificaria por outra qualidade. É ainda uma grande peça, com uma caracterização de personagens minuciosa e um núcleo dramático bem definido, para onde convergem todas as ações e diálogos. **Pode ser considerada, sem favor algum, comoumdos mais perfeitos exemplares do drama realista**, um estilo que nossos autores, de um modo geral, não fazem bem. (Autoria desconhecida, Sonho de justiça era seu pão de cada dia, 1997)

Expressão comparativa – *Pode ser considerada, sem favor algum, comoumdos mais perfeitos exemplares do drama realista*

[*Pode ser considerada, sem favor algum,*] oração nuclear (ON)

[*comoumdos mais perfeitos exemplares do drama realista*] oração comparativa (OC)

Elemento 1 (comparado) – *peça* (retomado por elipse)

Atributo comum – boa qualidade (inferido pelo contexto)

Elemento 2 (comparante) – *exemplares do drama realista*

Quanto à estrutura, o elemento 1 – *peça* – não ocorre na expressão comparativa propriamente, mas sim fora dela. É retomado por elipse na oração nuclear, sendo recuperável na forma verbal “pode”. Esse tipo de fenômeno – a não obrigatoriedade de determinado elemento ocorrer em um lugar fixo na estrutura – é próprio das macroconstruções, uma vez que estas não estão idiomatizadas. No entanto, pode-se perceber que, no que se refere aos

elementos comparado e comparante, ambos são representados por sintagmas nominais, cujos núcleos são “peça” e “exemplares”. O atributo comum, além de também estar deslocado, não vem explicitamente codificado, sendo necessário inferi-lo pelo contexto: o que existe em comum entre a peça e os exemplares do drama realista é a boa qualidade.

No que se refere ao ambiente linguístico, verifica-se que a expressão comparativa de igualdade ocorre em uma sequência argumentativa. O operador “como”, por sua vez, aciona o frame de comparação e desencadeia uma série de estratégias linguísticas a fim de persuadir o leitor e ganhar sua adesão.

Vimos defendendo neste trabalho que as expressões comparativas, pelo seu teor argumentativo, podem apresentar marcas linguísticas de modalização epistêmica e de evidencialidade, o que se constitui nas motivações sintático-semânticas e pragmático-discursivas para a configuração dessas expressões. No exemplo em análise, verificam-se claramente duas dessas marcas: o adjunto adverbial de modo “sem favor algum” na oração nuclear e o emprego da forma verbal “pode”, no sentido de possibilidade, e não de permissão. Embora o elemento 2 não tenha marcas prototípicas de modalização epistêmica, o emprego do adjetivo intensificado “mais perfeitos” contribui para a carga de subjetividade do fragmento. Fenômeno semelhante se dá no atributo comum, em que se verifica o emprego de “minuciosa” e “bem definido” como modificadores dentro dos sintagmas nominais a que pertencem.

Ainda que o objetivo seja a análise das construções comparativas, não podemos esquecer os ensinamentos de Traugott e Dasher (2005) a respeito das pressões metonímicas exercidas pelo contexto, sendo válido considerar também o entorno dessas construções. No exemplo em questão, verifica-se, em todo o trecho, a modalização epistêmica: o uso do futuro do pretérito, ao mesmo tempo em que nos apresenta um enunciador em uma atitude de aparente distanciamento da sua proposição, destaca a sutileza com que se tenta persuadir – e não convencer – o leitor. Quanto à evidencialidade, não há qualquer marca explícita codificada por um evidencial; pressupomos, portanto, que a fonte de informação seja o próprio enunciador, o que pode ser corroborado por ser ele um crítico teatral, profissão que pressupõe alguém com uma gama de informações relevante.

Finalmente, vale lembrar que se trata de uma sequência argumentativa, na qual o usuário faz uma avaliação crítica de uma peça de teatro. Isso, por si só, já suscitaria subjetividades relacionadas ao ponto de vista defendido por ele e desencadearia modalizações. Tais subjetividades são reforçadas na expressão comparativa de igualdade, momento em que o enunciador conclui seu pensamento.

- (8) "Eu então", disse como quem pensa, "nunca mais o esqueci. Vi-o uma vez, major, uma única vez. Durante alguns minutos. Foi há muito tempo. Era talvez tenente. Ou alferes." "Tanto assim." "Uns vinte e cinco anos. Eu tinha nessa altura quinze. Ou catorze. Agora tenho trinta e nove. Devia portanto ter catorze anos nessa altura." O major acendeu um cigarro e guardou o maço no bolso. **Tudo isso devagar, sem a mínima precipitação, como um homem que tinha o tempo todo diante de si**, agora que metera pela estrada certa. (Maria Judite de Carvalho, *Anica nesse Tempo*, 1963)

Expressão comparativa – *Tudo isso devagar, sem a mínima precipitação, como um homem que tinha o tempo todo diante de si...*

[(fez) Tudo isso devagar, sem a mínima precipitação] ON

[como um homem que tinha o tempo todo diante de si] OC

Elemento 1 (comparado) – *O major* (recuperável no contexto)

Atributo comum – *devagar, sem a mínima precipitação*

Elemento 2 (comparante) – *homem que tinha todo o tempo diante de si*

Diferentemente do fragmento anterior, este reproduz uma sequência narrativa. A comparação expressa em 8 encerra uma descrição, presente no atributo comum (*devagar, sema mínima precipitação*); encerra também uma caracterização no elemento 2 – “que tinha todo o tempo diante de si”. Em comparação ao exemplo 7, esse ambiente linguístico suscita uma argumentação mais direta e factual, mas ainda é possível perceber marcas linguísticas de modalização epistêmica, própria de textos argumentativos: o advérbio “devagar” e a locução adverbial “sem a mínima precipitação” expressam o modo como o major fez “tudo isso”.

Em face disso, reconhecemos que, neste exemplo, a conjunção comparativa “como” apresenta comportamento sintático-semântico semelhante ao de um advérbio moda (=do mesmo modo que), permitindo leitura ambígua. Não é à toa que Azeredo (2010:338) classifica as comparativas de igualdade encabeçadas por “como” ou “como se” de “comparativas modais”.

Por outro lado, uma semelhança com 7 é aparente: novamente o termo comparado não está posicionado no espaço reservado a ele em uma construção comparativa de igualdade padrão, sendo preciso recuperá-lo no contexto. É possível que o fato de a argumentação ser campo farto de pressupostos e implícitos constitua motivação para essa configuração sintática, ainda que a expressão comparativa analisada em 8 tenha menor codificação de elementos pragmático-discursivos do que a anterior.

## II) **como** + SN sem modificador

- (9) Desde o princípio resolvi afastar-me dela. Tomei por um caminho que ia ao contrário e não consegui nunca mais voltar os passos para trás. Foi uma renúncia mística que me não é fácil explicar agora. À noite tocavam harmónio no barracão, e alguns cantavam umas canções lentas e tristes. #44 Dois trabalhadores tinham trazido as mulheres e viviam com elas num casinhoto ao fundo do pátio, mas tiveram de as mandar embora. A Leonor conseguia estar ainda ali porque era sobrinha da velha cozinheira **que a guardava de dia e de noite,comoumcão**.(Branquinho da Fonseca, *Rio Turvo*, 1945)

Expressão comparativa –*que a guardava de dia e de noite,comoumcão*

[que a guardava de dia e de noite] ON

[comoumcão] OC

Elemento 1 (comparado) – *a velha cozinheira* (recuperado pelo pronome relativo “que”)

Atributo comum – a capacidade de guardar, tomar conta (inferível no predicado da ON)

Elemento 2 (comparante) – *um cão*

Mais uma vez, a expressão comparativa de igualdade insere-se em uma sequência narrativa. Quanto à estrutura, o termo comparado (*a velha cozinheira*) é complexo, pois é codificado na oração nuclear por meio de um pronome relativo (*que*). Este, por sua vez, introduz oração adjetiva restritiva, indicando alto grau de integração sintático-semântica entre o comparado e a oração nuclear. Interessante notar que outro tipo de integração se dá na oração comparativa, na qual o termo comparante, “cão”, não apresenta qualquer modificador, estando fortemente vinculado ao operador de comparação “como”.

No que se refere à modalização, neste exemplo esta se manifesta em grau mais baixo ainda do que no exemplo 8. À exceção da conjunção comparativa, que, à semelhança do que se verifica no exemplo anterior, ambigualmente também expressa valor modal, e de um adjetivo em função predicativa (“não me é fácil”), não há marcas linguísticas de modalização epistêmica. Em se tratando de marca de evidencialidade, registramos apenas, fora da expressão comparativa (“não me é fácil explicar agora”), um evidencial da fonte de informação codificado pela primeira pessoa do singular (“me”) e por um verbo do dizer

(“explicar”). Ambos estão ligados sintaticamente e reconhecemos como sendo o próprio enunciador a origem da informação.

Pode-se pressupor que a vinculação entre a conjunção comparativa e o elemento 2 indique que o enunciador partilha um conhecimento de mundo tão generalizado, de domínio comum, que dispensa um modificador para o comparante. Embora a expressão comparativa exemplificada em 9 seja considerada uma macroconstrução, principalmente pela não rigidez na seleção das categorias gramaticais que a formam, a oração comparativa propriamente apresenta algumas características daquelas construções já bastante fixas, praticamente idiomatizadas, como, por exemplo, “**fiel como um cão**”.

- (10) Às vezes, era certo, uma imprevista e pânica restolhada de folhas e asas levava Alberto a parar e agarrar-se, instintivamente, ao braço do companheiro. - É uma inhambú - explicava Firmino, sorrindo. Mais adiante, um lagarto, correndo repentinamente sobre a folhagem morta, de novo o galvanizava. Mas o silêncio volvia. E, com ele, uma longa, uma indecifrável expectativa. Dir-se-ia que **a selva, comoumafera, aguardava há muitos milhares de anos a chegada de uma presa maravilhosa e incognoscível**. (Ferreira de Castro, *A Selva*, 1967)

Expressão comparativa – *a selva, comoumafera, aguardava há muitos milhares de anos a chegada de uma presa maravilhosa e incognoscível*

[a selva aguardava há muitos milhares de anos a chegada de uma presa maravilhosa e incognoscível] ON

[comoumafera] OC

Elemento 1 (comparado) – *a selva*

Atributo comum – capacidade de aguardar (inferível no predicado da ON)

Elemento 2 (comparante) – *uma fera*

Quanto à disposição dos seus elementos, o exemplo 10 apresenta a expressão comparativa configurada de forma diferente do que se observa nas anteriores: a predicação da oração nuclear não se posiciona no espaço prototipicamente reservado a ela nas construções-padrão. Assim como observamos para as variações de posição do elemento 1, a motivação neste caso é a mesma: lidamos com macroconstruções.

Uma importante observação a respeito desse deslocamento é que tal configuração promove maior integração entre os termos comparado e comparante, o que faz com que essa parte da construção comparativa de igualdade se assemelhe a uma comparação mais idiomatizada, mais fixa na língua, de menor extensão: “Ela é (como) uma fera”. Percebe-se, também, a atuação do mecanismo da metáfora, responsável pelo maior grau de abstração decorrente dessa proximidade entre comparado e comparante.

Ainda no quesito integração, verificamos que, à semelhança do que ocorre em 9, o termo comparante (“uma fera”) também não vem modificado, apresentando maior grau de integração como a conjunção comparativa. Além disso, novamente como ocorre no fragmento anterior, essa ausência de caracterização do elemento 2 denota conhecimento compartilhado de domínio comum. O enunciador pressupõe que seu interlocutor conheça as características de uma fera. Essa pressuposição pode se dever ainda ao frame acionado não só pela conjunção, mas também pelas palavras “silêncio”, “expectativa” e “selva”, afinal feras vivem na selva e muitas vezes ficam em atitude de silenciosa espera pela presa, para se alimentarem.

No que tange às motivações sintático-semânticas e pragmático-discursivas, a expressão comparativa em análise apresenta marcas linguísticas de modalização e evidencialidade. Em “Dir-se-ia”, primeiramente, o enunciador deixa transparecer atitude de distanciamento da proposição. Por meio do futuro do pretérito do verbo dizer, ele, ao mesmo tempo, não se compromete com a veracidade do fato expresso na proposição e sugere uma

situação condicional, hipotética. Em segundo lugar, ao empregar o verbo dizer em terceira pessoa, evidencia-se que a fonte de informação é outra que não o enunciador, também indicando distanciamento. Logo, o frame de comparação aciona um contexto linguístico que desencadeia subjetividades e implícitos, pertinentes à expressão de crenças e experiências humanas.

### III) como se (+ SN) + verbo subjuntivo

- (11) O sino da igreja tocava as ave-marias. O meu padrinho abençoava o povão. Pois, menino, eu estou falando a verdade. **Eu vi a moça descer do caçuá como se fosse boinha das pernas e correr no meio do povo, caindo aqui, caindo acolá, comoseestivesse bêbada**, se arrastando, andando outra vez até a porta da igreja, onde meu padrinho estava.

Expressão comparativa a) – *a moça descer do caçuá como se fosse boinha das pernas*

[a moça descer do caçuá] ON

[como se fosse boinha das pernas] OC

Elemento 1 (comparado) – *a moça*

Atributo comum – pernas firmes (inferível pelo contexto)

Elemento 2 (comparante) – *a moça* (recuperável no contexto)

Expressão comparativa b) – *(a moça) correr no meio do povo, caindo aqui, caindo acolá, comoseestivesse bêbada*

[(a moça) correr no meio do povo, caindo aqui, caindo acolá,] ON

[comoseestivesse bêbada] OC

Elemento 1 (comparado) – *a moça*

Atributo comum – desequilíbrio (inferível pelo contexto)

Elemento 2 (comparante) – *a moça* (recuperável no contexto)

O trecho 11 apresenta a peculiaridade de ter duas expressões comparativas de igualdade coordenadas; ambas contam com a mesma estrutura, mudando apenas o atributo comum de cada uma. Por isso, as duas serão analisadas em bloco.

Nos dois casos estão sendo comparados dois predicados em relação a um indivíduo. Na expressão comparativa a), comparam-se “*descer do caçuá*” e “*fosse boinha das pernas*”, em relação a “*moça*”. Na expressão comparativa b), a comparação se dá entre “*correr no meio do povo, caindo aqui, caindo acolá*” e “*estivesse bêbada*”, também em relação a “*moça*”.

Igualmente ao que se deu com a maioria das construções comparativas de igualdade encabeçadas por “como”, estas também requerem que o analista infira, pelo contexto, o atributo comum aos elementos 1 e 2.

Por outro lado, a oração comparativa encabeçada por “como se” não tem a predicação omitida, como ocorreu com as expressões de 7 a 10. Diante disso, é possível presumir que, no caso em análise, há baixa integração entre o conector e o elemento comparante em face da existência de um verbo entre eles (“como se **fosse** boinha” e “como se **estivesse** bêbada”).

Assim como ocorreu nas expressões comparativas de igualdade anteriores, o enunciador, ao empregar “como se”, aciona automaticamente o frame de comparação. A diferença é que verificamos outra configuração sintático-semântica no que se refere ao operador de comparação: “como” apresenta-se totalmente integrado à conjunção condicional “se”, sem que se possa separá-los. Em adição, essa configuração também aciona o uso obrigatório do pretérito, seja do mais-que-perfeito do indicativo, seja do imperfeito do subjuntivo (AZEREDO, 2010:338), a seleção do primeiro sendo menos frequente e mais formal do que a do segundo no português brasileiro. No entanto, a dupla “como se” mais “tempo pretérito” tem vinculação mais frouxa do que a existente entre “como” e “se”, pois,

além de poderem ser empregados dois modos verbais, diferentes verbos podem ser selecionados do eixo paradigmático. Por sua vez, semanticamente, o emprego dessa dupla indica que o conteúdo da oração comparativa é tomado como real ou hipotético.

Quanto às motivações pragmático-discursivas, o imperfeito do subjuntivo constitui marca linguística de modalização epistêmica, por meio da qual se percebe atitude de incerteza e médio a baixo comprometimento do enunciador quanto ao conteúdo por ele asseverado.

Por as expressões comparativas de igualdade codificarem macroconstruções, a modalização também se expressa em blocos. Em relação à primeira expressão comparativa (letra a), entende-se que toda a oração comparativa “como se fosse boinha das pernas” atua como modalizador epistêmico da forma verbal “descer”, presente na oração nuclear, podendo-se parafrasear por “a moça desceu bem”. Considerando-se a segunda expressão comparativa (letra b), verificamos que o emprego reiterado do gerúndio (“caindo aqui, caindo acolá”) na oração nuclear constitui igualmente marca de modalização epistêmica ao expressar o modo da forma verbal “correr”: correr caindo. Ademais, pode-se também afirmar que ambas as construções comparativas (a e b), além de serem bastante modalizadas por diferentes marcas linguísticas internas, também atuam como fatores de modalização epistêmica, uma vez que “como se fosse boinha” e “como se estivesse bêbada” expressam julgamento do enunciador baseado no que ele viu.

A esse respeito, confirmando o alto grau de modalização das expressões comparativas presentes em 11a e 11b, identificamos a ocorrência de um evidencial que atua sobre as duas: a oração matriz “Eu vi” indica que as informações atestadas pelo enunciador em a e b têm origem em uma experiência pessoal.

O exemplo 12 encerra esta amostra e basicamente ilustra muito do que já foi apresentado em 11.

- (12) Francisco de Assis Rodano passou uma semana em recolhimento, ameahando forças para o terrível embate. Nada avisaram a Papelão, que continuou na dele, na vida mansa a que se habituara, onde o que de pior podia lhe acontecer, desde que escapara do Matadouro de Mendes, era ser chamado de "toro de mierda". **Bem verdade que o novo toureiro do Asombro de Damasco, apesar de não pronunciar palavra, tinha um jeito de olhar feroz, ameaçador, comoseo odiasse**, mas não passava disso, dessa chispa terrível que no fundo devia ser apenas uma encenação mais para a platéia do que para ele, touro, na verdade, boi.

Expressão comparativa – *o novo toureiro do Asombro de Damasco, apesar de não pronunciar palavra, tinha um jeito de olhar feroz, ameaçador, comoseo odiasse*

[o novo toureiro do Asombro de Damasco (...)] tinha um jeito de olhar feroz, ameaçador] ON  
[comoseo odiasse] OC

Elemento 1 (comparado) – *o novo toureiro Asombro de Damasco*

Atributo comum – ferocidade, ameaça (inferível pelo contexto)

Elemento 2 (comparante) – *o novo toureiro Asombro de Damasco* (retomado por elipse)

Assim como em 11, no exemplo 12 ocorre comparação entre predicados – *tinha um jeito de olhar feroz, ameaçador* e *o odiasse* – em relação a um mesmo indivíduo – *o novo toureiro Asombro de Damasco*. A oração nuclear apresenta ainda uma oração concessiva intercalada (*apesar ... palavra*), que concorre para a caracterização do elemento comparado.

Confirmando o que se observou no exemplo anterior com relação ao “como se”, quando se emprega esse operador, é acionado um frame de comparação que se abre por meio da seleção de palavras: o emprego de “novo” modificando “toureiro” licencia pressupor-se que havia um toureiro anterior, que está sendo comparado com este.



É possível confirmar-se também a obrigatoriedade do uso de um dos dois tempos verbais supracitados, no caso o imperfeito do subjuntivo.

Confirma-se, portanto, com mais este exemplo, o papel importante que as pressões metonímicas exercem sobre a configuração sintático-semântica e pragmático-discursiva das construções comparativas de igualdade encabeçadas por “como” e “como se”.

No conjunto analisado, foi possível perceberem-se algumas recorrências entre as construções. Fazemos a seguir uma síntese do que foi observado no que se refere ao(s):

a) Atributo comum: Verificamos que, à exceção do que ocorre na construção 8, em todas as outras os elementos comuns aos dois termos em comparação são inferíveis, sendo, por vezes, necessário ao analista desenvolver olhar atento para reconhecê-lo. Temos indícios, portanto, de que este pode ser um padrão das construções comparativas de igualdade não correlativas cujos operadores são “como” e “como se”. Contudo, devem-se evitar generalizações, uma vez que os dados da pesquisa que este estudo recorta ainda estão sendo submetidos a análise.

b) Elementos comparado e comparante: A análise de 7 a 10 mostrou ainda que, quando se comparam elementos diferentes, o sintagma comparado pode não vir expresso na oração nuclear, sendo identificável pelo contexto; já o elemento comparante costuma vir expresso na oração comparativa. Podemos reconhecer um provável padrão para as construções comparativas cujo operador é o “como”. Por sua vez, a análise de 11a, 11b e 12 demonstra que, quando os termos comparado e comparante são os mesmos, ocorre omissão do sintagma comparante na oração comparativa. Também neste caso, é possível reconhecer indícios de padronização quando a oração comparativa é encabeçada pelo operador “como se”.

c) Predicação da comparativa: Nas construções de 7 a 10 a comparação se dá entre predicções, isto é indivíduos diferentes têm atributos em comum. Verifica-se que todos os predicados do elemento 2 são omitidos. Assim como nas situações anteriores, a generalização ainda é precoce, embora essa omissão possa indicar que este é um padrão das comparativas de igualdade encabeçadas por “como”, afinal trata-se de comparação entre predicções, tornando-se desnecessário repeti-los.

d) Predicados: No que tange às construções comparativas apresentadas em 11a, 11b e 12, ocorre comparação entre diferentes predicados em relação a um mesmo indivíduo. O predicado da comparativa de igualdade encabeçada por “como se” vem explícito, uma vez que o emprego do verbo a seguir é obrigatório. É possível que haja, neste caso, uma tendência de fixação do padrão expresso por “como se + verbo subj.” no português brasileiro.

e) Operadores de comparação: O estudo sugere que as expressões comparativas cujo operador é o “como” apresentam maior grau de integração entre o operador e o elemento comparante. Já com o operador “como se”, a integração entre este e o elemento 2 é menor, uma vez que existe um termo intermediário que é o verbo da oração comparativa.

### **Considerações finais**

O presente trabalho teve como objetivo investigar as motivações sintático-semânticas e pragmático-discursivas das construções comparativas de igualdade não correlativas encabeçadas por “como” e “como se”. Após esta exposição, fica a certeza de que ainda há muito por se pesquisar a respeito dessas construções, todavia fugiu ao propósito deste artigo tratar de questões outras que, mencionadas, ficariam na superficialidade. É fato que as análises aqui apresentadas não são cabais, uma vez que fazem parte de uma pesquisa de escopo maior em andamento, mas mesmo esse estudo incipiente já foi capaz de demonstrar que são necessários diferentes métodos, recursos e estratégias de abordagem e de análise das comparativas de igualdade.

Em primeiro lugar, o *frame* de comparação desencadeia configurações sintático-semânticas e pragmático-discursivas tão variadas, que fazem com que não se consiga definir padrão único para as construções comparativas. Por isso, elas são classificadas como macroconstruções, por não serem idiomatizadas ou não seguirem rigorosamente o que se esboçou como estrutura padrão. Por outro lado, próprio também das macroconstruções, é possível verificarem-se blocos menores de construções, como é o caso do “como se” e do “como se + verbo no pretérito”. Cada uma destas apresenta grau diferente de fixação na língua, sendo a primeira convencionalizada em *frames* de comparação hipotética; a segunda, por admitir diferentes verbos preenchendo seu espaço, é menos idiomatizada, embora também seja acionada no mesmo *frame* da anterior.

O fato de, em nossa amostra para este artigo, terem predominado fragmentos de sequências narrativas não significa que este seja o contexto linguístico de maior ocorrência das construções comparativas. Há ainda muito estudo e pesquisa pela frente, a fim de que as diversas questões que persistem sejam, pelo menos parcialmente, respondidas. De qualquer forma, como nosso olhar se volta para as construções comparativas de igualdade, há indícios de que elas tenham potencial argumentativo independentemente da sequência em que ocorram, uma vez que, por si sós, constituem sequência argumentativa.

Finalmente, mesmo sendo um estudo em fase de expansão, foi possível comprovar, por meio dos dados analisados, que os aspectos estruturais e comunicativos da língua contribuem para a forma da gramática, de modo que diferenças na configuração sintática refletem diferenças no sentido da construção.

#### COMPARATIVE OF EQUALITY CONSTRUCTIONS IN FUNCTIONAL PERSPECTIVE: ARGUMENTATION, MODALIZATION AND EVIDENTIALITY

**ABSTRACT:** This article aims to present a study on the comparative of equality constructions in a functional perspective (BYBEE, 2003; TRAUGOTT e DASH, 2005; KUTEVA e HEINE, 2007), considering cognitive linguistics regarding to grammar construction (CROFT, 2001) and to the notion of frame (FILLMORE, 1982). Syntactic, semantic, pragmatic and discursive motivations are investigated, such as argumentation, modalization and evidentiality, contributing to the establishment of some use patterns of these constructions. The work is part of a larger study in progress, and focuses only on comparative constructions whose operators are “como” and “como se”. The *corpus* consists of twentieth century written texts. Comparative of equality constructions present the following virtuality: compared element + attribute in common + comparison operator + comparing element, which can be represented by different noun phrases and verbs. This is what Traugott (2008) calls macroconstruction. There are some smaller blocks of constructions within these macroconstructions, as the integration between the comparison operator and the comparing element in clauses beginning with “como.” It can also be observed that “como se” is in itself a conventionalized construction, selecting, necessarily, verbs in the subjunctive mood.

**KEYWORDS:** Functionalism. Comparative constructions. Argumentation. Modalization.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEREDO, J. C. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 2ª. ed., São Paulo: Publifolha, 2008.
- BYBEE, J. Mechanisms of change in grammaticization: the role of frequency. In: Joseph, Brian D. and Richard D. Janda (eds). *The Handbook of Historical Linguistics*. Blackwell Publishing, 2003.
- CASSEB-GALVÃO, V. C. De predicação matriz a operador evidencial. A gramaticalização de *diz que*. *Veredas*, vol. 8, no. 2. pp. 163-181, jan/dez 2004.

- CROFT W. *Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- CROFT, W. Language structure in its human context: new directions for the language sciences in the twenty-first century, ed. Patrick Hogan, 1-11. *Cambridge Encyclopedia of the Language Sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- CROFT, W. Connecting frames and constructions: a case study of ‘eat’ and ‘feed’. *Constructions and frames*, vol. 1. n. 1, pp. 7-28, June 2009.
- FERREIRA, L. A. *Leitura e persuasão: princípios de análise retórica*. São Paulo, Ed. Contexto, 2010.
- FILLMORE, C. J. Frame semantics. In: Linguistic society of Korea (org). *Linguistics in the morning calm*. Seoul: Hanshin, p. 111-138, 1982.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; COSTA, M. A.; CEZARIO, M. M. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: Furtado da Cunha, M. A.; Oliveira, M. R.; Martelotta, M. E. (orgs.) *Linguística Funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- HEINE, B., CLAUDI, U.; HUNNEMEYER, F. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- HEINE, B.; KUTEVA, T. *The genesis of grammar: a reconstruction*. Oxford: Oxford University Press. 2007.
- KOCH, I. G. V. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 2009.
- LUCENA, I. L. A expressão da evidencialidade: uma análise do discurso político. *Estudos Linguísticos*, n.37, pp. 93-102, jan/abril 2008.
- NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. Editora Unesp, 2000.
- NEVES, M. H. M. *Texto e gramática*. Editora Contexto, 2010.
- NEVES, M. H. M.; HATTNER, M. M. D. Construções comparativas. In: Abaurre, M. B. M.; Rodrigues, A. C. S. (orgs.) *Gramática do português falado*, vol. VIII. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- OLIVEIRA, M. R.; VOTRE, S. A trajetória das concepções de discurso e de gramática na perspectiva funcionalista. *Matraga*, vol. 16, no. 24, pp. 97-114, jan/jun 2009.
- PAULIUKONIS, M. A. L. Comparação e argumentação: duas noções complementares. In: SANTOS, L. W. (org.) *Discurso, coesão, argumentação*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996.
- RODRIGUES, V. V. *Para uma nova tipologia das construções comparativas em português*. Disponível em <http://www.filologia.org.br/vicnlf/resumo-ex.html> Acesso em 17/10/2009.
- TRAUGOTT, E. C. Grammaticalization, constructions and the incremental development of language: Suggestions from the development of Degree Modifiers in English. In: Eckardt, R., Jäger, G.; Veenstra, T., eds. *Variation, selection, development--probing the evolutionary model of language change*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2008:219-250.
- TRAUGOTT, E.C.; DASHER, R. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- VILELA, M. A. Cena da acção linguística e a perspectivação por DIZER e FALAR. *Revista da Faculdade de Letras Línguas e Literaturas*. Porto, XI, pp.67-68, 1994.
- VOTRE, S.; BARTIRA, B.; OLIVEIRA, I.; ROSA, A. B. A. Morfossintaxe arcaica e contemporânea. Mimeo, 2009.

## Uma proposta de análise fonológica para o Wauja (Arawak)

Adriana Viana POSTIGO<sup>51</sup>

**RESUMO:** Este trabalho apresenta uma análise dos aspectos fonológicos da língua wauja, pertencente à família linguística arawak (AIKHENVALD, 1999). O povo wauja vive na aldeia Piyulaga, no Alto Xingu, no Parque Indígena do Xingu, no Estado de Mato Grosso. Estima-se que vivam aproximadamente 410 indivíduos (ISA, 2006), sendo o Wauja a língua materna de todos. Os dados foram coletados por meio de pesquisa de campo (janeiro/2011), com a aplicação de questionários elaborados com base em Samarin (1967) e Kibrik (1977). O Wauja ainda não possui descrição gramatical ampla, embora existam estudos sobre alguns aspectos gramaticais da língua. Então, na análise fonológica adotamos, primeiramente, os procedimentos propostos por Pike (1947). Embora esse procedimento não seja considerado o melhor existente, devemos salientar que tal prática é relevante para uma primeira visão sobre o *corpus*. A partir da análise dos dados, formalizamos: (i) os inventários fonológicos para os segmentos consonantais e vocálicos; (ii) a ocorrência das aproximantes /w/ e /j/, (iii) os processos de africacão e palatalização, exemplificados com o pronome {pi-} ‘2sg.POSS’ (segunda pessoa do singular possessiva). Por fim, esperamos que a realização desse trabalho possa contribuir para os estudos fonológicos das línguas da família arawak, principalmente no Brasil, com a língua wauja.

**PALAVRAS-CHAVE:** Línguas Indígenas; Fonologia; Wauja.

### Introdução

Estimado em aproximadamente 410 pessoas (ISA, 2006), o povo wauja vive na aldeia Piyulaga, situada às margens da lagoa Piyulaga, que deu origem ao nome da aldeia, próxima ao rio Batovi, no Alto Xingu, Parque Indígena do Xingu, no Estado de Mato Grosso. Há, também, as aldeias Aruak e Lupuene, que ainda não foram reconhecidas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Essas aldeias são extremamente pequenas e constituídas por apenas algumas famílias, sem dados estatísticos até o momento.

O povo wauja, à diferença de outros povos indígenas do Brasil, mantém vivo o uso da sua língua materna, o Wauja. No cotidiano, toda a população utiliza a língua wauja para comunicar-se. Em geral, mulheres e idosos não falam Português. O Português é utilizado apenas no contexto escolar e falado por algumas pessoas que frequentam as cidades, tais como os representantes da FUNASA e da Associação Indígena Wauja, em Canarana-MT.

A riqueza de cultura material dos Wauja é imensa. São conhecidos pela beleza de sua arte cerâmica, grafismos em cestos, arte plumária e máscaras rituais. Além disso, possuem uma mito-cosmologia complexa e fascinante, na qual os animais, humanos e extra-humanos possuem vínculos que permeiam a concepção de mundo e as práticas de xamanismo.

Os casamentos são, geralmente, entre os wauja. Porém, há alguns homens que trouxeram mulheres de outras etnias, como: Mehinako, Trumai, Kuikuro e Yawalapiti. Isso não significa, contudo, que essas línguas sejam faladas na aldeia. A língua de maior prestígio é, sem dúvida, o Wauja. As crianças aprendem o Português apenas na escola (por volta dos 9 anos) ou no contato com não-índios no Posto Leonardo ou nas cidades mais próximas (geralmente, Canarana, Gaúcha do Norte e outras).

Os professores wauja são bilíngues em Wauja/Português, com boa fluência em Português falado, porém ainda possuem dificuldades de escrita e leitura portuguesas. O interesse dos professores em aprender cada vez mais o Português consiste justamente em ensinar a língua para as crianças e fazer cursos de capacitação no Posto Leonardo, na cidade

---

<sup>51</sup> Doutoranda da UNESP/FCLAR – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”/Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. Araraquara-SP, Brasil. CEP: 14.801-200. E-mail: viana.postigo@gmail.com (Bolsista da FAPESP, processo n.2010/03000-3).

de Canarana-MT, ou em outros lugares. A finalidade central desse interesse é sempre trazer novos conhecimentos para a aldeia, principalmente sobre as questões políticas que estão ao seu redor.

De acordo com Aikhenvald (1999, p.66-71) a língua wauja pertence à família Arawak, no grupo Arawak do Sul e Meridional, no subgrupo denominado Paresi-Xingu, juntamente com as línguas Mehinako, Yawalapiti e Kustenu (extinta).

Os materiais linguísticos referentes à língua wauja ainda são limitados, formados basicamente por 4 listas de palavras coletadas por Steinen (1940[1894]), Carvalho (1951), Bridgeman (s.d.) e uma lista do *Intercontinental Dictionary Series* (IDS, s.d.). E, alguns estudos pouco abrangentes, centrados em aspectos específicos da língua, que não apresentam uma visão ampla. Tratam, em geral, de aspectos da fonologia, morfologia nominal e verbal, e da estrutura oracional, elaborados por membros do *Summer Institute of Linguistics* (SIL), tais como: Richards; Jackson (1960), Jackson; Richards (1966), Jackson (1977) Richards (1973, 1977, 1988). Há, ainda, os estudos do linguista Corbera Mori (2003, 2005, 2006, 2008), que atua no Instituto de Estudos da Linguagem, na Universidade Estadual de Campinas (IEL/UNICAMP).

### **Fundamentação teórica**

Por tratar-se de uma proposta de análise fonológica mais ampla para a língua wauja, primeiramente, adotamos os procedimentos propostos por Pike (1947), que se baseiam em uma análise fonêmica, nos moldes da Fonêmica Clássica, mais precisamente uma abordagem taxionômica em item-e-arranjo, com: (i) construção de um inventário fonético, no qual listasse todos os segmentos consonantais e vocálicos, em todos os ambientes de ocorrência; e a (ii) formalização de um inventário fonológico, no qual são estabelecidos os segmentos que compoem o sistema.

Embora esse procedimento não seja considerado o melhor existente, devemos salientar que tal prática é relevante para uma primeira visão sobre o *corpus* da língua em estudo. Além disso, Jackson; Richards (1966) também utilizaram esse método de análise, portanto, utilizar esse procedimento com novos dados, nos dá uma melhor visão comparativa, a ser realizada posteriormente.

Sobre o trabalho de campo, foram aplicados questionários para coleta de dados, elaborados a partir do material existente sobre a língua wauja e seguindo as recomendações dadas por autores como Samarin (1967), Kibrik (1977) e outros.

No que refere à etapa prática, aplicamos os questionários de coleta sistemática junto aos falantes nativos, com transcrição e tradução ainda em campo, em janeiro de 2011. Nosso principal colaborador da pesquisa foi o Sr. Arapawá Waurá, pelo fato de ser bilíngue em Wauja e Português, o que nos permitiu alcançar uma boa qualidade na tradução dos itens elicitados. Além dele, contamos com a colaboração de sua família nas diversas interações durante os dias de permanência na aldeia. É importante dizer que a coleta não utilizou apenas questionários, mas também referências a objetos do cotidiano e diálogos curtos, principalmente na interação com as crianças, jovens, adultos e idosos, pois na aldeia Piyulaga todos falam Wauja. Assim, toda hora era hora de aprender e falar Wauja, seja na caminhada até a roça, ou até a lagoa para o banho, durante as refeições, festas e, ainda, na escola.

### **Interpretação e análise dos dados**

Nessa seção, apresentamos uma descrição fonética dos fones consonantais e vocálicos, para chegarmos, ao final, aos inventários fonológicos da língua wauja. Desse modo,

primeiramente, abordamos os fones e suas ocorrências variáveis e, em seguida, os contrastes idênticos e/ou análogos, responsáveis pela distinção de significados.

## Consoantes

Em Wauja encontramos 24 fones consonantais, que se distinguem por características articulatórias de ponto e modo. Pelos modos de articulação relevantes para o Wauja, as consoantes podem ser: oclusivas (ou plosivas), africadas, fricativas, nasais, lateral, tepe e aproximantes. Por sua vez, as consoantes distinguem-se pelos pontos de articulação: bilabial, alveolar, pós-alveolar, retroflexa, palatal, velar e glotal. Quanto à vibração das pregas vocais, os segmentos consonantais são classificados em vozeados e desvozeados e a articulação secundária em aspirada. A seguir, o inventário fonético dos segmentos consonantais:

	Bilabiais	Alveolares	Pós-alveolares	Retroflexas	Palatais	Velares	Glottais
Oclusivas	p	t				k	ʔ
	p <sup>h</sup>	t <sup>h</sup>				k <sup>h</sup>	
	b						
Africadas		ts	tʃ				
Fricativas	β	s		ʂ			h
		z		ʐ			
Nasais	m	n			ɲ		
Lateral		l					
Tepe		r					
Aproximantes	w				j	ɣ	

Quadro 1: Inventário fonético das consoantes em Wauja

Para analisar os segmentos fonéticos e estabelecer os segmentos fonológicos da língua wauja, observamos, primeiramente, os elementos que constituem pares idênticos ou análogos. Em Wauja, no entanto, foram encontrados raros pares mínimos (01 a 04) e apenas alguns pares análogos (05 a 07) expostos a seguir:

- (1) [p] e [m]: possuem contraste em ambientes idênticos. Logo, temos os fonemas /p/ e /m/.  
 [pa'**pa**] 'pai' vs [ma'**ma**] 'mãe'  
 [ma'**pa**] 'mel (geral)' vs [ma'**ma**] 'mãe'
- (2) [n] e [m]: possuem contraste em ambientes idênticos. Logo, temos os fonemas /n/ e /m/.  
 [je'te**ne**] 'seu remo' vs [je'te**me**] 'escoltar'  
 [ma'**na**] 'mel (mandaguari)' vs [ma'**ma**] 'mãe'  
 [i'tʃ**ana**] 'feitiço' vs [i'tʃ**ama**] 'amargo'
- (3) [m] e [w]: possuem contraste em ambiente idêntico. Logo, temos os fonemas /w/ e /m/.  
 [j**uma**] 'pirarara (peixe)' vs [j**uwa**] 'aranha negra'
- (4) [t] e [k]: possuem contraste em ambiente idêntico. Logo, temos os fonemas /t/ e /k/.  
 [a't**a**] 'árvore' vs [a'k**a**] 'nossa armadilha'

- (5) [ts]<sup>52</sup> e [tʃ]<sup>53</sup>: possuem contraste em ambiente análogo. Logo, temos os fonemas /ts/ e /tʃ/.  
[maj'kitsi] 'grão de milho' vs [maj'kitʃe] 'socado de milho'
- (6) [t] e [n]: possuem contraste em ambiente análogo. Logo, temos os fonemas /t/ e /n/.  
[a:kata] 'mencionar' vs [a:kuna] 'gavião- tesoura'
- (7) [h] e [k]: possuem contraste em ambiente análogo. Logo, temos os fonemas /h/ e /k/.  
[heze] 'bijuzeira' vs [kezi] 'lua'

A partir dos pares idênticos e análogos pudemos postular o *status* fonológico apenas dos seguintes segmentos: /p/, /t/, /k/, /h/, /ts/, /tʃ/, /m/, /n/, /w/.

Na próxima seção, apresentamos os fones e suas ocorrências encontradas em nossos dados. E, quando possível, apresentamos a distribuição das consoantes em relação às vogais, para determinar com maior fidelidade os segmentos fonológicos da língua wauja.

### Distribuição das consoantes

Nesta seção, apresentamos alguns fonemas e seus alofones, encontrados em nossos dados, para estabelecer algumas considerações sobre os mesmos.

Os fones oclusivos bilabiais desvozeado [p], aspirado desvozeado [p<sup>h</sup>] e vozeado [b] variam livremente, em outras palavras, essas ocorrências não causam distinção, o que nos permite dizer que trata-se de apenas um fonema /p/ com três realizações fonéticas possíveis, que ocorrem com todas as vogais. Exemplos:

- (8) /p/ [p] ~ [p<sup>h</sup>] ~ [b]
- |                          |   |                          |   |            |                  |
|--------------------------|---|--------------------------|---|------------|------------------|
| [ata'p <sup>h</sup> ana] | ~ | [ata'p <sup>h</sup> ana] | ~ | [ata'bana] | 'folha'          |
| [u'lepe]                 | ~ | [u'lep <sup>h</sup> e]   | ~ | [u'lebe]   | 'beiju'          |
| [pi:sulu]                | ~ | [p <sup>h</sup> i:sulu]  | ~ | [bi:sulu]  | 'jogo'           |
| [pi'kizi]                | ~ | [p <sup>h</sup> i'kizi]  | ~ | [bi'kizi]  | 'cutia'          |
| [pu'lāma]                | ~ | [p <sup>h</sup> u'lāma]  | ~ | [bu'lāma]  | 'traíra (peixe)' |

Os fones oclusivos alveolares desvozeado [t] e aspirado desvozeado [t<sup>h</sup>] apresentam variação livre e ocorrem com todas as vogais. Desse modo, o fone aspirado pode ser considerado como variante, ou alofone, do fonema /t/. Exemplos:

- (9) /t/ [t] ~ [t<sup>h</sup>]
- |                      |   |                       |                |
|----------------------|---|-----------------------|----------------|
| [ata]                | ~ | [at <sup>h</sup> a]   | 'árvore'       |
| [t <sup>h</sup> eme] | ~ | [t <sup>h</sup> eme]  | 'tème'         |
| [ti'wi]              | ~ | [ti <sup>h</sup> wi]  | 'cabeça'       |
| [titi]               | ~ | [ti <sup>h</sup> iti] | 'tipo de cipó' |
| [tu'api]             | ~ | [tu <sup>h</sup> api] | 'mandioca'     |

<sup>52</sup> Além do fone africado alveolar desvozeado [ts] possuir status fonológico é, também, resultado do processo de africacão que ocorre com o segmento [t], quando este recebe prefixos terminados por vogal anterior alta /i/. Exemplos com o prefixo {pi-} '2sg.POSS' (segunda pessoa do singular possessiva): [tuluna'kuj] 'ouvido' e [pitsulu'naku] 'seu ouvido' (Ver seção: "Processos morfofonológicos").

<sup>53</sup> A consoante africada pós-alveolar desvozeada [tʃ] também ocorre como resultado do processo de africacão das consoantes /p/ e /k/, quando estas recebem prefixos terminados por vogal anterior alta /i/. Exemplos com o prefixo {pi-} '2sg.POSS': [katikitsi] 'canela' e [pitʃatikitsi] 'sua canela'; [pu'ti] 'coxa' e [pitʃuti] 'sua coxa' (Ver seção: "Processos morfofonológicos").

Os fones oclusivos velares desvozeado [k] e o aspirado desvozeado [k<sup>h</sup>] também apresentam variação livre e ocorrem com todas as vogais. Desse modo, o fone aspirado pode ser considerado como variante, ou alofone, do segmento /k/. Exemplos:

- (10) /k/ [k] ~ [k<sup>h</sup>]  
           [ja'ka] ~ [ja'k<sup>h</sup>a] 'jacaré'  
           ['kezi] ~ ['k<sup>h</sup>ezi] 'lua'  
           [kitsa'paj] ~ [k<sup>h</sup>itsa'paj] 'pé de alguém'  
           ['kizi] ~ ['k<sup>h</sup>izi] 'tucano'  
           [ku'pati] ~ [k<sup>h</sup>u'pati] 'peixe'

A oclusiva glotal desvozeada [ʔ] ocorre apenas nas posições inicial e final de palavra seguida de pausa/silêncio, contígua a vogais ou aproximantes; nos demais contextos não ocorre. Logo, não temos evidências para afirmar o *status* fonológico desse segmento. Exemplos:

- (11) [ʔ] [ja'kaʔ] 'jacaré'  
           [ʔata] 'árvore'  
           [ma'kujʔ] 'óleo'

Os fones fricativos alveolares desvozeado [s] e vozeado [z] variam livremente em posição medial de palavra (12b). Em início de palavra temos apenas a ocorrência de [s] (12a). Vale dizer que tanto [s] quanto [z] ocorrem com todas as vogais, porém, fonologicamente, temos apenas o fonema /s/. Exemplos:

- (12a) /s/ [s]  
           [sa'kalu] 'papagaio'  
           [se'pi] 'banco'  
           [sĩ'pãlu] 'gavião pequeno'  
           [sĩ'kuti] 'periquito'  
           [su'la] 'lagartixa'
- (12b) /s/ [s] ~ [z]  
           [i'siŋa] ~ [i'ziŋa] 'vento'  
           [a'musa] ~ [a'muza] 'sobrar'

Os fones fricativos pós-alveolar retroflexo desvozeado [ʂ] e vozeado [ʐ] apresentam o mesmo comportamento de [s] e [z], ou seja, variam livremente apenas em posição medial (13b). Portanto, em início de palavra temos apenas a ocorrência [ʐ] (13a). É importante dizer que ambos [ʂ] e [ʐ] não ocorrem diante de vogal anterior alta [i]. Nesse caso, postula-se fonologicamente apenas o segmento /ʐ/. Exemplos:

- (13a) /ʐ/ [ʐ]  
           [ʐata'naku] 'telhado'  
           [ʐa:'paj] 'pergunta'
- (13b) /ʐ/ [ʐ] ~ [ʂ]  
           [aʐata'pa] ~ [aʂata'pa] 'raíz'  
           [ku'ʐama] ~ [ku'ʂama] 'kará vermelho (tipo de peixe)'  
           [tutu'ʐeme] ~ [tutu'ʂeme] 'tipo de cobra venenosa'  
           ['kizi] ~ ['kiʂi] 'tucano'  
           [ma'ʐupa] ~ [ma'ʂupa] 'gilete'



A fricativa velar vozeada [ɣ] não apresenta variação, ou alofone, e também não ocorre com as vogais anterior alta [i] e posterior alta [u]. Em nossos dados, não há como postular a existência do fonema /ɣ/ com um par mínimo ou par análogo, mas há como postulá-lo em ambiente análogo. Logo, tanto [ɣ] quanto [k] ocorrem em início de sílaba medial tônica, contíguas à vogal [a]; por sua vez, tanto [ɣ] quanto [k] ocorrem em início de sílaba medial tônica, contíguas à vogal [i]. Assim, postulamos o fonema /ɣ/ a partir de ambiente análogo:

- (14) /ɣ/ [ɣ] e [k]: possuem contraste em ambiente análogo. Logo, /ɣ/ é fonema.
- |           |                  |    |           |          |
|-----------|------------------|----|-----------|----------|
| [a'ɣama]  | ‘veado de campo’ | vs | [ja'ka]   | ‘jacaré’ |
| [uni'ɣiu] | ‘esta água’      | vs | [pɪ'kizɪ] | ‘cutia’  |

A aproximante palatal [j] ocorre com todas as vogais (15a) e varia com o fone nasal palatal [ɲ] quando seguida de vogal nasal baixa [ã] (15b). Conclui-se, então, que [ɲ] é alofone de /j/. Exemplos:

- (15a) /j/ [j]
- |           |                             |
|-----------|-----------------------------|
| [ja'ka]   | ‘jacaré’                    |
| [je'tula] | ‘mangaba’                   |
| [ju'lama] | ‘piranha’                   |
| [jiw]     | ‘vá embora (imperativo)’    |
| [ji'witu] | ‘neta de vocês (exclusivo)’ |

- (15b) /j/ [ɲ] ~ [j]
- |            |   |            |               |
|------------|---|------------|---------------|
| [i'ɲãw]    | ~ | [i'jãw]    | ‘pessoa’      |
| [a'miɲã]   | ~ | [a'mijã]   | ‘não mexe’    |
| [ãw'tsãɲã] | ~ | [ãw'tsãjã] | ‘hoje, agora’ |

Os fones alveolares lateral [l] e tepe [ɾ] não apresentaram variações e ambos não ocorreram com a vogal central baixa [ɪ]. Embora não tenham sido encontrados em contraste com pares idênticos ou análogos, o *status* fonológico pôde ser verificado por meio do ambiente análogo. Em nossos dados tais fones ocorreram com muita frequência em sílabas átonas e nas posições medial e final de palavra. Assim, podemos dizer que /l/ e /ɾ/ são fonemas. Exemplos:

- (16) [l] e [ɾ]: possuem contraste em ambiente análogo. Logo, /l/ e /ɾ/ são fonemas
- |              |                      |    |               |            |
|--------------|----------------------|----|---------------|------------|
| [i'u'tala]   | ‘onça marrom’        | vs | [tã'kuara]    | ‘flauta’   |
| [makulepeti] | ‘barqueiro’          | vs | [kuweɾetete]  | ‘pica-pau’ |
| [pi'sulu]    | ‘grilo’              | vs | [kuɾu'wãw]    | ‘gato’     |
| [li:ma]      | ‘lima’ <sup>54</sup> | vs | [ahuri'ritʃa] | ‘espremer’ |

A aproximante bilabial [w] varia livremente com a fricativa bilabial [β]. Ambas não ocorrem com a vogal posterior alta [u]. Assim, postulamos o fonema /w/, sendo [β] seu alofone. Exemplos:

- (17) /w/ [w] ~ [β]
- |           |   |           |                     |
|-----------|---|-----------|---------------------|
| [wa'kula] | ~ | [βa'kula] | ‘pirão’             |
| [wene]    | ~ | [βene]    | ‘rio’               |
| [i'tfuwi] | ~ | [i'tfuβi] | ‘caramujo listrado’ |
| [wi'ka]   | ~ | [βi'ka]   | ‘torrar beiju’      |

<sup>54</sup> A ocorrência da lateral [l] diante de vogal anterior alta [i] só ocorreu nos empréstimos referentes à ‘lima’, em Português.

Para resumir as ocorrências entre as consoantes e vogais, apresentamos um quadro com a distribuição entre os segmentos.

	[a]	[e]	[i]	[ɨ]	[u]
[p]	pa	pe	pi	pɨ	pu
[p <sup>h</sup> ]	p <sup>h</sup> a	p <sup>h</sup> e	p <sup>h</sup> i	p <sup>h</sup> ɨ	p <sup>h</sup> u
[b]	ba	be	bi	bɨ	bu
[t]	ta	te	ti	tɨ	tu
[t <sup>h</sup> ]	t <sup>h</sup> a	t <sup>h</sup> e	t <sup>h</sup> i	t <sup>h</sup> ɨ	t <sup>h</sup> u
[k]	ka	ke	ki	kɨ	ku
[k <sup>h</sup> ]	k <sup>h</sup> a	k <sup>h</sup> e	k <sup>h</sup> i	k <sup>h</sup> ɨ	k <sup>h</sup> u
[ɣ]	ɣa	ɣe	ɣi	ɣɨ	*ɣu
[s]	sa	se	si	sɨ	su
[z]	za	ze	zi	zɨ	zu
[ʃ]	ʃa	ʃe	*ʃi	ʃɨ	ʃu
[ʒ]	ʒa	ʒe	*ʒi	ʒɨ	ʒu
[h]	ha	he	*hi	hɨ	hu
[m]	ma	me	mi	mɨ	mu
[n]	na	ne	ni	nɨ	nu
[ɲ]	ɲa	*ɲe	*ɲi	*ɲɨ	*ɲu
[ts]	tʃa	tʃe	tʃi	tʃɨ	tʃu
[tʃ]	tʃa	tʃe	*tʃi	*tʃɨ	tʃu
[l]	la	le	li	*li	lu
[r]	ra	re	ri	*ri	ru
[w]	wa	we	wi	wɨ	*wu
[β]	βa	βe	βi	βɨ	*βu
[j]	ja	je	ji	jɨ	ju

Quadro 2: Distribuição entre vogais e consoantes<sup>55</sup>

Como podemos observar no quadro exposto, as consoantes [ʃ], [ʒ], [h], [ɲ] e [tʃ] não ocorrem com a vogal anterior alta [i]; as consoantes [ɲ], [tʃ], [l] e [r] não ocorrem com a vogal central alta [ɨ]; as consoantes [ɣ], [ɲ], [w] e [β] não ocorrem com a vogal posterior alta [u]; e por fim, a consoante [ɲ] não ocorre com a vogal anterior média-baixa [e]. Por esta pesquisa encontrar-se ainda em andamento, posteriormente, essas afirmações poderão ser retomadas ou não.

A partir das descrições apresentadas, postulamos o seguinte inventário fonológico para as 14 consoantes da língua wauja:

Obstruintes	[-cont]	[-voz]	p	t	ts	tʃ	k	
	[+cont]	[-voz]		s				
		[+voz]		ʒ				ɣ
Soantes	nasais		m	n				
	não-nasais		w	l	r	j		

Quadro 3: Inventário fonológico das consoantes em Wauja

<sup>55</sup> As ocorrências que não foram encontradas em nosso *corpus* (ou que são impossíveis na língua) estão transcritas com asterisco (\*) e os respectivos espaços estão sombreados. Em análises posteriores, estas marcas podem sofrer alterações, pois a pesquisa encontra-se em andamento.

No inventário fonológico proposto para a língua wauja, as obstruintes opõem-se pelos traços de continuidade [cont] e vozeamento [voz], enquanto as soantes, apenas pela nasalidade, pois todas são vozeadas. Portanto, em Wauja, pudemos atestar para o *status* fonológico das seguintes consoantes: /p/, /t/, /ts/, /tʃ/, /k/, /s/, /z/, /y/, /m/, /n/, /w/, /l/, /r/, /j/.

## Vogais

Na língua wauja encontramos 22 fones vocálicos (divididos em orais, nasais e longos), distintos pelos pontos de articulação: anterior, central e posterior. Ainda, segundo à altura, os fones distinguem-se pelos traços: alto, médio (aberto, fechado) e baixo.

		anterior	central	posterior
alta		i i: ɪ	ɨi:	u ũ u: ʊ
média	fechada	e ĕ e:	ə	
	aberta	ɛ ĕɛ:	ɐ	
baixa			a ã a:	

Quadro 4: Inventário fonético das vogais em Wauja

Primeiramente, apresentaremos uma descrição para as vogais orais, em seguida para as vogais nasais e, por fim, para as vogais longas.

Da mesma maneira que as consoantes, as vogais orais também apresentam raros pares mínimos e análogos, exemplificados adiante:

- (18) [i] e [u]: possuem contraste em ambiente idêntico  
 ['u**pi**] 'pato' vs ['u**pu**] 'macuco'
- (19) [i] e [u]: possuem contraste em ambiente idêntico  
 ['i**ti**] 'semente' vs ['i**tu**] 'dele/dela'
- (20) [a] e [i]: possuem contraste em ambiente análogo  
 ['a**ta**] 'árvore' vs ['i**ti**] 'semente'
- (21) [e] e [i]: possuem contraste em ambiente análogo  
 ['te**te**] 'irmã mais velha' vs ['tu**ti**] 'bengala'

A partir da análise por meio dos contrastes em ambiente idêntico e/ou análogo pudemos atestar para o *status* fonológico de cinco vogais orais em Wauja, são elas: /a/, /e/, /i/, /ɨ/, /u/. A seguir, apresentamos a distribuição e ocorrência dos segmentos vocálicos e seus alofones.

## Distribuição das vogais

A vogal central baixa [a] varia apenas com a central média aberta [ɐ] em sílabas átonas (22b), ocorrendo com todas as consoantes do sistema. Em posição tônica, temos apenas a ocorrência da vogal central baixa [a] (22a). Assim, postula-se o fonema /a/, sendo [ɐ] o seu alofone. Exemplos:

- (22a) /a/ [a]  
 ['k**a**pi] 'quati'  
 [ku'**a**] 'carrapato'  
 ['w**a**lu] 'caramujo branco'

- (22b) /a/ [a] ~ [ɐ]  
 [u'puta] ~ [u'putɐ] 'dar/entregar'  
 ['kuta] ~ ['kutɐ] 'saúva-icá'  
 [ta'kuta] ~ [tɐ'kutɐ] 'achar'

A vogal média fechada [e] varia livremente com a vogal média aberta [ɛ], ambas ocorrendo tanto em posição tônica quanto átona nas palavras em Wauja (em 23a). Porém, diante da aproximante palatal [j], temos a ocorrência apenas da vogal média fechada [e], formando ditongos [ej] ao invés de [ɛj] (em 23b). Em outras palavras, os fones [ɛ] e [e] ocorrem tanto em variação livre quanto em distribuição complementar, dependendo do ambiente. Logo, pode-se postular o fonema /e/, sendo [ɛ] seu alofone. Exemplos:

- (23a) /e/ [e] ~ [ɛ]  
 [e'mu] ~ [ɛ'mu] 'pão de milho'  
 [e'pi] ~ [ɛ'pi] 'machado'  
 ['tɛmɛ] ~ ['tɛmɛ] 'anta'  
 [nɛ:'tsej] ~ [nɛ:'tsej] 'colar'

- (23b) /ej/ [ej]  
 [i'tsej] 'fogo'  
 [u'lej] 'mandioca'

A vogal anterior alta [i] possui apenas a variante [ɪ] (24b), que ocorre em variação livre em sílabas átonas, ambas não ocorrendo com as consoantes [z], [h], [ɲ] e [tʃ]. Em sílabas tônicas, temos apenas a ocorrência de [i] (24a). Portanto, pode-se postular o fonema /i/, sendo [ɪ] seu alofone. Exemplos:

- (24a) /i/ [i]  
 [ma'pi] 'pena'  
 ['pitsu] 'você'  
 [tu'ti] 'bengala'
- (24b) /i/ [i] ~ [ɪ]  
 [te'mepi] ~ [te'mepɪ] 'jibóia'  
 [i'tʃuwi] ~ [ɪ'tʃuwi] 'caramujo listrado'  
 [kulupi'jene] ~ [kɪlupi'jene] 'desenho de losangos'

A vogal central alta [ɨ] varia livremente com a vogal central média fechada [ə] apenas em sílabas átonas (25b), não ocorrendo com as consoantes [ɲ], [tʃ], [l] e [r]. Em sílabas tônicas, temos apenas [i] (25a). Logo, pode-se postular o fonema /ɨ/, sendo [ə] seu alofone. Exemplos:

- (25a) /ɨ/ [i]  
 ['itu] 'dele(a)'  
 [aw'pi] 'grande'  
 ['iwtə] 'chifres'
- (25b) /ɨ/ [i] ~ [ə]  
 [a'tati] ~ [a'tatə] 'vara'  
 [i'mapi] ~ [ə'mapə] 'penas dele(a)'  
 [ti'pepe] ~ [tə'pepe] 'barro vermelho'

(26a)	/u/	[u]		
		[a'tu]		'avô'
		[huka]		'tecer'
		[i'tʃuwi]		'caramujo listrado'
(26b)	/u/	[u] ~ [ʊ]		
		[awtu] ~ [awtu]		'caetitu'
		[titu] ~ [titu]		'planta medicinal'
		[ku'pati] ~ [ku'pati]		'peixe'

## Vogais nasais

A nasalidade leve é apenas fonética, pois toda vogal se nasaliza ligeiramente quando está contígua a uma consoante nasal. Exemplos:

- |      |     |          |         |
|------|-----|----------|---------|
| (27) | [ã] | [ã'nã]   | 'pilão' |
|      |     | [mãku'i] | 'óleo'  |
| (28) | [ũ] | [nũtai]  | 'corda' |
| (29) | [ĩ] | [ũĩ]     | 'água'  |

Por sua vez, as vogais nasais (pesadas) possuem *status* fonológico, pois contrastam com as vogais orais, sendo necessário postular, portanto, cinco vogais orais /a/, /e/, /i/, /ɜ/, /u/ e as cinco vogais nasais /ã/, /ẽ/, /ĩ/, /ɜ̃/, /ũ/. A seguir, os exemplos de contraste em ambiente análogo encontrados em nossos dados:

- (30)
- |             |             |    |              |                   |
|-------------|-------------|----|--------------|-------------------|
| [enizə'tãj] | 'rapaz'     | vs | [jamuku'taj] | 'criança'         |
| [ẽ:pi]      | 'cogumelo'  | vs | [pe:si]      | 'pão de milho'    |
| [ĩtsuku]    | 'pássaro'   | vs | [ĩtʃuti]     | 'ovos de tracajá' |
| [ĩ:'taj]    | 'arco'      | vs | [ĩ'taj]      | 'festa'           |
| [ũ:taj]     | 'lagartixa' | vs | [hu:kapaj]   | 'derramar'        |

Além das vogais orais e nasais, encontramos ainda as vogais longas, porém nem todas possuem contraste em ambiente idêntico e/ou análogo. A seguir, apresentamos os contrastes encontrados em nosso *corpus*.

- (31) [i:] e [i]: possuem contraste em ambiente idêntico  
[wi:tʃa] ‘assovio’ vs [wiʔʃa] ‘baixo’
- (32) [i:] e [i]: possuem contraste em ambiente idêntico  
[wi:ka] ‘assovio de pessoa’ vs [wiʔka] ‘torrar beiju’

Embora haja poucos contrastes em ambiente idêntico (ou análogo), é importante dizer que, assim como as vogais orais, as vogais longas ocorrem com todas as consoantes do sistema e há, ainda, vogais nasais longas, que ocorrem tanto em sílabas tônicas quanto átonas. Abaixo, seguem alguns exemplos:

- (33) [a:]      ['a:ɣa]      ‘perguntar’  
               [a:'kuma]      ‘gavião-tesoura’  
               [ɣana:'ti]      ‘lápis’
- (34) [e:]      ['me:ke]      ‘cobra coral texana’  
               [je:'tulã]      ‘bola’  
               [we:ke]      ‘grande’
- (35) [i:]      ['wi:tʃa]      ‘assovio’  
               [pi:'sulu]      ‘grilo’  
               [ki:ru]      ‘cabaça’
- (36) [i:]      [hi:'ka]      ‘pajelança’  
               [wi:'ka]      ‘assovio de pessoa’
- (37) [u:]      [ku:'pã]      ‘assar com fumaça’  
               [hu:ka'paj]      ‘derramar’

A partir das descrições apresentadas, podemos postular o *status* fonológico para as vogais orais /a/, /e/, /i/, /ĩ/, /u/, vogais nasais /ã/, /ẽ/, /ĩ/, /ũ/ e vogais longas /a:/, /e:/, /i:/, /ĩ:/, /u:/, conforme o seguinte inventário fonológico:

	anterior			central			posterior		
	oral	nasal	longa	oral	nasal	longa	oral	nasal	longa
alta	i	ĩ	i:	ĩ	ĩ	ĩ:	u	ũ	u:
média	e	ẽ	e:						
baixa				a	ã	a:			

Quadro 5: Inventário fonológico das vogais em Wauja

Outra alternativa de interpretação para as vogais é reconhecer a existência de um autossegmento nasal flutuante que, não sendo licenciado para se manifestar como consoante plena em posição de coda silábica (pois em Wauja o padrão silábico é CV), espalha o traço nasal sobre o núcleo da sílaba, ou seja, sobre as vogais orais. Por esta interpretação, excluiríamos do inventário fonológico as vogais nasais.

No que se refere às vogais longas, outra hipótese de interpretação é considerar as realizações fonéticas [V:] como duas vogais idênticas [VV], que pertencem a sílabas distintas, sem o preenchimento da posição de ataque da segunda sílaba /CV.V/, ou seja, a separação silábica de palavras como [a:'kuma] ‘gavião-tesoura’ poderia ser /a.a.ku.ma/. Então, a partir dessa hipótese poderíamos excluir todas as vogais longas do inventário fonológico, permanecendo apenas com as vogais orais, conforme o seguinte quadro:

	anterior	central	posterior
alta	i	ɨ	u
média	e		
baixa		a	

Quadro 6: Inventário fonológico alternativo das vogais em Wauja

Nesta proposta de interpretação, excluímos as vogais nasais e longas. Trata-se de inventário fonológico mais abstrato e com uma maior generalização. Assim, portanto, podemos dizer que temos, em Wauja, as vogais orais representadas fonologicamente: /a/, /e/, /i/, /ɨ/, /u/, distintas pelos traços de ponto de articulação [anterior], [central], [posterior] e graus de abertura que se distinguem em [alta], [média] e [baixa], sendo as vogais longas e nasais manifestações fonéticas das vogais orais.

### A Sílabas e as aproximantes

A partir do inventário fonológico proposto para as consoantes e vogais, apresentamos uma análise para os padrões silábicos V e CV que se realizam na língua wauja.

A sílaba fonológica em Wauja possui um núcleo constituído por um segmento vocálico (V) obrigatório e uma posição de ataque opcional, preenchida por uma consoante (C) e não há o preenchimento da posição de coda<sup>56</sup>. Este, portanto, é um padrão universal CV, proposto na classificação de Clements; Keyser (1983). Então, em Wauja, tem-se dois tipos de sílabas fonológicas: CV e V, que podem ser representados pela regra geral (C)V. Exemplos:

- (38)
- |          |             |                                 |
|----------|-------------|---------------------------------|
| v.cv     | [i.tsa]     | ‘canao’                         |
| v.cv     | [i.tʃu]     | ‘tracajá’                       |
| cv.cv.cv | [je'.tu.la] | ‘mangaba’                       |
| cv.cv.cv | [ku'.za.ma] | ‘kará vermelho (tipo de peixe)’ |

No que se refere à distribuição de sílabas nas palavras, em Wauja encontramos raras palavras monossilábicas. Temos apenas duas em nosso *corpus* de dados, são elas: [ʔj] ‘pimenta’ e [taw] ‘metal’ (empréstimo do Português).

Em nossos dados, não encontramos palavras formadas por apenas uma vogal. Notamos que o tipo silábico CV é muito mais produtivo que V, sendo o responsável pela maioria das palavras na língua wauja. Das 14 consoantes que compõem o sistema fonológico da língua, apenas as consoantes [ɣ], [l]<sup>57</sup> e [r] não ocorrem em posição inicial de palavra. As demais consoantes ocorrem nas posições inicial, medial e final das palavras em Wauja.

No que se refere à representação das aproximantes (ou glides), essas sempre apresentam complicações de análise, pois a aproximante palatal [j] possui as mesmas características articulatórias da vogal anterior alta [i], assim como a aproximante bilabial [w] é semelhante à vogal posterior alta [u].

De acordo com Selkirk (1982), a realização desses segmentos deve ser tratada enquanto constituintes da sílaba, na qual a distinção [-cons] é estabelecida em função da estrutura silábica de cada língua, ou seja, se o segmento ocupar a posição de núcleo será interpretado como vogal, se ocupar outra posição (*onset* ou *coda*) será interpretado como consoante.

<sup>56</sup> Os únicos elementos que poderiam ser considerados como coda silábica são as aproximantes /j/ e /w/, porém estas são melhor interpretadas como vogais /i/ e /u/, formando ditongos e recebendo acento, como veremos mais adiante.

<sup>57</sup> Esta consoante ocorreu, nos nossos dados, em início de palavra apenas em empréstimos do Português, são elas: [ʔi:ma] ‘lima’ e [ʔima'tāw] ‘lima grande para motosserra’.

Em Wauja temos a ocorrência de duas aproximantes, são elas: a palatal /j/ e a bilabial /w/. Esses segmentos podem ser interpretados como consoantes que ocorrem em posição de ataque e coda silábica ou, então, como elementos vocálicos que formam, junto a outras vogais, os ditongos (crescentes e decrescentes). A seguir apresentamos um quadro com as sequências formadas por glide-vogal e vogal-glide, encontradas em nosso *corpus* de dados e, em seguida, os respectivos exemplos:

Sequências com glides					
	a	e	i	ɨ	u
j	ja	je	ji	jɨ	ju
	aj	ej	*ij	*iɨ	uj
w	wa	we	wi	wɨ	*wu
	aw	ew	*iw	iɨw	*uw

Quadro 7: Sequências com glides em Wauja

Exemplos com a aproximante palatal [j]:

- (39)
- |       |                |                             |
|-------|----------------|-----------------------------|
| [ja]  | [ja'ka]        | ‘jacaré’                    |
| [aj]  | [anata'paj]    | ‘ele está escrevendo’       |
| [je]  | [je'tula]      | ‘mangaba’                   |
| [ej]  | [kehekele'pej] | ‘é feio’                    |
| [ji]  | [jiw]          | ‘vá embora (imperativo)’    |
| *[ij] | -              | -                           |
| [jɨ]  | [ji'witu]      | ‘neta de vocês (exclusivo)’ |
| *[iɨ] | -              | -                           |
| [ju]  | [ju'lama]      | ‘piranha’                   |
| [uj]  | [numasa'kuj]   | ‘queixo’                    |

Exemplos com a aproximante bilabial [w]:

- (40)
- |       |              |                 |
|-------|--------------|-----------------|
| [wa]  | [wa'kula]    | ‘pirão’         |
| [aw]  | [kamaw'kula] | ‘três’          |
| [we]  | [wene]       | ‘rio’           |
| [ew]  | [mene'kew]   | ‘daqui a pouco’ |
| [wi]  | [wi'tuku]    | ‘vaga-lume’     |
| *[iw] | -            | -               |
| [wɨ]  | [wi'ka]      | ‘torrar beiju’  |
| [iɨw] | [siw'tizu]   | ‘periquito-rei’ |
| *[wu] | -            | -               |
| *[uw] | -            | -               |

Como pode-se observar, em nossos dados não encontramos as sequências vogal-glide \*[ij], \*[ɨj], \*[iw], \*[uw] e glide-vogal [\*wu]. A seguir, apresentamos três interpretações possíveis para os segmentos [j] e [w].

A primeira interpretação é considerar a realização de [j] e [w] como realizações fonéticas de duas vogais que ocorrem em sílabas distintas (v.v e cv.v) e, portanto, representadas fonologicamente como vogais /i/ e /u/. Em termos silábicos, esta análise manteria os padrões V e CV da língua, segmentados como:

- (41a)
- |        |           |         |          |
|--------|-----------|---------|----------|
| v.v.cv | /i.a'.ka/ | [ja'ka] | ‘jacaré’ |
| v.v.cv | /u.e.ne/  | [wene]  | ‘rio’    |



- (41b) cv.cv.cv.**cv.v** /nu.ma.sa.'**ku.i**/ [numasa'kuj] 'meu queixo'  
 cv.cv.**cv.v** /me.ne.'**ke.u**/ [mene'kew] 'daqui a pouco'.

A segunda interpretação é considerar que [j] e [w] são consoantes, que ocorrem em posição de ataque (*onset*) ou coda da sílaba. Em termos silábicos, também manteríamos o padrão silábico CV e acrescentaríamos o padrão silábico CVC (em 47b), segmentados como:

- (42a) cv.cv /ja'.ka/ [ja'ka] 'jacaré'  
 cv.cv /we.ne/ ['wene] 'rio'
- (42b) cv.cv.cv.**cv** /nu.ma.sa.'**kuj**/ [numasa'kuj] 'meu queixo'  
 cv.cv.**cv** /me.ne.'**kew**/ [mene'kew] 'daqui a pouco'.

A terceira interpretação é uma mesclagem das anteriores. Trata-se de considerar [j] e [w] como vogais nas sequências vogal-glide (47b) e como consoantes nas sequências glide-vogal (48a). Em termos silábicos, manteríamos o padrão silábico CV e acrescentaríamos a noção de ditongos decrescentes, responsáveis pelo peso silábico, que atrai o acento nas regras morfofonológicas da língua. Assim, a segmentação fonológica seria:

- (43a) cv.cv /ja'.ka/ [ja'ka] 'jacaré'  
 cv.cv /we.ne/ ['wene] 'rio'
- (43b) cv.cv.cv.**cv** /nu.ma.sa.'**ku-i**/ [numasa'kuj] 'meu queixo'  
 cv.cv.**cv** /me.ne.'**keu**/ [mene'kew] 'daqui a pouco'

Decidir sobre a melhor interpretação não é uma tarefa fácil. Como vimos, trata-se de três perspectivas possíveis. Porém, é necessário escolher uma interpretação que seja mais explicativa em termos linguísticos.

No que se refere ao padrão silábico, apenas a segunda interpretação postula o acréscimo do tipo silábico CVC, que ocorreria apenas com os glides na posição de coda. Porém, isto não é necessário, pois a língua wauja é tipicamente uma língua CV. Já a primeira interpretação parece, a princípio, ser mais adequada, pois iguala as aproximantes às vogais. Entretanto, é importante dizer que as sequências vogal-glide atraem o acento e tal fato deve ser levado em consideração. Outro fato importante é a intuição do falante, que na ortografia utiliza as letras <y> e <w> no início das sílabas (ataque) e as vogais <i> e <u> no fim das sílabas, formando ditongos (sequências vogal-glide). Em sílabas que possuem ditongos, os wauja não acentuam, pois todo ditongo é, por si só, uma sílaba tônica.

Portanto, acreditamos que a terceira interpretação é mais satisfatória, uma vez que podemos manter os padrões silábicos da língua wauja em CV e V e, também, justificar as regras morfofonológicas de atribuição de acento, pois a sílaba licencia duas vogais, tornando a sílaba mais pesada que a anterior. Logo, a representação das aproximantes na ortografia da língua wauja considerou, também, a terceira interpretação, o que torna nossa escolha um trabalho ainda mais complexo e dinâmico, embora saibamos que muitas vezes representamos elementos fonéticos na ortografia.

## Processos morfológicos

Como dito anteriormente, este trabalho trata-se de uma primeira abordagem sobre os aspectos fonológicos da língua wauja, sendo assim sabemos que há muitos processos morfofonológicos a serem discutidos, principalmente em relação ao acento, que será

investigado em trabalhos posteriores. Então, limitamo-nos a apresentar os processos linguísticos mais produtivos, encontrados nesta primeira fase da pesquisa.

A partir dos dados analisados, pudemos identificar processos de palatalização e africacão, que ocorrem na fronteira morfológica. Em nosso *corpus*, palavras iniciadas por /t/, /k/, /n/, /w/ e /p/, quando recebem prefixos terminados por vogal anterior alta /i/, realizam-se, foneticamente, como [ts], [tʃ] e [j]. A seguir, apresentamos as ocorrências encontradas com o prefixo {pi-} ‘2sg.POSS’ (segunda pessoa do singular possessiva).

A palavra *tulu* designa ‘orelha’. Porém, quando recebe o prefixo {pi-} ‘2sg.POSS’ realiza-se como *pitsulū* ‘sua orelha’. Podemos observar, neste caso, que a vogal do prefixo fez com que a primeira consoante da palavra seguinte sofresse africacão, ou seja, /t/ → [ts]. Há, ainda, a ausência da vogal anterior alta /i/<sup>58</sup>, que se realiza foneticamente como [j] e a nasalidade se espalha (à esquerda) para a vogal antecedente /u/. É importante dizer que, com outros prefixos, a palavra ‘orelha’ não sofre africacão como, por exemplo, *utulū* ‘orelha dele’ e *nutulū* ‘minha orelha’, em que há apenas a ausência da vogal anterior alta /i/ e o espalhamento da nasalidade. Outros exemplos deste processo de africacão podem ser observados nos dados que seguem:

- (44a) /**tu**luna'ku-i/ [tu**luna**'kuj] ‘ouvido’ (ouvido-ABS)  
           /pi-**tu**lu'naku/ [pi**tsu**lu'naku] ‘seu ouvido’ (ouvido-2sg.POSS)
- (44b) /**tu**pu'lu-i/ [tu**pu**'luj] ‘calcanhar’ (calcanhar-ABS)  
           /pi-**tu**'pulu/ [pi**tsu**'pulu] ‘seu calcanhar’ (2sg.POSS)
- (44c) /**tu**kuna'ti-i/<sup>59</sup> [tu**kuna**'ti] ‘umbigo’<sup>60</sup> (umbigo-ABS)  
           /pi-**tu**ku'nati/ [pi**tsu**ku'nati] ‘seu umbigo’ (2sg.POSS-umbigo)
- (44d) /**te**'we-i/ [te**'we**j] ‘dentes’ (dentes-ABS)  
           /pi-**te**'we/ [pi**ts'e**'we] ‘seus dentes’ (2sg.POSS-dentes)

A palavra /kanata'paj/ ‘braço’ também passa por um processo de africacão. Quando essa palavra recebe o prefixo {pi-} ‘2sg.POSS’ realiza-se como [pitʃana'tapa] ‘seu braço’, em outras palavras, ocorre africacão da consoante /k/, ou seja, /k/ → [tʃ]. Como nos exemplos anteriores, há, também, a ausência da vogal anterior alta /i/ (cf. nota de rodapé n.7). Outros dados que apresentam esse processo de africacão da consoante /k/ são mostrados a seguir:

- (45a) /**ka**tata'pa-i/ [ka**t**ʃata'paj] ‘panturrilha’<sup>61</sup> (panturrilha-ABS)  
           /pi-**ta**tʃa'tapa/ [pi**tʃ**a'tapa] ‘sua panturrilha’ (2sg.POSS-panturrilha)
- (45b) /**ka**ti'kitsi-i/<sup>62</sup> [ka**ti**'kitsi] ‘canela’<sup>63</sup> (canela-ABS)  
           /pi-**ta**ti'kitsi/ [pi**tʃ**ati'kitsi] ‘sua canela’ (2sg.POSS-canela)

<sup>58</sup> Em relação à esta vogal /i/, há a hipótese de que seja um morfema que indica a ausência de posse desta “parte do corpo”, que em Wauja é sempre alienável (possuída por alguém). A presença deste morfema indica, assim, que trata-se de um marcador ‘absolutivo’, que será representado, por enquanto por ‘ABS’ em nossos dados. Porém, buscaremos em análises futuras, melhores evidências sobre o real papel desempenhado por este morfema.

<sup>59</sup> Neste caso, há fusão entre a última vogal /i/ da palavra e a vogal do morfema /i/ ‘ABS’.

<sup>60</sup> Neste caso, não há a perda da vogal anterior alta /i/, mas uma mudança para a vogal central alta: /i/ → [i]. Porém, como podemos observar, há o deslocamento do acento, que pode, a princípio, evidenciar que se trata de duas vogais anteriores altas, diferente do que ocorre em (51b), em que não há o deslocamento do acento.

<sup>61</sup> Nome científico: *triceps sural*.

<sup>62</sup> Neste caso, há fusão entre a última vogal /i/ da palavra e a vogal do morfema /i/ ‘ABS’.

<sup>63</sup> Neste caso, não há perda da vogal anterior alta /i/, pois esta faz parte da raiz da palavra que designa ‘canela’.

- (45c) /tetu-i/                    [te'tuj]                    'joelho' (joelho-ABS)  
               /pi-'tetu/                [pi'tʃetu]                'seu joelho' (2sg.POSS-joelho)

O último processo de africacão que encontramos foi com a palavra *puti* 'coxa', que quando recebe o prefixo {*pi-*} '2sg.POSS', realiza-se como *pitʃuti* 'sua coxa'. Neste dado, temos a consoante oclusiva bilabial desvozeada /p/ que realiza-se como [tʃ], ou seja, /p/ → [tʃ]. Com os outros prefixos essa alternância não ocorre. Por exemplo: *nuputi* 'minha coxa' e *uʔuti* 'coxa dele'.

O processo de palatalização ocorre em palavras como /numasa'kuj/ 'queixo'. Quando esta recebe o prefixo {*pi-*} '2sg.POSS' realiza-se como [pijuma'saku] 'seu queixo'. Pode-se observar que a consoante nasal alveolar /n/ sofreu processo de palatalização, realizando-se como aproximante palatal [j], ou seja, /n/ → [j]. Além disso, também houve a perda da vogal anterior alta [i] no fim da palavra, como ocorreu nos exemplos anteriores.

Outro caso de palatalização ocorre, ainda, com a aproximante bilabial [w], realizando-se como aproximante palatal [j] em início de palavra e perda da vogal anterior alta [i] no fim da palavra. Em outros termos, temos /w/ → [j], nos seguintes dados:

- (46a) /wa'nã-i/                    [wa'nãj]                    'braço' (braço-ABS)  
               /pi-'wãna/                [pi'jãna]                'seu braço' (2sg.POSS-braço)
- (46b) /wãnjatupu'lu-i/                [wãnjatupu'luj] 'cotovelo' (cotovelo-ABS)  
               /pi-wãnatu'pulu/                [pijãnatu'pulu] 'seu cotovelo' (2sg.POSS-cotovelo)
- (46c) /wãnata'pa-i/                    [wãnata'paj]                    'antebraço'<sup>64</sup> (antebraço-ABS)  
               /pi-wãna'tapa/                [pijãna'tapa]                'seu antebraço' (2sg.POSS-antebraço)

Os processos de africacão e palatalização parecem ter uma ligação com os pronomes da língua wauja. Nas próximas análises, buscaremos sistematizar os processos com os pronomes e outros morfemas da língua, buscando possíveis generalizações. Por enquanto, o que podemos concluir nesta análise preliminar é que há dois processos morfofonológicos importantes: africacão e palatalização.

Em análises posteriores, adotaremos uma abordagem autosegmental para buscar uma melhor representação desses processos na língua wauja, tendo por base a "Geometria de Traços" proposta por Clements; Hume (1995). Por enquanto, podemos dizer que há processos morfofonológicos de assimilação regressiva (ou espraçamento) do traço [coronal], que por sua vez governa os traços [anterior] e [distribuído] na hierarquia e, também, de assimilação do traço [+contínuo] da vogal anterior alta /i/ na fronteira morfológica.

## Considerações finais

Este trabalho teve por objetivo apresentar uma análise dos aspectos fonológicos da língua wauja. Para cumprir com tal objetivo, utilizamos os procedimentos de descoberta propostos por Pike (1947), que resultou nos inventários fonéticos e fonológicos das consoantes e vogais. Assim, em Wauja, podemos atestar para o *status* fonológico de 14 consoantes, são elas: /p/, /ts/, /tʃ/, /k/, /s/ / ʒ /, /ɣ/, /m/, /n/, /w/, /l/, /r/, /j/. E, para o *status* fonológico de cinco vogais, são elas: /a/, /e/, /i/, /ɨ/, /u/.

No que se refere aos padrões silábicos, verificamos que em Wauja os tipos silábicos mais produtivos são CV e V. Este, portanto, é um padrão universal CV, proposto na classificação de Clements; Keyser (1983).

<sup>64</sup> Nome científico: *úmero*

Na análise das aproximantes, apresentamos três hipóteses de interpretação, sendo a terceira a mais satisfatória, pois leva em consideração tanto a manutenção dos padrões silábicos CV V, como também o peso silábico responsável pela regra de atribuição de acento nas sequências vogal-glide.

Por fim, apresentamos os processos morfofonológicos de africacão e palatalização que ocorrem com as consoantes diante do prefixo {pi-} '2sg.POSS'. Em suma, temos: [t] → [ts], [k] → [tʃ], [p] → [tʃ], [n] → [j] e [w] → [j]. Em análises posteriores, adotaremos uma abordagem autosegmental desses processos, tendo por base a "Geometria de Traços" proposta por Clements; Hume (1995).

Sabemos que há muito, ainda, a explorar no que se refere à fonologia do wauja. E, esperamos que este estudo preliminar possa ter contribuído para o conhecimento da língua wauja e, também, para o conhecimento das línguas arawak, principalmente no Brasil.

#### A PROPOSAL PHONOLOGICAL ANALYSIS FOR WAUJA (ARAWAK)

**ABSTRACT:** *The objective aim of this paper is to present an analysis of the phonological aspects of Wauja language, belonging to the Arawak linguistic family (AIKHENVALD, 1999). The Wauja people live in the Piyulaga village in the Alto Xingu, Xingu National Park, in Mato Grosso. It is estimated in approximately 410 live individuals (ISA 2006), all speaking Wauja language. Data were collected through field research (January/2011), with the auxiliary of Wauja collaborators, using questionnaires based on Samarin (1967) and Kibrik (1977). The Wauja does not have any grammatical description, then we take the phonological analysis, first, using the procedures proposed by Pike (1947). Although this procedure is not considered the best existing, we must stress that this practice is relevant to a first insight into the corpus. From the data analysis, we formalized: (i) the phonological inventories for the consonant and vowel segments, (ii) the description the occurrence of the approximants /w/ and /j/, (iii) the africacão and palatalization processes exemplified with the pronoun {pi-} 'second person possessive singular'. Finally, we expect the realization of this work can contribute to phonological studies of Arawak family, mainly in Brazil, with the Wauja language .*

**KEYWORDS:** *Indigenous Languages. Phonology. Wauja.*

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIKHENVALD, A. Y. The Arawak language family. In: DIXON, R. M. W.; AIKHENVALD, A. Y.(eds.). *The Amazonian languages*. Cambridge: Cambridge University Press, p.64-106, 1999.
- BRIDGEMAN, L. *Lista de palavras waurá*. MS, s/d. (Inédito)
- CARVALHO, J. C. M. Relações entre os índios do Xingu e a Fauna Regional. *Publicações avulsas n.7*. Museu Nacional, 1951.
- CLEMENTS, G. N.; HUME, E. The Internal Organization of Speech Sounds. In: John Goldsmith (ed.). *Handbook of Phonological Theory*. Oxford: Basil Blackwell, Oxford, p.245-306, 1995.
- CLEMENTS, G. N.; KEYSER, S. J. CV Phonology. *A generative theory of the syllable*. Cambridge: MIT Press, 1983.
- CORBERA MORI, A. Estrutura silábica e nasalidade em Waurá. *Signótica* 15, vol.2, p.143-152, 2003.
- CORBERA MORI, A. A posse nominal em línguas arawák do sul e arawák central: uma abordagem descritiva. *Estudos lingüísticos*. Campinas-SP, v.34, p.263-268, 2005.
- CORBERA MORI, A. Relações entre grafemas e segmentos nos vocabulários Waurá e Mehináku de Steinen (1866[1940]). *Revista de Estudos da Linguagem*. UESB Bahia, n.3, p.143-157, 2006.

CORBERA MORI, A. Correspondencias entre grafemas y segmentos en los vocabularios Waurá e Mehináku de Steinen (1866[1940]). *Baciyelmo* (Letras. Imágenes. Creación), 2008.

IDS - *Intercontinental Dictionary Series*. Language: Waura. Disponível em: <http://lingweb.eva.mpg.de/ids/>, s/d.

ISA - Instituto Socioambiental. Enciclopédia dos povos indígenas. Wauja. Disponível em: <http://socioambiental.org>, 2006.

JACKSON, E.; RICHARDS, J. *Waurá tentative phonemics statement*. Arquivo Lingüístico n.104. Brasília-DF, SIL, 1966.

JACKSON, E. Discurso processual em Waurá. *Arquivos de Anatomia e Antropologia* 2: 179-197, 1977.

KIBRIK, A. E. *The methodology of field investigations in linguistics: setting up the problem*. Mouton: The Hague-Paris, 1977.

PIKE, K. *Phonemics: a technique for reducing languages to writing*. SIL, 1947.

RICHARDS, J.; JACKSON, E. *Formulário dos vocábulos padrões para estudos comparativos preliminares nas línguas indígenas brasileiras. Língua Waurá*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1960.

RICHARDS, J. Dificuldades na análise da posseção nominal na língua Waurá. *Série Lingüística* 1: 11-29, 1973.

RICHARDS, J. Orações em Waurá. *Série Lingüística*, n. 7, p.141-184, 1977.

RICHARDS, J. A estrutura verbal em Waurá. *Série Lingüística*, n.9, vol.2, p.192-218, 1988.

SAMARIN, W. J. *Field linguistics: a guide to linguistic fieldwork*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1967.

SELKIRK, E. The syllable. In: HULST, H. van der; SMITH, N. *The structure of phonological representations* (part II). Foris, Dordrecht, p.337-383, 1982.

STEINEN, K. Von Den. *Entre os aborígenes do Brasil central*. Trad. Egon Schaden. São Paulo: Departamento de Cultura, 1940 [1894].

## A funcionalidade de *assim* em contextos de parêntese e paráfrase em cartas paulistas

Lúcia Regiane LOPES-DAMASIO<sup>65</sup>

**RESUMO:** Este trabalho, desenvolvido no âmbito do Projeto para a História do Português Paulista, tem como objeto de estudo o item *assim*, em contextos de parêntese e paráfrase, e objetiva analisar, qualitativamente, sob a perspectiva teórica textual-interativa, o funcionamento desse item nesses processos de construção textual. No âmbito dessa perspectiva de análise, assentada numa concepção de linguagem e de texto fundamentalmente pragmática, segundo Jubran (1996a, 1996b, 1999, 2006), a linguagem verbal constitui uma realidade complexa e, por isso, definida por critérios igualmente complexos. Elege-se, portanto, uma visão de linguagem como “forma de ação e de interação social”. Segundo a ótica pragmática pela qual se recorta esse conceito de linguagem, aspectos interacionais encontram-se inscritos nos textuais, tornando-se inerentes a eles. Esse imbricamento textual-interativo permite a realização de um estudo diacrônico sob essa perspectiva teórica. O *corpus* deste trabalho é constituído por *cartas*, do período correspondente aos séculos XVIII, XIX e XX. Os resultados revelam, por meio de uma descrição-analítica do funcionamento do item *assim* nos contextos de parentetização e parafraseamento, um apontamento de relações entre o funcionamento do item nesses contextos e seu processo de mudança via gramaticalização.

**PALAVRAS-CHAVE:** Parêntese; Paráfrase; Textual-interativa; Gramaticalização.

### Introdução

Este trabalho é resultado de uma pesquisa desenvolvida no subgrupo “Diacronia dos processos constitutivos do Texto” do Projeto para a História do Português Paulista. O objeto de estudo é o item *assim* em contextos de parênteses e de paráfrases, em *cartas paulistas* do período correspondente aos séculos XVIII a XX. O objetivo central corresponde à promoção de uma análise qualitativa, sob a perspectiva teórica textual-interativa, do funcionamento de *assim* nesses processos de construção textual.

### Síntese teórica

Na perspectiva teórica textual-interativa, segundo Jubran (1996a, 1996b, 1999, 2006), elege-se uma visão de linguagem como “forma de ação e de interação social”. Segundo a ótica pragmática pela qual se recorta esse conceito de linguagem, aspectos interacionais e linguísticos encontram-se imbricados, ou seja, o interacional encontra-se inscrito no textual, tornando-se inerente a ele. Uma vez que o texto apresenta-se como um material que congrega aspectos textuais e interacionais, torna-se possível a realização de um estudo diacrônico fundamentado por essa perspectiva.

Nesse domínio teórico, os parênteses são definidos como inserções no segmento tópico, identificadas como *desvios tópicos*. Por apresentar extensão limitada, não constituem uma centração tópica e não prejudicam a coesão do segmento tópico no qual se inserem (Top. A – Parêntese – Top. A).

Jubran afunila sua análise ao trecho tópico em que o parêntese é observado. Esse trecho é segmentado em três partes: E1, correspondente ao segmento anterior ao parêntese, E2, correspondente ao parêntese em si e E3, correspondente ao segmento posterior ao

---

<sup>65</sup> Universidade Estadual Paulista (UNESP). Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (IBILCE) – Departamento de Estudos Linguísticos. São José do Rio Preto – São Paulo – Brasil. CEP 15054-000 – [luciaregiane@bol.com.br](mailto:luciaregiane@bol.com.br).

parêntese (DELOMIER e MOREL, 1986 apud JUBRAN, 2006, p. 317). “E” é equivalente a *enunciado* e pode corresponder a uma frase, uma unidade superior à frase ou mesmo um segmento de frase. Jubran avalia como fundamental essa elasticidade do conceito de enunciado dentro da perspectiva textual-interativa que focaliza fatos parentéticos, uma vez que esses podem assumir diferentes configurações formais e podem localizar-se em diferentes pontos do tópico em que se inserem.

Por sua vez, as paráfrases correspondem a um enunciado linguístico que reformula, na sequência textual, um enunciado anterior, mantendo com ele uma *relação de equivalência semântica* determinada em graus. Segundo Fuchs (1994, p. 129 apud HILGERT, 2006) a relação de equivalência semântica deve ser entendida como um *parentesco semântico*, não manifestável como uma equivalência absoluta, mas como equivalências maiores ou menores. Gülich e Kotschi (1983 apud HILGERT, 2006) estabelecem ainda o critério da *predicação de identidade*, segundo o qual se deve considerar, além da equivalência semântica, a predicação de identidade, observada quando a construção de dois enunciados permite que sejam compreendidos como idênticos, ou seja, a equivalência semântica não deve ser entendida como absoluta, mas, sim, como “predicada”, construída na enunciação.

## **Corpus**

O *corpus* é constituído por uma seleção de textos pertencentes ao *corpus* do PHPP:

- (i) *Administração Privada*: cartas de aldeamento de índios (Arquivo Histórico do Estado de São Paulo-AHESP), escritas por religiosos de várias ordens responsáveis pela administração das aldeias indígenas, localizadas nas proximidades da vila de São Paulo; e
- (ii) *Documentos Pessoais*:
  - (a) cartas particulares de pessoas ilustres relacionadas com José Bonifácio (primeira metade do século XIX), coletadas do acervo de Cartas Paulistas da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ);
  - (b) cartas particulares, escritas por parentes e amigos de Washington Luiz (fins do século XIX), coletadas do Fundo Washington Luiz (AESP).<sup>66</sup>

Para complementar esse *corpus*, foram incluídas cartas particulares que integram a correspondência passiva do Professor Fidelino de Figueiredo (fins do século XIX e século XX), coletadas do Acervo de Obras Raras e Especiais da Biblioteca Florestan Fernandes (FFLCH-USP).

## **Assim em contexto de parêntese**

### **Localização**

Para exemplificar a localização de *assim* no *corpus* analisado seguem as ocorrências (1) e (2), referentes à localização em início e fim de E2 respectivamente:

#### **(a) iniciando E2**

- (1) Entretanto a Capital attenta | com os movimentos das Villas, que ainda bem não sabe, forceja por lo- | grallas, e aterralas. Ainda hontem foi a Sorocaba o Coronel | do Regimento tomar o comando por andar o Destacamento; maz nada | obteve, tendo a Camara responzabilisado ao Tenente Coronel, [ilegível] | Comandante por com S. A. por o não largar, nem deixar sair a Tro- | pa. A Facção ainda alardea manobra as eleiçoẽs da ma- | neira a mais escandalozza, e em todas

---

<sup>66</sup>Corpusselecionado e editado por Simões e Kewitz (2006)

as partes: chama soldados | para diligencias de S.A.: (*assim* ao menos se diz) trama por tudo a |  
intriga: ameaça só assassinios aos que pensa nas Villas A=

Agentes da reacção: mil outras coizas faz, entretanto que os cha- | mados bons da Capital nem  
mais falhaõ, eté por isso já se fazem | suspeitos.[CPXIX-11/04]

## **(b) encerrando E2**

- (2) Lembrome que hũa das Coizas mais neceSsarias ao presente he CrearSe hum Capitam de Ordenanças e hum Alfferes para todoaquele Continente desde o Rio Pardo the o Rio Grande, pois o Povo que abita toda esta vasta Campanha não te ali official algum aquemesteja Subordinado, Resultando daqui alem de outros grandes males ode faltas de Povoadores. [espaço] Depois sera precizo aproporSsão do Povo [p.2] do Povo, e daneceSsidade Crear mais Capitaens, e mesmo Crear Companhias deMeleciannos, taõ neceSsarios para Civilizar o Povo egradualmente Sugeitar aSubordinacaõ aquelles homens creados / posso dizer *assim* / sem Ley nemReligiaõ. [AIXVIII-28/64]

É importante destacar que, nos casos analisados, o funcionamento do item, ainda que em contextos de início de parêntese, não é equivalente à função de “sinalizar o segmento parentético”. Em todas as ocorrências, o item faz parte de E2, auxiliando seu funcionamento a partir de sua sinalização e/ou significação modal, diferentemente do que pode ser observado em dados de língua falada, na sincronia atual, em que se constata uma função exclusiva do item de sinalizar o segmento parentético, sem integrá-lo e sem compartilhar de sua funcionalidade dentro do tópico discursivo. Nesses casos, enquanto Marcador Discursivo, *assim* funciona como uma marca formal de parênteses voltados especificamente para o conteúdo tópico (para mais detalhes sobre o funcionamento sincrônico de *assim* ver LOPES-DAMASIO, 2011).

## **Estatuto fórico de *assim***

Em relação ao estatuto fórico de *assim*, podem ser observadas as seguintes sinalizações:

### **(a) catafórica, escopando E3 como um todo**

- (2) Lembrome que hũa das Coizas mais neceSsarias ao presente he CrearSe hum Capitam de Ordenanças e hum Alfferes para todoaquele Continente desde o Rio Pardo the o Rio Grande, pois o Povo que abita toda esta vasta Campanha não te ali official algum aquemesteja Subordinado, Resultando daqui alem de outros grandes males ode faltas de Povoadores. [espaço] Depois sera precizo aproporSsão do Povo [p.2] do Povo, e daneceSsidade Crear mais Capitaens, e mesmo Crear Companhias deMeleciannos, taõ neceSsarios para Civilizar o Povo egradualmente Sugeitar aSubordinacaõ aquelles homens creados / posso dizer *assim* / sem Ley nemReligiaõ. [AIXVIII-28/64]

A partir do movimento prospectivo de *assim*, o parêntese escopa o enunciado E3 como um todo, apontando para a caracterização do modo como “aquelles homens” eram “creados”.

### **(b) anafórico-catafórica, escopando E1 como um todo e E3 como um todo**

- (1) Entretanto a Capital attenta | com os movimentos das Villas, que ainda bem não sabe, forceja por lo- | grallas, e aterralas. Ainda hontem foi a Sorocaba o Coronel | do Regimento tomar o comando por andar o Destacamento; maz nada | obteve, tendo a Camara responzabilisado ao Tenente Coronel, [ilegível] | Comandante por com S. A. por o não largar, nem deixar sair a Tro- | pa. A Facção ainda alardea manobra as eleições da ma- | neira a mais escandaloza, e em todas



as partes: chama soldados | para diligencias de S.A.: (*assim* ao menos se diz) trama por tudo a |  
 intriga: ameaça só assassinios aos que pensa nas Villas A=  
 Agentes da reacção: mil outras coizas faz, entretanto que os cha- | mados bons da Capital nem  
 mais falhaõ, eté por isso já se fazem | suspeitos.[CPXIX-11/04].

Em (1), o parêntese localiza-se em meio a um contexto de listagem:

chama soldados | para diligencias de S.A.:  
 (*assim* ao menos se diz)  
 trama por tudo a | intriga:  
 ameaça só assassinios aos que pensa nas Villas Agentes da reacção:  
 mil outras coizas faz

Nesse contexto, evidencia-se que *assim*, em E2, é responsável pela instauração de: (i) um movimento *anafórico*, que sinaliza toda a porção textual que configura o contexto tópico em que ocorre a inserção, ou seja, sinaliza E1 como um todo; e também (ii) um movimento *catafórico*, já que a continuidade da listagem, instanciada em E3, não nos permite afirmar uma limitação da abrangência do alcance desse parêntese apenas à porção tópica que lhe é anterior.

#### (c) anafórico-catafórica, escopando o enunciado parentético E2 e E3 como um todo

- (3) Não sei qual é a sua concepção da Vida. Eu tenho a minha, que aliás não é minha, que bebi na literatura ori-ental, e que (*sinto assim*) foi a única felicidade que tive nes-ta minha atribulada existência. É o resultado do estudo da minha vida inteira. [FFXX-56b/121]

Em (3), o item *assim* incide sobre o verbo *sinto*, no interior do próprio enunciado parentético, de acordo com sua função de advérbio modal. Além disso, realiza também uma sinalização de base catafórica, escopando E3 como um todo.

#### (d) anafórico-catafórica, escopando segmento de E1 e o enunciado parentético E2

- (4) És um felisardo; sem solicitares cou-  
 sa alguma, vaes te deixando levar  
 - *assim* com [s]eus ares de Napo-  
 leão no Egypto - para o ponto  
 almejado e p[corroído] [c]aminhos da ma-  
 xima conven[iencia]. Seguir a oppor-  
 tunidade é u[ma] [g]rande cousa ..... [WLXIX-16/24]

A sinalização anafórica de *assim* aponta o trecho “*vaes te deixando levar*” de E1. Nesse caso, podemos dizer que, ao realizar essa sinalização, o item focaliza uma informação de natureza modal, de acordo com sua funcionalidade adverbial. A sinalização catafórica do item aponta para o interior do parêntese, em E2, explicitando a informação modal relevante para E1.

### Funções textual-interativas dos parênteses que registram ocorrência de *assim*

Foi constatado um determinado perfil funcional, ou seja, os parênteses observados focalizam os mesmos aspectos textual-interativos, desempenhando funções específicas.

#### Foco na elaboração tópica

##### (a) Função de sinalização de relações com a formulação lingüística do tópico

- (2) Lembrome que hũa das Coizas mais neceSsarias ao prezente he CrearSe hum Capitam de Ordenanças e hum Alfferes para todoaquele Continente desde o Rio Pardo the o Rio Grande, pois o Povo que abita toda esta vasta Campanha não te ali official algum aquemesteja Subordinado, Resultando daqui alem de outros grandes males ode faltas de Povoadores. [espaço] Depois sera precizo aproporSsão do Povo [p.2] do Povo, e daneceSsidade Crear mais Capitaens, e mesmo Crear Companhias deMeleciannos, taõ neceSsarios para Civilizar o Povo egradualmente Sugeitar aSubordinacaõ aquelles homens creados / posso dizer *assim* / sem Ley nemReligiaõ. [AIXVIII-28/64]

O parêntese, em (2), ao se desviar da centraçãõ tópica, focaliza a própria construção do texto, apontando para a caracterização da forma como “*aquelles homens*” eram “*creados*”. O escrevente, por meio da parentetização, imprime, no texto, a necessidade interativa de apontar para seu destinatário que a caracterização sinalizada em E3 é resultado de uma construção figurativa intrínseca àquele contexto. O parêntese mostra, na materialidade do texto, essa avaliação em curso, i. é, essa relação entre o textual e o interativo.

#### (b) Função de sinalização de relações com o conteúdo tópico (esclarecimento)

- (4) És um felisardo; sem solicitares cou-  
sa alguma, vaes te deixando levar  
- *assim* com [s]eus ares de Napo-  
leão no Egypto - para o ponto  
almejado e p[corroído] [c]aminhos da maxima conven[iencia]. Seguir a oportunidade é u[ma]  
[g]rande cousa ..... [WLXIX-16/24]

Nesse caso, a inserção parentética apresenta a função de *esclarecer* determinada informação apresentada em E1, ou seja, o modo como determinada pessoa se “deixava levar” para um ponto privilegiado.

Destaca-se que esse tipo de parêntese representa um caso considerado limite, cujo reconhecimento do segmento como parentético depende, inevitavelmente, das marcas formais, dado que sua outra propriedade identificadora, a do desvio tópico, encontra-se atenuada no contexto. Levando em conta essa observação, consideramos, então, que o aspecto decisivo para a análise desse segmento como parentético são os sinais formais encontrados, delimitando o segmento tópico. É presumível que, em casos como esse, a função textual esteja em evidência, já que o conteúdo da inserção parentética encontra-se no limiar da centraçãõ tópica, o que não quer dizer que a interacional seja suprimida. Nessa ocorrência, ela pode ser constatada na criação de uma forma bastante facilitada de promover o esclarecimento, a partir da introjeção de dados ilustrativos sobre o “modo” de agir da pessoa em questão no tópico, o que, conseqüentemente, garante a eficácia do ato comunicativo de um modo que, interacionalmente, se revela bastante informal.<sup>67</sup>

#### Foco no escrevente

##### (a) Função de atribuir pontos de vista sobre o assunto a fontes não identificadas

- (1) Entretanto a Capital attenta | com os movimentos das Villas, que ainda bem não sabe, forceja por lo- | grallas, e aterralas. Ainda hontem foi a Sorocaba o Coronel | do Regimento tomar o

<sup>67</sup> Essa ocorrência é muito semelhante àquelas em que, na sincronia atual, o item funciona como MD, desempenhando o papel de marca formal para a caracterização do estatuto parentético de E2. A semelhança pode ser constatada em relação ao posicionamento do item, no início de E2, à sinalização realizada por ele, escopando E1 ( e/ou segmento de E1) e o próprio E2, e também em relação ao foco textual-interativo do parêntese, sempre voltado, nesses casos, para o conteúdo tópico (cf. LOPES-DAMASIO, 2011).

comando por andar o Destacamento; maz nada | obteve, tendo a Camara responzabilisado ao Tenente Coronel, [ilegível] | Comandante por com S. A. por o não largar, nem deixar sair a Tro- | pa. A Facção ainda alardea manobra as eleições da ma- | neira a mais escandaloza, e em todas as partes: chama soldados | para diligencias de S.A.: (*assim* ao menos se diz) trama por tudo a | intriga: ameaça só assassinios aos que pensa nas Villas A=

Agentes da reacção: mil outras coizas faz, entretanto que os cha- | mados bons da Capital nem mais falhaõ, eté por isso já se fazem | suspeitos.[CPXIX-11/04].

Esse segmento indica o descomprometimento do escrevente com a veracidade do conteúdo comunicado. Especificamente, a função textual-interativa desse parêntese é a de sinalizar, no texto, que o escrevente desenvolve seu tópico a partir de outras fontes de enunciação não identificadas textualmente. O sujeito, por meio da inserção parentética, torna explícita, no texto, a sua avaliação do significado de seus enunciados, uma vez que procura se eximir da responsabilidade do que é dito, a partir da fundamentação desse conteúdo no “ouvir dizer”. Ocorre, de fato, um processo de modalização epistêmica via estratégia de parentetização.

### **Focos no escrevente e na elaboração tópica**

#### **(a) Funções de manifestação atitudinal do escrevente em relação ao tópico e de sinalização de relações com o conteúdo tópico**

- (3) Não sei qual é a sua concepção da Vida. Eu tenho a minha, que aliás não é minha, que bebi na literatura oriental, e que (*sinto assim*) foi a única felicidade que tive nesta minha atribulada existência. É o resultado do estudo da minha vida inteira. [FFXX-56b/121]

Esse segmento parentético também pode integrar a classe de parênteses com *foco no escrevente*, mas, nesse caso, sinaliza informações proposicionais que estão diretamente associadas à manifestação de “sentimentos” do escrevente, não estando associado à modalização das colocações tópicas. Aqui, a função principal é tornar evidente, para o destinatário, o caráter extremamente *subjetivo* das colocações posteriores.

É difícil, nesse caso, separar a atitude do escrevente, manifestada por meio do parêntese, da avaliação que esse escrevente faz do conteúdo do tópico que constrói. Sugerimos que esse tipo de parêntese represente, portanto, uma classe não-discreta, em que temos, concomitantemente, focalização da *manifestação atitudinal do escrevente* e do *conteúdo tópico*, sendo que a primeira ocorre imprescindivelmente em consequência da natureza da segunda.

De modo geral, a observação que pode ser feita a partir da análise do perfil textual-interativo dos parênteses observados em contexto de *assim* é a de que o comportamento específico de focalizador da *elaboração tópica* e/ou do *escrevente* pode ser resultado de uma “pressão” exercida pelo próprio item *assim* na constituição desses parênteses. Ou seja, a presença desse item, nessas construções parentéticas, influencia a constituição de inserções que apresentam determinadas características funcionais e não outras.

### ***Assim* em contexto de paráfrase**

#### **Localização**

Em relação à localização, o item ocorre, na maior parte dos casos, em posição inicial, inaugurando o segmento paráfrase (P); imediatamente após *e*, iniciando o segmento P, sendo,

inclusive, grafado sem “espaço”; e em posição medial em apenas uma ocorrência. Não foram constatadas ocorrências de *assim* encerrando o segmento P.

**(a) posição inicial**

(2)	Queira o Prof. Fidelino de Figueiredo desculpar este seu amigo e admirador que é o Cruz Costa, por não haver elle passado novamente, em tempo opportuno, pela Tudor House, afim de pedir-lhe a carta de apresentação para a directoria do Gabinete Portuguez. É que a minha viagem foi resolvida á ultima hora e executada com grave rapidez. Em todo caso, servi-me, verbalmente, de sua apresentação.
-----	---

M	
P	<u>Assim</u> , apresento-lhe as minhas desculpas e muito agradeço a gentileza que Teve, escrevendo ao Snr. Presidente do Gabinete Portuguez de Leitura [FFXX-41b/117]

**(a) posição de integração: e *assim*/ e*assim***

(4) Dirijo - te esta como vehiculo  
de um amistosissimo am -  
plexo por arredondares hoje  
a conta de mais uma  
primavera. [espaço]

M	E te será esta a ultima !.... para o anno entrarmos quasi juntos no Outonno da vida !...
---	---

P	<u>E <i>assim</i></u> se vae indo, de vagar- inho, imperceptivelmente, de estação em estação, parando - se quasi sempre onde men - nos se espera .... [WLXIX-17/25]
---	---

(5) Vai aLista *que* pude faZer dosIndios desta  
aldea *que* estão pelas aldeas dos *padres* daCompanhia  
não vay ameu gosto Como deZejava por *quant*onesta  
Aldea não tenho *quem* ConheSsa atodos *quant*os por elas  
estão.

M	<u>eaSsim</u> Sso vão em aLista osque tem pa – rentes nesta aldea, epor parentes osConheÇem. einda Si pela poCa ComuniCaÇão que tem huns. Com outros; não tem verdadeiro ConheÇimento dos filhos que vão havendo.
---	---

P	<u>eaSi</u> So vão aÇen tados osque tive deles notiÇia certa desenden tes por parte materna. [AIXVIII-04/44-45]
---	---

## (b) posição medial

- (1) | epor tanto es= | crevi ao Capitam Francisco Hygino para esta Cobrança, o qual, me avizou em Carta | de 22 de Janeiro de 1790, o que consta dehum parrafo, que diz o seguinte | = Mandeí falar a Mathias Joze Ferreira de Abreo, sobre aquantia de | 128\$000 reis, edice estavaõ prompts; mas que mos não intregava por ||

M

9r eu não ter Procuraçam, eaparecendo o Senhor Seo Conhado, o Doutor Joze Bonifacio | de Andrade, lhe perguntei pela Procuraçam, eme dice que atinha, eque logo hiria | ter como dito Mathiaz, aver sedelle recebia a dita quantia, que lhe faria muita conta | receber esse dinheiro, eque detudo la avizaria aVm.ce; o dito Senhor Seo Conhado, ~~he~~ | hum excelente sugeito, e está despaxado, epoderá fazer fortuna, e Deos a | sim o permita.= Recebida que foi aCarta do dito, ou enxerido parra= | grapho, eu igoalmente dei resposta ambigua ao Policarpo, enaõ cessan= | do este dequerer saber aCerteza, instou=me aprocurace, efoi entaõ que | depois eu recebi a Segunda Carta de Francisco Hygino datada de 26 de Janeiro de 1791, | emque me dizia tinha mandado para a Franca aminha Carta a V. S.<sup>a</sup>, eigoalmente, | que Como V. S.<sup>a</sup>, Canaõ estava, isto he nessaCorte, não podia averigo= | ar nada enem com o Pedro;

P

enestes termos assim ficou tudo indicizo [CPXIX-19/12]

A *localização* prototípica de *assim*, na porção inicial do segmento P, pode favorecer o aparecimento de relações semântico-cognitivas verificadas nos usos do item com valor de *juntor coordenativo conclusivo*. O próprio contexto de integração “e+assim” representa importante papel na reinterpretação induzida pelo contexto, constatada no desenvolvimento de sua função juntiva com valor conclusivo (cf. LOPES-DAMASIO, 2011).

## Estatuto fórico de *assim*

Em relação ao seu estatuto fórico, *assim* realiza sinalizações de natureza anafórico-catafórica, ao mesmo tempo retomando o segmento matriz (M) e apontando o desenvolvimento da P.

Em (4), ao estabelecer essa sinalização o item focaliza informações modais, como pode ser visto abaixo:

- (4) | Dirijo - te esta como vehiculo  
| de um amistosissimo am -  
| plexo por arredondares hoje  
| a conta de mais uma  
| primavera. [espaço]

M

E te será esta  
a ultima !.... para o anno  
entrarmos quasi juntos  
no Outonno da vida !...

P

E assim se vae indo, de vagar-  
inho, imperceptivelmente, de  
estação em estação, parando -  
se quasi sempre onde men -  
nos se espera ....[WLXIX-17/25]

*Assim* realiza um movimento ao mesmo tempo anafórico, sinalizando a informação exposta na M, e catafórico, a partir de seu traço modal, que aponta para a explicitação, na continuidade do segmento parafrástico, do modo como a vida passa “*de vagarinho, imperceptivelmente, de estação em estação, parando-se quasi sempre onde menos se espera ....*”. Sendo assim, esse movimento indica o desenvolvimento dessa P a partir de uma *especificação* de caráter modal.

Em relação à natureza da *sinalização* realizada por esse item, reforça-se o aparecimento das relações semântico-cognitivas verificadas em seus usos juntivo-conclusivos. Embora seja evidente que as relações conclusivas não estão convencionalizadas nesses contextos de P, admite-se que elas podem surgir a partir deles e a partir do processo de convencionalização de inferências conclusivas pertinentes e recorrentes nos contextos de P.

### A distribuição dos enunciados da relação parafrástica

Em todas as relações parafrásticas constatadas em contexto de *assim*, a P segue imediatamente a M. Tratam-se, portanto, de *P adjacentes*, em que não há a inserção de nenhum segmento textual entre a M e a P.

### A semântica das relações parafrásticas

Os deslocamentos de sentido que se operam entre M e P seguem duas direções: recomposição e decomposição semânticas, conforme exemplificam as ocorrências (1) e (4) abaixo:

#### Recomposição semântica

(1)	<p>epor tanto es=   crevi ao Capitam Francisco Hygino para esta Cobrança, o qual, me avizou em Carta   de 22 de Janeiro de 1790, o que consta dehum parrafo, que diz o seguinte   = Mandei falar a Mathias Joze Ferreira de Abreo, sobre aquantia de   128\$000 reis, edice estavaõ promptos; mas que mos não intregava por   </p> <p>9r eu não ter Procuraçam, eaparecendo o Senhor Seo Conhado, o Doutor Joze Bonifacio   de Andrade, lhe preguntei pela Procuraçam, eme dice que atinha, eque logo hiria   ter como dito Mathiaz, aver sedelle recebia a dita quantia, que lhe faria muita conta   receber esse dinheiro, eque detudo la avizaria aVm.ce; o dito Senhor Seo Conhado, <del>he</del>   hum excelente sugeito, e está despaxado, epoderá fazer fortuna, e Deos a   sim o permita.= Recebida que foi aCarta do dito, ou enxerido parra=   grapho, eu igoalmente dei resposta ambigua ao Policarpo, enaõ cessan=   do este dequerer saber aCerteza, instou=me aprocurace, efoi então que   depois eu recebi a Segunda Carta de Francisco Hygino datada de 26 de Janeiro de 1791,   emque me dizia tinha mandado para a Franca aminha Carta a V. S.<sup>a</sup>, eigoalmente,   que Como V. S.<sup>a</sup>, Canaõ estava, isto he nessaCorte, não podia averigo=   ar nada enem com o Pedro;</p>
M	
P	<p>enestes termos <u><i>assim</i></u> ficou tudo indicizo [CPXIX-19/12]</p>

Observamos que, em primeiro lugar, a introdução da P materializa, no texto, a *proposta de compreensão* de seu escrevente, i. é, de toda a explanação feita por ele, na M, o que imprescindivelmente seu destinatário precisa compreender é que a questão permanece em suspenso. Visando garantir essa compreensão, a P reformula sua M a partir de uma relação de *parentesco semântico* que depende da *predicação de identidade*.

A abordagem desse segmento parafrástico revela o movimento semântico de *generalização*. Esse movimento evidencia que a M comporta informações detalhadas por uma série de colocações pontuais, enquanto a P atua como uma generalização de um determinado

traço semântico inerente à M, exatamente o de que toda aquela complexidade de informações tem como objetivo dizer que a situação não está resolvida. Ocorre, portanto, a passagem de uma abrangência semântica menor para uma maior.

### Decomposição semântica

- (04) Dirijo - te esta como vehiculo  
de um amistosissimo am -  
plexo por arredondares hoje  
a conta de mais uma primavera. [espaço]

M	E te será esta a ultima !.... para o anno entrarmos quasi juntos no Outonno da vida !...
P	E <u>assim</u> se vae indo, de vagar- inho, imperceptivelmente, de em estação, parando - quasi sempre onde men - nos se espera .... [WLXIX-17/25]

Em (4), a P tem como M um enunciado que, utilizando o recurso sintático da elipse, recupera um termo exposto no segmento tópico anterior; “primavera” (*E te será esta/ a ultima [primavera]*). A relação parafrástica está pautada na explicitação dessa informação. Sendo assim, estamos diante de um movimento semântico de *especificação*, uma vez que, no segmento parafrástico, é possível observarmos um detalhamento, baseado em uma linguagem figurativa, de como se dá o passar do tempo.

### Relações entre as características formais e funcionais das paráfrases que registram ocorrência de *assim*

No que tange às relações entre as características formais e funcionais das paráfrases que registram ocorrências do item aqui focalizado, foram constatados casos de *Paráfrases expansivas* e *Paráfrases redutoras*, conforme exemplificam (3) e (2) na sequência:

#### Paráfrases expansivas

- (3)
- |   |   |
|---|---|
| M | [p.4] Comparando Ouro Preto com o<br>Recife vemos que são complatamen=<br>te oppostos.  |
| P | <u>Assim</u> o que lá é pedra e tijolo<br>aqui é taboa e muitas vezes<br>de caixão; lá existem casas muito<br>altas, aqui ao contrario são casas<br>que mal cabem um homem<br>de pé, e assim por diante. [WLXIX-27/31-32] |

Formalmente, pode ser observada uma *expansão parafrástica*, já que se torna evidente a dimensão formal mais analítica e complexa da P em relação à sua M. A função das P

*expansivas* é precisar, especificar informação contida na M, sendo, portanto, denominada de *Pexplicitadora*. Em (3), ao explicitar a informação contida na M, a P utiliza exemplos.

### Paráfrases redutoras

(2) M	Queira o Prof. Fidelino de Figueiredo desculpar este seu amigo e admirador que é o Cruz Costa, por não haver elle passado novamente, em tempo opportuno, pela Tudor House, afim de pedir-lhe a carta de apresentação para a directoria do Gabinete Portuguez. É que a minha viagem foi resolvida á ultima hora e executada com grave rapidez. Em todo caso, servi-me, verbalmente, de sua apresentação.
P	<i>Assim</i> , apresento-lhe as minhas desculpas e muito agradeço a gentileza que Teve, escrevendo ao Snr. Presidente do Gabinete Portuguez de Leitura [FFXX-41b/117]

Em (2), verificamos uma nítida *redução*, ou seja, formalmente, a P é mais simples, menos analítica do que sua M. A função específica das P que apresentam essa configuração formal, nos contextos analisados, é *resumir* as informações apresentadas em M.

### Relações entre movimentos semânticos e características formais e funcionais das paráfrases que registram ocorrência de *assim*

A Tab. 1 sistematiza as relações constatadas entre os movimentos semânticos, os tipos de paráfrases observados e suas respectivas funções a partir das ocorrências desse processo constitutivo do texto em contexto do item *assim* analisadas e expostas nesse artigo:

Ocorrências	Movimentos semânticos	Tipos de paráfrase	Funções gerais
(3), (4), (6)	Decomposição semântica	Paráfrase expansiva	Explicitar
(1), (2), (5)	Recomposição semântica	Paráfrase redutora	Resumir

Tabela 1: Relações semântico-formal e funcional de P em contexto de *assim*

### Considerações finais

Um estudo como este apresenta duas contribuições igualmente relevantes e intrinsecamente relacionadas:

- (i) contribui para a descrição analítica dos processos de construção textual focalizados, na medida em que mostra uma correlação inédita entre a funcionalidade do item *assim* e as estratégias de constituição do texto focalizadas, indicando de que forma, especificamente, a funcionalidade de um item atua na caracterização da funcionalidade de processos textuais, aqui, a parentetização e o parafraseamento;
- (ii) a partir dessa descrição analítica, fundamentada pela perspectiva teórica adotada, permite a observação de importantes contextos favorecedores da mudança linguística, via gramaticalização, de *assim*, uma vez que permite a seguinte constatação: no contexto de parêntese, o item apresenta traços funcionais de seu uso, na sincronia atual, enquanto um marcador discursivo e, no contexto de paráfrase, assume propriedades que apontam para o desenvolvimento de sua função de juntor coordenativo conclusivo.



## THE FUNCTIONALITY OF ASSIM IN CONTEXTS OF PARENTHESIS AND PARAPHRASE

**ABSTRACT:** *The present paperwork, developed in the scope of the Projeto para a História do Português Paulista (Project for the History of Paulista Portuguese), has the item assim as its object of study, in contexts of parenthesis and paraphrase, and it aims at analyzing, qualitatively, under the textual-interactive theoretical perspective, the functioning of this item in these processes of textual construction. In the scope of the perspective of analysis, presented in a conception of language and text that is mainly pragmatic, according to Jubran (1996a, 1996b, 1999, 2006), the verbal language constitutes a complex reality and, for that reason, it is defined by equally complex criteria. It is elected, therefore, a view of language as "way of social action and interaction". According to the pragmatic view, through which we get to this concept of language, interactional aspects are found in textual aspects, becoming inherent to them. This textual-interactive impediment allows us to perform a diachronic study under this theoretical perspective. The corpus of this research is constituted of letters, dating from the period of time correspondent to the XVIII, XIX and XX centuries. The results show, through an analytical description of the functioning of the item assim in the contexts of parenthesis and paraphrase, an indication between the functioning of the item in these contexts and its process of change through grammaticalization.*

**KEYWORDS:** *Paraphrase; Textual-Interactive; Grammaticalization.*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- HILGERT, J. G. (2006). Parafraseamento. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (orgs.). *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp. Vol. I- Construção do texto falado, 2006, p.275-299.
- \_\_\_\_\_. As paráfrases na construção do texto falado: o caso das paráfrases em relação paradigmática com suas matrizes. In: I. G. V. Koch (org.), *Gramática do Português Falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, São Paulo: FAPESP, vol. VI – Desenvolvimentos, 1996a, p. 131-147.
- \_\_\_\_\_. Procedimentos de reformulação: a paráfrase. In: D. Preti (org.), *Análise de textos orais*. São Paulo: FFLCH-USP, 1993b, p. 103-127.
- JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp. Vol. I- Construção do texto falado, 2006.
- JUBRAN, C. C. A. S. Uma gramática textual de orientação interacional. In: CASTILHO, A.T.; MORAIS, M. A. T.; LOPES, R. E. V. e CYRINO, S. M. L. (orgs.). *Descrição, História e Aquisição do Português Brasileiro*. São Paulo: FAPESP, Campinas: Pontes Editores, 2007, p. 313-327.
- \_\_\_\_\_. Revisitando a noção de tópico discursivo. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. IEL/UNICAMP, no. 48(1). Campinas, p. 33-41, 2006.
- \_\_\_\_\_. Funções textuais-interativas dos parênteses. In: M. H. M. Neves (org.), *Gramática do Português Falado*. São Paulo: Humanitas – FFLCH-USP, Campinas: Editora da UNICAMP, vol. VII – Novos estudos, 1999, p. 131-158.
- \_\_\_\_\_. Para uma descrição textual-interativa das funções de parentetização. In: M. A Kato (org.), *Gramática do Português Falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, São Paulo: FAPESP, vol. V – Convergências, 1996a, p. 339-354.
- \_\_\_\_\_. Parênteses: propriedades identificadoras. In: A. T. de Castilho e M. Basílio (orgs.), *Gramática do Português Falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, São Paulo: FAPESP, vol. IV – Estudos descritivos, 1996b, p. 411-422.
- LOPES-DAMASIO, L. R. *Diacronia dos processos constitutivos do texto relativos a assim: um novo enfoque da gramaticalização*. São José do Rio Preto. 285f. Tese de Doutorado – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto, Universidade Estadual Paulista, 2011.

## A articulação de orações proverbiais à luz da teoria da estrutura retórica do texto

Ana Clara Gonçalves Alves MEIRA<sup>68</sup>

**RESUMO:** A Gramática Tradicional, ao analisar as orações, não leva em conta o nível do discurso em que as porções de textos estão inseridas, atendo-se a critérios ora sintáticos, ora semânticos. Procurando ressaltar uma análise das orações orientada por processos inferenciais, verificaremos como um estudo sobre articulação de orações, tendo em vista a hipotaxe de realce e a Teoria da Estrutura Retórica do Texto pode contribuir para a análise dos provérbios propostos para este trabalho. A hipótese que acolhemos é a de que os conectivos não podem determinar, por si só, as relações estabelecidas entre as porções dos textos. Quanto à fundamentação teórica, utilizaremos os estudos de Matthiessen e Thompson (1988) e da RST (Rhethorical Structure Theory/Teoria da Estrutura Retórica do Texto). Ressaltamos que este trabalho se configura como um recorte da minha dissertação, portanto analisaremos um provérbio de um dos textos da minha pesquisa de mestrado. Acreditamos que um estudo das relações retóricas contribui para que os enunciados não sejam observados a partir dos conectivos que os encabeçam, já que além dos critérios sintáticos, devemos considerar também os semânticos e os pragmáticos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Articulação de orações; Provérbios; Teoria da Estrutura Retórica do Texto.

### Introdução

A linguagem desempenha papel central na vida humana, mediando nossas interações. O estudo da linguagem verbal, articulada, tem uma longa história. Essa capacidade exclusivamente humana de comunicação sempre despertou a atenção e a curiosidade dos homens nas mais diferentes épocas e culturas.

Nessa perspectiva, já há algum tempo, estudiosos da linguagem têm se voltado para a análise dos processos de coordenação e subordinação. Contudo, alguns priorizam o estudo da linguagem sob a perspectiva da forma, relegando a análise da função<sup>69</sup> a um plano secundário, concebendo a língua num sistema abstrato, como um objeto autônomo.

Encontramos, em Gramáticas Tradicionais e em obras de linguística, estudos que focalizam a *coordenação* e a *subordinação* por meio de um ponto de vista sintático. Além disso, priorizam as relações de *dependência* ou *independência*, permanecendo no âmbito frástico, o que justifica que novos encaminhamentos precisam ser realizados no que diz respeito ao estudo das orações.

Nesse sentido, observamos as orações através das articulações de cláusulas<sup>70</sup> e, a partir disso, procuramos demonstrar as inferências que podem ser obtidas por meio das cláusulas que se articulam e das relações retóricas que delas emergem. Destacamos que não são as marcas explícitas presentes nas orações que determinam as inferências, ou seja, não será um conectivo que permitirá depreender, com precisão, se as cláusulas estabelecem entre si uma relação de *condição*, por exemplo, já que essa e outras relações emergem da própria combinação das cláusulas.

<sup>68</sup> UFMG. Faculdade de Letras/POSLIN. Belo Horizonte – MG – Brasil. 31270-901 – E-mail: anaclaremeira@hotmail.com.

<sup>69</sup> Para que entendamos o termo função utilizado aqui, é válido mencionar as palavras de Neves (1997, p. 8): “Na visão funcionalista, como afirmou Halliday (1973a, p. 104), a noção de função não se refere aos papéis que desempenham as classes de palavras ou os sintagmas dentro da estrutura das unidades maiores, mas ao papel que a linguagem desempenha na vida dos indivíduos, servindo a certos tipos universais de demanda, que são muitos e variados”.

<sup>70</sup> Neste estudo, designamos cláusula como oração, assim como considerou Decat (2001). Assim, mesclaremos o uso dos termos cláusula e oração, neste trabalho.

Levando em conta a importância de um estudo que observe as orações, tendo em vista critérios sintáticos, semânticos e pragmáticos, analisaremos um provérbio retirado de um texto de um *site* (pertencente ao *corpus* da minha dissertação), observando as relações que se articulam por meio da Teoria da Estrutura Retórica do Texto. Ressaltamos, uma vez mais, que este artigo constitui um recorte da minha dissertação.

### Pressupostos teóricos

Os gramáticos, ao definirem as orações utilizam ora critérios sintáticos, ora semânticos e, até mesmo, os dois simultaneamente para formarem as suas definições. A fim de procurarmos um estudo das orações que não se restrinja ao nível da frase, será feita uma revisão da literatura em termos como parataxe e hipotaxe e, em seguida, explanaremos sobre a Teoria da Estrutura Retórica do Texto (RST – Rhethorical Structure Theory).

Acreditamos que não podemos reduzir a língua à sua forma, aludindo a uma sintaxe autônoma. Nesse sentido, tendo em vista que o funcionalismo procura observar a competência comunicativa não simplesmente como um processo de codificação e decodificação de expressões, mas como a capacidade de o falante interpretar essas expressões em uma situação de uso, será priorizado o estudo da teoria funcionalista.

Ademais, o funcionalismo entende que a língua não constitui um conhecimento autônomo, assim, propõe “[...] explicar as regularidades observadas no uso interativo da língua, analisando as condições discursivas em que se verifica esse uso” (CUNHA, 2008, p. 157).

Para Halliday (1985, 2004), a linguagem satisfaz as necessidades humanas e é organizada funcionalmente, respeitando essas necessidades, e não de forma arbitrária. A linguagem se organiza em torno de um propósito – uma função. Assim, ele estabelece para os componentes funcionais da linguagem três metafunções: (1) *ideacional* – relaciona-se com a dimensão da realidade contida em um texto, ou seja, entre o texto e o mundo real; (2) *interpessoal* – corresponde ao aspecto da organização da mensagem como um evento interativo que envolve falante, escritor e público; logo, centra-se nas relações de troca da oração; (3) *textual* – se ocupa do uso da linguagem na organização do texto (oral ou escrito). Segundo Halliday (1978, 1985, 2004), essas três metafunções dão conta dos modos de uso da linguagem e relacionam-se diretamente com a léxico-gramática de uma língua.

Conforme Halliday (1985, 2004), a oração complexa se constitui por meio das relações de interdependência entre duas ou mais orações e das relações lógico-semânticas. Assim, ele apresenta dois sistemas básicos que determinam como uma oração se liga a outra. São eles: a) TAXIS, que está relacionado ao grau de interdependência entre as orações; e b) as relações lógico-semânticas. O primeiro se divide em parataxe e hipotaxe. Já o segundo diz respeito à projeção e à expansão. Neste estudo, especificaremos os conceitos que envolvem o nível da TAXIS e das relações lógico-semânticas para depreendermos as contribuições de Halliday (2004) no que concerne a um estudo funcional das orações.

Em relação ao grau de interdependência – hipotaxe/parataxe –, todas as orações ligadas por uma relação lógico-semântica são interdependentes, o que se refere ao sentido da estrutura relacional – uma unidade é interdependente de outra unidade. O grau de interdependência é conhecido tecnicamente como TAXIS, e os dois níveis diferentes de interdependência como *parataxe* (estatutos iguais) e *hipotaxe* (estatutos desiguais). A *hipotaxe* é a relação entre um elemento dependente e seu dominante, contrastando com a *parataxe*, na qual a relação se dá entre os dois elementos que possuem estatutos iguais: um inicia e outro continua. As estruturas hipotáticas são representadas por letras gregas. Já as paratáticas, por notações numéricas 1 2 3 (...), como ilustra o quadro a seguir:

Taxis	Oração primária	Oração secundária
Parataxe	1 (iniciando)	2 (continuando)
Hipotaxe	$\alpha$ (dominante)	$\beta$ (dependente)

Quadro 1- Representação da hipotaxe e da parataxe, conforme Halliday (2004)

As orações que criam um nexos são primárias e secundárias: a primária é a oração inicial em um nexos paratático e a oração dominante em um nexos hipotático; já a secundária está na oração contínua em um nexos paratático e na oração dependente em um nexos hipotático.

No que se refere às relações lógico-semânticas – *expansão e projeção* –, é possível dizer que, na *Expansão*, a oração secundária expande a oração primária por (a) elaboração, (b) extensão e (c) realce; já na *Projeção*<sup>71</sup>, a oração secundária é projetada através da oração primária, que a coloca como (a) uma locução ou (b) uma idéia.

Conforme Halliday, existem essencialmente três modos de se expandir uma oração: *elaboração, extensão e realce*. Como todos os outros sistemas, é importante que pensemos no sistema de *tipo de expansão* como definindo regiões em um contínuo espaço semântico. Os diferentes tipos de expansão sombreiam um ao outro em certos pontos; e a expansão pode se tornar muito próxima à projeção. Quando a oração secundária é abandonada (talvez por causa da sobreposição do orador), como pode ocorrer em conversações casuais, não é possível, muitas vezes, determinar qual tipo de expansão se deve destacar.

### Hipotaxe de realce

Como retomamos alguns conceitos de Halliday no que diz respeito à sua definição de orações complexas, serão esboçadas, em seguida, as definições de Matthiessen e Thompson (1988).

Ao proporem um estudo para as orações, Matthiessen e Thompson (1988) afirmam que mais importante do que estabelecer uma diferença entre oração subordinada e principal é analisá-las observando o contexto discursivo no qual aparecem. Assim:

Matthiessen e Thompson (1988) remetem a Halliday e se valem do rótulo de hipotaxe de realce, mais adequado para eles do que subordinação, uma vez que livre das conotações associadas ao último termo. A utilização do rótulo não significa, todavia uma adesão estrita à proposta do lingüista inglês (BRAGA, 2001, p. 26).

Os autores definem em seus trabalhos o que consideram como hipotaxe de realce. Desse modo, afirmam que: “a hipotaxe de realce se refere a combinações de orações hipotáticas que envolvem algum tipo de relação circunstancial como condição, razão, propósito e outros tipos, como causa, tempo, espaço, modo, o que significa que uma oração realça uma outra circunstancialmente”<sup>72</sup> (MATTHIESSEN E THOMPSON, 1988, 283-284 (tradução nossa)).

Para exemplificar os tipos de combinação, eles utilizam as noções de Halliday sobre parataxe e hipotaxe. Então, as paratáticas seriam as que estabelecessem relação entre elementos de igual estatuto, e as hipotáticas aquelas que estabelecessem relação entre elementos de diferente estatuto.

<sup>71</sup> Não serão tratados com detalhes os tipos de projeção por não constituírem objeto deste trabalho.

<sup>72</sup> “Enhancing hypotaxis refers to hypotactic clause combining involving some kind of circumstantial relation like condition, reason, purpose and others kinds of cause, time, space, manner, and means: One clause enhances another clause circumstantially”.

Matthiessen e Thompson procuram explicitar que existe uma analogia entre as relações retóricas presentes no discurso e a hipotaxe de realce. Logo, afirmam que a hipotaxe de realce poderia ser observada como uma gramaticalização<sup>73</sup> das relações retóricas de uma dada situação comunicativa.

Assim, selecionam dezoito pequenos textos para observar a presença de relações núcleo-satélite – um par relacionado é ancilar ao outro – e núcleo-núcleo – nenhum dos membros da oração é ancilar ao outro – em orações hipotáticas e paratáticas e, inicialmente, chegam à seguinte conclusão:

Tipo de relação	Hipotática	Coordenadas (Paratáticas)
Núcleo-satélite	45 (92%)	4(8%)
Núcleo-núcleo	3 (11%)	24 (89%)

Quadro 2 - Relações núcleo-satélite e núcleo-núcleo em orações hipotáticas e paratáticas (MATTHIESSEN E THOMPSON 1988, p. 308).

A partir desse quadro, podemos inferir que as relações núcleo-satélite não se encontram apenas nas orações hipotáticas, mas também nas paratáticas, as quais correspondem a (8%) dos textos. Em contrapartida, as relações núcleo-núcleo não se concentram somente nas paratáticas (89%), mas também nas hipotáticas (3%).

Matthiessen e Thompson (1988) perceberam, então, por meio da análise de seus dados, que a maioria das orações que estabelece relações retóricas do tipo núcleo-satélite são hipotáticas. Entretanto, como mencionamos, as relações do tipo núcleo-satélite também podem estar presentes na combinação de orações por parataxe, apesar de nesse tipo de combinação predominar a relação lista (núcleo-núcleo).

Desse modo, acreditamos que esse é um dos grandes ganhos dos estudos de Matthiessen e Thompson (1988), já que eles demonstram que é possível se deparar com relações retóricas quer sejam núcleo-satélite, quer sejam núcleo-núcleo tanto na parataxe, quanto na hipotaxe.

Nesse sentido, afirmam:

Nosso ponto é que temos argumento a favor de nossa afirmação de que a hipotaxe é, de forma reveladora, observada como uma gramaticalização da relação núcleo-satélite, visto que, quando tais relações são gramaticalmente codificadas, elas são, frequentemente, mas nem sempre, codificadas como hipotaxe<sup>74</sup> (MATTHIESSEN E THOMPSON, 1988, p. 308 (tradução nossa))

Entendemos que Matthiessen e Thompson (1988) pretendem enfatizar que, apesar de serem predominantes as relações núcleo-satélite que se encontram na forma de hipotaxe, essas podem se apresentar como parataxe. Logo, independentemente do modo pelo qual as orações se articulam (sejam paratáticas ou hipotáticas), podem emergir delas diversas relações retóricas. Semelhante fato corrobora a afirmação de Mathiessen e Thompson (1988) de que a combinação de orações é uma gramaticalização das relações retóricas do discurso. Ao analisar as orações, eles

<sup>73</sup>Conforme afirma Decat (1993, p. 120): “o termo gramaticalização, refere-se à realização, à codificação sintática da cláusula” e como acrescenta Braga (2001, p. 27): “a gramaticalização é aqui concebida na acepção lata, aquela que contempla as forças e a maneira como as formas e construções gramaticais emergem, são utilizadas e formatam a língua”.

<sup>74</sup> Our point is that we have an argument in favor of our claim that hypotaxis is revealingly viewed as a grammaticization of Nucleos-Satellite relations in the fact that when such relations are grammatically coded, they are often, but not always, coded as hypotaxis.

demonstram que é necessário observá-las quanto à articulação – paratáticas e hipotáticas – e quanto às relações retóricas – núcleo-satélite e multinucleares. Assim, porções de texto poderiam, no nível do discurso, apresentar relações retóricas núcleo-satélite, mas gramaticalmente serem paratáticas, ou poderiam apresentar relações multinucleares e serem hipotáticas.

Matthiessen e Thompson (1988) pretendem demonstrar que, ao analisar as porções de texto, observamos dois aspectos distintos: como as orações se articulam (parataxe e hipotaxe) e como se manifestam no discurso (núcleo-satélite e multinucleares).

Os estudos de Matthiessen e Thompson (1988) contribuíram para que entendêssemos que as orações não devem ser classificadas tendo em vista critérios sintáticos e/ou semânticos, demonstrando que a esses devem ser acrescentados os pragmáticos. O trabalho deles colaborou para que determinássemos o que seria hipotaxe de realce neste estudo. Desse modo, entre orações que se articulam é possível depreender relações retóricas, as quais expressam também relações circunstanciais. Consideramos, neste trabalho, que orações classificadas pela Gramática Tradicional como casos de coordenadas assindéticas ou justapostas podem ser exemplos de hipotaxe de realce, já que podem se apresentar como uma gramaticalização das relações retóricas.

Entendemos que essas funções discursivas são mais bem observadas nos trabalhos de Matthiessen e Thompson (1988) que, mesmo partindo dos estudos de Halliday (1985) sobre parataxe e hipotaxe, destacam um estudo mais pautado pelas relações discursivas. Nessa perspectiva, Neves afirma:

Considera-se aí que a avaliação do grau de interdependência das orações de um enunciado complexo (a parataxe e a hipotaxe de Halliday, 1985) tem de completar-se com a consideração das funções discursivas, isto é, não pode se resolver totalmente no nível interno da frase (NEVES, 2007, p. 229).

Tendo em vista que, neste estudo, procuramos realizar uma análise que leve em conta a situação discursiva, adotamos a seguinte definição sobre a hipotaxe de realce: “o fenômeno de articulação de cláusulas que se combinam para modificar, ou expandir, de alguma forma a informação contida em outra cláusula (ou porção de discurso) o que é manifestado pelas relações circunstanciais” (DECAT, 2001, p. 111).

Neves (2007) menciona que, no estudo da articulação de cláusulas, as orações classificadas como adverbiais pela Gramática Tradicional são objetos privilegiados de pesquisa. O estudo dessas orações torna-se importante, já que, muitas vezes, suas classificações são restritas ao nível da frase.

Além disso,

há uma interessante consequência dessas sugestões para as tentativas de se considerar a combinação de orações de uma perspectiva translinguística: se a hipotaxe em inglês é uma gramaticalização das relações retóricas, então, isso permite dizer que a gramática de combinações de orações pode diferir radicalmente de uma língua para outra<sup>75</sup> (MATTHIESSEN E THOMPSON, 1988, p. 317).

Ao mostrarem que as relações encontradas entre as partes de um texto podem divergir de um idioma para outro, Matthiessen e Thompson (1988) evidenciam que não há como analisar as orações sem observar também os fatores pragmáticos e culturais.

Percebemos que as orações adverbiais, muitas vezes, são inseridas em um paradigma fechado, em que suas classificações são determinadas em razão dos conectivos que as

---

<sup>75</sup> There is an interesting consequence of these suggestions for attempts to consider clause combining from cross-linguistic perspective: if hypotaxis in English is a grammaticalization of rhetorical relations, then it follows that the Grammar of clause combining may differ radically from one language to another.

encabeçam. Assim, é preciso que estudemos as orações levando em conta as relações retóricas que se articulam no discurso, pois as porções textuais não se limitam a uma função gramatical, há também uma função discursiva.

O problema é, como menciona Decat (2001), que as classificações adverbiais se resumem a um número fixo de relações. Na NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira), por exemplo, ao se explicitar a respeito das orações adverbiais, menciona-se um número limitado de orações que receberiam essa classificação, tais como: causal; comparativa; concessiva; condicional; conformativa; consecutiva; final; proporcional e temporal.

Consideramos relevante, então, empreender uma análise que “esteja centrada nas relações mantidas entre as cláusulas que se articulam hipotaticamente e as funções discursivas a que elas estejam servindo” (DECAT, 2001, p. 114).

Analisar as orações de realce, observando as relações que emergem das cláusulas que se articulam, permite perceber que não nos devemos pautar na presença ou ausência dos conectivos que encabeçam essas orações. Ademais, as motivações discursivas precisam ser observadas em um estudo sobre articulação de orações, pois elas contribuem, até mesmo, para explicar o porquê de uma determinada relação de condição, por exemplo, aparecer ora como primeira oração, ora no final das orações. Sobre as diferentes ordens em que as orações podem se apresentar, Neves (2007, p.134) destaca: “Nem se pode entender que seja questão de simples preferência individual, de marca de estilo ou de busca de expressividade, mas mais decisivamente se pode falar em motivações do próprio intercurso interacional, eminentemente funcional-discursivas”.

### **Teoria da Estrutura Retórica**

No que concerne à RST (Rhethorical Structure Theory/ Teoria da Estrutura Retórica do Texto), podemos dizer que “resultou do trabalho de investigação em geração automática de texto, realizado por uma equipe de investigadores do *Information Sciences Institute* da *University of South California*”<sup>76</sup>. Podemos citar como os principais estudiosos dessa teoria: Christian Matthiessen, Sandra Thompson e William Mann. De modo geral, devemos mencionar que ela proporciona uma explicação da coerência do texto. Além disso, vale ressaltar que a RST se destaca pela

possibilidade de descrever as relações existentes entre as partes do texto, ou seja, por meio dessa teoria, pode-se descrever que ligações conferem unidade ao texto. Essas relações são estabelecidas por meio de quatro tipos de elementos: relações, esquemas, aplicações de esquemas e estruturas (ANTONIO, 2003, p.225).

Explicitaremos, então, cada um desses quatro elementos. Quanto às relações, referem-se a como as partes dos textos se combinam. Desse modo, as definições das relações são orientadas por questões de plausibilidade, já que consideramos que o analista do texto não tem acesso ao produtor nem ao interlocutor do texto. Tais relações se subdividem em duas: núcleo-satélite, sendo o núcleo expresso por N e o satélite por S, e as multinucleares. As primeiras se caracterizam por uma parte do texto ser ancilar a outra. Já as relações multinucleares, como o próprio nome indica, se definem quando as duas partes funcionam como núcleos. Como exemplo de núcleo-satélite, teríamos, por exemplo, a relação de antítese, explicitada abaixo<sup>77</sup>:

<sup>76</sup> Disponível em: <http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/intro.html>. Acesso em: 1. mar. 2009.

<sup>77</sup> Ressaltamos que todos os quadros que serão apresentados sobre a Teoria da Estrutura Retórica se encontram disponíveis no site: <http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/intro.html>. Além disso, os termos N, S, A e L se referem, respectivamente, ao núcleo, ao satélite, ao autor e ao leitor.

Nome da relação	Condição em S ou N, individualmente	Condição em N +S	Intenção do A
Antítese	Em N: A tem atitude positiva face a N.	N e S estão em contraste (cf. a relação de contraste); devido à incompatibilidade suscitada pelo contraste, não é possível ter uma atitude positiva perante ambas as situações; a inclusão de S e da incompatibilidade entre as situações aumenta a atitude positiva de L por N.	A atitude positiva do L face a N aumenta.

Quadro 3 – Relação Retórica de Antítese

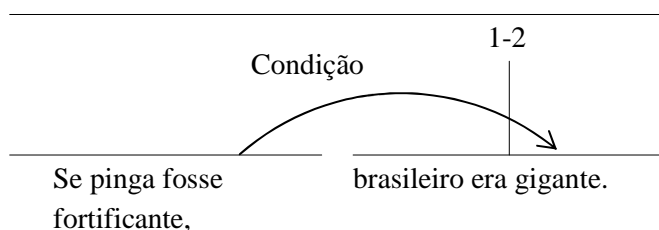
No que concerne a uma relação multinuclear, podemos citar a de contraste que é exemplificada a seguir:

Nome da relação	Condições em cada par de N	Intenção de A
Contraste	Nunca mais de dois núcleos; as situações nestes dois núcleos são (a) compreendidas como sendo as mesmas em vários aspectos, (b) compreendidas como sendo diferentes em alguns aspectos e (c) comparadas em termos de uma ou mais destas diferenças.	L reconhece a possibilidade de comparação e a(s) diferença(s) suscitadas pela comparação realizada.

Quadro 4 – Relação retórica de Contraste

Quanto às relações núcleo-satélite, é importante salientar que elas são subdivididas em dois tipos: apresentação e assunto. As primeiras são aquelas que objetivam aumentar a posição tendencial do leitor, como, por exemplo, a vontade de agir ou o grau de atitude positiva, crença ou aceitação do núcleo; as relações de conteúdo são aquelas que procuram levar o leitor a reconhecer a relação em causa<sup>78</sup>.

A partir das relações encontradas nos textos, formaríamos os esquemas. Esses são representados por linhas verticais, horizontais e curvas. As linhas horizontais serão as porções dos textos, a curva representará as relações do tipo *núcleo-satélite*. A linha vertical designará o núcleo. Desse modo, uma relação núcleo-satélite seria representada em geral da seguinte forma:

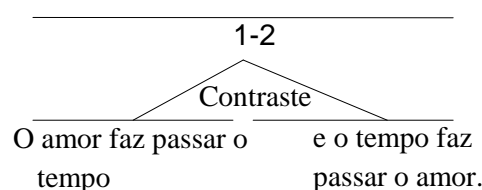


<sup>78</sup> Disponível em <http://www.sfu.ca/rst/07/portuguese/intro.html>. Acesso em 1 mar. 2009.



Este esquema mostra que o texto foi dividido em duas partes (1-2), sendo (1): *Se pinga fosse fortificante* e (2): *brasileiro era gigante*. A unidade (2) representa o núcleo e a (1) o satélite, a curva sempre vai do sentido do satélite para o núcleo. Nesse caso, demonstramos uma relação de condição que ocorre quando a realização do núcleo depende da realização do satélite.

Nas relações multinucleares, ao formarmos os esquemas, utilizaríamos as linhas horizontais com os mesmos objetivos, mas no lugar de linhas verticais, teríamos diagonais que representariam os dois ou mais núcleos presentes na relação. Logo, é possível demonstrá-las da seguinte maneira:



No esquema das relações multinucleares, (1-2) representam as porções dos textos, sendo que tanto (1) – *O amor faz passar o tempo* – quanto (2) – *e o tempo faz passar o amor* – são núcleos e estabelecem entre si, nesse caso, uma relação de contraste.

Quanto à aplicação, “os esquemas não precisam seguir exatamente os padrões pré-estabelecidos, podendo haver algumas variações, seguindo-se as seguintes convenções” (ANTONIO, 2004, p.42):

- i) a ordem em que aparecem o núcleo e o satélite não é fixa;
- ii) em esquemas multi-relacionais<sup>79</sup>, as relações individuais são opcionais, mas pelo menos uma das relações deve ser estabelecida;
- iii) uma relação que não faz parte de um esquema pode ser aplicada quantas vezes ela for necessária na aplicação do esquema.

Sobre a *estrutura*, que corresponde a um dos quatro tipos de mecanismos que caracterizam a RST, entendemos que ela se define como o agrupamento de esquemas, ou seja, designa um conjunto arbóreo de relações que se estabelecem em um determinado texto, representando, assim, porções maiores de textos.

## Medologia

O provérbio selecionado, como já mencionamos, pertence ao *corpus* da minha dissertação. Todos os provérbios analisados durante o meu mestrado eram compostos por duas ou mais orações. Quanto à presença de conectivos, não observamos apenas porções de texto justapostas<sup>80</sup>, mas também aquelas ligadas por conectivos, já que entendemos que os conectivos sozinhos não designam nem determinam as relações presentes nas orações que se articulam. Neste artigo, analisaremos o provérbio: *O amor é como a lua, quando não cresce, minguar*.

Esse provérbio foi retirado de dicionários de provérbios e, em seguida, utilizamos o *site* de busca *Google* para procurar a ocorrência dele em textos de *sites* diversos. Semelhante busca teve como parâmetro textos em que aparecesse a sentença proverbial completa. Assim,

<sup>79</sup> Ressaltamos que esquemas multi-relacionais e esquemas multinucleares são termos sinônimos.

<sup>80</sup> Serão consideradas justapostas as orações que estiverem dispostas uma ao lado da outra e não apresentarem conectivos entre si. Destacamos que semelhante definição é encontrada em muitas Gramáticas Tradicionais.

ao procurarmos o provérbio *O amor é como a lua, quando não cresce, minguá*, se encontrássemos porções de texto, tal como: *O amor é como a lua*, mas não nos deparássemos com as outras partes: *quando não cresce* ou *minguá*, o provérbio seria desconsiderado. Logo, foram utilizados apenas aqueles que não apresentavam omissão de qualquer parte das porções textuais dos provérbios. Ressaltamos que mantivemos a redação original do texto, sem qualquer alteração.

A ideia de retirar textos da *internet* para a seleção de provérbios surgiu ao pensarmos que, como priorizamos um estudo funcionalista, o qual valoriza a língua em uso, seria mais coerente estudar provérbios presentes em textos, em vez de selecionar uma lista de algum dicionário de provérbios e analisá-los, por si só.

O provérbio estudado será listado com suas unidades de informação. As unidades de informação e os textos foram posicionados de modo recuado. Além disso, o texto foi destacado em itálico, e os provérbios, em sublinhado e negrito, a fim de facilitar a identificação do provérbio pelo leitor.

É válido ressaltar, também, que, no texto, do qual o provérbio foi retirado, sublinhamos as partes que justificam ou tentam explicar o porquê do uso daquele provérbio e como o seu sentido pode ser percebido no texto. Em seguida, demonstramos a relação retórica predominante e a justificativa para essa escolha. Por fim, esboçamos o diagrama da representação da estrutura retórica do provérbio, levando em conta a articulação de orações neles materializada.

Os diagramas foram elaborados a partir do programa RSTTool, versão 3.45, de Mick O'Donnel, disponível para *download* no site [www.wagsoft.com](http://www.wagsoft.com). Conforme menciona Antonio (2004, p. 54), “o programa foi desenvolvido especialmente com a finalidade de facilitar a diagramação da estrutura retórica de textos”. Por meio desse programa, é possível importar textos diversos e analisá-los, considerando as relações retóricas que apresentam. No programa, podemos segmentar os textos, determinar o tipo de relação: núcleo-satélite ou multinuclear e, desse modo, traçar os diagramas que representam as relações presentes no texto.

## Proposta de análise

Provérbio analisado: ***O amor é como a lua, quando não cresce, minguá.***

Unidades de informação:

- (1) O amor é como a lua;
- (2) quando não cresce;
- (3) minguá.

### ***O amor é como a lua, quando não cresce, minguá***<sup>81</sup>

*Por vezes parece cheia, por vezes parece minguar...A vida é assim cheia de novidades e de novos sabores!*

*Tudo na vida se torna apetecível, tudo se transforma num desejo de conquista...*

*Vivemos a vida de acordo com as diversas fases da lua... Uns dias lua cheia...uns dias minguante...*

*Há dias em que estamos perdidos por sabores de outros caminhos e aí desaparecemos!*

*Desejamos voltar a aparecer, para o amor renascer! (Solana)*

---

<sup>81</sup> Foram colocados todos os títulos e subtítulos dos textos em negrito.

Levando em conta uma análise tradicional, as orações *quando não cresce, minguar* poderiam ser classificadas da seguinte forma: a primeira seria oração subordinada adverbial temporal e a segunda, principal. Essa classificação se deve ao fato de as gramáticas tradicionais apontarem o conectivo *quando* como típico das orações adverbiais temporais. Já em *O amor é como a lua* poderíamos depreender uma oração adverbial comparativa com o verbo elíptico, logo teríamos *O amor é como a lua é*. Nesse sentido, *o amor é* representaria a oração principal e *como a lua é* corresponderia à oração subordinada adverbial comparativa. Outra análise de base tradicional seria pensar em uma oração subordinada temporal e em uma subordinada adjetiva explicativa, assim, ter-se-ia *O amor, que é como a lua, quando não cresce, minguar*. Logo, *que é como a lua* seria considerada subordinada adjetiva explicativa; (*O amor*) *quando não cresce*, subordinada adverbial temporal e (*O amor*) *minguar*, principal.

Além disso, nas gramáticas tradicionais, as orações subordinadas adverbiais são, por vezes, definidas por funcionarem como adjuntos adverbiais. Assim, vários gramáticos mencionam que, se há uma oração subordinada adverbial, podemos trocá-la por um adjunto adverbial. Desse modo, afirma Cegalla (2007, p. 396) que a oração *quando amanhecia* da porção textual *Sáimos de casa quando amanhecia* poderia ser substituída por *de manhã cedo*, o que resultaria em *Sáimos de casa de manhã cedo*.

Como já afirmamos, as orações não devem ser estudadas observando os conectivos que as encabeçam, ou seja, não será a presença de um *quando* que designará uma temporal, nem acreditamos que a oração subordinada adverbial possa ser substituída, sem alterações de sentido, por um adjunto adverbial. Ademais, nem sempre é possível encontrar um adjunto adverbial que faça equivalência a uma oração.

No que concerne a Halliday<sup>82</sup> (1985/ 2004), teríamos, nesse provérbio, orações complexas, já que há mais de uma oração. Entre essas orações *quando não cresce, minguar* estabeleceria uma elaboração com *o amor é como a lua*; logo, as primeiras constituiriam orações complexas que seriam como um todo hipotáticas de elaboração para *o amor é como a lua*. Já entre *quando não cresce* e *minguar*, a primeira oração seria hipotática de realce, expressando uma circunstância de tempo, em relação à segunda.

Quanto à Matthiessen e Thompson (1988), no que se refere à articulação de orações, teríamos orações paratáticas e hipotáticas. Assim, entre as porções de texto, *o amor é como a lua e minguar*, encontram-se orações paratáticas. Já entre *quando não cresce e minguar*, a primeira oração é considerada hipotática em relação à segunda. Por outro lado, esses estudiosos asseveram que devemos levar em conta também as relações retóricas que se estabelecem entre essas orações, o que é perceptível no nível do discurso.

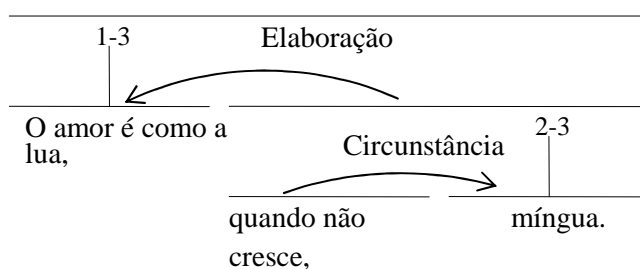
A partir da Teoria da Estrutura Retórica, detectamos, no provérbio citado, as seguintes relações predominantes: as porções de texto (2-3) funcionam como elaboração para a proposição (1). Entre as porções (2-3), consideramos a relação de *circunstância*. Ao se analisar o quadro de relações<sup>83</sup>, notamos que uma das intenções da relação de *elaboração* é que o leitor reconheça que o satélite, no caso (2-3), proporciona informações adicionais ao núcleo (1). Desse modo, o satélite contribui para aumentar a capacidade de o leitor entender o que está sendo dito no núcleo. Então, quando nos deparamos com as partes de texto: *O amor é como a lua*, podemos questionar por que o amor é como a lua? A partir dessa pergunta, encontramos a resposta *porque quando não cresce, minguar*. Essa resposta *quando não cresce, minguar* demonstra que a informação presente no núcleo *O amor é como a lua* seria uma abstração que poderia ser exemplificada pelo satélite – *quando não cresce, minguar* –, o que reforça a escolha da elaboração. No texto, aparecem informações que confirmam por qual

<sup>82</sup> É válido mencionar que as nossas classificações baseadas em Halliday (1985/2004) e Matthiessen e Thompson (1988) foram pautadas no que se considerou plausível para esses estudos.

<sup>83</sup> Todas as análises das relações retóricas serão fundamentadas no quadro de relações disponíveis em: <<http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/definitions.html>>.

motivo o autor considera o amor como a lua: *Uns dias lua cheia... uns dias minguante* e que mostram que ele não resume essa comparação ao amor, mas à vida em geral.

Entre (2-3), emerge a relação de *circunstância* que se caracteriza pelo fato de o leitor reconhecer que o satélite fornece o contexto ou situação para que o núcleo seja interpretado, salientamos que essa situação ou contexto é designado, pela teoria da RST, de forma ampla. Logo, *quando não cresce* (porção 2) seria o satélite, já que forneceria a situação para o amor acabar, ou, nos termos do texto, minguar. Entre as porções de texto que podem justificar o uso de *quando não cresce, minguar*, no texto, citamos *por vezes parece cheia, por vezes parece minguar*.



### Considerações finais

Quando estudamos coordenação e subordinação, percebemos que, em gramáticas tradicionais, a definição das orações está associada a termos como dependência e independência. Além disso, muitas vezes, priorizamos os conectivos que encabeçam as orações para definir as classificações, o que leva a análises que se prendem a aspectos sintáticos e/ou semânticos.

Como pretendemos analisar as orações observando as relações implícitas que emergem das cláusulas que se articulam, tornou-se necessário procurar uma teoria que não se limitasse ao nível da frase. Assim, optamos por uma perspectiva funcionalista a fim de determinar como seriam conceituadas as orações hipotáticas de realce, as quais se configuram como objeto de estudo deste trabalho, e, também, encontrar uma análise em que o fator contextual e discursivo fosse priorizado.

A escolha do gênero proverbial foi interessante, porque esse gênero se caracteriza por representar a experiência popular; então, por si só, já exige um contexto, o conhecimento de uma cultura para que seja compreendido. Quando analisamos os provérbios dentro de um contexto específico, o texto retirado da *internet*, mais uma vez, percebemos que um estudo das orações restrito à frase apresenta muitas lacunas.

Acreditamos que o estudo das relações retóricas contribui para que valorizemos os critérios pragmáticos e não nos limitemos ao nível da frase.

### PROVERBIAL CLAUSES COMBINING VIEWED BY RHETHORICAL STRUCTURE THEORY

**ABSTRACT:** Traditional Grammar, when it analyzes clauses, it doesn't consider the level of discourse in which portions of texts are inserted, referring to sometimes syntactic criteria, sometimes semantic criteria. Trying to highlight an analysis of clauses that take the implicit processes into account, we intend to verify how a study about articulation of clauses, looking into enhancing hypotaxis and Rhethorical Structure Theory can contribute to the analysis of proverbs proposed to this work. We believe in the hypothesis that connectives cannot determine the relations established between the portions of the texts by themselves. On theoretical foundations, we will use

*the studies of Matthiessen and Thompson (1988) and the RST (Rhetorical Structure Theory). We emphasize that this work corresponds to a small part of my master's degree, so we will analyze a proverb from one of texts of my master's research. We believe that a study of rhetorical relations contributes to that sentences doesn't be observed from connectives that start them, so besides syntactic criteria, we must consider semantic and the pragmatic criteria too.*

**KEYWORDS:** *Clauses combining; Proverbs; Rhetorical Structure Theory.*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTONIO, J. D. *Estrutura retórica e articulação de orações em narrativas orais e em narrativas escritas do português*. 2004. 247f. Tese (Doutorado em Lingüística e Língua Portuguesa). Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara/ SP, 2004.
- BRAGA, M. L. Processos de combinação de orações: enfoques funcionalistas e gramaticalização. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 23-34, 2001.
- CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 46. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.
- CUNHA, A. F. da. Funcionalismo. In: MARTELOTTA. *et al. Manual de Lingüística*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 157-174.
- DECAT, M. B. N. *Leite com manga morre!* : da hipotaxe adverbial no português em uso. 1993. 287 f. Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada ao Ensino de Língua). LAEL, PUC, São Paulo, 1993.
- DECAT, M. B. N. A articulação hipotática adverbial no português em uso. In: DECAT, M. B. N; SARAIVA, M. E. F; BITTENCOURT, V. O; LIBERATO, Y. G. *Aspectos da Gramaticado Português: Uma abordagem funcionalista*. Campinas: Mercado de Letras, 2001, p. 103-166.
- DIAS, M. L. V. S. *A articulação hipotática em construções proverbiais justapostas*. 2009.122f. Dissertação (Letras Vernáculas). UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.
- HALLIDAY, M. A. K. *Language as social semiotic*. London: Edward Arnold Publishers Ltd., 1978.
- HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold Publishers Ltd., 1985.
- HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. 3. ed. London: Hodder Education, 2004.
- MATTHIESSEN, C; THOMPSON, S. A. The structure of discourse and subordination. In: HAIMAN, J. ; THOMPSON, S.A. (eds.). *Clause combinig in grammar and discourse* Amsterdam: John Benjamins, 1988, p. 275-329.
- NEVES, M. H. M. *A articulação de orações: reflexões de base funcionalista*. In: CONGRESSO DA ABRALIN. *Anais*. Maceió: Mimeo, 1997.
- NEVES, M. H. M. *Texto e Gramática*. São Paulo: Contexto, 2007.
- NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA. Rio de Janeiro, 1958. Disponível em: <<http://people.ufpr.br/~borges/publicacoes/notaveis/NGB.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2009.
- RST. *Introdução à teoria da estrutura retórica*. Disponível em: <<http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/intro.html>>. Acesso em: 1 mar. 2009.
- RST. *Definições das relações*. Disponível em: <<http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/intro.html>>. Acesso em: 1. mar. 2009.
- SOLANA. O amor é como a lua, quando não cresce, minguá. *Asolnoguinho*. Disponível em:< <http://asolnoguinho.blogspot.com/2008/01/o-amor-como-lua-quando-no-crescemngu.html>>. Acesso em: 1 mar. 2010.

## A morfologia sufixal no processo de formação dos topônimos indígenas e híbridos das regiões de Aquidauana, Corumbá e Miranda-MS

Lucimara Alves da C. COSTA<sup>84</sup>

**RESUMO:** Este trabalho é um recorte da dissertação *Estudo lexical dos nomes indígenas das regiões de Aquidauana, Corumbá e Miranda no Estado de Mato Grosso do Sul: a toponímia rural*, defendida no PPG em Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/CPTL e tem por objetivo discorrer sobre o processo de formação dos topônimos indígenas e híbridos das regiões de Aquidauana, Corumbá e Miranda no M. S., com enfoque especial nos topônimos formados por sufixação. O *corpus* foi retirado de mapas cartográficos na escala 1:125.000, disponibilizados no site do IBGE, no ano de 2007. Desse *corpus* foram retirados 131 topônimos, 100 puramente indígenas e 31 híbridos - indígena/português. Como método classificatório toponímico, servimo-nos do modelo taxionômico proposto por Dick (1990) e como suporte teórico morfológico contamos com os pressupostos de Rio-Torto (1998), Basílio (2000), Costa (2002) e Basílio (2009) como forma de fundamentar o processo de formação dos termos apresentados na análise. No decorrer de nosso trabalho verificamos que a derivação sufixal foi o processo de formação mais recorrente em nossos dados, sendo estes topônimos em sua maioria originados do tupi e do guarani e formados pelo acréscimo de sufixos do Português com indicação de aumentativo, diminutivo e coletivo.

**PALAVRAS - CHAVE:** Léxico; Morfologia sufixal; Topônimos indígenas.

### Introdução

Falar sobre a toponímia brasileira é de certa forma retratar toda a riqueza e contrastes que configuram o povo brasileiro, mesmo porque, segundo Antunes e Carvalhinhos (2007, p. 01), falar da toponímia brasileira “é remeter-se, inapelavelmente, às origens do país. É, também, remeter-se a alguns aspectos do português brasileiro (PB)”, uma vez que, conforme apontamentos de Dick (1990), a toponímia no Brasil comporta considerações referentes a três estratos linguísticos: o português, o africano e o indígena.

Nesse sentido, de acordo com Dietrich e Noll (2010, p. 07), “o português brasileiro, comparado com a variedade europeia, caracteriza-se não só pelos seus arcaísmos lexicais e a fonética, mas também pela tradição tupi, que se manifesta em inúmeros nomes de lugares”. Assim, para Rodrigues (1951, p. 3), “um dos aspectos [...] mais importantes para quem quiser se dedicar à investigação etimológica é, sem dúvida, o processo de composição nesta língua predominantemente incorporante. De igual importância é a derivação por meio de afixos”.

Dessa forma, este trabalho tem por objetivo discorrer sobre o processo de formação dos topônimos indígenas e híbridos (indígena/português) das regiões de Aquidauana, Corumbá e Miranda no Estado de Mato Grosso do Sul, com enfoque especial aos topônimos formados por sufixação.

Nosso método de coleta e análise de dados foi uma combinatória de leitura de mapas cartográficos, consultas a dicionários e bibliografia relacionada às línguas/famílias indígenas tupi, guarani, terena e kadiwéu. Como método classificatório toponímico, servimo-nos do modelo taxionômico proposto por Dick (1990) e como suporte teórico morfológico contamos com os pressupostos de Rio-Torto (1998), Basílio (2000), Costa (2002) e Basílio (2009) como forma de fundamentar o processo de formação dos termos apresentados na análise.

Para melhor compreensão do trabalho optamos por dividi-lo em três partes: primeiramente abordamos as questões referentes ao processo de formação dos topônimos

---

<sup>84</sup> Doutoranda em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/IBILCE- São José do Rio Preto- SP- Brasil. Lucimara.costa@hotmail.com.

indígenas e híbridos de Mato Grosso do Sul, procurando evidenciar o processo de formação mais recorrente em nossos dados. Na segunda parte apresentamos os materiais e métodos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa. Depois, na terceira parte, passamos a apresentação e análise dos dados, de forma a comprovar o que foi apresentado anteriormente e, por fim, passamos às considerações finais.

## **O processo de formação dos topônimos indígenas e híbridos de Mato Grosso do Sul**

Relacionado ao processo de formação dos topônimos indígenas e híbridos de Mato Grosso do Sul e, em especial nos topônimos focalizados em nossa pesquisa, no caso os pertencentes às regiões de Aquidauana, Corumbá e Miranda, verificamos que estes são em sua maioria formados pelo processo de derivação sufixal. Acreditamos que este fato ocorre devido ao grande número de termos de origem tupi e guarani, línguas que se estruturam, geralmente, pela junção de afixos, em sua maioria sufixos, o que caracteriza a derivação sufixal ou sufixação.

Outro aspecto bastante recorrente em nossos dados são os termos híbridos, formados em sua maioria por bases indígenas e afixos originados do português. Assim, recorremos a suportes teóricos pertinentes à morfologia para fundamentar o processo de formação dos termos apresentados na análise.

De acordo com Basílio (2000, p. 84), “o caso mais comum [...] de processo morfológico a serviço da função expressiva da linguagem é o caso de diminutivos, aumentativos e superlativos”.

Segundo a autora, tanto o diminutivo quanto o aumentativo, além de indicarem uma proporção maior ou menor em relação àquilo que é considerado como um padrão normal, podem expressar também uma atitude emocional do falante em relação ao tamanho do objeto a que se refere.

No caso dos termos híbridos com sufixos diminutivos, o grau representa uma dimensão menor do que o normal, por isso o grau diminutivo é, em geral, definido como diminuição concreta de tamanho, mas também apresenta abrangência maior, indicando diminuição avaliativa, ou depreciação. (BASÍLIO, 2009, p. 70).

Para Basílio, o principal elemento formador de diminutivos em português é o sufixo *-inho*, que se alterna com *-zinho* quando a forma base termina em consoante, ditongo ou vogal acentuada, entretanto, se, por um lado, *-inho* e *-zinho* parecem ser complementares, uma vez que o segundo deles é utilizado em ambientes fonológicos em que o primeiro não ocorre, a autora ressalta que essa restrição não é absoluta.

A respeito dessa formação, Costa (2002, p. 126) aponta que “o sufixo diminutivo apresenta estas duas formas alternantes e que o uso de uma ou outra é condicionado pela sequência de segmentos que constituem a última sílaba da base e pela tonicidade desta mesma sílaba”. Dessa forma, de acordo com a autora, a forma *-inho* ocorre em palavras formadas a partir de bases terminadas em vogais tônicas, em consoantes e em ditongos. Destaca, porém, que a regularidade dessa distribuição não é total, podendo ter a ocorrência de *-zinho* no mesmo contexto. A respeito disso, Cunha e Cintra (1985, p. 91) destacam que, “com exceção das palavras terminadas em *-s* e *-z*, que exigem a forma *-inho*, não é fácil determinar os motivos que justificam a escolha entre essas duas formas”. Os autores apontam, contudo, certa predisposição da norma culta para a utilização de formações com *-zinho* e não *-inho*-, o que, segundo eles, decorre da intenção de preservar a pronúncia da unidade lexical da qual a nova palavra derivou.

Como exemplos de topônimos híbridos formados por sufixos diminutivos, encontramos em nosso *corpus* os nomes: *mangabinha*, *taboquinha* e *taquaretinha*/

*aguassuzinho, baguaçuinho, buritizinho, cambarazinho, caraguazinho, carandazinho, sucurizinho, taquaralzinho e tarumãzinho.*

Como exemplo de topônimo híbrido com sufixo aumentativo, temos, em nossos dados, o nome *pindaivão*, formado pelo acréscimo do sufixo aumentativo *-ão*. Sobre este tipo de formação, Rio-Torto (1998, p. 161) destaca que “abundam em português os nomes sufixados em *-ão* derivados de bases nominais. De acordo com a autora, a operação semântica associada à regra que os gera pode ser definida como uma operação de intensidade ou de aumento de alguma ou de algumas das propriedades designadas pela base.

Destacamos, porém, que a formação dos topônimos híbridos de maior ocorrência em nosso *corpus* foi a que se refere aos locativos. Segundo Rio-Torto (1998, p. 176), “o estatuto morfoderivacional dos diferentes tipos de locativos do português só pode ser explicado à luz da estrutura morfológica e semântica dos nomes que lhes servem de base e mediante o conhecimento da identidade estrutural e da própria história do sufixo em jogo”

De acordo com a autora, por nomes de lugar entendem-se diferentes categorias e produtos nominais. Como exemplo disso, temos “os nomes que designam lugares ou espaços, que integram, albergam ou que são preenchidos por grande quantidade do número de base” (RIO TORTO, 1998, p. 179).

No caso de nossos dados, temos os topônimos: *acurizal, angical, bacaiuval, buritizal, cambarazal, carandazal, guanandizal, indaial, mangabal, pindaival, pirizal, piuval, sucupiral, tabocal e taquaral*.

Outro exemplo de locativo é o caso do topônimo *pitangueira*, “locativo não deverbal que designa local/objeto continente de número de base; local/objeto/receptáculo [...]; local ou objeto onde se guarda, existe ou [...] está depositado o número de base” (RIO-TORTO, 1998, p. 182).

A respeito dessa formação, Basílio (2009, p. 75) aponta que, no caso do uso do sufixo *-eiro/a* com agentes vegetais, “incluem-se as plantas, sobretudo árvores, denominadas a partir de seu produto (fruta, flor, etc.)”.

Outro caso de termo híbrido encontrado em nossos dados é o topônimo “*cipolândia*”, cujo sufixo (*-lândia*) é geralmente utilizado como pospositivo em referência a locativos pátrios (terra, país, região), porém acreditamos que, ao ser utilizado com o designativo cipó, perdeu essa característica de locativo e passou a ser empregado como ideia de coletividade.

A propósito da motivação toponímica dos designativos destacados, procuramos evidenciar, especialmente, a relação homem, ambiente e linguagem no ato da nomeação. Para isso, recorremos, em parte, a aspectos históricos. Destacamos, porém, que nossos dados foram analisados numa perspectiva sincrônica e não diacrônica.

## **Materiais e métodos**

O método para coleta e análise dos dados é uma combinatória de leitura de mapas cartográficos, consultas a dicionários e bibliografia relacionada às línguas/famílias indígenas tupi, guarani, terena e kadiwéu.

Como método classificatório toponímico, servimo-nos do modelo taxionômico toponímico proposto por Dick, em 1975, inicialmente composto por 19 taxonomias e reformulado, pela mesma autora, em 1990, resultando em um total de 27 taxes: 11 de natureza física<sup>85</sup> e 16 de natureza antropocultural<sup>86</sup>.

<sup>85</sup> Classificam-se como designativos de natureza física os nomes ligados ao ambiente físico, como: rios, lagos, rochas, córregos, cachoeiras, morros, vazantes, corixos e serras. Nessa categoria, Dick (1990, p. 31-32) apresenta 11 taxonomias, de acordo com a natureza do objeto a que se refere.

<sup>86</sup> Classificam-se como taxonomias de natureza antropocultural os designativos que dizem respeito às atividades do homem e da sociedade no qual este está inserido, em seus aspectos históricos e socioculturais.



Na ocasião de apresentação do projeto para ingresso no processo seletivo do Mestrado em Linguística na Universidade Federal de Mato Grosso, Câmpus de Três Lagoas, no ano 2008, voltado exclusivamente para o estudo de topônimos indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul, encontrava-se em aberto apenas o projeto do “Glossário de topônimos indígenas do estado de Mato Grosso do Sul”, organizado pela Universidade Federal da Grande Dourados e coordenado pela professora Marilze Tavares, iniciado em 2007 e ainda sem conclusão.

Hoje, no Brasil, vários outros projetos voltados para esse enfoque já foram desenvolvidos ou encontram-se em fase de desenvolvimento. Dentre eles, podemos citar o Vocabulário geográfico de origem indígena brasileira das famílias tupi-guarani, karib, aruak e algumas do tronco macro-jê, presente na Toponímia, o projeto ATITO – *Atlas toponímico de origem indígena do Tocantins* – coordenado pela professora Karylleila dos Santos Andrade. Mais recentemente, no 58º GEL, realizado em julho de 2010, foram apresentados painéis de Iniciação Científica com enfoque nos zootopônimos e hidrotopônimos de origem ou base indígena e um sobre termos de origem tupi, orientados pela pesquisadora Aparecida Negri Isquierdo, vinculados aos projetos ATEMS e ALIB, coordenados pela mesma pesquisadora.

Seguindo parcialmente a metodologia de pesquisa dos projetos citados, para levantamento do *corpus*, utilizamos os mapas digitais na escala 1: 125.000, que correspondem aos mapas rurais estatísticos -MRU- disponibilizados pelo IBGE -Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, referentes aos municípios de Aquidauana, Corumbá e Miranda, no estado de Mato Grosso do Sul.

Inicialmente, fizemos uma análise quantitativa dos termos possivelmente indígenas, pois muitos deles já eram conhecidos por referências em obras literárias e pelo conhecimento prévio da origem desses nomes, especialmente os de origem tupi. Depois procedemos a uma análise qualitativa desses dados a fim de analisar a etimologia, significado, grau de recorrência e a motivação toponímica dos designativos.

As informações sobre a etimologia e o significado dos topônimos foram retiradas de dicionários de línguas indígenas, obras literárias voltadas para esse enfoque e relatos históricos, o que possibilitou que conhecêssemos um pouco da história desses nomes e compreendêssemos, em parte, sua motivação toponímica.

Nossa coleta procedeu a um levantamento preliminar dos termos que designam os acidentes físicos e humanos da região citada. Em uma primeira coleta, o número de topônimos destacados foi o equivalente a cerca de 500 nomes, porém, após uma primeira consulta a dicionários de língua portuguesa, como Houaiss e Villar (2001), e dicionários indígenas de tupi, descartamos os nomes de origem comprovadamente não indígena e ficamos com os dados apresentados como tal, ou de origem obscura, a fim de empreender futuras consultas a dicionários indígenas de tupi, guarani e kadiwéu. O número resultante dessa primeira análise foi o total de 350 termos, divididos entre acidentes físicos e humanos. Entretanto, tendo em vista nosso objetivo de realizar um estudo lexical de cada um dos topônimos, preferimos nos restringir a um número de 195 termos, dos quais 31 são híbridos, indígena-português, 100 topônimos indígenas foram apresentados em fichas e 51 termos, por se repetirem em 2 ou 3 dos municípios estudados, foram apresentados uma única vez.

Com o *corpus* delimitado, procedemos a consultas a dicionários bilíngues indígena/português, a fim de comprovar a etimologia e o significado dos termos levantados. A princípio, recorreremos apenas a dicionários tupi-português e guarani-português, uma vez que, notoriamente, a maioria dos nomes de origem indígena é proveniente do tupi ou do guarani.

Em nossa análise, procuramos priorizar as informações referentes ao significado e à etimologia dos topônimos. Para tanto, elencamos as acepções apresentadas nas seguintes obras: Taunay (1875), Sampaio (1901), Mendes (1942), Dias (1970), Barbosa (1970), Kathib (1972), Cruz (1979), Tibiriçá (1984), Cunha (1982), Tibiriçá (1989), Guasch & Ortiz (1996),

Tibiriçá (1997), Francisco & Francisco (1997), Cunha (1998), Houaiss e Vilar (2001), Griffiths (2002), Borba (2002), Ferreira (2004), Borba *et al* (2004), Greiser (2007) e Assis (2008).

## **Apresentação e análise dos dados**

Passemos à apresentação e análise dos dados que foram organizados por meio de uma adaptação do modelo de fichas lexicográfico-toponímicas proposto por Dick (2004) e adotado pelo Projeto Atlas Toponímico do estado de São Paulo.

Este modelo de ficha foi moldado por Dick entre os anos 1980 e 2004, entretanto, dada a natureza de nossa pesquisa, algumas adaptações e alterações foram realizadas a fim de adequação ao objetivo de nosso trabalho:

- acrescentamos o campo do código para que pudessemos ordenar e organizar estruturalmente os topônimos, obedecendo o critério da ordem alfabética;
- dividimos o campo do topônimo em termo genérico e específico a fim de facilitar a visualização e compreensão da forma como se estrutura e se relaciona topônimo e acidente nomeado;
- acrescentamos o campo da forma variante para que pudessemos, em uma mesma ficha, apresentar as variações lexicais conhecidas e apontadas a um mesmo topônimo,
- retiramos os campos com as informações referentes à estrutura morfológica porque optamos por apresentar as informações morfológicas no corpo do texto e não na tabela;
- não apresentamos as informações referentes ao histórico e contexto, pois esses dados só poderiam ser apontados mediante uma pesquisa de caráter diacrônico, que não era o nosso objetivo;
- retiramos os campos pesquisadora, revisora e data de coleta, pois, por se tratar de uma dissertação de mestrado que não envolvia pesquisa de campo, nem data específica de coleta, esses dados se tornariam improcedentes;
- optamos por apresentar as informações enciclopédicas, assim como qualquer dado relacionado à história e formação do topônimo dentro do corpo do texto e não na ficha.

Reiteramos que todas essas adaptações foram feitas visando, acima de tudo, o caráter da praticidade e simplicidade, de forma a facilitar a visualização e compreensão por parte de estudiosos e também de leigos nos estudos toponímicos, entretanto, procuramos conservar a essência da ficha original de Dick.

Município:	
Localização:	
Topônimo:	
AH:	Taxionomia:
Etimologia:	
Entrada lexical:	
Estrutura morfológica:	
Histórico	

**Fig. 1. Ficha lexicográfico-toponímica, modelo de Dick (2004)**

Passemos agora aos nossos dados:

.....FICHA LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICA				Topônimo
				“Acurizal”
Localização	Município(s)	Termo		Informações Enciclopédicas
Mesorregião dos Pantanaís sul-mato-grossense	Corumbá	Genérico	Fazenda	Extenso aglomerado de acuris em determinada área.
		Específico	Acurizal	
Taxonomia	Fitotopônimo			
Etimologia	Tupi/português			
Forma variante	Não encontrada.			
Fonte	Mapa digital do IBGE- Escala 1:125.000			

Termo híbrido formado pela junção do radical tupi *acuri* + sufixo coletivo do português- (z) al. Extenso aglomerado de acuris em determinada área (HOUAISS e VILAR, 2001). Este termo não se encontra dicionarizado nas demais obras consultadas.

.....FICHA LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICA				Topônimo
				“Angical”
Localização	Município(s)	Termo		Informações Enciclopédicas
Mesorregião dos Pantanaís sul-mato-grossense	Aquidauana	Genérico	Córrego	1. Extenso aglomerado de angicos.
		Específico	Angical	
Taxonomia	Fitotopônimo			
Etimologia	Tupi/português			
Forma variante	Não encontrada			
Fonte	Mapa digital do IBGE-Escala 1:125.000			

Termo híbrido formado pela junção do radical tupi *angico* + sufixo coletivo português- al. Segundo Houaiss e Vilar (2001), esse termo significa: “extenso aglomerado de angicos em determinada área”. Ferreira (2004) aponta este topônimo como “quantidade mais ou menos considerável de angicos dispostos proximamente entre si”. As demais obras consultadas não apresentam este topônimo.

.....FICHA LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICA¶				Topônimo□
				“Aguassuzinho”□
Localização□	Município· (s)□	Termo□		Informações· Enciclopédicas□
Mesorregião dos· Pantanaís sul· mato-grossense□	Aquidauana/¶ Corumbá□	Genérico□	Fazenda□	1. Forma derivada· de guaçu.□
		Específico□	Aguassuzinho□	
Taxonomia□	Dimensiotopônimo□			
Etimologia□	Tupi/guarani/português□			
Forma variante□	Não encontrada.□			
Fonte□	Mapa digital do IBGE·Escala 1:125.000□			

Termo híbrido formado pela junção do radical indígena tupi/guarani *guassu* + sufixo diminutivo do português- (z) inho. Este termo ainda não se encontra dicionarizado nas obras consultadas.

De acordo com Guasch& Ortiz (1996, p. 542) e Assis (2008, p. 62) como originado do guarani. Segundo os autores supracitados, corresponde ao adjetivo “grande, acima do normal, em volume, tamanho, intensidade e valor”.

Entretanto, há divergência quanto à origem desse termo, pois, de acordo com Sampaio (1901), Tibiriçá (1984), Cunha (1998) e Houaiss e Vilar (2001), *aguaçu* é um termo de origem tupi.

.....FICHA LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICA¶				Topônimo□
				“Buritizinho”□
Localização□	Município(s)□	Termo□		Informações Enciclopédicas□
Mesorregião dos Pantanaís sul-mato-grossense□	Aquidauana□	Genérico□	Fazenda□	1. Buriti pequeno¶ 2. Palmeira de frutos ovóides.□
		Específico□	Buritizinho□	
Taxonomia□	Fitotopônimo□			
Etimologia□	Tupi/português□			
Forma variante□	Carandaizinho.□			
Fonte□	Mapa digital do IBGE--Escala 1:125.000□			

Termo híbrido formado pela junção do radical indígena tupi *buriti* + sufixo diminutivo da língua portuguesa- (z) inho. Este termo é definido como: *buriti* pequeno (HOUAISS E VILAR, 2001).

De acordo com a definição apontada por Ferreira (2004), este termo denomina uma “palmeira (*Mauritiamartiana*) de frutos ovóides, cujas folhas se usam para cobrir choupanas e cujas fibras são têxteis; *caraná*, *caranaí*, *carandaizinho*, *cariná*, *ripa*”.

No “Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa”, Borba (1982) apresenta várias formas derivadas do termo *buriti*, mas não apresenta a formação *buritizinho*.

Entre as formas derivadas apontadas pelo autor e o período de “surgimento ou criação” das mesmas, encontramos: *buritizal* (1872), *buritizeiro* (1881), *buritiral* (1872) e *buritirana* (1913). As demais obras consultadas não apresentam este topônimo.

.....FICHA LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICA				Topônimo
				“Cipolândia”
Localização	Município (s)	Termo		Informações Enciclopédicas
Mesorregião dos Pantanaís sul-mato-grossense	Aquidauana/Corumbá	Genérico	Colônia	1. Forma derivada da palavra cipó.
		Específico	Cipolândia	
Taxonomia	Fitotopônimo			
Etimologia	Tupi/português			
Forma variante	Não encontrada.			
Fonte	Mapa digital do IBGE - Escala 1:125.000			

Termo híbrido formado pela junção do radical tupi *cipó* + sufixo do português- lândia. Termo ainda não dicionarizado nas obras lexicográficas consultadas.

Mendes (1942, p. 10) apresenta como forma derivada de *cipó*, o termo *cipoal*, “lugar abundante de *cipós*” e também como “situação intrincada, sem saída”. Ex: Ele caiu num *cipoal* e está sem saída.

Borba (2004, p. 285) aponta a forma *cipozal*, que é o mesmo que *cipoal* “mata cujo acesso é dificultado pela presença abundante de cipós; fios entrelaçados”.

O dicionário Caldas Aulete (2007, p. 220) também apresenta a forma *cipoal* “mata cheia de *cipós*”. Como construções derivadas do termo *cipó*, Cunha (1982, p. 187) apresenta: *cipoal* (1648) e *cipoada* (1872).

A respeito dessa formação, ressaltamos a alteração e extensão semântica ocorrida nesse topônimo, pois, a adição do sufixo *-lândia* (geralmente utilizado em referência a locativos pátrios) ao radical de origem tupi *cipó*, fez com que esse sufixo perdesse a característica de locativo e passasse a apresentar uma ideia de coletividade, isto é, de um aglomerado de cipós, o que parece indicar que o sufixo perdeu sua característica particular em detrimento da carga semântica da base a qual foi afixado.

.....FICHA-LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICA¶				Topônimo□
				“Jacutinga”□
Localização□	Município(s)□	Termo□		Informações· Enciclopédicas□
Mesorregião dos· Pantanaís sul· mato-grossense□	Aquidauana/¶ Corumbá/¶ Miranda□	Genérico□	Fazenda□	1. Jacu-branco. ¶ 2. Rocha friável· argilosa.□
		Específico□	Jacutinga·	
Taxonomia□	Zootopônimo/Litotopônimo□			
Etimologia□	Tupi□			
Forma variante□	Não encontrada□			
Fonte□	Mapa digital do IBGE·Escala 1:125.000□			



Termo de origem tupi formado, de acordo com Sampaio (1901, p. 64), pela justaposição das formas *jacu* + *tinga*, que denomina o “jacu branco ou manchado de branco”. Ainda de acordo com o autor, também “denominavam *jacutinga* a rocha friável argilosa servindo de jazida ao ouro entre rocha de itabirita, talvez pela sua semelhança de coloração com a ave conhecida do gênero Penélope” (SAMPAIO, 1901, p. 58).

Para Cunha (1998, p. 169), *jacutinga* é “uma ave galiforme da família dos cracídeos, uma espécie de *jacu*”. Segundo Tibiriçá (1984, p. 114), este termo designa “a ave da família dos cracídeos” e, em uma segunda acepção, pode ser definido como o “xisto ferruginoso e maganífero decomposto”.

De acordo com o dicionário Houaiss e Vilar (2001), *jacutinga* é uma “designação comum às aves galiformes, típica de matas de altitude do sudeste brasileiro, com plumagem negra brilhante e branca, base do bico azul-esbranquiçado, região perioftálmica nua e branca e barbelas largas e vermelhas”.

Segundo Navarro (2006), existem, no tupi, alguns adjetivos ou mesmo substantivos que funcionam como pospositivos na formação de muitos topônimos, como é o caso dos substantivos *tyba*, *tinga* e *pora*.

Sobre esses pospositivos, o autor aponta o uso do substantivo *tinga*, que significa “branco, brancura”, na formação de muitos de nossos topônimos, como é o caso de *jacutinga*, *itatinga*, entre outros.

FICHA LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICA				Topônimo
				“Piratininga”
Localização	Município (s)	Termo		Informações Enciclopédicas
Mesorregião dos Pantaneais sul-mato-grossense	Aquidauana	Genérico	Fazenda	1. Peixe seco 2. Lugar onde secam os peixes. 3. Antiga denominação da cidade de São Paulo.
		Específico	Piratininga	
Taxonomia	Zootopônimo/Corotopônimo			
Etimologia	Tupi			
Forma variante	Não encontrada			
Fonte	Mapa digital do IBGE- Escala 1 : 125.000			

Topônimo formado por sufixação, na junção do radical tupi/guarani *pirá*, “peixe” + o sufixo tupi, *-tinga*, “seco, maduro” (TIBIRIÇÁ, 1984, p. 182).

De acordo com Sampaio (1901, p. 147), este termo tem como correspondente a forma *pirá-tinga*, “o secca peixe, ou o peixe seccando”. Já o dicionário Houaiss e Vilar (2001) aponta o topônimo *Piratininga* como “a antiga denominação da cidade de São Paulo”. Esse dicionário apresenta também a definição dada por Nascentes, na afirmação de que:

a origem desse termo é o tupi *pi'ra* 'peixe' e *(mo)tinga*, gerúndio de *(mo)ting* 'secar', donde 'peixe secando, o seca peixe'; o autor cita Teodoro Sampaio que transmite a explicação de Anchieta: por efeito de transbordamentos, o rio deita fora peixes e os deixa em seco, expostos ao sol; há autores que dão outras explicações: leito desigual e sinuoso. (NASCENTES, *apud* HOUAISS E VILAR, 2001)

## Considerações finais

Conforme mencionamos na introdução deste trabalho, nosso objetivo consistiu em discorrer sobre a morfologia sufixal nos topônimos de origem indígena e híbrida que designam os acidentes físicos e humanos presentes na zona rural das regiões de Aquidauana, Corumbá e Miranda, no estado de Mato Grosso do Sul.

Sendo assim, quanto à estrutura desses nomes, detectamos que são, em sua maioria, formados pelo acréscimo de sufixos da língua portuguesa às bases indígenas, sendo esses sufixos que remetem a locativos, como é o caso do sufixo *-al*, ou diminutivos *-inho* e *-zinho*. Como exemplos desses topônimos, encontramos em nossos dados os termos *acurizal*, *angical*, *guanandizal*, *aguassuzinho*, *buritizinho* e *mangabinha*.

Além dos termos híbridos formados pelo acréscimo desses sufixos mencionados, destacamos também o caso dos topônimos *pindaivão*, formado pelo acréscimo de sufixo aumentativo do português *-ão*; *cipolândia*, que é formado pelo acréscimo do sufixo *-lândia*, que funciona como pospositivo comum a locativos pátrios, como é o caso dos topônimos Groenlândia e Finlândia; e *pitangueira*, topônimo formado pelo acréscimo do sufixo latino *-eira*, designando a árvore que produz a fruta *pitanga*, também um locativo.

Acreditamos que propor um estudo lexical dos inúmeros designativos de origem indígena que formaram e solidificaram a toponímia brasileira, tanto na questão histórica e cultural, quanto em sua questão estrutural e morfológica consiste em, de certa forma, recuperar a memória de nosso país, confrontando os fatos do passado para compreender o presente, analisando-o posteriormente. Essa relação histórica comprova a afirmação de Dick (1990, p. 22): “o nome de lugar exerce, concomitantemente, o papel de uma verdadeira crônica, em que os fatos atuais se projetam no futuro, através da inscrição onomástica”.

### *THE SUFFIXAL MORPHOLOGY IN THE PROCESS OF FORMATION OF INDIGENE AND HYBRID TOPONYMIES FROM REGIONS OF AQUIDAUANA, CORUMBÁ AND MIRANDA-MS*

**ABSTRACT:** This work is a piece of the dissertation “Lexical Study of indigene names from Aquidauana, Corumbá and Miranda regions in the state of Mato Grosso do Sul: the rural toponymy, defended in PGP in Letters of Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/ CPTL and has as objective to discourse about the process of formation of indigene and hybrid toponymies from Aquidauana, Corumbá and Miranda region in Mato Grosso do Sul, with special focus toponymies formed by suffixes. The *corpus* was extracted from cartographic maps in scale 1:125.000, available in IBGE web site, in 2007. One hundred and thirty-one toponymies were extracted from this corpus, one hundred purely indigene and thirty-one hybrid – indigene-portuguese. As a classificatory method we use the taxonomic model proposed by Dick (1990) and as a theoretical morphological support we use the purpose of Rio-Torto (1998), Basílio (2000), Costa (2002) e Basílio (2009) to set up the process of formation of terms presented in the analysis. During our work we notice that the suffixal derivation was the most recurring process of formation in our data, being these toponymies, in the great number, originated from tupi and guarani and formed by the increment from Portuguese with indication of augmentative, diminutive and collective.

**KEYWORDS:** Lexical; Suffixal morphology; Indigenetoponymies.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, K. S. *Atlas Toponímico de Origem Indígena do Tocantins-Projeto ATITO*. São Paulo: USP, 2006. Tese (Doutorado).
- ANTUNES, A. M.; CARVALHINHOS, P. J. *Toponímia brasileira: origens históricas*. Blog da USP, 2007.

BASÍLIO, M. Formação de palavras na língua escrita e na língua falada. In: \_\_\_\_\_. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 2000, p. 81-89.

\_\_\_\_\_. *Formação de classes de palavras no português do Brasil*. 2. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

COSTA, I. B. Processos morfofonológicos na morfologia derivacional. In: ILARI, R. *Gramática do português falado*. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

CUNHA, C.; CINTRA, L. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DICK, M. V. P. A. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. Coletânea de Estudos. 2. ed. São Paulo: USP, 1990.

\_\_\_\_\_. Toponímia e línguas indígenas do Brasil. *Estudos Avançados*. V.8(22) p. 435-436, São Paulo: USP, 1994.

DIETRICH, W; NOLL, V. (orgs). *O português e o tupi no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010.

NAVARRO, E. A. *Método moderno de tupi antigo: a língua do Brasil dos primeiros séculos*. 3. ed. rev. e aperfeiçoada. São Paulo: Global, 2006.

RIO-TORTO, G. M. *Morfologia derivacional: Teoria e aplicação ao português*. Porto: Portugal: Editora Porto, 1998.

RODRIGUES, A. D. *Fonética histórica tupi-guarani: diferenças fonéticas entre o tupi e o guarani*. Arquivos do Museu Paranaense: Curitiba, 1945. IV p. 333-354.

\_\_\_\_\_. A composição em tupi. *Separata da Revista Logos*, nº14: Curitiba, 1951.

\_\_\_\_\_. Contribuição para a etimologia dos brasileirismos. *Revista Portuguesa de Filologia*. Coimbra: Instituto de Estudos Românicos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 1958. Vol. 9, p. 1-54.

SAMPAIO, T. *O tupi na geographia nacional*. Instituto Histórico e geográfico de São Paulo: São Paulo, 1901.

\_\_\_\_\_. *O tupi na geographia nacional*. 5. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

TAUNAY, A. E. *Scenas de viagem-Memória Descritiva*. Tipografia Americana: Rio de Janeiro, 1868.

## DICIONÁRIOS CONSULTADOS

ASSIS, C. F. *Dicionário Guarani- Português*. 2. ed. Edição própria: São Paulo, 2008.

BARBOSA, A. L. *Pequeno vocabulário Português-Tupi*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1970.

BORBA, F. S. *Dicionário de usos do português do Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.

\_\_\_\_\_. et al. *Dicionário UNESP do português contemporâneo*. São Paulo: UNESP, 2004.

CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

\_\_\_\_\_. *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. 4. ed. Brasília: Companhia Melhoramentos: Universidade de Brasília, 1998.

CRUZ, G. L. *Dicionário das plantas úteis do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A, 1979.

DIAS, G. *Dicionário da língua tupi - chamada língua geral dos indígenas do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1970.

FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário eletrônico Ferreira versão 5.0*. Editora Positivo Informática LTDA, 2004.

FRANCISCO, C. S; FRANCISCO, M. A. *Pequeno dicionário da língua Terena Vemó'U: Dicionário Aruak-Português para I e II graus*. Campo Grande, MS: Editora Ruy Barbosa, 1997.



GREISER, P. *Dicionário Caldas Aulete da língua portuguesa*. (Editor responsável Paulo Greiser). Rio de Janeiro: Editora Digital, 2007.

GRIFFITHS, G; GRIFFITHS, C. *Dicionário kadiwéu-português; português-kadiwéu*. Cuiabá-MT: Sociedade Internacional de Linguística, 2002.

GUASCH, A. S. J; ORTIZ, D. *Diccionario guarani-castellano; castellano-guarani*. 13. ed. Asunción, Paraguay: CEPAG, 1996.

HOUAISS, A; VILLAR, M. S. *Dicionário eletrônico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KHATIB, F. *Dicionário cultural da língua portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

MENDES, A. *Vocabulário amazônico*. São Paulo: Sociedade Imprensa Brasileira, 1942.

TAUNAY, A. E. Vocabulário da língua guanã ou chané. *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geographico e Ethnográfico do Brasil*. Tomo XXXVIII: Rio de Janeiro, 1875. Parte Segunda, p.143-162.

TIBIRIÇÁ, L. C. *Dicionário tupi-português*. 2. ed. Brasil: Editora Traço, 1984.

\_\_\_\_\_. *Dicionário guarani-português*. Brasil: Editora Traço, 1989.

\_\_\_\_\_. *Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi*. 2. ed. Brasil: Editora Traço, 1997.

## **Análise do uso dos advérbios locativos em textos opinativos dos séculos XVIII e XIX: questões de ordenação e gramaticalização**

Monique Petin Kale dos SANTOS<sup>87</sup>

**RESUMO:** Este artigo consiste na análise da ordenação dos advérbios locativos em textos opinativos dos séculos XVIII e XIX sob os pressupostos do funcionalismo norte-americano. Verificamos o perfil dos autores em relação ao público-alvo às quais as obras são destinadas, pois acreditamos que essa característica influencia o modo de utilização dos locativos. Observamos também os processos de mudança e variação que levaram à gramaticalização, à polissemia, característica desses usos, e à ordenação dos advérbios locativos em relação ao verbo da sentença. Os dados analisados mostram que, nas obras do século XVIII pesquisadas, grande parte dos advérbios encontra-se em posição pré-verbal, que é considerada a posição mais regular dos advérbios em sincronias mais antigas da língua portuguesa. Por outro lado, no século XIX, a ordenação do advérbio pronominal locativo tende a ser pós-verbal, situando-se o advérbio em geral imediatamente após o verbo. Acreditamos também que a grande ocorrência de espaços “abstratos” ou virtuais seja por conta do gênero opinativo e da maior frequência de sequências expositivas presentes nos textos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Advérbio locativo; Ordenação; Gramaticalização.

### **Introdução**

Sob o viés do funcionalismo norte-americano (Furtado da Cunha, Oliveira e Martelotta, 2003), o presente artigo tem como objetivo fazer uma análise quantitativa e qualitativa dos usos dos advérbios locativos em textos opinativos nos séculos XVIII e XIX. É necessário ratificar que a linha teórica utilizada baseia-se em Hopper, quanto aos princípios de *camadas e divergência* (Hopper, 1991), nos estudos de Givón (2001), no que tange à *iconicidade e marcação* e nos postulados de Traugott e Dasher sobre *metáfora e metonímia* (Traugott e Dasher, 2005).

Neste trabalho busca-se observar não só a ordenação e referencialidade dos advérbios *aqui/daqui, ali/dali, aí, lá e cá* nos períodos de tempo citados anteriormente, mas também o foco nas trajetórias de polissemia e gramaticalização que envolvem esses usos. Denomina-se gramaticalização o movimento de regularização gradual segundo o qual uma palavra ou construção adquire, no decorrer do tempo, *status* de elemento gramatical, ou pelo qual uma palavra ou construção, já pertencente ao elenco de elementos gramaticais de uma língua, migra para uma nova função gramatical.

O estudo desses cinco objetos de investigação deve-se à alta frequência com que são usados em relação aos demais membros da classe adverbial, conforme propõe Givón (2001). Ademais, relacionamos os contextos de uso desses advérbios com o tipo de gênero analisado, – textos opinativos –, juntamente com o perfil dos autores e o público-alvo ao qual a obra é destinada.

Os dados provenientes dos *corpora*: *Reflexão sobre a vaidade dos homens*, de Matias Aires; *Verdadeiro Método de Estudar*, de Luis Antonio Verney; *Segundo livro de crítica : arte e litteratura portugueza d'hoje : (livros, quadros e palcos)*, de Luciano Cordeiro e *Críticas*, de Machado de Assis são encontrados digitalizados no site da Biblioteca Nacional Portuguesa, Tycho Brache da USP e do MEC<sup>88</sup>.

<sup>87</sup> Mestranda em Estudos da Linguagem – UFF: Niterói, Rio de Janeiro. Email: moniquepks@ig.com.br

<sup>88</sup> Disponíveis em: <<http://www.ime.usp.br/~tycho/corpus/>>, <<http://www.purl.pt>> e <[http://machado.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=170:critica&catid=34:obra-completa&Itemid=123](http://machado.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=170:critica&catid=34:obra-completa&Itemid=123)>

## Metodologia

A partir do material analisado, esse trabalho visa detectar, por meio de levantamento exaustivo das ocorrências de *aqui/daqui*, *ali/dali*, *aí*, *lá* e *cá*, a possível trajetória unidirecional espaço > (tempo) > texto e clines de gramaticalização advérbio > conector ou ainda advérbio > clítico. Para tanto, partimos da ordenação desses constituintes, segundo sua localização, em relação ao verbo. Além da ordenação, também utilizamos como fatores de análise a foricidade, o grau de abstratização e o tipo de enquadramento (*frame*) que o advérbio articula. Segundo Vilela (1994 – p. 67, 68):

“(...) o termo *frame* foi introduzido na linguística como designação semântica de palavras relativamente ao universo extralinguístico por elas transportado. Foi sobretudo Fillmore quem integrou o conceito de ‘frame’ e ‘scene’ ou ‘cenários’ na linguística. (...) Antes de avançarmos, vamos reter o sentido que atribuímos a ‘cena’ e ‘frame’: fixamo-nos que ‘frame’ é a verbalização (*Versprachlichung*) da cena numa dada perspectiva a partir de um dado lexema (ou mais precisamente um predicado) e em que atribuímos a ‘cena’ o valor mais genérico- o de representação geral do tipo de acontecimento, por exemplo, o de um ‘evento ou transacção comercial’, aproximando-nos do que os teóricos da inteligência artificial entendem por ‘script’: estruturas de (ou ‘modelos de perspectivar’) eventos.”

Trabalhamos também com o conceito de unidade pré- fabricada (UPF), nos termos de Erman e Warren (2000), a partir do entendimento de que nossos objetos de pesquisas costumam se organizar em torno de construções (Traugott, 2007). Procuramos, no âmbito textual-discursivo, as semelhanças e diferenças entre as obras já citadas. Outro ponto analisado será o perfil dos autores, pois, dependendo do nível cultural do emissor e do destinatário, a escrita demandará uma forma mais cuidada, exigindo certas cerimônias e modelos específicos, casosejam obras destinadas a sem acento] funcionários, a membros da burocracia palaciana e à burguesia.

Na obra *A Reflexão sobre a vaidade dos homens* a vaidade não seria uma paixão do corpo, e sim, da alma. Ela seria o vício do entendimento e não da vontade, pois depende do discurso. A mais poderosa das vaidades resultaria do saber. Aires também cita uma reflexão que faz sobre o amor. Teríamos dois tipos de amor: o primeiro seria vulgar e medíocre, que somente se ocupa dos prazeres do sentido e seria dominado pela vaidade. O outro seria o amor sublime, que se contenta em contemplar o objeto amado e se aproximar do divino. A obra destina-se a El-Rei, portanto percebemos o cuidado com a escrita, tornando-se mais tratada. A segunda obra pesquisada, de Verney, possui também cunho opinativo. Nela, Verney cita grandes obras literárias e gramáticas utilizadas na época e coloca em prática seus estudos sobre a língua. A partir de todos esses *corpora*, Verney cita o que está certo ou errado segundo as regras normativas de sua época, destinada ao rei D. João V. Na terceira obra analisada, Cordeiro faz diversas críticas artísticas e literárias extraídas da rubrica "Revista Crítica" do jornal *A Revolução de Setembro*. Na primeira parte, intitulada "Arte e artistas", Luciano Cordeiro reúne estudos acerca de artistas plásticos como Tomás José da Anunciação, Alfredo Keil, Miguel Ângelo Lupi, Manuel Maria Bordalo Pinheiro e Rafael Bordalo Pinheiro. Na segunda parte, "Livros e palcos", recenseia obras de Camilo Castelo Branco, Teixeira de Vasconcelos, João de Deus, Ramalho Ortigão e Oliveira Martins, entre outros, e colige várias críticas teatrais. Na última obra, feita por Machado de Assis, observamos as críticas machadianas em relação ao teatro brasileiro e as obras literárias desenvolvidas naquela época. Lembremos que Machado testemunhou a mudança política ocorrida no país, passando de Império português à Republica. Com isso encontraremos em seus textos, além de

críticas relacionadas ao estereótipo de “herói romântico”, haverá críticas à postura e a conduta da sociedade carioca no final do século XIX.

É importante citar que não houve preocupação em relação ao local de nascimento e à forma escrita dos mesmos, pois, entre os séculos XVIII e XIX, as classes mais abastadas que residiam no Brasil levavam seus filhos para estudar na metrópole, Portugal. Portanto, não há como diferenciar a escrita entre Português Brasileiro (PB) e o Português de Portugal (PP). Matias Aires, por exemplo, fora um filósofo e escritor brasileiro e fez sua vida em Portugal. O segundo autor, Luis Antonio Verney, foi filósofo, teólogo, professor e escritor português. Luciano Cordeiro fez seus primeiros estudos na Ilha da Madeira, onde se fixou com a família. Licenciado em Letras participou da comissão encarregada do projeto de reforma do ensino artístico e formação dos museus nacionais. Desempenhou cargos governamentais ligados ao ensino e fundou a *Revista de Portugal* e o jornal *Comércio de Lisboa*. O último autor, Machado de Assis, foi um grande escritor brasileiro e escreveu praticamente em todos gêneros literários, sendo poeta, romancista, dramaturgo, cronista, folhetinista, jornalista e crítico literário. Como cita Goldberg (1995): “O sentido de uma expressão é o resultado da integração do sentido dos itens lexicais nos sentidos das construções; o conhecimento extralinguístico é requerido para se chegar à interpretação do sentido maior no contexto de uso”<sup>89</sup>.

Outro aspecto verificado é a quantidade de caracteres ou páginas das obras. Os textos possuem em torno de 50.000 caracteres ou por volta de 70 páginas. Assim procuramos obter um número mais “exato” dos dados levantados.

Nesses *corpora*, buscou-se observar as ocorrências dos advérbios com base em duas variáveis: posição e referenciação dos advérbios locativos. A partir de agora será feita uma exposição acerca dessas duas variáveis, começando pela ordenação do advérbio em relação ao escopo.

### Posições pré-verbais

Nesse trabalho, distinguimos três padrões de posições pré-verbais: P1, P2 e P3. A seguir, a indicação do advérbio em cada uma das posições.

P1= Sujeito + Advérbio+ Verbo

P2= Advérbio + Verbo

P3= Advérbio+ X<sup>90</sup>+ Verbo

Observem-se os exemplos em (1) e (2) indicam a posição pré-verbal dos advérbios locativos. Nota-se a alta ocorrência da posição P2 no século XVIII.

- (1) “*Acabando tudo com a morte, só a desonra não acaba; porque o labéu ainda vive mais do que quem o padece: por mais insensível que esteja um cadáver na sepultura (permita-se o hipérbole) Lá parece que a lembrança de uma infâmia, que existe na memória dos que ficam, lhe está animando as cinzas, para o fazer capaz de aflição, e sentimento: (...)*” (grifo meu) – Reflexão sobre a vaidade dos homens.
- (2) “*A razão do esforço, regula-se pela razão da vaidade; daqui vem, que em um conflito grande, os ânimos se elevam, e arrebatam; porque algumas vezes é questão do destino de um Império; em lugar que o ardor é lento, quando só se disputa um posto ventajoso.*” (grifo meu)- Reflexão sobre a vaidade dos homens.

---

<sup>89</sup>Tradução Livre

<sup>90</sup> Não são considerados como X os clíticos, a partícula negativa ou os advérbios que se referem a outro advérbio.

Nos dois primeiros exemplos confirmamos a presença pré-verbal dos advérbios. O exemplo (1) nos remete à expressão “cadáver na sepultura”. No seguinte, percebemos que a expressão *daqui vem* indica uma relação lógica. Ao mesmo tempo que retoma os dados anteriores, ela também possui um caráter conclusivo.

- (3) “*Uma vez que observam aquela regência gramatical que estudaram, parece-lhe que fazem a sua obrigação. Os que se querem apartar deste uso, declinam para outro extremo vicioso, que é a afectação, e não buscam senão palavras grandes e sonoras - sesquipedaliaverba -, com as quais atroam os ouvintes ou leitores. E daqui então nasce aquele estilo ridículo, que tanto dominou nos séculos da ignorância, e hoje em Itália chamamos estilo do século XVI.*” (grifo meu)- Verdadeiro Método de Estudar.

No caso (3) há uma expressão parecida com a anterior. Apesar de existir um elemento entre advérbio e escopo, o advérbio também possui um caráter conclusivo.

### Posições pós- verbais

P4= Verbo + Advérbio

P5= Verbo+ X+ Advérbio

- (4) “*È um retrato ou uma phantasia? Não sei. O que é certo é que não ha ahi ou se ha não se percebe, concepção esthetica.*” (grifo meu)- Segundo livro de crítica : arte e litteratura portugueza d'hoje : (livros, quadros e palcos).

No exemplo (4) o pronome adverbial contém um aspecto anafórico. Situado após o verbo, o *ahi* indica um espaço mais virtual que, nesse caso, seria a própria obra analisada.

- (5) “*Sem literatura dramática, e com um tablado, regular aqui, é verdade, mas deslocado e defeituoso ali e além, —(...)*” (grifo meu)- Críticas.

No trecho acima, o advérbio destacado em negrito situa- se em posição pós- verbal e caracteriza um espaço também virtual, indicando as peças teatrais brasileiras entre os séculos XVIII e XIX.

### Referenciação

FC = Físico Concreto

FV = Físico Virtual

Atp = Abstrato Temporal

Atx = Abstrato Textual

CI = Categoria Intermediária

O termo físico concreto indica um espaço visível, geográfico e delimitável, capaz de ser mensurado, como por exemplo um quarto, uma cidade, entre outros. Porém, o segundo termo nomeia um espaço mais “abstrato” e etéreo. Alguns exemplos seriam: sonhos, lembranças, cartas, etc. A terceira denominação aponta a dimensão de tempo, tais como: mês, ano, momento, etc. O quarto mostra as relações sequenciais e lógicas, exemplificado por relações de sequência, consequências, conclusões, entre outras. Finalmente, a última categoria indica um estágio híbrido, em que a forma analisada oscila entre um aspecto físico concreto e físico virtual. Nesses casos, há uma polissemia no termo analisado. Portanto, nem a observação do *frame* (enquadramento) nem do ambiente linguístico, em que a forma é

utilizada, se tornam suficientes para uma interpretação exata. A seguir, alguns trechos para análise:

- (6) *“Um histórico que, na presente era, contando as virtudes de um servo de Deus, dissesse que celebrava Missa todos os dias, tinha êxtasis etc., como falava com gente que o entendia, não tinha necessidade de se explicar. Se pudesse suceder que daqui a mil anos não houvesse Missa, ou aquele livro caísse em mãos de outra nação que não tivesse notícia de Missa, é certo que não entenderia o que se dizia, ainda que entendesse a língua, e seria necessário que primeiro entendesse que coisa era Missa e outros destes nomes, para dizer que entendia bem a história em que se achavam estas expressões.”*(grifo meu) - Reflexão sobre a vaidade dos homens.

Nesse trecho o advérbio indica claramente uma relação de tempo. “Daqui a mil anos”, indica uma distância temporal no texto.

- (7) *“As águas que saltam de um rochedo, e que correm velozmente para o mar, antes que lá cheguem, (...) em outros só vão lavando a branca areia; em uns murmuram, em outros precipitam-se; em uns não encontram embaraço, correm facilmente, e com sossego, em outros detêm-se, porque passam por penedos desiguais; em uns parece que fogem, em outros também parece que descansam; em uns vão sem rodeio, em outros retrocedem, e se quebram em mil giros; aqui vão regando a flor do campo, alivão banhando o junco humilde; aqui correm transparentes, e ali vão turvas, e limosas”* (grifo meu)- Reflexão sobre a vaidade dos homens.

Nesse exemplo, enquadrámos o advérbio na categoria físico virtual, pois seu uso não determina o termo remete ao mar.

- (8) *“Mas que muito, Senhor, que as vaidades estejam só aos pés de Vossa Majestade, se as virtudes o ocupam todo. Alguma vez se havia de ver a vaidade sem lugar. Têm os homens em si mesmos um espelho fiel, em que vêem, e sentem a impressão, que lhes faz a vaidade: Vossa Majestade só neste livro a pode sentir, e ver; e assim para Vossa Majestade saber o que a vaidade é, seria necessário que a estudasse aqui.”* (grifo meu)- Reflexão sobre a vaidade dos homens

No exemplo (8), notamos que o advérbio *aqui* indica o próprio livro que El-Rei lê a obra. Outro caso de FC.

- (9) *“A alta comédia apareceu logo depois, com O Demônio Familiar. Essa é uma comédia de maior alento; o autor abraça aí um quadro mais vasto. O demônio da comédia, o moleque Pedro, é o Fígaro brasileiro, menos as intenções filosóficas e os vestígios políticos do outro.”* (grifo meu)- Críticas.

Acima, vemos o advérbio locativo com uma característica mais "abstrata" e remetendo ao texto “O Demônio Familiar” mas também faz uma referência a um elemento do próprio texto que é o nome da obra e, por fim, remete ainda ao momento em que a obra do autor alcança determinado ponto de amadurecimento. Logo, É um caso híbrido, pois poderia ser classificado como Atx, FC ou FV.

### 3. Tendências de uso dos advérbios locativos no século XVIII

A partir da análise das duas obras pertencentes ao século XVIII, podemos afirmar que grande parte dos advérbios se situa em posição pré-verbal (P2), que é considerada posição mais regular dos advérbios em sincronias mais antigas da língua portuguesa (Martelotta, 2006), como mostra o gráfico abaixo.

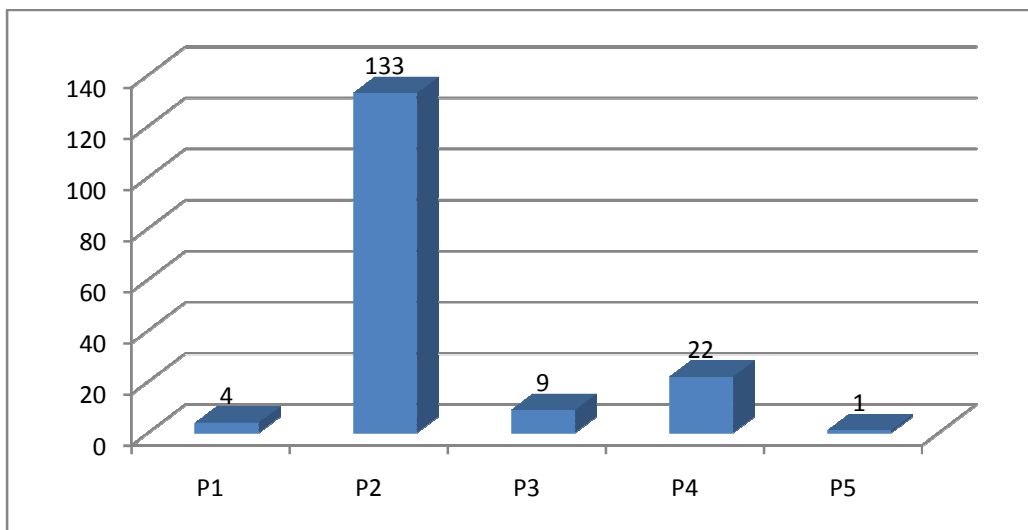


Gráfico 1: Ordenação dos advérbios locativos no século XVIII

Grande parte desse número deve-se à maior quantidade de UPFs presentes principalmente na obra de Matias Aires comparada à obra de Luis Verney. Como exemplos, citamos os fragmentos de 10 a 13:

- (10) “*Oh quanto é especiosa a tranquilidade do destro! Lánão há ódio, nem soberba; não há crueldades nem inveja: estes monstros são feras invisíveis, que habitamentre nós, para serem ministros fatais das nossas discórdias e das nossas aflições; nascem da nossa sociedade, e se sustentam da nossa mesma comunicação: (...)*” (grifo meu)- Reflexão sobre a vaidade dos homens.

Nesse trecho observamos o advérbio em posição pré-verbal, fazendo uma remissão ao termo “tranquilidade” e usado de forma anafórica. Como Goldberg (1995) afirma: “O sentido de uma expressão é, portanto, tomado como o resultado da aplicação de sentidos de constituintes imediatos, numa operação semântica que corresponde diretamente a uma operação sintática relevante”<sup>91</sup>.

- (11) “*Por isso as primeiras acções de Vossa Majestade não se distinguem das que se vão seguindo; todas são iguais, e todas grandes; aqueles prelúdios, ou ensaios, não cedem na perfeição a nenhuma parte da obra: daqui vemo parecer-nos, que Vossa Majestade não só nasceu para reinar, mas que já sabia reinar quando nasceu.*” (grifo meu)- Reflexão sobre a vaidade dos homens.
- (12) “*A imaginação desperta, e dá movimento à vaidade; por isso esta não é paixão do corpo, mas da alma; não é vício da vontade, mas do entendimento, pois depende do discurso. Daqui vem, que a mais forte, e a mais vã de todas as vaidades, é a que resulta do saber; porque no homem não há pensamento, que mais o agrada, do que aquele, que o representa superior aos mais, e superior no entendimento, que é nele a parte mais sublime.*”(grifo meu)- Reflexão sobre a vaidade dos homens.

Os trechos acima mostram a grande presença da UPF “*daqui vem*”. No exemplo (11), notamos que a expressão mencionada possui, quanto à referência, um carácter físico virtual,

<sup>91</sup>Tradução Livre

pois ela nos remete aos prelúdios ou ensaios. Porém, no exemplo (12) percebemos que a expressão, em posição inicial, possui um caráter híbrido, pois tanto pode se referir a um local virtual, quanto retoma os termos já citados, tendo um caráter conclusivo e tornando-se um indício de gramaticalização.

- (13) “*Esta é uma singularidade da língua portuguesa, que só se acha nela, na italiana e na castelhana, ainda que esta tenha sua variedade. (Ponho de parte a latina, que é morta). Daqui fica claro que devem desterrar-se da língua portuguesa aquelas letras dobradas que de nada servem: (...)*” (grifo meu)- Verdadeiro Método de Estudar.

Acima, notamos o aparecimento com pouca frequência de outras UPFs, tais como: “*daqui* procede (que)”, “*daqui* resulta (que)”, “*daqui* fica claro que”, etc. É importante citarmos que essa expressão possui um caráter híbrido, indicando não só a retomada dos termos anteriormente escritos, como tendo um caráter conclusivo.

Outro aspecto é a não ocorrência do advérbio *aí* nos *corpora* deste período. Acreditamos que essa ausência seja pelo tipo de remete ao qual as obras se destinavam. A obra de Matias Aires destina-se a El- Rei, enquanto o destinatário de Luis Verney é o rei D. João V. Talvez pelo uso de uma linguagem mais formal destinadas a pessoas ilustres, seja um dos motivos pela não utilização do advérbio “aí” no *corpus*.

#### 4. Tendências de uso dos advérbios locativos no século XIX

Observe-se no gráfico 2 abaixo, a mudança de ordenação dos advérbios encontrados no século XIX. Ao contrário do século anterior, encontramos uma alta frequência dos advérbios em posição pós-verbal.

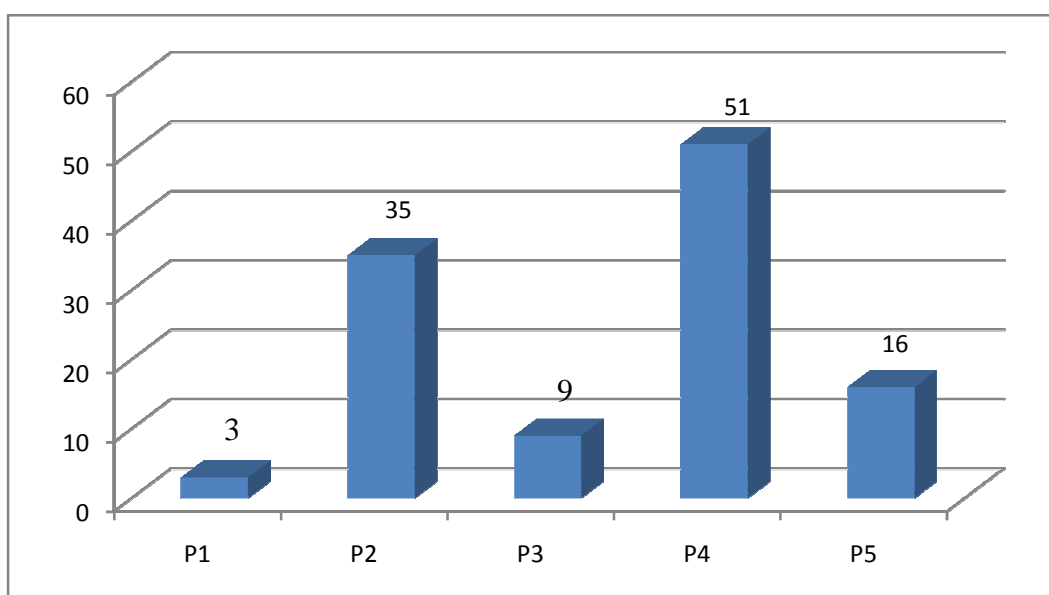


Gráfico2: Ordenação dos advérbios locativos no século XIX

O gráfico apresentado indica o predomínio da posição pós-verbal (P4) dos advérbios em relação ao século anterior. Como exemplos, citamos os fragmentos de 14 a 15.

- (14) “*È um retrato ou uma phantasia? Não sei. O que é certo é que não ha aí ou se ha não se percebe, concepção esthetica.*”(grifo meu)- Segundo livro de crítica : arte e litteratura portugueza d'hoje : (livros, quadros e palcos).



- (15) “O epílogo da peça é o casamento de Carolina; mas quem vê asua reabilitação moral? Casamento quase clandestino, celebrado para proteger uma menina, filha dos erros de uma união sem as doçuras de amor nem a dignidade de família, é isto acaso um ato de regeneração?” (grifo meu)- Críticas.

Ao contrário do século XVIII, há a ocorrência do advérbio *aí*. Lembremos que o público-alvo dessas obras não são mais reis, mas sim uma classe elitizada e letrada. Outro importante aspecto é a não ocorrência do advérbio *daqui* na obra Segundo livro de crítica: arte e litteratura portugueza d'hoje : (livros, quadros e palcos), não ocorrência do advérbio *dali* nas obras críticas de Machado de Assis, devido ao grande desaparecimento daUPFs.

### Referenciação dos advérbios locativos no século XVIII

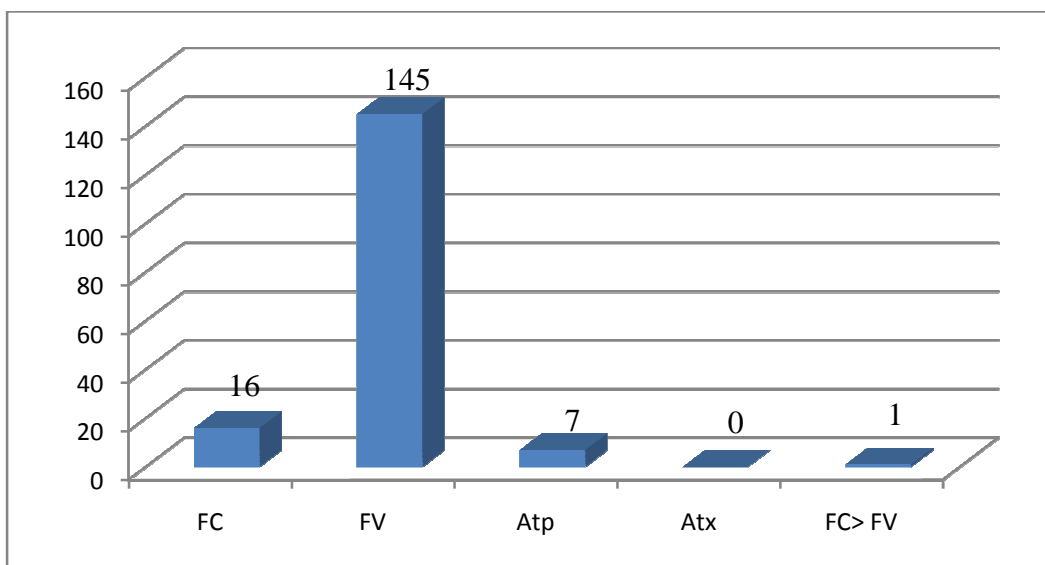


Gráfico3: Referenciação dos advérbios no século XIX

O gráfico anterior indica a predominância de advérbios indicando termos abstratos. Na primeira obra, nota-se a referenciação dos advérbios por sentimentos, tais como: ódio, amor, paixão, etc. Em outros casos, como exemplifica o número (17), o advérbio refere-se ao ambiente fonético na qual a palavra se encontra. Devemos lembrar que o gênero estudado, possui grande quantidade de sequências expositivas. Ratificamos essa conclusão com o predomínio de UPFs nesse século que possuem caráter conclusivo e\ ou lógico, como mostra o exemplo (16). Abaixo, alguns trechos que indicam o aspecto “abstrato” do termo.

- (16) “(...) é como um efeito, que vem a retorquir-se contra a sua causa, ou contra o seu princípio ; é como um movimento, que retrocede, e se dirige contra o seu mesmo impulso; a fermosura, pelo que sente sabe o que faz sentir; e pelo que se ama, conhece que faz amar; daqui vemque a vaidade, e a altivez, são partes de que a fermosura se compõe; (...)” (grifo meu)- Reflexão sobre a vaidade dos homens.
- (17) “(...) E não obsta que a maior parte dos Ortógrafos portugueses digam que o k é supérfluo no Português. Não é o mesmo dizê-lo, que prová-lo. Aqui não há meio: ou se deve admitir o ch com privilégios de k, ou adoptar o k em seu lugar”. (grifo meu)- Verdadeiro método de estudar.

## Referenciação dos advérbios locativos no século XIX

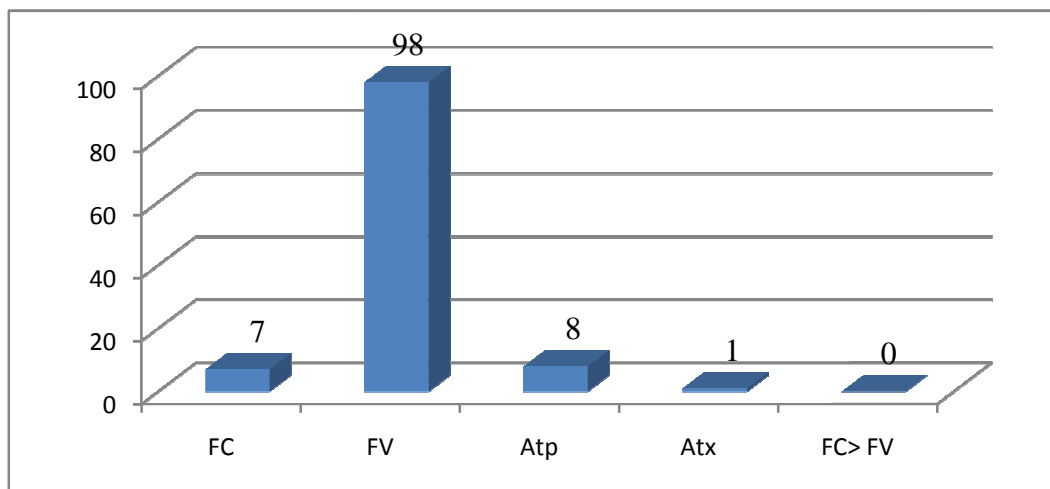


Gráfico 4: Referenciação dos advérbios no século XIX

Como observamos no gráfico, existe um alto índice de advérbios que indicam um espaço “virtual”. Talvez, pelo caráter opinativo dos textos, seja o motivo pelo alto índice de pronomes adverbiais continuarem a determinar espaços mais abstratos. Seguem os exemplos abaixo para interpretação:

- (18) “*E a lógica espontanea da concepção artistica. Vem a proposito citar aqui as palavras de Taine.*”(grifo meu)- Segundo livro de crítica : arte e litteratura portugueza d'hoje : (livros, quadros e palcos).

*Aqui* refere-se à própria obra na qual o autor cita palavras de outro artista da época. É um caso de FC.

- (19) “*Não é isto bastante para indicar que o autor não quis tirar conclusões gerais? O autor imaginou uma situação dramática: desenvolveu-a, concluiu-a. Há aíuma parte que pertence à ação dos sentimentos, e outra que pertence um pouco à ação do acaso, (...)*” (grifo meu)- Críticas.

No exemplo anterior, observamos o mesmo caso do exemplo (18). O advérbio indica, através do *frame*, a relação com o texto lido. Neste caso, um FC.

## Considerações finais

Neste texto, procuramos mostrar, com base nos dados e exemplos citados, a correlação entre o alto índice de gramaticalização e o gênero estudado. Essa relação gera uma maior frequência de sequências expositivas e, portanto, verifica-se uma grande ocorrência de espaços virtuais ou mais “abstratos”. Outro aspecto importante pode ser visto no fato de que as obras de cunho opinativo motivam ainda usos de UPFs, como “daqui vem”, em trajetória de gramaticalização.

É necessário observar que em termos de ordenação, nas sincronias estudadas, os locativos tendem a ocupar com maior frequência posições adjacentes ao verbo (P2 e P4), com poucos registros de P3, P5 e P1. A partir dos resultados dos gráficos percebemos que, na primeira sincronia, nota-se o predomínio da posição pré-verbal. Esse fato deve-se também à presença das UPFs, tais como “daqui vem (que)”, “daqui resulta (que)”, entre outras. Os

dados coletados mostram que, durante esse período de tempo, a não presença do advérbio *aí* possui uma relação direta com o público- alvo das obras. Nos dois *corpora*, os destinatários são: El- Rei e D. João V. Talvez esse resultado sugira o uso de uma linguagem mais cuidada, justamente, por informar na escrita, qual o nível cultural e educacional dos leitores.

Entretanto, na última sincronia estudada, essa ordenação tende a ser pós-verbal, rumando para o padrão não-marcado (ou prototípico) de localização desses constituintes no português contemporâneo. Ressaltamos a queda nos usos das UPFs no século XIX, causando a pouquíssima quantidade de advérbios em posição pré-verbal. Através dos gráficos, vemos a presença do advérbio *aí*. Apesar do público- alvo ser letrado, as obras não são direcionadas aos membros palcianos, e sim, aos burgueses letrados de um modo geral.

Partiremos agora para levantamento e análise dos dados no século XX e, assim, poderemos ratificar a ordenação dos advérbios em posição pós-verbal e confirmar se as UPFs que indicam relações lógicas ou sequências expositivas mostram de fato um processo de gramaticalização ou apenas eram indícios do processo citado.

#### LOCATIVE ADVERBS OPINION PIECES IN THE EIGHTEENTH AND NINETEENTH CENTURIES

**ABSTRACT:** *This article is an analysis of the sort of locative adverbs opinion pieces in the eighteenth and nineteenth centuries under the assumptions of American North functionalism. We check the profile of the authors in relation to the target audience to which the works are intended, because we believe that this characteristic influences the manner of use of locatives. We also observed the process of change and variation that led to the grammaticalization, characterized the polysemy of these uses and the ordering of locative adverbs in relation to the verb of the sentence. The data analyzed show that, in eighteenth- century works surveyed, most adverbs are in preverbal position, which is considered more regular position of adverbs in synchronicities of the oldest in the English language. On the other hand, in the nineteenth century, the ordering of pronominal locative adverb tends to be after verbal, reaching the adverb usually immediately after the verb. We also believe that the high occurrence of spaces “abstract” or virtual gender is due to the opinionated and the more frequent sequences present in expository texts.*

**KEYWORDS:** *Locative adverb; Word order; Grammaticalization.*

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ERMAN, B; WARREN, B. The idiom principle and the open choice principle. IN: *Linguistic – an interdisciplinary journal of the language sciences*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, no. 2, 2000 (p. 29-62)
- FURTADO DA CUNHA, M. A; OLIVEIRA, M. R. de; MARTELOTTA, M. E. (orgs.). *Linguística Funcional: Teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.
- GIVÓN, T. *Syntax: an introduction*. Vol. I. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.
- GOLDBERG, A. E. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- \_\_\_\_\_. *A Construction Grammar Approach to Argument Structure*. Chicago/ London: The University of Chicago Press, 1995.
- HOPPER, P. On Some Principles of Grammaticization. In: TRAUGOTT, E; HEINE, B. (ed). *Approaches to Grammaticalization*. v. 1. Amsterdam: Philadelphia, 1991 (p. 17-36).
- TRAUGOTT, E. C; DASHER, R. B. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

- VILELA, M. A “cena” da “acção linguística” e a sua perspectivação por *dizer e falar*. In: *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*, II Série, Vol. XI, Porto, 1994, p. 65-97.
- BARBOSA, Afrânio Gonçalves. Normas Cultas e Normas Vernáculas: a encruzilhada histórico-dicrônica nos estudos sobre Português Brasileiro. IN: Castilho, Ataliba T.de.;
- MORAIS, Maria Aparecida Torres, LOPES, Ruth E. Vasconcellos; CYRINO, Sônia Maria Lazzarini. (orgs.) *Descrição, História e Aquisição do Português Brasileiro*. São Paulo: Pontes/FAPESP, 2007.
- BERLINCK, Rosane et alii. Reflexões teórico-metodológicas sobre fontes para o estudo histórico da língua. IN: *Revista da ABRALIN*. Volume VII. Número 2. Jul./ Dez. De 2008.
- CRHISTIANO, Maria Elizabeth A. SILVA, Camilo Rosa. HORA, Dermeval da. (orgs.) *Funcionalismo e Gramaticalização: teoria, análise, ensino*. Ed. Idéia, João Pessoa, 2004 .
- ELIA, Silvio. *Fundamentos Histórico-Linguísticos Do Português Do Brasil*. Editora Lucerna, Rio de Janeiro, 2003.
- FREITAG, Raquel. *Marcadores Discursivos não são vícios de Linguagem*. IN: Interdisciplinar. v.4,n.4-p.22-43- Jul/ Dez de 2007
- FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; OLIVEIRA, Mariangela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo (orgs.). *Linguística Funcional: Teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.
- GONÇALVES, S. C. et alii (org). *Introdução à gramaticalização*. São Paulo: Parábola, 2007.
- HEINE, Bernd e KUTEVA, Tania. *The genesis of grammar: A reconstruction*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- LIMA- HERNANDES, Maria C. (org.). *Gramaticalização em perspectiva: Cognição, Textualidade e Ensino*. São Paulo: Paulistana, 2010.
- MARTELOTTA, M. Ordenação dos advérbios qualitativos em \_mente no português escrito no Brasil nos séculos XVIII e XIX. IN: *Gragoatá*, vol 21 – Usos linguísticos. Niterói: Eduff, 2006.
- MARTELOTTA, M. e LEITÃO, M. *A posição dos advérbios qualitativos, intensificadores e locativos em anúncios do século XIX*. Rio de Janeiro, 1999. Inédito.
- MARTELOTTA, M. et alii .O paradigma da gramaticalização. IN: *Gramaticalização no português do Brasil – uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- MIRANDA, Neusa Salim; SALOMÃO, Maria Margarida (orgs.). *Construções do Português do Brasil. Da gramática ao Discurso*. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2009.
- NEVES, MARIA Helena de. *A Gramática Funcional*. Ed. Martins Fontes, SP, 1997.
- NEVES, Maria Helena de M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.
- OLIVEIRA, Mariangela Rios de. ROSÁRIO, Ivo da Costa (org.). *XIII Seminário do Grupo “Discurso & Gramática”. Pesquisa em Linguística Funcional: Convergências e Divergências*. Ed. Léo Christiano Editorial Ltda. Rio de Janeiro, 2009
- OLIVEIRA, Mariangela Rios. 2008a. Advérbios locativos no português escrito dos séculos XVIII, XIX – padrões de uso e mudança gramatical. IN: LIMA-HERNANDES, Maria Célia. et alii (org). *A língua portuguesa no mundo*. São Paulo: EDUSP, 19 p.
- OLIVEIRA, Mariangela Rios. 2008b. Advérbios locativos no português escrito em perspectiva histórica. IN: MAGALHÃES, José Sueli de e TRAVAGLIA, Luiz Carlos (org). *Múltiplas Perspectivas em Linguística*. Edufu, Uberlândia
- PAIVA, Maria da Conceição de. *Ordem Não Marcada de Circunstanciais Locativos e Temporais*. Rio de Janeiro: UFRJ. Inédito.
- SARAIVA, Maria Elizabeth Fonseca. DECAT, Maria Beatriz Nascimento (orgs.). *Aspectos da Gramática do Português*. Campinas: Mercado das Letras, 2001.

SARAIVA, Maria Elizabeth Fonseca. Ressonância e Graus de Transitividade na Conversação Espontânea em Português, in Revista Gragoatá, n° 21, 2° sem.2006  
TAVARES, Maria Alice. *Abordagem Pancrônica à Gramaticalização de Daí como Conector*, in Revista SIGNUM, Ed. UEL, 1° Sem. 2003  
TAYLOR, J. *Linguistic categorization: prototypes in linguistic theory*. Oxford: Clarendon Press, 1995.